

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**  
**Instituto de Filosofia, Sociologia e Política**  
**Programa de Pós-graduação em Ciência Política**

**Tese**



**O povo do Lulismo:**

**Análise do Discurso Político do Presidente Lula no período de 2002  
a 2010**

**Sandra Regina Barbosa Parzianello**

**Pelotas, 2023**

**Sandra Regina Barbosa Parzianello**

**O povo do Lulismo:**

Análise do Discurso Político do Presidente Lula no período de 2002 a  
2010

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
Ciência Política do Instituto de Filosofia, Sociologia e  
Política da Universidade Federal de Pelotas, como  
requisito parcial à obtenção do título de Doutora em  
Ciência Política.

Orientador: Dr. Daniel de Mendonça

Pelotas , 2023

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas  
Catalogação na Publicação

P221p Parzianello, Sandra Regina Barbosa

O povo do lulismo : análise do discurso político do presidente Lula no período de 2002 à 2010 / Sandra Regina Barbosa Parzianello ; Daniel de Mendonça, orientador. — Pelotas, 2023.

205 f. : il.

Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2023.

1. Lulismo. 2. Teoria populista. 3. Povo. 4. Discurso político. 5. Ernesto Laclau. I. Mendonça, Daniel de, orient. II. Título.

CDD : 320

Sandra Regina Barbosa Parzianello

O povo do Lulismo:

Análise do Discurso Político do Presidente Lula no período de 2002 à 2010

Tese aprovada, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Ciência Política, do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 14 de agosto de 2023.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Daniel de Mendonça (Orientador)  
Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Profa. Dra. Ângela Quintanilha Gomes  
Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Profa. Dra. Bianca de Freitas Linhares  
Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Prof. Dr. Cláudio Roberto Cogo Leivas  
Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

*Ao meu filho, Lucas e meu esposo, Geder.*

## **Agradecimentos**

*Escrever uma tese envolve escolhas, estudo e dedicação, mas também persistência em um período de solidão, especialmente, por esse momento ter ocorrido nesses anos de isolamento, durante a pandemia da COVID-19. Nesse processo é nítido o quanto nos modificamos, física e mentalmente, porque a vida passa enquanto você se (des)constrói, se angustia e desanima, enquanto produz, reacende e procura materializar na escrita o amor pelo que faz. Fui tomada por essa montanha-russa de emoções e sentimentos. Com sorte, pude contar com algumas pessoas que me estimularam e por tudo isso, agradeço:*

*Aos pilares da minha vida: meu filho Lucas, por dividir as angústias de pesquisador nos EUA e ao meu esposo Geder, que compreendeu e respeitou o meu momento nesses anos, por já ter vivenciado o desafio de uma tese. Incansáveis no apoio e na cumplicidade.*

*Ao meu orientador e professor, Dr. Daniel de Mendonça. Não há palavras no universo humano e da ciência que possam expressar toda minha gratidão, pelo acolhimento desde a seleção e em toda caminhada para o mestrado e ao longo de todos esses anos no doutorado, no PPGCPol. De forma generosa, respeitou minhas crises quando silencieei, ouviu minhas angústias quando duvidei, reconstruiu comigo a caminhada, se tornou exemplo e espelho para a minha carreira docente. Sim, és um Mestre por vocação!*

*À professora, Dr<sup>a</sup> Bianca de Freitas Linhares. Obrigada pelo aprendizado em anos de trabalho conjunto na Revista Sul-Americana de Ciência Política (RSulACP), periódico científico do nosso PPG, obrigada pelas aulas de metodologia, pela parceria nos nossos eventos, na ANPOCS e, acima de tudo, pela amizade. Da mesma forma, agradeço o conhecimento compartilhado pelos professores, o suporte da secretaria e da coordenação do nosso PPGCPol, na Universidade Federal de Pelotas (UFPel).*

*Ao Grupo de Pesquisa Ideologia e Análise de Discurso (IdAD/UFPel), pelo aprofundamento nos debates para o avanço da ciência e construção dos saberes, que resultaram em publicações e premiação. Também, minha consideração aos parceiros do Grupo de Pesquisa Diálogos do Pampa (Unipampa/CNPq), pela audiência e pela caminhada desde 2010.*

*À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), pelo suporte financeiro e apoio à formação e especialização, pelo acesso ao ensino público, gratuito e de qualidade que, finalmente, reencontra seu curso, incentivo e recursos a partir dos projetos e diretrizes com um novo governo federal.*

*Aos colegas de doutorado, que mesmo a distância com o período pandêmico, de alguma forma estiveram presentes no meu dia a dia, entre tantos questionamentos e incertezas.*

*Ao meu irmão Leonardo, pela preocupação e afetuosas mensagens.*

*Às amigas “normalistas”: Cláudia, Fabiana e Janaína, que há décadas acompanham minha caminhada, os dias sofridos e de euforia, sempre presentes em minha vida com palavras, mensagens e incentivos, tornando essa fase mais leve e menos tortuosa.*

*À Jane Zamperetti Prieb e Rozângela Brum pela torcida e o privilégio dessa amizade!*

*Muito obrigada!*

*“Primeiro, abrir a universidade para o povo e transformar gradativamente o Brasil no país mais democrático do mundo no acesso à universidade.” (LULA, Cerimônia de assinatura dos atos normativos do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), 2007, p.5).*



## RESUMO

PARZIANELLO, Sandra R. B. **O povo do Lulismo: Análise do Discurso Político do Presidente Lula no período de 2002 à 2010.** Orientador: Daniel de Mendonça. 205 p. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2023.

O objetivo desta pesquisa é demonstrar como se deu a construção do povo do Lulismo, nos discursos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante os seus dois governos à frente do Executivo Federal (2002-2010). Trata-se de uma pesquisa qualitativa, documental e bibliográfica, em que compreendemos o ser do Lulismo, estigmatizado por um sentido muitas vezes negativo, mas que alcançou o povo, a fim de significar os discursos, em especial, no que se refere aos temas: economia, relações internacionais e políticas públicas, mais especificamente sobre as demandas da educação, saúde e segurança pública. Nesse sentido, para o trabalho de análise dos discursos, recorreremos a relacionar a teoria populista, bem como aspectos teóricos e metodológicos da Teoria do Discurso de Ernesto Laclau (2013). A partir das principais categorias de análise: discurso, povo e representação, abordamos discursivamente, como o Presidente Lula construiu e quem é o povo, nesses anos dos discursos oficiais. O material empírico que embasa a pesquisa parte dos pronunciamentos do Presidente da República, disponibilizados pela Biblioteca da Presidência do Brasil, em que selecionamos o universo de análise e os recortes para essa tese de doutorado. A pesquisa destacou a estratégia discursiva, bem como as categorias centrais de análise extraídas da obra *A Razão Populista* (2013), em consonância com os estudos teóricos, do pós-estruturalismo, em que Laclau constrói os conceitos fundantes da sua teoria. Sobretudo, a hipótese que guiou essa tese consiste na afirmação de que o Presidente Lula fez referência ao seu povo para uma diferenciação ideológica marcante, humanizadora, em defesa do desenvolvimento econômico e social, o que se tornou a marca do Lulismo enquanto fenômeno político da esquerda brasileira.

Palavras-chave: Lulismo. Teoria Populista. Povo. Discurso Político. Ernesto Laclau.

## ABSTRACT

PARZIANELLO, Sandra R. B. **The people of Lulism**: Analysis of President Lula's Political Discourse from 2002 to 2010. Advisor: Daniel de Mendonça. 205 p. Thesis (Doctorate in Political Science). Institute of Philosophy, Sociology, and Politics, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2023.

The objective of this research was to demonstrate how the construction of the people of Lulism took place, in the speeches of Brazilian President Luiz Inácio Lula da Silva, during his two governments at the head of the Federal Executive (2002-2010) as president of the Federative Republic of Brazil. This is a qualitative, documentary, and bibliographic research, in which we understand the essence of Lulism, stigmatized by a meaning, often hostile, but which reached the people to give meaning to the speeches, especially about the themes: economics, international relations, and public policies, more specifically, on the demands of education, health, and public safety. In this sense, for discourse analysis, it has been recurrent to relate populist theory, as well as theoretical and methodological aspects of Ernesto Laclau's Discourse Theory (2013). From the main categories of analysis: discourse, people, and representation, we discursively approach how President Lula built and who the people are, in these years of official speeches. The empirical material that supports the research comes from the pronouncements of the President of the Republic, made available by the Library of the Presidency of Brazil, in which we selected the universe of analysis and the clippings for this doctoral thesis. The research highlights the discursive strategy and the major categories of analysis extracted from the work *A Razão Populista* (2013), in line with the theoretical studies of post-structuralism, in which Laclau constructs the founding concepts of his theory. Above all, the hypothesis that guides this thesis consists of the assertion that President Lula referred to his people for a marked ideological differentiation, humanizing, in defense of economic and social development, which became the hallmark of Lulismo as a political phenomenon of the Brazilian left.

Keywords: Lulism. Populist Theory. People. Political speech. Ernesto Laclau.

## Lista de Figuras

Figura 1	Evolução do Salário Mínimo no Brasil entre os anos 1995-2012 .....	95
Figura 2	Pirâmide social brasileira: legados dos governos FHC e Lula .....	99
Figura 3	Tabela com o número de trabalhadores admitidos e desligados nas principais capitais do país .....	111

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
BF	Bolsa Família
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CF	Constituição Federal
CNT	Confederação Nacional dos Transportes
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ESFs	Equipes Saúde da Família
EU	União Europeia
EUA	Estados Unidos da América
FD	Formação Discursiva
HGPE	Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Política Econômica Aplicada
Lulopetismo	Governo comandando por Luiz Inácio Lula da Silva, do PT
MA	Maranhão
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MG	Minas Gerais
MSU	Movimento dos Sem Universidade
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NASFs	Núcleos de Apoio à Saúde da Família
PAC	Plano de Aceleração do Crescimento
PBA	Programa Brasil Alfabetizado
PcdoB	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista

PE	Pernambuco
PEB	Política Externa Brasileira
PFPB	Programa Farmácia Popular do Brasil
PIB	Produto Interno Bruto
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PNPE	Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego de Jovens
PP	Partido Progressista
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Pronatec	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSF	Programa de Saúde da Família
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PtdoB	Partido Trabalhista do Brasil
SD	Solidariedade (partido político)
SE	Sergipe
SM	Salário Mínimo
SUS	Sistema Único de Saúde
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	16
<b>CAPÍTULO 1 - TEORIA E ANÁLISE DO DISCURSO POLÍTICO NA CONTEMPORANEIDADE</b> .....	32
1.1 Introdução .....	32
1.2 Populismo: condição para a existência da política .....	33
1.3 De Freud à construção da identificação política .....	45
1.4 A lógica da hegemonia e o objeto lacaniano .....	48
1.5 Perspectiva contemporânea da teoria populista .....	51
1.6 Considerações .....	54
<b>CAPÍTULO 2 - REVISITANDO O LULISMO: elementos que conceituam o fenômeno</b> .....	56
2.1 Introdução .....	56
2.2 André Singer: articulações para um fenômeno chamado Lulismo .....	58
2.3 A mudança .....	67
2.4 O Lulismo a luz do populismo de esquerda .....	73
2.5 Considerações .....	77
<b>CAPÍTULO 3 - O POVO DO LULISMO NO DISCURSO DA POLÍTICA ECONÔMICA</b> .....	79
3.1 Introdução .....	79
3.2 A construção discursiva da Carta, do candidato Lula, ao povo brasileiro.....	81
3.3 O Tripé da política social .....	86
3.4 Programas sociais: a razão dos sem parte .....	98
3.5 Considerações .....	116
<b>CAPÍTULO 4 - O POVO DO LULISMO NO DISCURSO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS</b> .....	119

4.1 Introdução .....	119
4.2 A construção do povo nos Discursos Seleccionados do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva .....	120
4.3 A construção do povo, nos discursos do Presidente Lula, na Assembleia Geral da ONU .....	136
4.4 Articulando a hegemonia nos discursos do Presidente Lula e a forma de construir o povo aos olhos do mundo .....	148
4.5 Considerações .....	157
<b>CAPÍTULO 5 – O POVO DO LULISMO NO DISCURSO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: EDUCAÇÃO, SAÚDE E SEGURANÇA .....</b>	<b>159</b>
5.1 Introdução .....	159
5.2 O povo do Lulismo no discurso para o segundo mandato .....	161
5.3 O povo articulado na emergência das demandas por educação .....	168
5.4 O povo no discurso das demandas por saúde e segurança pública .....	178
5.5 Considerações .....	191
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>193</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>200</b>

## INTRODUÇÃO

Na década de 1980, começavam a se articular, na prática, as primeiras ideias para a redemocratização no Brasil, depois de longos anos de ditadura militar. Em 1985, o Colégio Eleitoral, composto por congressistas e delegados das Assembleias Legislativas de todo o país, elege para Presidente da República, pelo voto indireto, o ex-governador de Minas Gerais (MG), Tancredo de Almeida Neves, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Tancredo Neves morre antes mesmo de tomar posse, assumindo o seu vice, José Sarney de Araújo Costa (PMDB/MA), tendo pela frente o processo de redemocratização do Brasil, o desafio de driblar a inflação e, ainda, uma recessão econômica, herança dos governos militares.

Naquele momento, o tema da redemocratização na América Latina não fora tratado como uma novidade no discurso político dos anos 80, mas, constituinte do grande jogo político, de modo concomitante aos períodos de forte esperança das massas (de modo especial, em países como a Argentina e o Brasil, pela construção de novos modelos de governo, sem desconsiderar o movimento dos trabalhadores, bem como a integração desses modelos ao sistema capitalista e democrático).

Os brasileiros sentiriam logo nos primeiros anos da Nova República que os liberais tinham pouco a oferecer, a não ser, estabelecer a ilusória certeza de que tudo ficaria bem, para a ordem institucional e estabilidade do povo. Mais uma vez, era colocada em xeque a formação dos modelos de Estados-nação, da democracia e das reformas, os quais perduram na contemporaneidade.

Nesse cenário, o Brasil foi apenas uma das nações que passou por momentos tortuosos em sua trajetória, o que o fez oscilar, historicamente, entre uma oligarquia (1889/1930), as ditaduras (1937/1945 e 1964/1985) e o clássico populismo (1946/1964). Vale lembrar que entre 1930 e 1990, foram recorrentes as investidas constantes de golpes, até a constituição do Estado Democrático de Direito surtir algum efeito.

Nessa possibilidade ascendente para o pensamento de um projeto político democrático, o populismo torna-se um fenômeno em evidência nos séculos XX e XXI,



ainda que com um forte apelo pejorativo e depreciativo dado ao termo. Formações discursivas (FDs) e credenciais populistas duvidosas foram disseminadas, sustentadas por argumentações e explicadas por teorias que descreveriam como se constituíram todas as condições a partir de determinadas articulações contingentes, na precariedade política e social da época. O fenômeno tem sido pesquisado nas Ciências Sociais, em especial na Ciência Política, a partir de diferentes e controversos posicionamentos teóricos, assim como baseado em determinados momentos dos governos democráticos.

A América Latina concebeu um populismo em seu próprio berço e, ao mesmo tempo, reformulado, ao se sustentar sob um eixo diferente do que até então os Estados Unidos da América (EUA) e a Europa articulavam, a partir dos governos capitalistas e imperialistas. Superar a condição de subdesenvolvimento sempre foi e é uma ambição dos países latino-americanos, mesmo que o caminho fosse tortuoso e pelas vias do fenômeno populista. Note-se que qualquer tentativa nesse sentido desencadearia nas suas lacunas, versões empobrecidas e destituídas de implicações positivas sobre, e, para o povo, com a desculpa da complexidade e da falta de interesse político que permeiam o tema.

O fenômeno do populismo, visto como um mal necessário, geralmente associado às várias lideranças políticas e movimentos históricos, emergiu devido à impossibilidade de o liberalismo alavancar uma política que servisse de base para o movimento trabalhista, historicamente articulado como nas organizações europeias e nos EUA, pelo movimento dos pequenos proprietários e das pessoas simples, contra o alto escalão da política local.

Para tornar transparente a dinâmica da política latino-americana, nessa tese protagonizada pelo Brasil, a pesquisa revelou considerações importantes sobre o conhecimento empírico, resultado das experiências de um sujeito político e que acumula os saberes do povo. O cenário é o cotidiano da prática política contemporânea, que por longo período, ocupou acento no imaginário social, enquanto ícone e modelo de vida pública e política, se constituindo na identidade do povo e do populismo latino-americano.

A análise do material empírico dá-se a partir dos discursos oficiais do sujeito político, Luiz Inácio Lula da Silva, especificamente, a partir da divulgação da *Carta ao*

*Povo Brasileiro* (2002), centrados que foram, por sua vez, em temas e demandas constituídas pelo povo. A partir das demandas que pautam o discurso político do Presidente da República, eleito democraticamente pelo povo, são selecionados o universo da análise e os recortes, conforme o material disponibilizado e digitalizado no site da Biblioteca da Presidência da República, o qual se oferece com exclusividade em todo o seu conteúdo, produzido pelos ex-presidentes da República durante o mandato presidencial, além de fornecer informações bibliográficas e publicações oficiais, conforme as informações do próprio site.

Os discursos proferidos pelo então ex-presidente Lula, somam um número expressivo e estão organizados ano a ano (2003-2010), na página da Biblioteca da Presidência da República. Para essa pesquisa, formam o corpus desse trabalho por contemplar pontos como: 1) a articulação com base na teoria política; e 2) as perspectivas que acrescentaram ao debate. Para essa pesquisa, elencamos os discursos econômicos, das relações internacionais e das políticas públicas (educação, saúde e segurança). Esses temas foram definidos a partir da própria dialética do sujeito discursivo Lula, que se revela, acima de tudo, um sujeito político democrático, pois, não se constrói como anti-institucional, nem radical ao sistema institucional brasileiro.

Vimos que os discursos revelaram FDs, as construções das estratégias e a arqueologia dos discursos políticos, todas resultantes da definição dos temas fundamentais para se pensar o processo da análise, já que precisamos partir de alguma regularidade discursiva para notar onde residem os pontos antagônicos e hegemônicos, bem como clarificar sobre os conceitos necessários e no propósito desta pesquisa que está na identificação do povo do Lulismo.

Acompanhamos cronologicamente que, no primeiro mandato, o Presidente Lula trouxe mudanças significativas ao cotidiano do povo brasileiro, traduzido como uma massa ampla de trabalhadores, na maioria deles, pobres, que se tornam o estrato decisivo do eleitorado. Ao longo do exercício de governo, esse povo se altera muito daquele em pleitos anteriores, avessos ao discurso da esquerda, percebendo-se que foram assistidos em suas demandas e que começam, efetivamente, a se sentir contemplados, especialmente pelos programas sociais do governo. Singer (2009) esclarece que esse povo aderiu à candidatura de Lula, o que confirma e significa muito mais do que uma simples reeleição, mas, trata-se de uma das facetas do Lulismo.

Essa possibilidade é que permite ao sujeito político Lula, agregar os diferentes, promovendo um vínculo político, mesmo com os não simpatizantes do PT, mas agora um povo que segue o Lulismo. Trata-se de um povo que não se identifica como um só, pela lógica petista, mas, que se amplia massivamente por se identificar com o homem do povo, o que faz não petistas construírem a própria lógica para votar no PT, porque os alia ao sujeito político Lula.

Isso revela que o discurso político se construiu como um projeto de caráter social, em que o Lulismo criou uma força política, ao promover o crescimento econômico, o fortalecimento das relações internacionais, o que reflete, por sua vez, positivamente, para o comércio e a produção de riquezas, resultando em recursos para o desenvolvimento das políticas públicas e acesso do povo a melhorias nas condições da saúde, educação e segurança. Com o mercado fortalecido, mais crédito e mais igualdade no acesso aos bens de consumo, serviços e qualidade de vida, o que colaborou para legitimar o Lulismo, ampliando a camada intermediária da população chamada de classe média ou classe C.

Esse debate é relevante, do ponto de vista político, pois, como consequência, o Lulismo consegue aderência do povo à ideia de que o discurso antagônico à sua política social e de crescimento do país, se concentra no partido dos ricos, os inimigos do Lulismo. Esse discurso mantém como referência o passado para seu desdobramento, articulando que o futuro melhor do que o atual é o projeto do Lulismo. Na contramão, a oposição tensiona o discurso de sucesso do governo, ironizando a proposta de futuro fabuloso que encontra respaldo nas disputas políticas, na constituição do inimigo e no fortalecimento do discurso antagônico.

Portanto, a justificativa desse trabalho gira em torno da análise discursiva daquele que se constituiu como o maior fenômeno político do século XXI, que na posição de presidente representara um universo amplo a ponto de mexer com as estruturas e as fissuras do regime democrático. Metodologicamente, buscamos interpretar os momentos públicos e políticos, de modo a validar as FDs que ocupam um lugar de fala no cenário nacional e internacional. A metodologia de análise de discursos permite ao pesquisador focar na busca de sentidos que estão em disputa em determinado momento, assim como, elucidar o modo como esses sentidos se constroem pelos sujeitos envolvidos e como se relacionam, o que revela um povo

trabalhador, articulado politicamente e cidadão, pois, compreende que o voto também é uma possibilidade de mudança de opinião e de sociedade.

Para nossa pesquisa, os discursos ocupam lugar de destaque pelos documentos oficiais que se tornaram ferramentas e revelavam a capacidade do pluralismo político que norteia o Lulismo e desde o discurso fundacional do PT. O Lulismo não nega a adesão dos diferentes, mas os agrega, ainda que o PT continue a manter o equívoco de que o povo esteja totalmente desvinculado de propostas e dos políticos da elite, o que não se confirma empiricamente.

A análise política do discurso se tornou um processo gradual e crescente, de modo muito especial com os aspectos teóricos e metodológicos de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015). Usamos o método bibliográfico, com a análise discursiva dos pronunciamentos do Presidente da República, que trabalham sobre a construção do povo no Lulismo, e também a forma como ele aborda a precariedade política enquanto possibilidade de articulação do Lulismo.

Para embasar a pesquisa, utilizamos a bibliografia sobre o populismo na contemporaneidade e a análise do discurso da escola de Essex, Inglaterra. A partir da delimitação do problema de pesquisa, traçado o objetivo e com a afirmação da hipótese houve uma opção pela teoria e método da análise do discurso, associada a uma pesquisa bibliográfica, além da metodologia teórico-discursiva pela ótica laclauiana. Além da revisão bibliográfica, nossa pesquisa se debruçou na análise prioritária dos discursos do Presidente Lula, sujeito político protagonizado pela constituição de um fenômeno. Com o foco nesse esforço teórico, buscamos revelar o caminho para a construção discursiva da categoria de povo, o que nos instrumentalizou significar os discursos do Lulismo e mostrar, em determinada lógica, que o debate sobre o povo permite ser contingente e precário, diferente do imaginário do eleitor comum, que se diz apolítico ou neutro, mesmo perante o caos na forma de articulação.

Paralelamente à curiosidade que movia a pesquisa, houve um esforço em formar um acervo bibliográfico particular, com obras dos principais autores e artigos referentes ao populismo e ao Lulismo, prevendo leituras e um trabalho que não se encerra numa tese, mas que seguirá certamente para a vida acadêmica, na expectativa, inclusive, de um pós-doutoramento.

As proposições que compõem o legado do fenômeno do Lulismo, referentes à inclusão social e à distribuição de renda, são levadas em consideração para o trabalho de análise, à luz da teoria populista de Ernesto Laclau<sup>1</sup> (2013). Nesse sentido, buscamos ressignificar a forma de construção do político, enquanto “momento populista”, conforme sugere a belga Chantal Mouffe (2019), em *Por um Populismo de Esquerda*, o que sinaliza a crise da hegemonia neoliberal na contemporaneidade.

O fenômeno que emergiu no Brasil cresceu pelo discurso do sujeito Lula, que sempre articulou politicamente uma empatia por colocar o povo no centro do poder, ao agregar e unir os diferentes. Enquanto sujeito político, sofreu com a exclusão da tradicional arena dos grandes debates; enquanto fenômeno da política, foi menosprezado pelo senso comum, pela forma pejorativa e pela estratégia frustrada das lideranças antagônicas. Lula foi tomado como um simplório sindicalista e tão somente um líder carismático, pronto para manipular as massas, sobretudo, porque o Brasil construía com morosidade à tão idealizada democracia. A obstinação do Lulismo visava a evolução do país com a melhora na qualidade de vida das pessoas, em especial dos sem parte da população.

Lula se tornou o homem do povo, o pai dos pobres, o homem público e brasileiro reconhecido em todo o mundo, citado por protagonistas da política internacional, como pelo então Presidente dos Estados Unidos (EUA), Barack Obama, que se referiu à Lula como “o político mais popular da terra”; “o cara”, durante a reunião do G20, em Londres (2009). Lula se tornou a personificação do homem, conforme Aristóteles, do *animal político*. É dessa forma, que entendemos a relação teoria e mundo empírico, e como ela procura dar conta da política em todas as atividades humanas.

O conceito de Lulismo foi dado pelo cientista político André Singer (2012), mas, ainda em processo de uma leitura clássica do populismo, absorvida por colegas pesquisadores como Francisco Weffort (2003), da Universidade de São Paulo (USP). Vale dizer que o fenômeno do populismo é tomado como um dos principais chavões

---

<sup>1</sup> Teórico político argentino (1935-2014). Formado em história, radicado na Inglaterra, se tornou um pós-estruturalista. Vítima de um infarto agudo, deixou seu legado acadêmico em artigos e obras que tratam, sobretudo, da teoria do discurso e da teoria do populismo. Laclau, trabalhou para o desenvolvimento da análise do discurso, também referida como Essex School of Discourse Analysis, fundada com sua companheira, a cientista política, Chantal Mouffe.

políticos do século XXI. O termo logo se estigmatizou e descrevia partidos políticos desafiantes da direita na Europa, com candidatos à presidência, da direita e da esquerda nos EUA, e presidenciáveis da esquerda, nos países Latino-americanos.

Por essa pesquisa se desenvolver tendo o discurso político do Lulismo como objeto desse estudo, enquadra-se na área da Ciência Política. Tomamos como corpus de análise os discursos selecionados do então Presidente Lula, ao longo dos seus dois mandatos consecutivos (2002–2010), mais especificamente, sobre os temas e discursos econômicos, das relações internacionais e, ainda, das demandas por políticas públicas referentes à educação, saúde e segurança. Desse modo, o tema da presente pesquisa é formalmente entendido como o estudo sobre o povo nos dois primeiros governos do Lulismo. Empreendemos saber nomeadamente sobre quem é o povo que o Lulismo constrói, constituído discursivamente durante os dois primeiros mandatos presidenciais, nos eventos que mobilizaram a política, os políticos e o povo.

O Lulismo é um fenômeno político do espectro da esquerda brasileira, cuja acuidade sofreu com a contingência política no século XXI. Foram anos de tentativas entre erros e acertos, de ajustes na agudeza e radicalidade discursiva, ao se tentar mostrar a importância de uma nova experiência política para o Brasil e enquanto possibilidade para o real reconhecimento do regime democrático. Pelo mundo, as experiências ligadas aos movimentos da esquerda foram diversas, tanto pelo radicalismo, como pela pluralidade e articulação, em movimentos classistas.

A propósito dos recortes para essa pesquisa, os justificamos por compreendermos que o processo de esperança depositado sobre o “homem do povo”, que remete ao sujeito político Lula, o “pai dos pobres”, tem início desde o seu primeiro governo (2003), mas, com a preparação discursiva na pré-campanha eleitoral, com a *Carta ao Povo Brasileiro* (2002) e vindo a se fortalecer com a sua reeleição (2006), quando a maioria do eleitorado tinha o entendimento de que suas demandas estavam sendo atendidas, o que elevava os índices de popularidade a um patamar recorde, nunca alcançado por outro Presidente eleito. Os índices positivos elegeram a sucessora do Lulismo, Dilma Rousseff (2010), assim como fatores por sua atuação e liderança sindical e no apoio aos trabalhadores.

Essa pesquisa se apresenta como necessária pela dimensão e contribuição social, pois, buscamos problematizar e refletir sobre o Estado e seus problemas

contemporâneos, tendo o povo no centro do debate. Para tanto, era essencial na sociedade se reconhecer os momentos específicos que fizeram com que o sujeito político Lula, ao ser evocado mediante apelos para sanar-lhes uma falta que lhes era sentida como constitutiva, se colocasse na figura central de um movimento político então demarcado como Lulismo.

Nosso interesse em relação ao sujeito político Lula, assim como sobre o método da análise do discurso, vem de uma construção acadêmica de muitos anos até se chegar a essa tese de doutorado. Surgiu na graduação em Ciências Sociais/Ciência Política, quando da defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado: *“Lula nas eleições de 2002 e 2006 à Presidência da República: análise comparada do discurso do candidato a partir dos programas de governo”*. Hoje, é possível compreender que se tratava de um entendimento primário sobre a dimensão e sobre o que seria o Lulismo mais tarde.

Pesquisar sobre esse fenômeno da política brasileira, o Lulismo, e como constrói o povo, a partir da visão do teórico político Ernesto Laclau (2013), surge por meio do refinamento da pesquisa para essa tese de doutorado, por já ter constituído uma caminhada acadêmica nesse Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCPol), quando no mestrado em que defendi a dissertação: *“A Propaganda Eleitoral na Perspectiva da Teoria do Discurso de Ernesto Laclau”*. Naquela etapa de minha formação, abordei sobre o legado do Lulismo, por ocasião da eleição da ex-presidente da República, Dilma Vana Rousseff (PT), sucessora de Lula, eleita pelo voto direto em 2010<sup>2</sup>.

Difícil imaginar, há duas décadas, o contingente incorporado à articulação do fenômeno do Lulismo na política brasileira, além do reconhecimento mundial, assim como tão vasto seria o campo para análise discursiva. Nesse sentido, empreendemos na representação política do povo pela dinâmica do populismo, a partir dos próprios limites e proposição da teoria laclauiana, pesquisa fundamentada com a leitura das obras *A Razão Populista* (2013) e *Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma democracia radical e plural* (2015), esta segunda, escrita com Chantal Mouffe.

---

<sup>2</sup> Rousseff, foi reeleita em 2014, vindo a sofrer *impeachment*, em agosto de 2016, mesmo após ter sido eleita democraticamente.

A importância dos estudos e da análise se divide em eixos que implicam investigações no âmbito teórico e empírico. Neste trânsito, buscamos uma abordagem metodológica que captasse, com maior rigor, o discurso político neste campo de pesquisa e por uma abordagem qualitativa, obedecendo-se a um processo de coleta de dados, com levantamento bibliográfico e documental e num recorte síncrono, do universo da amostra, de um período de oito anos. Cabe dizer que entre a teoria política e as suas articulações com a filosofia política, o trabalho analítico permitiu reunir categorias como a democracia, o discurso e o populismo, em um esforço que se projeta em diferentes perspectivas sobre o político e a política.

A escola da Análise do Discurso (AD) francesa traz sustentação às abordagens, o que esboça o pensamento de um constructo teórico discursivo, desde as noções do estruturalismo clássico de Ferdinand de Saussure (2006), Antônio Gramsci (1988; 2001) e Michel Pêcheux (1990; 1996), até a resignificação e ascensão das teorias pós-estruturalistas com Michel Foucault (2013; 2014), Ernesto Laclau (1994; 2011; 2013; 2015) e Chantal Mouffe (2019), que norteiam o aprofundamento teórico e a identificação dos aspectos relevantes às articulações antagônicas, no que tange a suas análises relativas às estruturas de poder.

Nesse sentido, essa pesquisa se justifica por acentuar do ponto de vista teórico, a importância do fenômeno enquanto subsídio empírico, o que dá fôlego e nos instrumentaliza para o entendimento do discurso político. A intenção está em resgatar, desde os fundamentos linguísticos, uma lógica de origem, passando pela ponte epistêmica do pós-fundacionalismo, até chegar ao pensamento pós-estruturalista, em que Laclau e Mouffe (2015) também corroboram ao explorar que a única necessidade é a contingência.

Por entender que realidade e teoria demonstram a urgência e a importância de se pensar no populismo a partir das particularidades do fenômeno, nos sentimos enquanto pesquisadores, cada vez mais implicados na investigação do que Laclau chama de “posições de sujeito”, ou “posições discursivas” na estrutura social. Note-se que ao tratar das “posições”, já indicamos o sentido antagônico, articulado pelo efeito da heterogeneidade social. Portanto, nosso objetivo geral reside em identificar os principais sentidos em que são construídos o povo do Lulismo. Nossos objetivos específicos visam: i) Identificar, nos discursos do Presidente, a forma como se direciona ao povo; ii) Realizar a análise, tomando como base os recortes dos



principais discursos de acordo com a abordagem do presidente, considerando os elementos da teoria do discurso laclauiana; iii) Verificar os sentidos do povo nos discursos do Presidente, vinculado à ideia e construção do político, enquanto fenômeno do Lulismo e iv) Relacionar a forma como o Presidente se relaciona com o povo.

Dessa forma, o que era tendência, esperamos visualizar como a identificação de dois elementos sem os quais o populismo, para esse estudo, não seria possível: “o povo” e seu “inimigo”. Intrínseca a essa relação, em todas as definições, está a identificação da essência do populismo no antagonismo. Para Francisco Panizza (2005), por exemplo, o antagonismo centra-se na dimensão “anti-status quo” do populismo. Para Cas Mudde (2016; 2004), consiste na separação da sociedade em dois campos homogêneos, “as pessoas simples” *versus* “a elite corrupta”. Para Ernesto Laclau (2005), por sua vez, o populismo é visto como a própria essência da política e equiparado à possibilidade democrática. O antagonismo, em sua visão, cumpre a tarefa de reintroduzir o conflito na política como forma de ampliar a mobilização dos setores excluídos da sociedade.

Até então, o populismo clássico, tomado pejorativamente, levava em conta a imagem de um líder carismático, sendo sinônimo do paradoxo social apresentado, de um lado, pela identificação pessoal entre o líder e o povo, e do outro, limitado ao desenvolvimento industrial, pela urbanização e construção da sociedade de massas, constituídas por sujeitos marcados pela individualidade das grandes cidades e pólos industriais. Segundo o cientista político Francisco Weffort (2003), o populismo surge a partir desse processo de transformação da sociedade brasileira, a partir de 1930, que se manifestou de duas formas: enquanto um estilo de governo ou enquanto uma política das massas.

O populismo contemporâneo leva em conta que, da mesma forma que as questões locais terão influência na forma como o povo e o inimigo são construídos pelo discurso, suas características serão alteradas também em virtude das mudanças sociais promovidas pelas novas formas de organização da sociedade. Com essa conjectura em mente, recorreu-se, então, à estrutura teórica do populismo, a fim de se descrevê-la e de se estabelecer a experiência política que conduziria à construção da ideia de “povo” para, a partir dele, responder ao seguinte problema de pesquisa: como os discursos oficiais do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva,

significaram a construção do povo nos seus dois primeiros mandatos (2002–2010), em especial sobre os temas da economia, das relações internacionais e das políticas públicas?

Para responder ao problema de pesquisa, formulamos uma hipótese que consiste na afirmação de que o Presidente Lula fez referência ao seu povo para uma diferenciação ideológica marcante, humanizadora, em defesa do desenvolvimento econômico e social, o que se tornou a marca do Lulismo, enquanto fenômeno político da esquerda brasileira, podendo ser classificado como discurso populista.

Lembremos que, para isso, são considerados aspectos como a condição de classe, a pluralidade social, os discursos e, fundamentalmente, as condições do momento de aclamação em 2002, pelo voto na esperança e pela reeleição (2006). A novidade da esquerda no poder, a repercussão mundial com a vitória e a expectativa que o primeiro governo Lula gerava, teve o mesmo impacto e peso político que a série das denúncias de corrupção e escândalos sobre a compra de votos, gerados pelo esquema do “Mensalão” (2005), envolvendo membros da alta cúpula do PT e Ministros de governo. Como repercussão, ocorreu uma oscilação na imagem do governo lulista, que flutuou entre a rejeição e a aceitação por parte do eleitorado brasileiro. Mesmo sob algumas fortes acusações, o sujeito Lula conseguiu manter certa blindagem no seu capital político, o que não abalou sua popularidade recorde, até o final dos oito anos de seu governo.

O fenômeno do Lulismo ganhou *status* de uma categoria explicativa chave para a compreensão da política no Brasil, no século XXI, muito significativamente, pela chegada da esquerda no poder à Presidência da República, pela determinação do líder sindical, Luís Inácio Lula da Silva. Ao longo da sua construção política ocorreram algumas tentativas de comparação entre Lula, que passa a nomear um fenômeno político, e outros ex-presidentes do Brasil como, Getúlio Dornelles Vargas e João Belchior Marques Goulart (Jango), exemplos de projetos políticos e objetos de estudo nas Ciências Sociais e na Ciência Política, mas nenhum que representasse a origem pobre e de líder da massa popular, como o protagonista desta tese. Pelo contrário, essas históricas lideranças eram a representação clássica do estadismo e da oligarquia no poder.

Lula deu nome a uma ideia e a promoveu largamente enquanto fenômeno político da esquerda brasileira, oportunizando instrumentos para a construção da vasta literatura, das análises midiáticas e, até mesmo, das contradições teóricas de cunho político e das ciências. *Nunca antes na história do Brasil*, ocorrera tamanha articulação e de forma tão recorrente.

Essa tese traz a luz às transformações políticas, econômicas e sociais do Brasil no século XXI, procurando contrastar com o que alguns teóricos como Paul Taggart (2017), tendem a defender como onda populista. Isso ocorreu, porque, dentro das possibilidades postas, é que o projeto da esquerda brasileira toma corpo, principalmente, por colocar o valor da ação de um mito político e dar início aos programas sociais propostos no seu plano de governo. No início, apesar dos modestos resultados, se concretizou uma onda eufórica de esperança e fé na mudança que suscitara no imaginário coletivo, articulado como um novo projeto político.

Os governos do fenômeno político do Lulismo desenvolveram propostas para atender às expectativas de cuidar do povo e, assim, reduzir diferentes desigualdades sociais. Lula adotou uma postura e que foi tomada como paternalista, como um pai que cuida dos seus, no caso, o povo. Programas sociais como o Bolsa Família (BF), Mais Médicos e o trabalho de colocar o Brasil na vitrine internacional, nas principais cúpulas para o debate entre as maiores economias do mundo, se tornaram iniciativas que viraram as páginas da história do Brasil, de cunho político, para iniciativas e distribuição de renda pelo mundo.

Os repasses dos recursos federais às famílias de baixa renda passaram a ser periódicos via mulheres, chefes de famílias. Em contrapartida, algumas condicionalidades, como a frequências das crianças na escola e ou manter em dia a carteira de vacinação, fundiram ações de cidadania e saúde pública. A oposição com receio do modo de proceder do político, tratou de desconstruir politicamente o governo, por uma ideia meramente compensatória e deseducativa, com o discurso que remetia a uma relação de clientelismo, baseada em troca de favores, pensando prejudicar a popularidade e por consequência, o capital político do Lulismo.

É impossível evitar que o beneficiado aja sempre por interesse, dando seu voto a quem lhe pareça melhor provedor, versão que caberia para qualquer governo, pois,

as chamadas Emendas Parlamentares, escancaradamente, são voltadas aos projetos dos parlamentares que se colocam na vitrine, parecendo sugerir que a verba pública é dinheiro do político, quando, na verdade, os recursos pertencem à União e, portanto, ao povo, contribuinte e mantenedor do Estado.

Para Nádia Urbinati (2014), a democracia representativa se baseia em uma estrutura diárquica que separa a vontade - os procedimentos e as instituições - da opinião - o domínio extra institucional das opiniões políticas. Para a autora, o populismo se caracterizaria pelo estabelecimento de um vínculo direto entre o líder e o povo e pela captura da estrutura representativa da democracia liberal - isto é, os órgãos intermediários como partidos e sindicatos entre outros, que se tornariam dispensáveis nessa relação. É este ímpeto de destruição das instituições liberais e democráticas que não encontramos no Lulismo, ao contrário, o fenômeno tratou de fortalecer as estruturas representativas.

Tendo definidos os objetivos, a delimitação do problema e a afirmação de uma hipótese, fez-se uma opção pela teoria e método da análise do discurso. O caráter pós-estruturalista considera os desejos políticos e as articulações como resultado de processos complexos, construídos mediante a emergência de demandas contingentes e a precariedade da estrutura institucional, em que a aproximação com a análise política do discurso se faz gradual e crescente, de modo muito especial com os aspectos teóricos e metodológicos de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe.

A teoria laclauiana expressa essa distinção de maneira filosófica, podemos dizer, recorrendo ao argumento heideggeriano, que a política se dá em nível “ôntico”, enquanto “o político” tem a ver com o nível “ontológico”. Isso significa afirmar que o ôntico tem a ver com as diferentes práticas da política cotidiana, enquanto o ontológico refere-se precisamente à forma como uma sociedade é fundada ou como se dá a constituição de um fenômeno.

Nosso fenômeno, o Lulismo tem a ver com essa batalha ousada e fundamental para o amadurecimento das práticas democráticas. Fatores determinantes como o momento em que se dá a política são tomados, então, como significativos ao debate progressista, já que é inegável o fato da histórica aprovação de Lula ao final de oito anos de governo, mesmo entre os ataques da oposição. Os dados, amplamente divulgados pela mídia, foram resultado da pesquisa realizada pelo Instituto Sensus e

pela Confederação Nacional dos Transportes (CNT), pela popularidade recorde do Presidente Lula (87%), ao estabelecer uma marca mundial, comparados aos ex-presidentes do Chile, Michelle Bachelet (84%), e da África do Sul, Nelson Mandela (82%), que eram os sujeitos políticos mais populares até aquele momento.

Sobre a execução deste trabalho teórico dissertativo, cumprimos etapas, sendo a principal delas a de delinear o recorte de um total de 2.141 pronunciamentos para a análise, reduzidos a um volume menor, à medida que elencamos três grandes temas de interesse, sendo eles a economia, as relações internacionais e as políticas públicas nas áreas da educação, saúde e segurança. Para a operacionalização da análise, transpomos os discursos para um banco de dados, com o recorte de interesse, data e evento. O conteúdo foi sendo analisado ao passo que o fenômeno se definia e assim se construía, discursivamente, o povo do Lulismo.

Dessa forma, elaboramos a presente tese em cinco capítulos, além do texto de introdução e das considerações finais. O primeiro refere-se à matriz teórica que foi utilizada para a análise dos discursos do Presidente Lula, sob a contribuição do olhar sobre a democracia na vida real das pessoas e sua forma de conceber o povo. Nesse sentido, consideramos a teoria populista laclauiana e a teoria do discurso da Escola de Essex, dos pioneiros Ernesto Laclau e Chantal Mouffe enquanto base teórica fundacional da pesquisa. Reforçamos a importância sobre os principais conceitos teóricos para estabelecer o significado dessas experiências como meio de perceber e imprimir características, a contingência e a expressão do fenômeno populista, como porta aberta na direção de diferentes possibilidades e da construção da ideia discursiva de povo, somados aos fatores históricos contingentes ao processo. Apresentamos os elementos para a contextualização e o surgimento da Teoria do Discurso de Ernesto Laclau, assim como, do populismo e as principais categorias exploradas. Para tanto, trabalhamos com as principais referências de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, com pesquisadores e comentaristas sobre o populismo clássico e contemporâneo, a fim de demonstrar que os conceitos assumem um papel fundamental para a compreensão da democracia e da sociedade, em determinado momento da política e por sua contingência histórica.

No segundo capítulo, exploramos a figura pública que dá nome ao fenômeno do Lulismo, com grande expressão nacional. Foram selecionadas algumas obras atuais que exploram a vida pessoal, social e política do sujeito Lula e da mesma forma

nos dedicamos à revisão bibliográfica do Lulismo, mais especificamente, na virada do século XX para o século XXI. A importância sobre essa demarcação se deve ao fenômeno já constituído, dado que o discurso fundacional, tanto do PT como do sujeito Lula, se fez necessário enquanto estrutura do fenômeno que representa o povo.

Também não desconsideramos a vasta produção científica precedente, que contemplamos nas entrelinhas dessa tese, pela contribuição na organização do debate hoje vigente. Notadamente, é a partir de 2002 que a atenção se volta à constituição de um fenômeno como este e sobre os estudos do tema, assim como pelo discurso político que efetivamente volta-se à relação que é construída entre o Lulismo e a democracia. O discurso pejorativo voltado ao fenômeno perde espaço entre as tentativas de sabotar o legado, as quais soaram simplesmente como ecos da oposição, frente à experiência do povo que sente, no seu dia a dia, uma mudança na vida real.

A respeito disso, cumpre dizer que o nosso trabalho estabelece um Norte sobre um populismo latino-americano, pois o fenômeno da esquerda brasileira se dá em uma contingência de um país historicamente subdesenvolvido, em situação diferenciada do Norte global, ou do populismo europeu, classicamente de centro-direita e da extrema direita conservadora. Dessa forma, transcrevemos como ocorreram os fatos, numa realidade contemporizada, o que corrobora para o panorama da experiência do Lulismo e desse fenômeno, que chamamos populista, por imprimir traços muito particulares que evocam o povo para o centro do poder.

Os três capítulos seguintes apresentam formatos semelhantes. Foram construídos pela elaboração da análise propriamente dita, divididos neste trabalho em três momentos: i) tomados como discursos econômicos; ii) das relações internacionais e, iii) políticas públicas, envolvendo saúde, educação e segurança, todos os três momentos tendo por base os discursos do Presidente Lula. Abordamos a forma como o sujeito político se direciona ao povo; quem constitui esse povo e sobre os significados atribuídos ao povo. Nesse sentido, são demonstradas as FDs, o trabalho empírico a partir das categorias teóricas e a estratégia política discursiva, como instrumento em que o presidente se constrói e constrói o povo, conforme o método de análise do discurso (AD).

Nas considerações, resumimos o esforço por estabelecer o perfil deste político como sujeito democrático e que elenca, nos dois mandatos, a habilidade necessária para atender às demandas do povo e, conseqüentemente, para lhe reconhecer como o responsável por imprimir seu nome na vida, e no imaginário da e pela coletividade.

Note-se que, assim como a democracia, o populismo vem se adequando às novas possibilidades e realidades da política. O uso do termo toma o universo discursivo e o dia a dia das pessoas. O fenômeno ganha nova vida no século XXI, um status que ressignifica o populismo, no intuito de mostrar a política como a sentimos e como de fato ela é. Portanto, a Ciência Política abriga essa área como disciplina sob o viés epistemológico, cognitivo e ontologicamente constituído de possibilidades para o nosso tempo.

## CAPÍTULO 1

### TEORIA E ANÁLISE DO DISCURSO POLÍTICO NA CONTEMPORANEIDADE

#### 1.1 Introdução

A teoria populista agrega uma ampla e variada discussão na Ciência Política, por sua recorrência e pela forma com que é tomada nos estudos latino-americanos. Trata-se de um tema amplo e introduzido na agenda das Ciências Sociais durante os anos 1950, devido à ascendente inquietação de estudiosos, como cientistas políticos, historiadores e sociólogos, que procuravam explicar o termo “populismo”, ainda de forma limitada e estrutural.

Classicamente, o termo foi tratado não enquanto fenômeno de possibilidades, mas, como discurso depreciativo devido às especificidades das experiências históricas, de modo a postular sua eliminação ao censurar o debate em muitos momentos acadêmicos. Consideramos que justamente a partir das experiências históricas na América Latina, fez-se necessário manter ênfase a essa categoria para a pauta dos debates, contemplando-se abordagens nas quais o populismo toma sentido enquanto lógica da política. O final do século XX e a virada para o século XXI constituíram cenários em que se deram a retomada e a ascensão dos trabalhos sobre populismo.

Esse capítulo visa colaborar com o debate sobre as possibilidades de sentido empregado ao populismo, mais especificamente, na contemporaneidade, quando se leva em consideração o resgate teórico político que articula experiências e processos de identificação. Conforme veremos, a teoria ilumina a essência do político que se faz presente na experiência populista, convergindo, em certa medida, sobre os fundamentos da Ciência Política.

Uma das principais referências sobre o populismo no século XXI e, mais especificamente, sobre os estudos latino-americanos, se encontra no pensamento do teórico político argentino, Ernesto Laclau (1935-2014), que nos possibilita um caminho



de teorização e de análise consolidado pela Escola de Essex da Análise do Discurso, na Inglaterra. Suas contribuições levam a rejeitar o determinismo econômico marxista e a noção de luta de classes como sendo o único determinante antagônico na sociedade.

## 1.2 Populismo: condição para a existência da política

Populismo é uma categoria que precisa ser entendida no plural. Isso significa que há diversas experiências populistas e democráticas, que nos desafiam pela missão de compreender essa complexa relação do populismo com a democracia. Eleger o populismo como fenômeno de pesquisa pode soar como repetição sobre o que já está sendo dito há muito tempo, insistir em algo que está sendo insistido ou se apropriar de um termo vago e que talvez mais pareça confundir do que esclarecer.

Porém, essa indefinição pode ter um sentido que se fundamenta na base ontológica<sup>3</sup> do pensamento político. Trata-se de um percurso teórico em que algumas categorias se tornam essenciais para o debate como o antagonismo, a precariedade e a contingência que dominam as relações sociopolíticas, mais especificamente, categorias analíticas da teoria do discurso laclauiana, que fundam uma corrente de pensamento pós-estruturalista<sup>4</sup>, defendida pelos teóricos políticos Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015). Antes, estabelece uma interlocução com um conjunto de pensadores, com fôlego interdisciplinar e que lançam luz sob outras possibilidades no entendimento do campo social e político, conforme estaremos abordando mais à frente.

Nessa perspectiva, aprofundamos a teoria para posterior análise empírica sob o método da análise do discurso, a fim de abordar sobre as experiências democráticas, suas limitações e a participação do povo no processo político. Portanto, diferentes abordagens nos darão uma dimensão sobre o real, sobre a condição para a existência da política, sendo parte das construções sociais. Nota-se que o resultado da prática discursiva não se restringe à estrutura ordenada de palavras, mas à

---

<sup>3</sup> Uma relação que se estabelece com os “entes”, porém, diz respeito ao “ser” – o que está por trás e além do fenômeno. Portanto, sai de uma base comum em busca de perceber o que, superficialmente, não se enxerga. Ir além do ôntico, além da realidade.

<sup>4</sup> “(...) aponta o caminho em direção a uma política – e uma política declaradamente “pós-marxista” – que reconhece a completa gama de e variedade de interesses sociais dos dias atuais.” (EDEGAR e SEDGWINK, 2003, p. 253).

expressão do sujeito e sua identidade, pois, entendemos que não há política na contemporaneidade sem as articulações que mexem com as estruturas e com as lacunas existentes na democracia.

O populismo carrega o fardo da linguagem que, em sua raiz<sup>5</sup>, faz ecoar um sentido pejorativo. Conforme o politólogo uruguaio, Francisco Panizza, não há clareza sobre o conceito:

El populismo constituye un concepto controvertido, y los acuerdos respecto de qué significa y quién califica como populista resultan difíciles ya que, a diferencia de otros conceptos también controvertidos – como el de democracia -, se ha vuelto una atribución analítica más que un término con el cual la mayoría de los actores políticos se identificaría con gusto. (PANIZZA, 2009, p.9).

Porquanto, o termo democracia já teve o mesmo tratamento que é dado ao populismo, enquanto uma categoria controversa, em sua contingência, e, assim como o anglicismo *outsiders*, sua existência parece não se enquadrar na sociedade, mas, ainda assim, passa a determinar um estilo através do valor que seu sentido carrega.

Muitos estudos tornam o populismo e suas experiências, sinônimos de ameaça à democracia como regime político. Trata-se de um pensamento baseado em formas tecnocráticas e econômicas de pensar os governos, as democracias e a própria ideia de povo. A presença do *demos*, ou do povo, toma um sentido de empecilho e não algo intrínseco ao fundamento do próprio regime. Contra essas pós-democracias, insurgem-se experiências populistas tanto de esquerda como de direita.

Tomado por diferentes contingências, nota-se que o fenômeno apresenta-se por uma onda ou surto populista pelo mundo, embora não tenhamos nenhum consenso sobre o que o termo vem a ser. Apesar de lamentar essa falta de clareza e por carregar definições clássicas sem privilégios, muitas vezes, pela tensão que gera, por associar-se a ou descrever movimentos geralmente radicais, de esquerda ou de direita, o debate sobre o tema reascende.

---

<sup>5</sup> Sufixo 'ísmo' em grego antigo -ισμός, que chegou ao português através do latim -ismus.

Disso decorre ser tão presente no debate e até se “popularizar” o termo, sem a intenção de ser redundante, uma vez que populismo foi escolhida a palavra do ano em 2017, segundo o dicionário da universidade britânica de Cambridge<sup>6</sup>.

O populismo se articula no mundo e se faz presente através do tempo.

Historicamente, a palavra foi empregada em dois sentidos diferentes. Na Rússia czarista do fim do século XIX, o populismo designa o movimento daqueles intelectuais revolucionários que “iam até o povo” e que, de Herzen, Bakounine e Tchernychevski, até os grupos clandestinos de tendência terrorista e até mesmo nihilista como Zemijai Volja e Narodnaja Volja, viam no povo russo uma espécie de Cristo da História (...). (BULIK, 2006, p. 158).

O populismo de direita é considerado um fenômeno mais recente, que passou a crescer nos Estados Unidos da América (EUA), a partir da década de 1960, com o democrata George Wallace (1919-1998). Também nos EUA o termo foi usado originalmente, quando “a mediados de la década de 1890, en referencia al Partido del Pueblo, pero desde entonces casi ningún movimiento o líder ha reconocido ser “populista”. (PANIZZA, 2009, p. 9).

Na segunda metade do século XIX, o discurso anti-establishment passa a ser articulado e o sentido de pêndulo democrático que pesa para o lado mais fraco, ao colocar a culpa em grupos étnicos. Visto como um populista George Wallace, toma como alvo os negros em um slogan que entrou para história: “segregação hoje, segregação amanhã, segregação sempre.”

Panizza (2009) aponta que, na era da globalização, o populismo nada mais é do que o espelho onde a democracia passa a se enxergar em detalhes, com imperfeições e até verrugas, para entender suas virtudes e falhas. Não está definindo o termo em processos demagógicos, clientelistas e autoritários, mas, sugere-se que há um processo de força e de poder, que remete à construção de um povo na lógica social e coletiva.

No século XXI, há uma eclosão de diversas manifestações. Na América, o populismo de esquerda se revelou com o crescimento e capital eleitoral de Bernard Bernie Sanders, nas primárias do partido Democrata. Porém, o protagonismo na

---

<sup>6</sup> Em sua definição, o populismo consiste na prática pública que se utiliza de atividades e ideias políticas com o propósito de conseguir apoio das pessoas dando a elas o que elas querem: como aumento dos salários e diminuição dos impostos.

democracia americana foi dado ao magnata Republicano Donald John Trump<sup>7</sup>, mediante a meteórica ascensão ao poder nas eleições presidenciais dos EUA em 2016, com um discurso que cativou milhões de americanos ao se apresentar como um defensor dos trabalhadores esquecidos por um *establishment* global e politicamente correto. Essa estratégia fez suscitar uma profusão de análises tentando explicar uma vitória que até então parecia impossível.

Nessa tentativa, o filósofo e historiador político Jan-Werner Müller<sup>8</sup> (2006), aborda a temática enquanto uma forma de política identitária, mensurável e reconhecida por suas manifestações, mais especificamente, no caso do populismo dos EUA e da Europa. Segundo Müller (2006), o populismo é a sombra da política representativa e uma ameaça à democracia, num esforço por reafirmar a confiança na racionalidade e na contra argumentação como um meio para se fazer a diferença numa democracia. A crítica do autor paira sobre as intenções e o combate às medidas de austeridade adotadas em vários países nos últimos anos pelo populismo de esquerda.

Müller, em 2018 já defendia a ideia de que o populismo reclama um monopólio moral de representação do povo e a demagogia está no conteúdo político, em argumentos enganadores e nas falsas promessas. Portanto, nem todos os populistas serão necessariamente tidos como demagogos, assim como nem tudo o que os populistas argumentam é mentira. Mesmo assim, para o autor, o populismo baseia-se numa mentira: a de que há um povo unido e homogêneo, e de que só os populistas o representam.

Na última década, muitos eventos transformaram o mundo, principalmente, desde a Primavera Árabe, em 2011. Fenômenos populistas deixaram gerações exaltadas, mudaram o rumo das sociedades na política e da história das nações pela disseminação de ideias e a institucionalização do discurso, ao se articular politicamente na Europa e constituir partidos políticos de esquerda como o Syriza (2004), na Grécia ou o Podemos (2014), na Espanha.

---

<sup>7</sup> Empresário de perfil autoritário, xenófobo e racista, desafiou todos os prognósticos e venceu a democrata Hillary Diane Rodham Clinton, ainda que ela tenha levado a maioria dos votos dos cidadãos americanos, os delegados deram ao *outsider* o poder, pela via institucional.

<sup>8</sup> Autor da obra *What is Populism?* Müller situa o tema na fronteira entre a história do presente, a teoria política e o ativismo cívico, em defesa da democracia que dá sinais da desconstrução do seu ideal em muitas regiões do mundo.

Populistas de esquerda rezam a mesma cartilha. Na Itália, por exemplo, Grillo adora malhar a “casta política”, uma rede de elites que funciona apenas em prol de si mesma. Na Espanha, Iglesias usou a retórica similar depois que o Podemos conquistou uma parcela recorde de voto nas eleições europeias de 2014. (MOUNK, 2019, p.58-59).

No mesmo sentido, a ascensão dos partidos da extrema direita europeia tem sido destaque, nos últimos anos, como o partido Alternativa (2013), na Alemanha; Aliança para o Futuro da Áustria (2005); Partido pela Liberdade (2006), da Holanda e o Partido dos Finlandeses ou Partido dos Verdadeiros Finlandeses, da Finlândia, fundado em 1995 e que ganha um novo fôlego a partir de 2019, ao recuperar o apoio popular que havia perdido. Casos estes que ilustram a composição institucional mais recente na Europa e de grande crescimento no século XXI, lembrando que essas experiências populistas se ligam às políticas excludentes, xenófobas e, não raras vezes, racistas.

(...) em todos esses países, populistas de extrema direita celebraram um sucesso sem precedentes nos últimos anos ao proclamar que estavam do lado do povo. De fato, a votação dos partidos populistas europeus de esquerda e de direita mais do que dobrou nas últimas décadas. (MOUNK, 2019, p. 52).

Muitos escritores destacam o termo e se valem do populismo na intenção de descrever algum tipo de comportamento (MOUNK, 2019; LEVITSKY & ZIBLAT, 2018), chegando a estabelecer este como um elemento desestabilizador da democracia. Sem dúvida, é um dos elementos que compõem o cenário contemporâneo em meio às crises da democracia, porém, nos parece não ser o melhor argumento para dar conta da complexidade do problema.

Na Europa, nos EUA e mesmo nos países latino-americanos, nota-se a presença de sujeitos e movimentos sociais hostis à democracia e ao diálogo. Politicamente, eles sempre existiram. O que sugerimos analisar está sob a importância em compreender o peso que assumem na contemporaneidade, tendo em vista as condições que permitiram a esses chegar ao sistema e às instituições. Na análise de Mounk (2019), o populismo produz democracias iliberais associado ao advento de sociedades liberais não democráticas que, na sua opinião, carregam o peso e a redução da decisão popular sobre o governo, diferente do que ocorreu em décadas anteriores.

Nos países latino-americanos o populismo, clássico<sup>9</sup>, soa como um termo mais familiar, geralmente mais associado à esquerda, devido ao lastro ascendente entre os séculos XX e XXI. Alguns autores definem que o populismo seria uma combinação de líderes carismáticos e autoritários, de clientelismo e de um discurso de conciliação de classes. Na América Latina, de modo peculiar, há uma visão sobre os mais pobres, ligada à ascensão da política de esquerda e que se fundamentou na constituição de uma ordem nacional popular que rompe com o poder estabelecido.

O populismo, visto como um movimento político, perdurou na América Latina, alinhado às marcas e formações discursivas muito específicas entre os anos de 1930 a 1960, tendo como ícones Getúlio Dornelles Vargas, no Brasil, e Juan Domingo Perón, na Argentina.

(...) la vasta literatura sobre populismo latinoamericano que restringe el término a la época dorada de la política populista, que se extiende desde la crisis económica de la década de 1930 hasta la desaparición del modelo de desarrollo de industrialización mediante la sustitución de importaciones (ISI) a fines de la década de 1960. Este enfoque destaca la flerte asociación entre la política populista – como una alianza de clases bajo la conducción de un líder carismático como Juan Domingo Perón em la Argentina, Getúlio Vargas em el Brasil y Lázaro Cárdenas em México – y la estrategia de desarrollo mediante la ISI. (PANIZZA, 2009, p.12).

Classificados como populistas de Estado, os líderes do populismo latino-americano de Perón e Vargas representavam uma forma de construção política naquela contingência, uma imposição que devia ser entendida no seu tempo, na sua realidade histórica e política. Laclau e Mouffe (2015), vinham do diálogo com a tradição marxista, inspirados pelas obras de intelectuais como Antônio Gramsci e Louis Althusser, estabeleceram o elo que se fazia necessário para as categorias (com certa ligação a psicanálise lacaniana) como: ideologia e sobredeterminação, como também à questão da “contingência” presença central na tese laclauiana

---

<sup>9</sup> Populismo clássico refere-se às experiências que surgiram na América Latina, especialmente na Argentina, Brasil e México, em decorrência das crises econômicas dos anos 1930, caracterizadas por lideranças “carismáticas”, como Perón, Vargas e Cárdenas, respectivamente, por um modelo de desenvolvimento orientado pelo mercado interno, sustentado em um processo de industrialização e impulsionado por uma forte intervenção do Estado. Da mesma forma, o tipo de alianças sócio-políticas foi baseado em um acordo tripartido entre o Estado, o movimento sindical e os empregadores. A incorporação de grandes setores da sociedade à comunidade e ao sistema político teria operado por meio de canais promovidos “de cima”, com fraca autonomia da sociedade. (IANNI, 1975).

Para o cientista político, Francisco Weffort (2003), a própria exaltação do poder público é o populismo, pois o Estado coloca-se através do líder em contato direto com os indivíduos.

Daí que a interpretação do comportamento popular sob formas populistas deva recorrer às diferenças de sequência e de rapidez dos processos de mudança entre a América Latina e a Europa que caracterizariam a particular assincronia da transição ou a noções negativas como: “falta de experiência política” ou “falta de experiência de classe”. (WEFFORT, 2003, p.106).

A visão histórica conturbada (que não considera a precariedade além da organização de classes, de cada momento político, nem mesmo a geografia política contingente e que passa a julgar) conduz à ideia de “um valor interpretativo por vezes duvidoso”, conforme aponta Weffort (2003). Dessa forma, se altera o que há sobre o populismo ao colocá-lo dentro de um recorte negativo, sinônimo de demagogia.

À medida que exploramos o sentido dado ao termo populismo e as abordagens teóricas situadas em diferentes linhas, em especial no campo da discursividade, vimos a possibilidade de análise numa perspectiva transdisciplinar, sob a cautela de se manter sempre abertos ao debate e à condição de impossibilidade (teórica e empírica), enquanto uma possibilidade e radicalização da própria democracia.

Essa noção nos permite afirmar que o populismo não é um tema que retorna à pauta política, porque ele sempre ali esteve e está associado às fissuras sociais, que se faz presente nas chamadas democracias. Portanto, há populismos não democráticos e excludentes, mas também há populismos populares e inclusivos, seja da direita, representados por Jean-Marie Le Pen (França) e Pim Fortuyn (Holanda) ou da esquerda, articulados por movimentos políticos como o Lulismo (Brasil), o Chavismo (Venezuela) e o Kirchnerismo na Argentina.

La historia reciente de la Argentina es un ejemplo de los diferentes resultados. Cuando la Argentina retorno a la democracia em 1983, la dicotomía histórica entre el peronismo (como representante del Pueblo) y sus adversarios de izquierda, liberales y conservadores, dio lugar a in sistema político más plural. Em 1989 Carlos Menem logro uma constitución parcial de la identidad peronista mediante la redefinición de la frontera política entre el peronismo y su “outro” siguiendo lineamientos diferentes a los peronismo histórico. Sin embargo, el fracasso de Menem y de su sucesor, De la Rúa, del Partido Radical, para prevenir el colapso de la economía argentina em diciembre de 2001, condujo a la disolución de las identidades políticas y abrió la posibilidad de nuevas formas de identificación política. (PANIZZA, 2009, p. 33).

Menem, hoje Senador, foi Presidente da Argentina entre 1989 a 1999 e pertence ao Partido Justicialista (PJ)<sup>10</sup>, também conhecido como Partido Peronista, sendo o maior partido político da Argentina. Foi fundado pelo general Juan Domingo Perón, cujo sobrenome batizou um dos maiores movimentos populistas da América Latina, o Peronismo.

Além do esforço teórico, há uma tarefa complexa e empírica que tem avançado nas últimas décadas sobre a abordagem do populismo enquanto fenômeno, a exemplo do Peronismo e do Varguismo<sup>11</sup>.

As abordagens clássicas sobre o populismo na América Latina consideram o fenômeno como uma particularidade histórica do desenvolvimento de um processo incipiente e tardio de industrialização na região na primeira metade do século passado, aliado a uma massa urbana desorganizada, recentemente saída do campo e completamente alheia a seus interesses de classe. (MENDONÇA, 2019, p.191).

Os populistas latino-americanos são rotulados pela relação de troca e manipulação entre um líder carismático e as massas que representam um grupo mais vulnerável de trabalhadores num momento de crise de hegemonia. Segundo André Singer (2018), pode até ser, no entanto, que essas sejam explicações estruturais contingentes ou mesmo ultrapassadas, que tiveram seu auge acadêmico e nas ciências sociais no século passado. Sob essa perspectiva, no Brasil, há uma tendência histórica ao que se chama de “aparelhamento”, o que aponta a ocupação de cargos públicos por critérios de lealdade ao governo estabelecido.

Portanto, não podemos reduzir populismo e a própria democracia a conceitos fechados e imunes à constante revisão. Isso nos sugere abordar o populismo em sua contemporaneidade, na missão de ilustrar como o tema está sendo tratado em contexto local e regional, mais especificamente, no caso latino-americano, sem esbarrar nas análises ultrapassadas; afinal, o fenômeno não se manteve estático, pois a política é dinâmica e intempestiva do ponto de vista de sua própria radicalidade e tensões empíricas.

---

<sup>10</sup> Pela contingência histórica, o partido é tachado de autoritário pelos seus opositores, porém, chegou ao poder na Argentina pela via democrática com a eleição dos presidentes: Juan Domingo Perón (1946; 1952; 1973), Héctor Cámpora (maio de 1973), Carlos Menem (1989; 1995), Néstor Kirchner (2003), Cristina Kirchner (2007; 2011) e, recentemente, com Alberto Fernández (2019), todos eleitos pelo povo.

<sup>11</sup> Esses são exemplos clássicos na América Latina de movimentos populistas – Juan Domingos Perón, na Argentina e Getúlio Dorneles Vargas, no Brasil – principalmente pela literatura das Ciências Sociais, produzida pela Sociologia e pela Ciência Política.



Deixamos claro, até essa etapa, que não podemos nos furtar dos contextos históricos e introdutórios que balizam as discussões e as análises por diversos pensadores e teóricos das Ciências Sociais e, particularmente, da Ciência Política. Independentemente da ideologia presente nas mais diversas experiências populistas, o fato é que elas são respostas à inércia das democracias representativas e ao marasmo das lideranças liberais, regimes que não somente desestimulam como também restringem a participação popular.

A pesquisa acadêmica tem explorado intensamente, ao longo do tempo, fenômenos como o populismo, o que o torna objeto da ciência e do cruzamento de diversas áreas do saber, na composição das Ciências Humanas e Sociais. Dessa forma, o historiador e teórico político argentino, Ernesto Laclau (1935-2014), dedicou seu pensamento desde o marxismo clássico, quando termos como o populismo o instigava e o desafiava, levando-o a afirmar: “É que à obscuridade do conceito empregado vem se juntar à indeterminação do fenômeno a que se alude”. (LACLAU, 1978, p. 165).

Desde muito jovem, Laclau revelava uma tendência a desvelar e procurar explicações a respeito da amplitude dos movimentos sociais. Ernesto Laclau viveu os movimentos argentinos quando assistia as manifestações pela janela de sua casa, em Buenos Aires, até interagir nas lutas da classe operária e registrar sua visão nos editoriais de *Lucha Obrera*, na década de 1960, que expressavam os conteúdos das demandas populares. A partir dessa motivação, Laclau passa a integrar o movimento de pensadores que se autodenominavam "da esquerda nacional" para se diferenciar dos que se vinculavam ao marxismo ortodoxo.

Portanto, as experiências práticas enquanto ativista em Buenos Aires, levaram Laclau às discussões no sindicato argentino e à própria análise dos slogans opostos nas manifestações que impulsionavam o choque e os debates nos congressos partidários, conforme ele ilustra na obra *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tempo*, em 1993.

Sua capacidade de pensar sobre a democracia e a própria impossibilidade de encontrar um fundamento último para a definição dessa categoria assim como sobre o populismo, está na base ontológica das reflexões do pensamento político do autor. *A Razão Populista* revela anos de dedicação ao termo e chega à lógica política de “um modo de construir o político” (LACLAU, 2013, p.28), uma definição hermenêutica,

que toma a possibilidade de sentido a partir do entrelaçamento das categorias e da lógica de seu pensamento.

Não foi minha intenção encontrar o verdadeiro referente do populismo, mas fazer o oposto: mostrar como o populismo não possui uma unidade referencial, pois não está atribuído a um fenômeno delimitável, mas a uma lógica social, cujos efeitos perpassam muitos fenômenos. (LACLAU, 2013, p. 28).

Nesta discussão, populismo é um tipo de construção política que divide antagonicamente o espaço social em dois discursos antagônicos, “o povo” contra o seu “inimigo”. Este conceito é inspirado principalmente na abordagem laclauiana do populismo (LACLAU, 2013), consolidada na Escola de Essex da Análise do Discurso, Inglaterra<sup>12</sup>. Suas contribuições o levam a rejeitar o determinismo econômico marxista e a noção de luta de classes como sendo o único determinante antagônico na sociedade.

Ao reconhecer a pluralidade de antagonismos que, perante as condições históricas, revelam unidades de grupos pela articulação de demandas existentes, temos um conjunto de decisões teóricas e necessárias para que algo como “populismo” seja abordado. “A mais relevante, talvez, para nosso tema, é aquela segundo a qual o populismo não é uma ideologia, mas uma forma de construção do político.” (LACLAU, 2013, p.21).

Foi na década de 1970 que Ernesto Laclau observou o populismo como algo ainda a ser explorado teoricamente e aguardou o momento certo, a maturidade teórica e acadêmica necessárias para realmente expor seu pensamento sobre o tema<sup>13</sup>. A categoria ganha notoriedade na obra, *A Razão Populista* (2013), momento em que o autor aborda sobre a natureza e o conceito de populismo no discurso político, fundamental para a discussão sobre representação e democracia, como também o papel do povo em servir aos atores políticos. “A meio caminho entre o descritivo e o normativo, o populismo pretende apreender algo crucialmente significativo sobre as

---

<sup>12</sup> Ernesto Laclau (1935-2014), atuou por muitas décadas na Universidade de Essex, onde criou o Programa de Ideologia e Análise de Discurso. O Programa acolhe estudantes e pesquisadores do mundo todo, que desempenham esforços teóricos e analíticos a partir da teoria do discurso de Laclau, enquanto um paradigma de referência.

<sup>13</sup> Enquanto isso escrevia com sua companheira belga, Chantal Mouffe, a obra “Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma política democrática radical”, lançada originalmente em 1985 e traduzida para o português somente em 2015. A publicação defende como tese central que a objetividade social é constituída por meio de atos de poder.

realidades políticas e ideológicas a que se reporta.” (LACLAU, 2013, p.33). O autor reflete sobre os elementos ontológicos da política e a lógica populista, que permite uma forma de construção de identidades, em que se ouve e se dá voz às identidades populares como possibilidade de reivindicação e às múltiplas possibilidades de aparição.

Laclau adverte para o olhar equivocado e, por vezes, negativo, sobre a operação populista<sup>14</sup> que conduz a enganos como quando determinado líder induz as massas a incorrerem, ou, à ocorrência de populismo devido a um subdesenvolvimento político de uma nação. Para guiar-se teoricamente, consideremos a seguinte premissa:

(...) o impasse que a teoria política experimenta em relação ao populismo está longe de ser acidental, pois tem suas raízes fincadas na limitação dos instrumentos ontológicos atualmente disponíveis para a análise política; o populismo, enquanto *locus* de um empecilho teórico reflete alguns limites inerentes ao modo pelo qual a teoria política abordou a questão de como os agentes sociais “totalizam” o conjunto de sua experiência política. (LACLAU, 2013, p.34-35).

No populismo, é corriqueira a forma como as massas são vistas, em profundo estado de desconfiança. *A Razão Populista* de Laclau propõe uma abordagem sobre questões e interrogações básicas como: “(...) de que realidade ou situação social o populismo é a expressão?” (LACLAU, 2013, p.52-53). “(...) a “vagueza” dos discursos populistas não é consequência da própria realidade social que, em algumas situações, é vaga e indeterminada?” (Idem). Para responder estas questões partimos do plano ôntico, da relação negativa atribuída ao populismo e de elementos do âmbito político.

Tomado pela impossibilidade e imprecisão na abordagem, o populismo torna-se refém dos procedimentos adotados enquanto sinônimo de “vagueza”, “imprecisão” e “pobreza intelectual”, que pode relegá-lo à “mera retórica”, no sentido original da palavra, de caráter tão manipulador quanto a ideia de que as massas são enganadas por um líder inescrupuloso. Assim, sabendo que não existe política sem a atribuição de valor e sem a constituição de um inimigo, “(...) podemos dizer que o progresso na compreensão do populismo requer como condição *sine qua non*, resgatá-lo de sua posição marginal no interior do discurso das ciências sociais.” (LACLAU, 2013, p.55).

---

<sup>14</sup> “Todo o sucesso da operação populista depende de fazer com que o momento universalista prevaleça sobre o momento particularista.” (LACLAU, 2013, p.289).

A lógica laclauiana é interpretada não como algo fechado e normativo, mas enquanto possibilidade discursiva, em que a articulação e a demanda de um grupo têm sua origem a partir das experiências populistas muito mais propensas a falhas e erros do que de acertos. O populismo assume um direito de fissurar o sistema político, pela reivindicação a uma ordem estabelecida, que divide a sociedade em dois polos ou movimentos ambíguos e contraditórios, que podem se cristalizar. “(...) o populismo se apresenta como *subversivo* (...) para uma *reconstrução* mais ou menos radical de uma nova ordem sempre que a ordem anterior foi abalada.” (LACLAU, 2013, p.255).

Segundo o autor, não é possível satisfazer todas as forças heterogêneas que constituem uma coalizão<sup>15</sup>. Esta heterogeneidade ou diferença está em uma estrutura em que ocupa uma posição de base para articulação (não essência) a partir de uma cadeia de equivalências<sup>16</sup> políticas que se tornam heterogêneas e homogêneas. Os mecanismos de análise do populismo são meios de pensar o “povo”, como uma categoria política, sobre a constituição das identidades e a demanda sociopolítica que gera, discursivamente, a ideia de grupo. “Esse conjunto pressupõe uma assimetria essencial entre a comunidade como um todo (o *populus*) e os “de baixo” (a *plebs*).” (LACLAU, 2013, p.318).

Portanto, as experiências populistas visam à articulação de um povo que se coloca contra os seus inimigos. Não se pode chamar qualquer fenômeno de populista, mas, deve-se perceber que em cada experiência podem haver diferentes gradações de populismo. Se tomarmos o caso brasileiro, por exemplo, a experiência com o Lulismo<sup>17</sup> é reveladora, ainda que muitos teóricos possam discordar ou mesmo não admitir. Lula é um nome que representou e representa o povo, enquanto constituição de uma identidade coletiva e enquanto resultado da articulação entre a lógica da diferença<sup>18</sup> e a lógica da equivalência<sup>19</sup>. Por estabelecer uma fronteira antagônica, o

---

<sup>15</sup> “Esta requer uma construção social contingente, pois não resulta da natureza positiva e ôntica dos objetos. Foi isso que denominei articulação e hegemonia.” (LACLAU, 2013, p.318).

<sup>16</sup> “(...) feita de elos que se dividem entre o particularismo das demandas que eles representam e um significado mais “universal”, proporcionado por sua comum oposição ao status quo.” (LACLAU, 2013, p.289).

<sup>17</sup> A partir da publicação do livro de André Singer, *Os Sentidos do Lulismo*, esse fenômeno tem sido estudado, apesar do autor não admitir o Lulismo enquanto uma experiência populista.

<sup>18</sup> Modos de construir o social. O primeiro enquanto “(...) afirmação de uma particularidade – no caso, uma particularidade de demandas – cujas únicas ligações com outras particularidades são de natureza diferencial (...)” (LACLAU, 2013, p.129).

<sup>19</sup> Trata da articulação das diferenças, ao estabelecer a possibilidade e constituição da lógica populista, pois, enfatiza “tudo o que as particularidades possuem em comum no plano da equivalência.” (LACLAU, 2013, p.129).

populismo representa uma homogeneização política que o nome Lula articula a partir de um complexo processo de mobilização de heterogeneidades, a ponto da articulação entre identidades isoladas pela formação discursiva, modificar os conteúdos dessas identidades, o que faz a lógica da equivalência adquirir certa primazia sob à lógica da diferença.

Logo, a razão política está na busca de satisfazer as demandas existentes, algo impossível, mas inerente ao discurso populista que Laclau chama de “significante vazio”. Tratar sobre política é falar de um impossível já que as demandas no universo político não têm fim. Assim, o que faz a política é o momento, a condição discursiva para surgir e sua incompletude.

O populismo de base tem sua origem no Partido do Povo, ou seja, trabalhadores contra os poderosos, em que um determinado grupo se coloca frente àquele que se constitui como seu inimigo político. Há graus de maior ou menor radicalidade e diferentes fenômenos ocorrem, como as greves, que reforçam a ideia de diferença política e geram característicos graus de subordinação<sup>20</sup>. Conforme Laclau (2013), no populismo, a *plebs* reivindica ser *populus*, que pode partir de uma revolução, em busca de mudança, de transformação social, sem data marcada, na busca da impossível eliminação do particularismo diferencial. “Essa tensão *sine die* é o que assegura o caráter político da sociedade, a pluralidade das encarnações do *populus* que não conduz a qualquer reconciliação (...) por isso que não existe parcialidade que não mostre, em seu interior, os traços do universal.” (LACLAU, 2013, p. 319-320).

### 1.3 De Freud à construção da identificação política

Ernesto Laclau (2013), elabora um percurso que agrega a psicologia da vida cotidiana, a teoria e as ideias principais, da psicanálise freudiana<sup>21</sup> a fim de compreender, com mais clareza, sobre a relação do laço social e libidinal. Esta noção está associada à ideia e à relação que se estabelece entre o líder e os liderados, muitas vezes confrontadas por uma carência das relações sociais e reduzidas às leis,

---

<sup>20</sup> Significantes vazios que podem ser frágeis e limitados.

<sup>21</sup> “É em relação à diferença entre impulsos sociais e impulsos narcisistas que Freud estabelece a distinção entre a psicologia social e a psicologia individual.” (LACLAU, 2013, p.97).

à normatização. Alguns autores, entre eles Laclau, reconhecem o populismo como parte e constituição do povo, em que um líder não se constitui pela força, por imposição ou pelo movimento teórico de enganação do povo, já que o líder não é o populista, mas está posto como algo anterior a este processo, que abre caminhos e abre a possibilidade de se avançar politicamente.

É partindo do princípio de que o populismo pressupõe um processo de representação e este, por sua vez, depende da identificação<sup>22</sup> que está diretamente relacionado a um nome (líder) em terreno contingente, que se indica o discurso político em seu conteúdo e mexe com o “Eu” ou, com a psicologia das massas “(...) inerentes à formação de qualquer identidade social.” (LACLAU, 2013, p. 27).

Freud trata da sobredeterminação<sup>23</sup> como um tipo de fusão que possibilita diferentes formas de reenvio simbólico e de pluralidade de sentidos. “Para Freud, a instância da sobredeterminação depende inteiramente de uma história pessoal: não existe nenhum elemento que seja sobredeterminante em si ou por si.” (LACLAU, 2013, p. 335).

De acordo com a contingência, algumas palavras terão maior ou menor significado no jogo político, geradas pela similitude no discurso e que Freud chamou de “pontes verbais” as quais se traduzem em manifestações que representam um conjunto de sentidos “(...) traduzidas no deslocamento da relação significante/significado.” (LACLAU, 2013, p. 63). Assim, pela razão política não há uma negação da possibilidade da revolução ou da possibilidade de o próprio povo liderá-la. Também, não há nada que garanta ou indique um processo revolucionário que deva acontecer ou que, essencialmente, o sujeito deste processo seja o liderado. Mais uma vez, destaca-se que a contingência é uma presença central à tese laclauniana.

Laclau desenvolve sua crítica, em *A Razão Populista*, a partir de autores como Le Bon e William McDougall, que questionavam o valor das multidões<sup>24</sup>. A noção de identificação pelas massas, traduzidas pelo fenômeno da “sugestionabilidade”, abre precedentes ao movimento de massas ou um movimento patológico motivado pelo *contágio*. Com este comportamento das massas “a distinção entre racionalidade e

---

<sup>22</sup> “A identificação, diz Freud, “é a expressão mais antiga de um laço emocional com outra pessoa”, vinculada à história do complexo de Édipo.” (LACLAU, 2013, p.100).

<sup>23</sup> Enquanto muitas variações e acontecimentos que colaboram para determinar uma sociedade.

<sup>24</sup> “(...) o repúdio ao meio indiferenciado que é a “multidão”, ou o “povo”, em nome da estruturação social e da institucionalização.” (LACLAU, 2013, p. 111).

irracionalidade coincidiria, amplamente, com a distinção entre o indivíduo e o grupo.” (LACLAU, 2013, p. 67).

Em Laclau é a demanda que formará o grupo, assim, parte-se da ideia de demanda e não de grupo, sendo então que a formação da demanda é que formará o grupo perante uma falta, uma necessidade a ser solicitada, e à medida que é atendida, funciona a lógica da diferença. Porém, as solicitações também podem se transformar em reivindicação, já que uma demanda não atendida é sinônimo de frustração. Então, esta possibilidade e dualidade entre uma demanda e outra é o início do populismo. Desta forma, reforçamos que a lógica da equivalência (quando os liderados defendem e exigem os seus direitos) é a lógica do populismo.

Dada a noção de hegemonia enquanto luta pela construção de positividade, incompleta e indeterminada, a liderança da classe operária ou que representa o povo, não depende unicamente das articulações<sup>25</sup>, mas ela se dá por uma mudança de qualidade da classe líder da hegemonia. Laclau também observa fenômenos comportamentais em multidões a partir de outras teorias como de McDougall: “(...) a dimensão de homogeneidade que se deve encontrar em qualquer multidão que seja mais do que mero e fortuito ajuntamento.” (Laclau, 2013, p. 91).

Esta distinção entre multidão e grupo requer, principalmente, ir além das características normativas que envolvem organização, ações, normalidade e racionalidade. Nem sempre esta multidão é vista como organizada e a noção freudiana soma elementos que avançam em outro sentido, central ao populismo, que envolvem o afeto e uma motivação maior que levam a seguir um líder, devido a um processo de identificação política que podemos traduzir enquanto possibilidade de haver algo em comum.

Nesta perspectiva e construção de identificação política há uma cadeia de iniciativas, que envolve também uma associação de imagens e palavras, onde se reproduz e se multiplicam seguidores em que uns seguem os outros, ou seguem um modelo de líder “porque o indivíduo, desde o começo de sua vida, está invariavelmente ligado a alguém (...)”. (LACLAU, 2013, p. 97). O autor chama a atenção de que um líder populista tem diferentes graus de identificação, ou gradações devido à relação entre liderança e liderado, em que varia o possível grau de identificação.

---

<sup>25</sup> Em tentativas de homogeneizar a sociedade que só articula elementos distintos e não articulados entre si.

Freud propõe deixar de lado a “sugestão” como um termo que requer explicação, e apelar à *libido* como categoria primordial para explicar a natureza do laço social. Este seria um laço libidinal e, enquanto tal, relaciona-se com tudo que diz respeito ao “amor”. (LACLAU, 2013, p. 98).

Assim, o mais importante para Laclau (2013) não é o feito do líder, mas como este se constrói pelas demandas. Desta relação de identificação, que também pode ser político-partidária, o líder já tem uma massa pré-disposta através, e, pelas demandas. “Em outros termos, ela constitui um *ato* no sentido estrito, mas não tem sua origem em nada que seja externo a ela” (p. 324). Pelo amor cego e vislumbre do outro, podemos afirmar que sempre falamos a partir de símbolos, nunca pelo real. “Seu denominador comum é a *idealização* do objeto, que dessa forma se torna imune à crítica.” (LACLAU, 2013, p. 100-101).

Freud não explora, exatamente, sobre a necessidade de uma liderança com razões estruturais, mas, trata sobre uma liderança democrática<sup>26</sup>. Laclau deixa claro que sua abordagem psicanalítica não representa um “empreendimento freudiano” e sim um ponto de partida para uma pesquisa que busca, em uma pluralidade de tradições culturais, as inferências necessárias para o desenvolvimento de sua obra. “(...) o fundamental para a emergência do “povo” como novo ator histórico é que a unificação de uma pluralidade de demandas numa nova configuração seja constitutiva, e não derivativa.” (LACLAU, 2013, p. 324).

Desta forma, o social é interpretado por Laclau a partir das condições ontológicas e epistemológicas pós-fundacionais e pós-estruturais, que possibilitam pensar a complexidade política livre de essencialismos ou determinismos limitados e estruturados. Essas reflexões teóricas são determinantes ao pensamento laclauniano, como a psicanálise freudiana e a lacaniana (que veremos a seguir) e que revelam o quanto o autor teria sido influenciado, em alguma proporção, mas, as dividiu com sua própria capacidade e discernimento sobre a política.

#### 1.4 A lógica da hegemonia e o objeto lacaniano

---

<sup>26</sup> “É verdade que, para Freud, o político tem um papel básico no que diz respeito à instauração do laço social.” (LACLAU, 2013, p. 103).



Também sob a influência lacaniana, Ernesto Laclau aborda as questões sobre o populismo. Estabelecida uma relação teórica tensa com o marxismo, Laclau vê a noção de hegemonia<sup>27</sup> (enquanto determinada demanda que representa a totalidade que a excede/transcende) a partir do olhar pós-estruturalista, assim, a psicanálise lacaniana é incorporada por sua teoria. Perante o desencontro entre o marxismo, pós-marxismo e a teoria lacaniana, nota-se os limites do marxismo, o que permite respostas aos problemas contemporâneos, de acordo com a teoria social.

Lacan permite trazer ao debate a ideia de símbolo, de um real impossível, que permite associar um objeto ao que estamos imaginando, ainda que seja um objeto ausente. Assim, o simbólico pode ser reconstruído, como por exemplo, no jogo político em que o sujeito político é aquele que vive sobre as regras das estruturas políticas contingentes. “(...) quando um projeto de transformação social profunda começa a ser implementado, ele entrará em choque, em vários pontos, com a ordem institucional vigente, e esta terá de ser modificada mais cedo ou mais tarde.” (LACLAU, 2013, p. 20).

É o objeto/afeto que dará nome ao discurso, ao considerar o populismo na lógica da política, pois, nos movemos pela busca de uma completude. Na obra *A Razão Populista*, Laclau leva a um caminho intelectual que detecta o processo e práticas concretas para a crescente emancipação da identidade política que, naturalmente, se sobressai. Assim, são dados os papéis constitutivos à nomeação e ao afeto.

Para dar conta da abordagem contemporânea, faz-se necessário perceber como os nomes se relacionam com as coisas num universo de demandas em que somos sujeitos da falta, movidos por ela e em direção à busca de uma completude. No sentido lacaniano, trata-se de algo simbólico em que a demanda é um objeto parcial e a partir deste se faz mostrar a falta<sup>28</sup> essencial, segundo Laclau, momento em que somos marcados pela falta, não pelo engano.

Laclau, ao falar de hegemonia, fala o que Lacan falava do objeto e desta forma traduz seu objetivo teórico numa busca por olhar o mundo contemporâneo e fim de compreendê-lo e explicá-lo.

---

<sup>27</sup> “A ideia de hegemonia se refere à transformação do Estado e à ampliação da esfera pública.” (LACLAU, 2013, p. 22).

<sup>28</sup> “(...) es el sujeto, falta simbólica él mismo, el mismo sujeto como falta el que introduce la división em la colectividad humana.” (STAVRAKAKIS, 2007, p. 70).

É somente por meio da abordagem lacaniana que contamos com uma verdadeira inovação: a identidade e a unidade do objeto resultam da própria operação de nomeação. Isto, porém, somente é possível se a nomeação não se subordinar à descrição ou a uma designação anterior. A fim de desempenhar esse papel, o significante tem de se tornar não apenas contingente, mas também vazio. (LACLAU, 2013, p. 165).

Toda construção discursiva envolve uma construção de poder, em que um esteja contra o outro, assim, afirma-se que só existe antagonismo se há heterogeneidade<sup>29</sup>. A construção hegemônica da cadeia popular ou a centralidade na estrutura, que diz respeito ao lacaniano “ponto nodal”, o que ocorre a partir da contingência<sup>30</sup> que será construído o poder e também o que estará contra ele depende da heterogeneidade que é anterior ao poder que perdurar. “É evidente que sem pontos nodais não existiria, de modo algum, a configuração.” (LACLAU, 2013, p. 165).

O objeto lacaniano, ou, o objeto ausente, colabora no sentido de esclarecer que é o sujeito que produz identificação e, a partir disso, constrói caminhos, que, abordados pela teoria lacaniana, tornam-se úteis para a análise política e social. “(...) a totalização do campo popular (...) somente pode ocorrer se um conteúdo parcial assume a representação de uma universalidade em relação à qual ele é incomensurável. Isso é fundamental.” (LACLAU, 2013, p. 167).

A partir da constituição de um líder, não haverá o responsável direto pela existência da estrutura, mas, sim um líder - enquanto representação da estrutura – ou, um nome. Conforme cita Laclau (2013), na visão lacaniana, “(...) a unidade do objeto é um efeito retroativo do ato de nomeá-lo.” (p. 170). As coisas não precisam de um significado exato para fazer sentido, há algo que é anterior a isso, constitutivo, e a isso, chamamos de falta. Laclau considera fundamental uma teoria que coleta dados, na perspectiva de uma ontologia geral que promove as reflexões de Lacan e considera o ser, o sujeito e o objeto, de forma a conhecer o social. “Esse é o ponto em que o nome, altamente investido afetivamente, não apenas expressa a unidade do grupo, mas também se converte em seu fundamento.” (LACLAU, 2013, p. 327).

Laclau chama a atenção para a dimensão ontológica em que não há política sem populismo, já que se trata de uma lógica política e a instituição de algo novo que

---

<sup>29</sup> Enquanto margem do sistema simbólico – excluído. Trata-se de uma exclusão do discurso antagonico, pode aparecer ou, nunca aparecer.

<sup>30</sup> Enquanto possibilidade eventual, não necessariamente verdade, não necessariamente falsa.

tem sua origem na construção do povo. “Assim podemos concluir que qualquer todo social resulta de uma indissociável articulação entre dimensões significantes e afetivas”. (p. 173-174). O que faz os sujeitos é a falta, mas ela é parcializada, desde a infância quando passamos a sublimá-la. “É então que Lacan radicaliza o pensamento de Freud: a Coisa perdida não é uma *impossibilidade de pensamento*, mas um *vazio do Ser*”. (p. 175).

O momento do populismo considera o discurso que fica, satisfaz e privilegia as equivalências, a completude da falta que prevê satisfazer o povo e considerá-la uma categoria política, em que a *plebs* reivindica o *populus*. Laclau esclarece que não há sucesso ao populismo sem que se considere o afeto, em um investimento na parcialidade, sem a desordem e, principalmente, sem demandas. Na ordem social, não há uma plenitude realizável, a não ser pela hegemonia que só se apresenta em um objeto parcial, de modo deficiente. “A lógica do objeto *a* e a lógica hegemônica não são apenas semelhantes: são simplesmente idênticas.” (LACLAU, 2013, p. 180).

### 1.5 Perspectiva contemporânea da teoria populista

Para Laclau, a noção de populismo é fundamental para a discussão sobre representação e democracia. Para tanto, o autor primeiro elabora um conceito ampliado de populismo e, a partir disso, enfatiza as consequências deste conceito elaborado para a política e a democracia que sustentarão a reflexão central da teoria política<sup>31</sup>. Laclau se opõe às visões mais difundidas do populismo que navegam entre a concepção de um líder carismático, o que enfraquece a democracia representativa e, a concepção antiliberal, assistencialista e demagógica.

Segundo o autor, o conceito de populismo<sup>32</sup> depende de três variáveis:

(...) relações de equivalência representadas hegemonicamente através de significantes vazios; deslocamento das fronteiras internas mediante a produção de significantes flutuantes; e uma heterogeneidade constitutiva que torna impossíveis as recuperações dialéticas e confere à articulação política sua verdadeira centralidade. (LACLAU, 2013, p. 230).

---

<sup>31</sup> Na teoria laclauiana, a política se dá pelo antagonismo entre identidades discursivas que disputam a construção do pensamento hegemônico em uma sociedade.

<sup>32</sup> O populismo é considerado externo, fora do poder. Trata-se de uma lógica política que institui e funda algo novo na lógica da construção do povo.

O diferencial, na forma de articulação predominante em Laclau está no foco a partir de várias abordagens teóricas para o populismo. No caso da representação política, é fundamental que os representantes, como os deputados, representem o povo fazendo este estar presente, [mas sem estar]; trata-se da presença de uma ausência. Esta representação, efetivamente, cumpre a sua missão, à medida que não altera a reprodução da voz dos representados. A ideia de hegemonia e de significante vazio<sup>33</sup> já traz o conceito ao processo de representação.

O caminho teórico em que se explora a razão política reconhece a teoria democrática como algo positivo a partir do século XVIII, mas adverte que a democracia não é algo tão perfeito. Aliás, a democracia no passado carregava o preço de um termo tão pejorativo, quanto o populismo carrega e que só foi vencido pelo oneroso caminho das revoluções.

A teoria democrática, começando por Rousseau, sempre manteve grandes desconfianças em relação à representação, aceitando-a apenas como um mal menor, dada a impossibilidade de democracia direta em grandes comunidades como os modernos Estados-nação. Partindo dessas premissas, a democracia tem de ser tão transparente quanto possível: a representação precisa transmitir com máxima fidelidade à vontade daqueles que ela representa. (LACLAU, 2013, p. 232).

O que Laclau cumpre é chamar a atenção para a dimensão ontológica<sup>34</sup>, ao fato de que não há política sem populismo<sup>35</sup>. Para o autor, há um momento anterior à representação em que existe uma vontade, um desejo e constituição das identidades com a construção do povo, o que gera um processo que se constrói em um mesmo momento. “Assim, a representação é um processo de mão dupla: um movimento do representado em direção ao representante e um movimento correlativo do representante em direção ao representado.” (LACLAU, 2013, p. 232).

Considerar o populismo no poder representa o auge do antagonismo, um confronto entre dois campos. O que se tem apresentado, por exemplo, na América Latina, traduz a teoria de Laclau ao assegurar a participação da população no âmbito

---

<sup>33</sup> “A consequência é inevitável: a construção de um povo é a condição sine qua non do funcionamento da democracia. Sem a produção de vazio não existe “povo”, não existe populismo, mas também não existe democracia.” (LACLAU, 2013, p. 246).

<sup>34</sup> O valor ontológico está na ideia de ordem, no sentido de completude. Assim, o populismo é mais do que a lógica da diferença, mas soma-se a elementos da equivalência, a fronteira antagônica, está na institucionalidade.

<sup>35</sup> A lógica da construção populista serve para mostrar que o lugar do poder e vontade do povo não estão no parlamento, logo, não há o direito de contrariar o povo.

político e ao fortalecer a democracia, impedindo que esta seja reduzida a um sistema de gestão técnica, somente influenciado por interesses econômicos. Neste momento, ocorre o embate entre populismo e institucionalismo, em que há movimentos com possibilidades de ascensão das massas excluídas a partir de mudanças sociais e perante o bloqueio das transformações, devido à manutenção das estruturas institucionais até então vigentes.

Toda a análise de Laclau conduz a uma dubiedade sobre a questão da democracia, já que o que faz a política é o momento. Neste caminho, tratar da política é falar do impossível, sobre a constatação de infinitas demandas em que o processo de representação e os símbolos geram tensos momentos. “O líder torna-se, assim, produtor de símbolos, e sua atividade, não mais concebida como um “agir em favor” de seus eleitores, começa a identificar-se com uma liderança efetiva.” (LACLAU, 2013, p. 234).

*A Razão Populista* exclui o populismo da marginalidade política e sugere um modelo capaz de ampliar as bases democráticas da sociedade, como também propõe “(...) analisar se as fontes de validade das razões que *precedem* representação ou são constituídas *através* da representação.” (LACLAU, 2013, p. 235).

Por isso, a partir de Laclau, o populismo é uma forma de construção da política, sem uma ideologia específica, mas que considera as demandas populares não atendidas, sinônimo de corte ou ruptura com o sistema e que coloca o povo e as instituições formais em posições diferentes. A política pode reativar o momento da instituição e o efeito da ideologia “(...) através da combinação entre homogeneidade e heterogeneidade na qual consiste a representação.” (LACLAU, 2013, p. 237). Portanto, se tomarmos as condições do momento político, sob o ponto de vista laclauiano, consideramos o fenômeno latino-americano, do Lulismo, um modelo de populismo, que passamos a explorar discursivamente.

Esta construção política pelo discurso populista surge do nada, não está em uma base de formação ou em um lugar, mas na elevação e importância das demandas, numa condição discursiva e qualitativa. Segundo Laclau “(...) trata-se de *produzir* o vazio a partir da operação da lógica hegemônica. Para mim, o vazio é um tipo de identidade, não uma localização estrutural.” (LACLAU, 2013, p. 242). Para o autor, a construção hegemônica indica o poder, o processo de representação.

Na democracia, qualquer cidadão poderá chegar ao poder, mas este poder é personificado, natural e também repostado, mediante uma construção do vazio<sup>36</sup> com a ausência do representado, inerente a forças políticas que se apoderam das demandas democráticas. Estas demandas surgem constantemente, por meio de uma variedade de categorias com reivindicações pontuais. Mas, se por um lado é importante para a democracia a emergência e variedade de demandas, por outro, cabe salientar que, se estas demandas não são traduzidas em projetos de mudança por parte daqueles que representam o Estado, elas não se tornarão políticas e serão diluídas.

Portanto, para Laclau, a democracia é a construção da vontade popular, não se trata de um regime político. A partir desta ideia, é relevante compor projetos políticos de longo prazo, planejar objetivos políticos para mudar as coisas e levar em conta a ética, o cinismo e também considerar que o “politicamente correto” não é nada mais do que um discurso, muitas vezes em nome de grandes causas e na defesa de direitos particulares.

## 1.6 Considerações

Nesse capítulo, apresentamos as principais categorias teóricas que estarão gerindo a análise, que será realizada nos capítulos seguintes dessa tese. Abordamos sobre os pressupostos em que se baseia a construção teórica de Ernesto Laclau (2013; 2015), que corroboraram na ascensão do pós-estruturalismo e sobre desenvolvimento da análise do discurso, também referida como *Essex School of Discourse Analysis*.

O trabalho deve ser entendido enquanto um processo de desconstrução e de reativação de significados, a partir dos pressupostos pós-estruturalistas, em que tratamos de apresentar o conceito de populismo na teoria laclauiana. O desenvolvimento ajuda a esclarecer certas conotações e preconceitos que sobrecarregam o populismo na literatura clássica, e esclarece que o fenômeno, referenciado por Laclau (2013), consiste sobre a razão na especificidade do jogo da política e do político.

O populismo envolve a divisão radical da cena social em dois campos, com a constituição de um inimigo, sendo crucial para um deslocamento verdadeiramente

---

<sup>36</sup> “O vazio não é apenas um dado da lei constitucional: é uma construção política.” (LACLAU, 2013, p. 247).

político. Nessa tese, tratamos a questão do populismo pela obra laclauniana. O conceito desenvolvido pelo autor em *A Razão Populista* (2013), permite uma noção maior sobre a categoria, bem como suas implicações, imprescindíveis para absorver por completo as mudanças e adequações de um fenômeno político, que apresentaremos no próximo capítulo.

Nessas etapas, demonstraremos sobre uma forma de repensar o populismo, enquanto expressão do político, resgatada em parte pelo complexo teórico, e, notadamente, pelo trabalho empírico de análise. De modo, pontual, a teoria do discurso e seu funcionamento, através da apresentação das noções de hegemonia, antagonismo, significantes vazios e lógica da equivalência, procuram dar conta das articulações que contaminam e que transitam entre a universalidade do *populus* e a peculiaridade do povo, enquanto sujeitos políticos.

No próximo capítulo, nossa tarefa consiste em mostrar a emergência e a centralidade da noção de democracia dentro da lógica teórica laclauniana, a partir da representação e construção do momento populista.

## CAPÍTULO 2

### REVISITANDO O LULISMO: elementos que conceituam o fenômeno

#### 2.1 Introdução

Em 15 de novembro de 1986, o candidato a deputado federal, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), foi eleito pelo estado de São Paulo, alcançando recorde em votação no Brasil, para a Assembleia Constituinte. Lula se tornou uma das principais lideranças do movimento das "Diretas Já", para a Presidência da República, após ter se consagrado como líder sindical, eleito (1975) e reeleito (1978), como presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, passando a representar 100 mil trabalhadores e proporcionar uma nova direção ao movimento sindical no Brasil.

A construção política para novas lideranças se constituía a partir das discussões que reuniam militantes socialistas, lideranças sindicalistas, intelectuais de esquerda, católicos que lutavam contra a ditadura militar, entre outros. Dessa miscigenação, foi fundado em fevereiro de 1980, o Partido dos Trabalhadores (PT), um dos maiores partidos políticos do Brasil na Nova República.

A biografia de Lula, escrita por Fernando Moraes (2021), revela de forma pragmática, que tanto Lula quanto o PT precisaram adaptar suas propostas políticas radicais, para se aproximarem dos históricos adversários políticos, especialmente para as eleições presidenciais. A forma de fazer política, protagonizada por Lula, atraiu organizações de diversos setores da sociedade, eleitores e políticos para além da esquerda.

A articulação teve origem no sujeito Lula, um dos fundadores do PT, que havia chamado a atenção na década de 1970, enquanto dirigente sindical, ao declarar sua antipatia à política e aos políticos, afirmando: "Detesto política e quem gosta de política". Posição que mudaria a partir de 1978, e ganhava notoriedade durante a participação no congresso dos petroleiros, na Bahia. Metamorfose confirmada em



janeiro de 1979, em Lins (SP), durante o IX Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e de Material Elétrico do Estado de São Paulo.

Antes de ser eleito pela primeira vez, como deputado federal, Lula se candidatou ao governo do estado de São Paulo, como estratégia para aumentar a votação do PT e viabilizar o registro daquele novo partido político. A partir daquela contingência, Lula começava a construção do seu reduto eleitoral em campanha no ABC Paulista, quando obteve 10% dos votos e a conquista do quarto lugar.

Recorremos à literatura especializada sobre aquele período que trata do surgimento do fenômeno político, que tem seu significante no “fato de o nome tornar-se o fundamento da coisa” (LACLAU, 2013, p.160), a partir do sujeito político Lula. Nesse sentido, reunimos uma bibliografia com referências de intelectuais e pesquisadores que passamos a explorar, pois, partem da visão crítica sobre esse fenômeno político, em defesa do “povo”, dos “pobres” e “trabalhadores”, que tomamos do ponto de vista político social como “plebs”<sup>37</sup>, ainda que se façam críticas negativas ao fenômeno do Lulismo. Portanto, a construção desse capítulo almeja uma compreensão, possivelmente mais elaborada, sobre a emergência desse fenômeno para, e, no contexto da política brasileira.

Nesse sentido, na primeira seção, apresentamos a gênese desse que se tornou um fenômeno para a política brasileira, compreendido como o Lulismo que foi moldado enquanto uma ideia e projeto político de longa duração, nas palavras do cientista político, André Singer (2018). Trata-se de uma escolha teórica enquanto dado empírico que muitos pesquisadores utilizam e se que identificam para situar o campo, o que enfatiza a importância dos estudos teóricos sobre a própria teoria que se concentra na construção, no seu desenvolvimento e aplicação.

Na segunda seção, partimos do pensamento de Singer (2012), convencidos de que o Lulismo é um modelo para a promoção de mudanças. A partir disso, tratamos em especial das políticas sociais pelo resgate de uma política efetiva, que fez com que o fenômeno ganhasse notoriedade e fosse percebido como um caminho para a política brasileira. Porém, sob uma visão crítica vimos algumas artimanhas do Lulismo, em contextualizações defendidas pelos autores Glória Álvarez e Axel Kaiser (2019), além de outras impressões que compõem a obra “*As contradições do Lulismo*”,

---

<sup>37</sup> “o povo pode ser concebido como o *populus*, o corpo de todos os cidadãos, ou como *plebs*, os desprivilegiados.” (LACLAU, 2013, p. 134).

organizada por André Singer e Isabel Loureiro (2016), com o objetivo de fazer uma cartografia, trabalho concluído antes do *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff.

Veremos, na terceira seção, uma exposição das características gerais do Lulismo, reflexões sobre o Lulismo à luz do populismo de esquerda, a interpelação pelo campo político, no qual possui um caráter negativo e é frequentemente empregado como uma forma de ataque aos oponentes. Finalmente, chegamos às considerações sobre os aspectos do Lulismo levantados nesse capítulo, bem como sobre a importância de compreender esse fenômeno político para além das críticas carregadas e equivocadas, promovidas no calor da precariedade na política.

Cabe reforçar que procuramos um ponto de equilíbrio entre a sua trajetória política e a história política do país, narrada em muitos trechos dos seus discursos políticos, conforme veremos nesse trabalho de tese. Lembramos que não cabe a essa tese a reprodução histórica do cidadão Lula, de infância miserável e precária, objetivo que livros biográficos e acadêmicos já cumprem<sup>38</sup>.

## **2.2 André Singer: articulações para um fenômeno chamado Lulismo**

Lula fundou, em 1980<sup>39</sup>, o Partido dos Trabalhadores (PT), foi presidente nacional do partido (1980-1988; 1990-1994) e participou da elaboração da Constituição Federal (CF) de 1988, a Constituição Cidadã<sup>40</sup>, sob o princípio da soberania popular. Fez parte das mais importantes decisões no Brasil, sendo favorável à limitação do direito de propriedade privada, de assuntos polêmicos como o direito ao aborto, sobre a jornada de trabalho semanal de 40 horas, à soberania popular pelo direito ao voto dos jovens a partir dos 16 anos, à estatização do sistema financeiro, à criação de um fundo de apoio à reforma agrária, entre outras iniciativas pioneiras como a favor do rompimento das relações diplomáticas com países que adotassem políticas de discriminação racial.

---

<sup>38</sup> Como do jornalista, biógrafo, político e escritor brasileiro, Fernando Gomes de Moraes (2021) e do sociólogo, Celso Rocha de Barros (2022).

<sup>39</sup> Mesmo ano em que foi preso por um mês, pela ditadura, posteriormente libertado.

<sup>40</sup> Lei que acabava com as armas de repressão da Ditadura Militar, ao promover a liberdade de imprensa com garantias à informação; o voto, inclusive, dos analfabetos e a chance do povo eleitor apresentar Projetos de Lei (PL), para o legislativo.

Desde a virada do século XXI, já era difícil imaginar a história política brasileira, sem citar o sujeito político Luiz Inácio Lula da Silva, ou, simplesmente Lula<sup>41</sup>. Ao tomar a política como uma arte para se fazer o possível, Lula sempre seguiu seus preceitos e se aproximou da chamada velha política, para conquistar espaço e os apoios necessários, a fim de atender as demandas do povo. O metalúrgico Lula exercia a política enquanto líder sindical<sup>42</sup> que prometeu organizar a classe operária, durante o Regime Militar, ao liderar movimentos grevistas entre 1979 e 1980, com o claro objetivo de melhorar a vida dos trabalhadores industriais e garantir reajuste salarial. No ABC paulista, figurava a imagem de “a única centelha revolucionária do país”, conforme afirmava um artigo do Jornal do Brasil, em 1982.

O candidato Lula (PT), foi derrotado na disputa à Presidência da República nas eleições de 1989, 1994 e 1998, por diversos fatores que vão desde as pautas econômicas e de hostilidade a um líder sindical e grevista, até a sensação e poder de compra, experimentados pelo Plano Real, que alavancou a candidatura e a eleição de Fernando Henrique Cardoso (FHC), do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em dois pleitos consecutivos. A virada do século foi um divisor de águas para o insistente candidato Lula (PT), quando o povo brasileiro se arriscou mais e apostou no diferente, delegando ao petista o cargo máximo da nação nos pleitos de 2002 e 2008<sup>43</sup>, sendo o mais bem avaliado na história do Brasil<sup>44</sup>.

No discurso de Posse no Congresso Nacional (2003), quando eleito pela primeira vez Presidente da República, Lula lembrou da “memorável luta pela redemocratização do País” e da própria trajetória, desde a condição de retirante nordestino, “que se tornou torneiro mecânico e líder sindical” e que fundou o Partido dos Trabalhadores (PT). Lula se tornou a personificação do pobre no poder.

---

<sup>41</sup> Seu nome no registro de nascimento era Luiz Ignácio da Silva, acrescentou a sua persona política, Lula, passando, a se chamar Luiz Inácio Lula da Silva, conforme permite o art. 57, § 1º da Lei dos Registros Públicos.

<sup>42</sup> Em 1978, durante a Ditadura, não havia eleições diretas para Presidente da República e governadores, mas o povo participava da escolha dos senadores. Lula fez campanha para eleger Fernando Henrique Cardoso (FHC) para o senado, participou de comícios e panfletou com o candidato na porta das fábricas no ABC Paulista. Naquela contingência, o partido Arena, era a base política para o governo dos generais, e a sigla de oposição ao regime, era o MDB.

<sup>43</sup> Eleito não necessariamente pelos ativistas da esquerda, mas por eleitores moderados e isentos de meios próprios de organização.

<sup>44</sup> Representa o fenômeno político do Lulismo, um legado que pode ter influenciado na eleição da Presidente Dilma Vana Rousseff (PT), no pleito de 2010.

(...) Um filho de imigrantes nordestinos pobres se elegeu Presidente da República por um partido de massas que ele mesmo ajudou a fundar, *por fora do Estado*.

Se considerarmos que a alternância de poder é fundamental em uma democracia, só em 2022 foi possível ter a certeza de que o Brasil tinha um regime democrático: até então, o Brasil só havia sido governado pela direita ou pela centro-direita, dando ao sistema brasileiro uma forte feição oligárquica". (BARROS, 2022, p. 230).

Como uma ideia em torno desse sujeito político surge o fenômeno do Lulismo que representa e traduz uma orientação política com olhos para a diminuição da pobreza e ideológica, mas sem o embate com os mais ricos. O termo, Lulismo, constituído pelo cientista político André Singer (USP), é tratado como fenômeno político da esquerda brasileira. "O Lulismo, a partir de 2002, é uma direção que, embora forjada desde a fração organizada da classe trabalhadora, se dirige, sobretudo, aos "pobres". (SINGER, 2018, p. 10). O próprio autor admite que tentou elucidar sobre o tema, mas os acontecimentos revelaram diferentes faces. Tomado como populista, o Lulismo é confundido com os fenômenos latino-americanos, genericamente rotulados pela relação de troca e manipulação entre um líder carismático e as massas que representam um grupo mais vulnerável de trabalhadores, num momento de crise hegemônica.

Por momentos, o embate entre capitalistas e trabalhadores, isto é, esquerda e direita, ganha centralidade, como ocorreu na década da "reinvenção da política" (1978-88), mas a forte presença do subproletariado tende a empurrar os atores para uma polarização entre ricos e pobres, a qual acabou se transfigurando, a partir de 2006, em Lulismo e antilulismo. (SINGER, 2018, p. 11-12).

Lula, ou, o fenômeno do Lulismo, não devem ser menosprezados, mesmo pelos seus inimigos, afinal, ele representa o sujeito e a figura de um líder que provou, historicamente, sua capacidade de crescimento e de permanente posição de poder em processo de articulação política. Portanto, para existir o antilulismo, era necessária a articulação do Lulismo enquanto fenômeno. Seu maior capital político está no próprio fortalecimento do seu nome, que cresceu além de sua instituição político partidária, o Partido dos Trabalhadores (PT).

Conforme o cientista político americano, David Samuels (2004), os petistas são constituídos por sujeitos de esquerda, que creem em uma transformação do social, pela participação coletiva. Isso sugere um movimento político-social de esquerda e de identificação partidária, com significado na mobilização popular contra as elites.

Lula carrega, retoricamente, elementos que ganham espaço na prática e significado pelo povo, por se tratar de um retirante nordestino pobre e que firmava uma identidade de trabalhador, ao tempo que tomava para si a identidade do sindicalista, com a autonomia de um líder nato, que influenciava os movimentos sociais naquela contingência. “Convém lembrar que Lula é o primeiro presidente da República que sofreu a experiência da miséria, o que não é irrelevante, dada a sensibilidade que demonstrou, uma vez na Presidência, para a realidade dos miseráveis.” (SINGER, 2012, p. 70).

A aprovação do significante Lulismo, no primeiro governo, levou à aprovação da *persona* Lula, o que extrapolou o limite de identificação delegado ao PT, o que foi determinante para a tomada de posição para uma mudança político-social, sem radicalização, com redução das desigualdades econômicas. Fenômenos analisados como o Lulismo, são objetos pluralizados sob diferentes visões, o que faz resultar em interpretações válidas, mas que trazem distintas abordagens. Como exemplo, podemos citar Ricardo Vélez Rodríguez (2015), que percebe no Lulismo uma variante do populismo e uma prática patrimonialista de uso do Estado para fins políticos. Rodríguez desqualifica o pensamento de Singer, que defende o Lulismo como um realinhamento eleitoral, o que leva à articulação dos segmentos mais pobres da população, sobretudo, pensando na possibilidade de uma nova base social de apoio ao Lula e, em parte, ao PT. Para Rennó & Cabello (2010), o eleitor lulista é politicamente independente, mas, tendo como principal critério, o desempenho do governo

Os dois governos de Lula possibilitaram a geração de políticas sociais que foram fundamentais para a redução da faixa da extrema pobreza, além de colocar o país na vitrine internacional, com status positivo para negociações de grande importância para o país. Lula havia se constituído no principal sujeito político, responsável por impactar decisivamente a orientação político partidária do PT. Para Singer (2012), o PT passou de uma visão e programa intensamente reformista para um reformismo fraco, apagando a radicalização do seu perfil de origem. Contudo, uma indignação classista se constituiu gradualmente, conforme:

(...) a reação das camadas médias às inflexões em curso, mesmo que o espírito que as preside seja moderado e conciliador, reflete a brisa da mudança. A polarização que ocorre na sociedade é sintoma de movimento nas estruturas. O subproletariado se firma no suporte a Lula e ao PT, na expectativa de que se cumpra o programa de inclusão, enquanto a classe

média se única em torno do PSDB, na procura de restaurar o *status quo* ante, mesmo que isso não possa ser dito com todas as letras (SINGER, 2012, p. 46)

Lula se constrói como um interlocutor, a partir da ligação entre as instâncias de poder com os trabalhadores, com os mais pobres e vulneráveis economicamente. “Na maior parte do tempo, uma oposição entre “pobres” e “ricos” dá a tônica ao conflito partidário, mediado por um vasto interior em que prevalecem relações de clientela.” (SINGER, 2018, p.131). Conforme o autor sustenta ainda na introdução da obra, *O Lulismo em Crise*: “O Lulismo não pretendia produzir confronto com as classes dominantes, mas ao diminuir a pobreza o fazia sem querer.” (SINGER, 2018, p.11).

Para este autor, “O Lulismo é, portanto, profundamente contraditório e se presta a inúmeros gêneros de mistificação, por ser regressivo e progressivo ao mesmo tempo”. (SINGER, 2012, p.14). Nessa percepção, o Lulismo faz parte de um processo que tem suas raízes em 2002, e foi construído em contraposição à imagem de FHC, seu antecessor.

No primeiro mandato tucano, a dívida pública explodiu. Uma parte importante desse aumento foi causada pelos juros altíssimos do período, necessários para a manutenção da âncora cambial. Os juros incidiram sobre a dívida do governo, que passou a ser muito mais cara de manter. Quando Lula assumiu a presidência, a relação dívida/*PIB* era de quase 60% o que era ruim, e continuava crescendo, o que era pior. Por isso, o superávit necessário para conter o aumento da dívida precisava ser alto. (BARROS, 2022, p. 234).

É possível afirmar que fatores como a experiência do primeiro governo, sobretudo econômicos, e as políticas nele implantadas, somadas à imagem de homem do povo, foram determinantes para consagrá-lo presidente aos olhos do eleitorado brasileiro. Apontado por Singer (2012), enquanto uma base lulista depois de um realinhamento eleitoral ocorrido em 2006, é aqui entendido como uma adesão ao sujeito político Lula, de modo abrangente.

A crise de confiança gerada pela eleição de Lula passou: no final de 2003, o risco Brasil era um terço do que era no começo do ano. Em agosto de 2004, os juros já haviam caído de 25% para 16%. O dólar caiu para 2,88, depois de ter chegado a R\$ 4,00 durante a campanha. (BARROS, 2022, p. 234).

O Lulismo se expressa como um fenômeno de representação, que passou a ser maioria no eleitorado brasileiro e que aglutinou demandas até então não atendidas pelos expoentes liberais da política. A combinação dessas demandas formou um povo

que representam as classes e que passaram a criar expectativas em relação a um Estado forte, capaz de reduzir a desigualdade, sem ameaçar a ordem social estabelecida naquela jovem democracia do Brasil. Note-se que ao unir elementos da política tomados como de esquerda e da direita, não há uma “hegemonia às avessas”, como sugeriu o sociólogo Francisco de Oliveira<sup>45</sup> (2010), mas um discurso com o olhar voltado à realidade das pessoas, frente aos problemas que afligiram o país na contemporaneidade.

Lula se tornou o expoente dos sem parte, um símbolo por ser nordestino, humilde, com formação profissional técnica - e uma referência para o povo oprimido, trabalhador e desinformado. Lula é um sujeito-significante que veio do povo e sabe como esse sente, pensa e converge. Segundo Singer (2018), o que se constrói, são explicações estruturais contingentes, que tiveram o seu auge, em dado momento do século passado. Nessa perspectiva, o Brasil passou por uma tendência histórica, que chamamos de “aparelhamento”, o que aponta a ocupação de cargos públicos por critérios de lealdade ao governo estabelecido.

No sentido mais clássico do termo, Lula criticava e questionava as instituições, fazendo intervenções em favor dos mais pobres, dos trabalhadores e das pessoas excluídas e oprimidas. No seu primeiro governo, quando a imagem do PT foi abalada pelo escândalo do *Mensalão*<sup>46</sup>, Lula se mantinha convicto do trabalho que desempenhava para a reeleição. De acordo com Singer (2012), o fenômeno surge em 2006 com o realinhamento das bases eleitorais que promoveram a nova vitória do PT: “O Lulismo, que emerge junto com o realinhamento, é (...) o encontro de uma liderança, a de Lula, com uma fração de classe, o subproletariado, por meio do programa cujos pontos principais foram delineados entre 2003 e 2005” (SINGER, 2012, p.15).

Em um país tomado de incertezas políticas, devido à precariedade do período, escândalos de corrupção e falta de credibilidade nas instituições, o nome Lula ainda representava alguma garantia, através dos programas sociais, expansão do ensino

---

<sup>45</sup> A propósito, Oliveira define o Lulismo por tratar de uma “funcionalização da pobreza” para manter a exploração. Nesse mesmo sentido, dadas as condições daquele momento político, o ex-presidente da república e sociólogo, Fernando Henrique Cardoso (FHC), afirmava que o “Lulismo” expressava um apelo aos pobres e uma prática de conciliação geral das classes.

<sup>46</sup> “O mensalão foi o primeiro processo no Brasil em que houve condenações suficientemente extensas para que políticos de destaque nacional, como o ex-ministro José Dirceu e os ex-deputados João Paulo Cunha e José Genoino, cumprissem pena em regime fechado.” (SINGER, 2018, p. 81).

superior e na memória, o sentimento de que os liberais até então, pouco haviam oferecido para a maioria da população. Lula operou discursivamente sob a categoria dos trabalhadores e dos pobres, o que gerou uma posição genérica, de identificação com o “Real do Lula” e compreensão da mensagem, de que pela primeira vez o Estado brasileiro olha para eles, os deserdados, e, portanto, se popularizou. O nome Lula povoou o imaginário das massas ressignificando sentidos pela comoção e sempre apostando na mudança e esperança de um país melhor, afinal “nunca na história deste país...”, se construiu um líder, ou um nome com tamanha habilidade, a ponto de articular e receber votos da direita e da esquerda. “Para a esquerda, isso impõe a tarefa de redefinir o discurso à sombra de uma liderança popular no sentido pleno da palavra e ter que se defrontar com o retorno de imagens que marcaram a era Vargas.” (SINGER, 2012, p. 81).

Do ponto de vista histórico e cronológico, o fenômeno do Lulismo, é relativamente recente e polêmico, por representar a articulação da esquerda, enquanto voz que se solidificou, discursivamente, no século XXI, e que fora desacreditado, como uma onda do populismo latino-americano. Pela liderança política e protagonismo do sujeito político Lula, seu nome é reconhecido mundialmente pela implementação das políticas de distribuição de renda, inclusão econômica, combate às desigualdades sociais e direitos do povo, em especial as minorias, entre elas étnicas e de gênero. Mas, que padrão é esse que mexe com as relações de representação do povo local para a visibilidade mundial?

Caberia ao próprio povo enumerar, dar a resposta a partir do que sentiu e traduzir o que seria empatia para com as suas demandas, desde os programas básicos de saúde, emprego, moradia e educação. O povo, que discursivamente é o soberano e que forma a *plebs*, a classe social mais baixa, é lembrado de formas recorrentes pelos governantes como aquela faixa menos favorecida de uma comunidade.

O Lulismo expressa e reproduz distinções sociais e conflitos relativos à estrutura de classes brasileira e que tocam na dinâmica governamental. O que o Lulismo representa está na estratégia de ser uma liderança ligada aos processos de distribuição de renda com a implementação dos programas sociais, com a valorização do salário mínimo para o desenvolvimento social e pelo acesso ao crédito consignado que permitem o consumo, estreitamente ligado às demandas do povo, que nos discursos do presidente é o protagonista na nação.



O compromisso do governo de esquerda era enfrentar a austeridade, com foco no equilíbrio fiscal, um fator de risco para a geração de emprego e renda. Mas, sabendo que o oxigênio do Lulismo implicaria no estado de risco de uma nação independente e, lamentavelmente, semiconstruída, o fenômeno emerge em uma campanha discursiva, pelos feitos históricos, emblemático e sem heróis, para o triunfo do povo.

Dessa forma, o Lulismo foi e, ainda é, um meio para diferentes expressões da democracia popular. A sua força é indiscutível, estabelecendo, naturalmente e sempre, um inimigo para as urnas em clima de polarização política, em que os cidadãos são convocados a confiar em um sujeito político ou em outro.

As dimensões do público e do privado foram redimensionadas, de combatentes petistas, ocorre uma união pela força de ideais, utópicos, até aquele momento. Nas trincheiras, as diferentes iniciativas pelo povo com lealdade, confiança, o comprometimento e a afetuosidade se sobressaíram. Simultaneamente, a contingência destacou a enorme importância do sujeito Lula, para o mundo.

O destino do povo brasileiro estava voltado para um projeto de transformação, com mãos e mentes que articulavam esforços com a força da esperança, da experiência e com ações práticas, o que promoveu uma ruptura com a ideia da exploração humana, da financeirização e da desindustrialização, com controle democrático do excedente social. Desse processo temos:

Enfim, as escolas, as universidades são locais abertos aos desafios da saudável desobediência dos jovens, abertos aos debates artísticos, científico, filosóficos e políticos, enquanto a desrazão neoliberal esforça-se para impor fundamentalismos religiosos, superstições e o anticientificismos como forma de afastar o povo do saber. (PINTO, 2020, Blog “A terra é Redonda”).

O Lulismo criou oportunidades a partir da precariedade histórica que assombrava aqueles que ocupavam o espaço do lado mais fraco da sociedade. Ou seja, não foi o sujeito Lula que criou as demandas, mas dadas as condições e a contingência política, sua articulação foi estratégica, com respeito e protagonismo das instituições que compõem o universo democrático.

Muitas publicações procuram dar a devida dimensão do que é o legado do Lulismo, fonte privilegiada da política brasileira de esquerda. A elite política, por mais organizada que possa parecer, não concentra para si o mesmo universo do povo brasileiro que seguem Lula, pela capacidade de liderança e por se firmar enquanto

fenômeno. Apesar das fissuras para a consolidação da democracia no século XXI, o Lulismo trabalhou com possibilidades para o acolhimento das demandas e dos anos de luta por direitos. A historiadora Celi Regina Pinto (2020), recorda que a partir do primeiro governo Lula, a Polícia Federal e o Ministério Público passaram a agir com total independência.

Como consequência e, por ter se preparado, Lula toma para si as oportunidades, que o fez entrar para a história do Brasil, como um grande líder. O trabalho seria combustível de coragem e competência para enfrentar enormes desafios que, no caso de Lula, despertavam o apetite e a cobiça pelo poder. Diferentes teorias disputam a compreensão dos fenômenos discutidos, sendo sempre necessário adotar algum padrão de escolha. Primeiro, é de bom senso tomar cuidado sobre o que e como analisar o fenômeno de modo a não transmitir uma ideia de doutrinação, mas fazer pensar, sobre o momento e como emerge um fenômeno, com o apoio em argumentos lógicos e transparentes.

Portanto, a projeção da liderança de Lula, mesmo de modo indissociável do PT, se constitui das exigências, em diferentes momentos da história do país, das possibilidades que são criadas desde a redemocratização do Brasil e das próprias inflexões, próprias do movimento de oposição aos governos militares e neoliberais, enquanto aspectos que precisam ser considerados. Lula sustenta um poder de aglutinação em torno de suas ideias, o que o faz ser um dos maiores representantes do povo brasileiro.

A vitória do Lulismo começa a se concretizar a partir da constituição de uma coragem, liderada pelo próprio sujeito Lula, mas com origem na voz do povo. O legado começa quando se tem uma ação de coragem, frente ao medo da repressão e do constrangimento, por ser a proposta diferente. O país, de fato, começa a mudar, quando o ser Lula, faz com que o abstrato medo do desconhecido, dê lugar à lúdica esperança, a qual promove uma dimensão de futuro em busca da felicidade, ainda que não se tenha um modelo ideal para uma felicidade hegemônica.

Em 2002, buscando reagir à construção do medo, proposta pela propaganda política adversária, a campanha de Lula declarou que, enquanto “eles” faziam a campanha do medo, ele construía a campanha da esperança. Discursivamente, a sentença, “a esperança vai vencer o medo”, se tornou uma FD, amplamente utilizada pela campanha petista, em decorrência daquele momento político e histórico do país.

Portanto, o discurso do medo não foi articulado pelo eleitorado naquela campanha eleitoral, pelo menos, não na proporção que os sujeitos políticos neoliberais tentaram construir. Sendo assim, o discurso da campanha eleitoral do PSDB, não afetou o nome Lula, ou o fenômeno do Lulismo, que estrategicamente, contava com o apoio de boa parcela do empresariado, créditos dados ao seu candidato a vice-presidente, José Alencar.

### 2.3 A mudança

Na política, todas as ações discursivas ou práticas, se tornam significativas, pois, são propulsoras e movimentam o desejo pelo poder. Sabendo disso, nessa segunda seção, partimos do pensamento de Singer (2012), que se diz convencido de que o Lulismo é um modelo para a promoção de mudanças.

Lula pode ter deixado de ser o menino que gostava de jogar bola, mas não deixou de aceitar o jogo da vida. O historiador americano, John D. French, considera Lula “o Pelé da política eleitoral presidencial global” (2022, p.619), talvez, se fosse uma história literária, Lula faria o tipo “mocinho” trabalhador, operário metalúrgico, que chegava a fazer 40 horas extras por mês. Um sujeito apolítico, tanto que não dava conversa ao irmão, Frei Chico, que já era ligado ao sindicalismo. Mas, a vida real ensinou que a classe operária precisava de um líder, ou seria escravizada. Por isso, aprendeu e passou a acreditar na mudança, face aos conflitos que davam sentido ao ser Lula.

Vimos, nas seções anteriores, que Lula se constrói como sujeito político, promovendo mudanças pessoais e sociais. Passou a interpretar que a luta da classe trabalhadora e do seu povo, dependeria de alçar voos maiores na carreira e na vida. Esse mesmo entendimento procurou compartilhar com seus companheiros de partido político, pelo PT. O historiador norte-americano resumiu o momento em que, supostamente, há uma mudança diante da dimensão do desafio:

Famoso na época por seus dedicados militantes, o PT rejeitou durante duas décadas, por princípio, qualquer aliança partidária que não fosse inequivocadamente de esquerda. Como os líderes, facções e membros do partido vieram a ser convencidos da necessidade de abandonar essa postura e abraçar a ambiguidade? Em retrospectiva, essa recalibração da política do PT a respeito de alianças partidárias pode parecer um simples caso de cálculo racional, mas se esse fosse o caso, por que esse cálculo racional não havia ocorrido em 1993-1994, quando teria sido mais útil, ou mesmo na

preparação para 1998? E quando essa mudança decisiva de política de fato ocorreu, por que essa “moderação” não levou a acusações de traição dos princípios, e conseqüentemente, a ameaças à unidade interna do PT, a indignação de seus abnegados militantes e à alienação de suas correntes à esquerda organizadas? Na verdade, o PT nunca foi um partido no qual todos “obedeciam a ordens” de um único indivíduo, nem mesmo de Lula, que, como a ortodoxia partidária costumava insistir – de forma pouco convincente –, era simplesmente um companheiro como o “resto de nós”, ainda que em posição de liderança. (FRENCH, 2022, p. 38).

Em consequência dos anseios políticos, nossa intenção é proporcionar uma visão das políticas sociais pelo resgate de uma política efetiva, que contou com um fenômeno audacioso, a ponto de ser percebido como um ícone, nominado pelos caminhos tortos da democracia brasileira. É sob o viés e uma onda crítica que autores como Glória Álvarez e Axel Kaiser (2019) apontam contradições do Lulismo, defendido por além de outros artigos que compõem a obra “As contradições do Lulismo”, organizada por André Singer e Isabel Loureiro (2016).

Analisamos, brevemente, as mudanças na política da esquerda brasileira, muito específicas, por se tratar da articulação que deram sentido ao Lulismo, bem como sua influência na sociedade, conforme a contingência e momento histórico. O termo mudança sempre está muito presente nos cenários políticos e eleitorais, entre identidades e enquanto uma falta constitutiva, muito viva no imaginário do povo brasileiro. O Lulismo representou muito para esse imaginário nacional-desenvolvimentista, capaz de remeter às políticas de governos históricos como de Getúlio Dornelles Vargas (1934-1945; 1951-1954) e de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956 – 1961), este último conhecido como o Governo JK.

Pesquisas<sup>47</sup> realizadas durante os governos Lula captaram nítidas mudanças nas atitudes do povo eleitor, considerado da classe popular, o que resultou no aumento de sua autoestima e da confiança. Conforme veremos mais à frente, discursivamente, se construiu a ideia de que o Brasil iria melhorar, a partir das políticas

---

<sup>47</sup> Segundo o Instituto de Pesquisa Datafolha (Dezembro/2006), Lula era escolhido por 35% dos entrevistados como o melhor presidente que o Brasil já teve. A pesquisa ainda revelou um estudo comparativo entre os índices de popularidades dos ex-presidentes brasileiros e concluiu que Lula se tornou o mais popular desde o início das pesquisas em 1990, que coincidiu com o período da redemocratização no país. Ao final de 2002, Fernando Henrique Cardoso (FHC) obtinha 18% de preferência; Juscelino Kubitschek (11%), Getúlio Vargas (8%) e José Sarney (5%). Lula somava a maior taxa de aprovação de um presidente brasileiro ao final de mandato, segundo o instituto, em que 52% consideravam seu governo ótimo ou bom. O recorde de aprovação de um presidente, ocorre quando 55% dos entrevistados afirmavam que o governo Lula era ótimo ou bom, em março de 2008, índice superado no mês de setembro de 2008, com 64% de avaliação conceitual ótimo ou bom. Outra superação dá-se em 2010, quando o Presidente Lula mantém o alto índice de popularidade, com aprovação de 73% da população, entre aqueles que responderam que o governo era ótimo ou bom.

públicas de governo, que passariam a ter intenção e dar finalidade real para a vida do povo, o que faria toda a diferença.

A partir da condição de operário, Lula virou uma marca e alvo a ser desgastado, imagem e temática da preferência dos adversários, um discurso que promoveu sua identidade e se constituiu, também, em determinado momento, uma motivação para os eleitores da parcela mais vulnerável da população.

É nessa perspectiva que Singer (2012), se convenceu de que o Lulismo é um modelo para a promoção de mudanças. A cientista política, Maria Regina Soares de Lima (2006), trabalha com a expressão mudança, enquanto uma indicação de transformação das orientações da política no Brasil, questão que alcança evidência por ganhar espaço nos governos Fernando Henrique (1994-2002), o que fez Lula seguir o mesmo percurso.

O que Singer (2009) sugeria era uma hipótese que seria comprovada no processo político da eleição de 2010, de que o Lulismo vem a ser um realinhamento eleitoral ocorrido entre as eleições de 2002 e 2006, mais precisamente, quanto às mudanças no comportamento do eleitor. Justamente esse realinhamento seria a mudança na base eleitoral, conforme verificada nas duas candidaturas de Lula (2002 e 2006). No primeiro pleito, eleito pela base petista tradicional e ampliada, desde 1982, com a simpatia da classe média, tendo um metalúrgico como seu representante, na classe média, enquanto um proletariado da classe média, conforme os arranjos no Brasil. O lado bom tem a ver com a solidez com que o PT o constituiu, sendo ampliado em setores dos trabalhadores das indústrias, bancos, funcionários públicos, estudantes, professores e até mesmo entre militares.

Lula, um político da esquerda brasileira, se tornou o sujeito mais popular do Brasil e até mesmo fora dele, o que proporcionou a maior mudança das bases eleitorais. Isso ocorre no momento em que o programa do governo Lula, articulava um novo projeto com o programa de benefícios aos brasileiros de menor renda, no formato de pacote na direção de uma mudança estrutural, sendo a formalização do emprego, Bolsa Família, aumento do salário mínimo e expansão do crédito. Essas demandas provocaram uma mudança nas condições de vida de milhões de brasileiros que estavam na base da pirâmide social e sob o cuidado para que essas mudanças ocorressem sem ameaça à ordem, sem radicalização ou confrontos políticos. Mas, o modelo de governo sofria com críticas de autores internacionais, como da escritora e cientista política da Guatemala, Glória Álvarez, e do filósofo alemão, Axel Kaiser:

No Brasil, a política desenvolvida pelo presidente Lula, ao longo de seus dois mandatos, deixou clara uma coisa: a aliança *neopopulista* do governo com os denominados “movimentos sociais”, no contexto ideológico da denominada “revolução cultural gramsciana”. (...) são inúmeras as entidades contempladas pelos generosos recursos oficiais, distribuídos a torto e à direita por centenas de *Ongs*, cuja gestão fugiu do controle do governo. (ÁLVAREZ e KAISER, 2021, p. 36).

Para esses autores, a novidade, se concentra na desconstrução do que a mudança, significou para diversas famílias que formam o corpo dos excluídos de qualquer política, fora do viés assistencialista. Os autores seguem com um discurso carregado pelo preconceito:

Isso para não falar do programa “Bolsa Família”, que se tornou verdadeira festança assistencialista, devido ao fato de que não havia seguimento do Estado em face desses benefícios, que em muito fizeram crescer os gastos públicos. (ÁLVAREZ e KAISER, 2021, p. 36).

Independentemente dos olhos de quem não vive a exclusão e o preconceito, o sujeito político Lula procurou promover a virada de chave na política brasileira. Tomado pela dimensão de um fenômeno político, o Lulismo representa, mais do que uma política assistencialista, mas o equilíbrio para o bom senso da política pelos conflitos sociais.

Autores como Álvarez e Kaiser (op.cit.) representam o discurso da burguesia que, por autodefesa ou autopiedade, expressam o medo parecendo justificar o poder das palavras que acentuam o sentimento e procuram justificar a falta de sinais em busca da igualdade social no nosso país, pois vislumbram a combinação de uma agenda com a redução da pobreza e da desigualdade, mas sob a égide de um reformismo fraco.

Nesse modelo de mudança social, pode se explicar como a ideia de variante conservadora de modernização, se torna pragmática em que cabem ao Estado competências proeminentes na alavancagem dos mais pobres, ao mesmo tempo que garante que os problemas estruturais sociais brasileiros não serão tocados, ou seja, sem entrar em conflito com setores conservadores das elites rurais e urbanas ligados aos interesses financeiros.

Como em toda mudança, ver a esquerda brasileira chegar ao poder significou a superação, desde a campanha, pela associação entre instabilidade econômica e política com a candidatura de Lula, gerando medo por sua vitória. Lula reagiu,

divulgando uma Carta ao Povo Brasileiro <sup>48</sup> (2002), para esclarecer seus posicionamentos, em especial no setor da economia, com uma proposta de um capitalismo humanizado, o que acalmou os ânimos, principalmente, entre os agentes do mercado financeiro.

Na busca pela interpretação da realidade e pelo entendimento do povo sobre a possibilidade de novas propostas, é que surge um sujeito político, Presidente do Brasil, representado pela expressão e fenômeno político do Lulismo, que passa a dar sentido e se torna sinônimo das mudanças internas no país, bem como com destaque na Política Externa Brasileira (PEB), a partir de seu primeiro governo.

Com a Carta, Lula firmou um pacto com o povo brasileiro, manifestou seu conhecimento sobre os anseios daqueles que estava aflitos com a possibilidade de erro do projeto alternativo de governo. “Um projeto de mudança pra valer”, conforme Lula assegurou, para a implantação de antigos projetos como pela Reforma Agrária, mas sem deixar de lado o “respeito aos contratos e obrigações do país e preservação do superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar seus compromissos”.

A campanha eleitoral de 2002 chegava com outro viés e com o famoso publicitário Duda Mendonça, que articulou o histórico do trabalhador e sindicalista Lula com o momento da política, a fim de justificar as alterações no discurso e também sobre as alianças políticas que se constituíam. Então, o Lula radical da campanha eleitoral de 1989, se transformou no Lula na composição “Lulinha paz e amor”, conforme foi registrado pela imprensa e pelos livros de história. Mesmo apesar da conotação pejorativa, que se sobressaía, promovendo mudanças na campanha do petista, sugerindo estratégia eleitoral ou a falta de ideologia.

O PT carregava, historicamente, propostas políticas que precisavam ser revistas, por estarem inscritas em outra trajetória política, com uma linha de enfrentamento social, própria da conjuntura da época, com dificuldades na promoção das rupturas societárias, como da luta de classes. As mudanças bruscas tentaram ser

---

<sup>48</sup> Além desta Carta, Lula assumiu outros compromissos em documentos como: “Compromisso com Soberania, Emprego e Segurança do Povo Brasileiro” e “Um outro Brasil é possível”, que somaram estratégias pensadas para conquistar o eleitorado e a confiança esperada para a eleição em 2002.

explicadas pelo marqueteiro. Duda Mendonça, em entrevista, esclareceu sobre a questão dos ideais políticos que “na verdade, o Lula mudou porque o PT mudou”.

Evidente que mudanças não são tão simples, em especial não foram para o PT, que se rendeu a compor a política tradicional de forma igualitária a todos os outros partidos do Brasil, não mais como um contraponto. O que estava em jogo era o projeto político de Lula que pretendia aliar o crescimento econômico, a inclusão social e a governabilidade democrática, sob a ótica latino-americana no que se refere à integração regional pelo viés social. Cabe lembrar que o Brasil se posicionava de forma questionadora em relação aos arranjos internacionais, mas, sempre pelo diálogo consensual, o que reforçava o perfil e a tradição diplomática.

O nome Lula povoou o imaginário do povo ressignificando sentidos pela comoção e sempre apostando na mudança e na esperança de um país melhor, afinal, “nunca na história deste país...”, se construiu um líder, ou um nome com tamanha habilidade, a ponto de articular e receber votos da direita e da esquerda. “Para a esquerda, isso impõe a tarefa de redefinir o discurso à sombra de uma liderança popular no sentido pleno da palavra e ter que se defrontar com o retorno de imagens que marcaram a Era Vargas.” (SINGER, 2012, p. 81).

Ao se mostrar empático a política e a favor da herança da Era Vargas, a esquerda passou a apostar na possibilidade e acúmulo de um novo capital político. Mas, é preciso considerar que:

O populismo de Lula é diferente do populismo do Getúlio, não pode ser de outra maneira [ ... ], você tem que admitir que as classes criam a democracia, e criam mesmo; agora, nesta transição, que é a transição do populismo, que leva décadas, é difícil distinguir o que é interesse de classe, o que é interesse de cidadania. Quer dizer, a gente pode não ser populista, mas na hora H, você tem que ter um jeito para falar com o povo, a desigualdade no Brasil é muito grande. A dimensão populista caminha no sentido de que aquela identificação com aquele grão-senhor é a identificação com o Estado. E a identificação com o Estado traz para nós alguns direitos, cresce a dimensão da cidadania na medida em que cresce o Estado. O populismo é parte de nossa história. O povo brasileiro é reconhecido como povo depois de Getúlio. (WEFFORT, 2019, apud BARROS, 2022, p. 167-168).

A política, por sua vez, se (re)constitui pela busca infinita em resolver as demandas do povo, a fim de promover a mudança pelo bem de todos. Porém, o sujeito político preocupa-se em acumular um capital, executar ao seu modo a resolução dessas demandas que se esvaziam por articulações meramente retóricas e que se transformam, muitas vezes, em simples possibilidades.



Nota-se que construir sentidos e alcançar a própria compreensão dos fenômenos que ocorrem nas democracias representativas, gera a capacidade de significar tudo e nada ao mesmo tempo, afinal, como escreve Rancière (2018, p. 56): “A política não é feita de relações de poder, é feita de relações entre mundos”.

Notadamente, estamos de fato diante da revolução do pensamento, das novas formas de pensar a política e de conviver em uma comunidade política. Portanto, as novas FDs, favorecem à sociedade para condições possíveis de diálogo, como possibilitam relações permanentes entre os sujeitos políticos e a sociedade, no sentido de facilitar e cobrar a transparência, identificar as formas de exclusão e as (sub)estruturas que colocam com os marginalizados pela sociedade, justamente aqueles que mais necessitam de apoio.

No regime democrático e pela lei, qualquer cidadão pode chegar ao poder, mas este poder é personificado, natural e também repostado mediante a ausência do representado, inerente às forças políticas que articulam as demandas do povo. Estas demandas surgem constantemente, por meio de uma variedade de categorias com reivindicações pontuais. Mas se, por um lado, é importante para a democracia a emergência e variedade de demandas, por outro, cabe salientar que, se estas demandas não são traduzidas em projetos de mudança por parte daqueles que representam o Estado, elas não se tornarão políticas e serão diluídas.

Diante de um mundo em que o populismo se reinventa, Laclau constrói a ideia, de que a democracia é a construção da vontade popular. Nesse sentido, é relevante compor projetos políticos de longo prazo, ter planejamento e metas para mudar as coisas e levar em conta à ética, o cinismo e também considerar que o “politicamente correto” não é nada mais do que um discurso, muitas vezes em nome de grandes causas e na defesa dos direitos particulares.

#### **2.4 O Lulismo à luz do populismo de esquerda**

Começamos essa seção destacando que há uma gritante diferença entre a trajetória do sujeito Lula e a biografia dos históricos líderes populistas, a citar os oligarcas brasileiros Getúlio Vargas e João Goulart (Jango). Lula era de origem pobre, um nordestino que migrou para São Paulo em um pau de arara, para se tornar um operário e, mais tarde, líder sindical. Havia uma veia de liderança política a qual Lula usou para ser o protagonista daquele momento político, o que colaborou para a

formação do Partido dos Trabalhadores (PT), o maior partido político da classe dos trabalhadores no Brasil.

Atraída originalmente por discursos voltados para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores, a ascensão eleitoral de Luiz Inácio Lula da Silva, membro e líder histórico do PT, se insere em um contexto marcado por uma crise econômica e social, instaurada após a onda neoliberal que atingiu Brasil e América Latina nas últimas décadas do século XX.

Compartilhada pelas camadas médias e populares particularmente afetadas pelas consequências nefastas dos ataques neoliberais, a rejeição dos discursos de austeridade manifestou-se em diferentes graus. No entanto, essa onda populista, ou Onda Rosa, como foi tipificada, assumiu diferentes tons. Em alguns países como Venezuela, Bolívia ou Equador, essa onda assumiu um espectro de radicalidade singular (La Torre, 2013), em outros, tal insatisfação foi mais moderada, sendo mitigada pelos compromissos com as elites tradicionais, especialmente, aquelas identificadas com o capital financeiro (Pereira da Silva, 2015; Moreira, Raus e Leyton, 2008). Nesses casos, notadamente, no Brasil e no Chile, a reversão de algumas políticas de austeridade e a adoção de programas de transferência de renda foram resultado de negociações estabelecidas no nível da sociedade civil e suas instituições representativas.

No Brasil, esse sujeito político, portanto, é produto de uma articulação entre elementos heterogêneos formados por uma dinâmica de equivalentes engendrada pelo antagonismo em relação às elites políticas caracterizadas como tradicionais, conservadoras e/ou associadas ao projeto neoliberal. Em outras palavras, o sujeito político que precipitou a ascensão eleitoral de Lula foi formado por uma articulação de um conjunto heterogêneo de sujeitos sociais - classes médias, classes populares, segmentos rurais, segmentos urbanos, movimentos sociais, comércio, sindicatos, igrejas, etc. Essas classes altas, a partir das atuações discursivas de Lula, foram apontadas como o “inimigo”, responsável pela opressão e por elas sequer atenderem as demandas dirigidas por esses sujeitos sociais ao Estado (LACLAU, 1994, p. 1-40).

Portanto, segundo nossa percepção e com base na literatura produzida sobre o período, o antagonismo entre opressores e oprimidos produzido pela atuação do líder, foi o mecanismo original de formação dessa base social que permite caracterizar este fenômeno como populista (Laclau, 2005). Mas, ao lado desses elementos, Lula incluiu uma feição também conciliadora, expressa pela chamada Carta ao Povo

Brasileiro, o que caracteriza como moderado o seu populismo de esquerda quando comparado com o de outros líderes latino-americanos. Com o início do governo, esse discurso populista foi transitando aos poucos para um típico modelo liberal, de modo que as mudanças registradas na base de apoio ao PT, pudessem estar associadas às escolhas tomadas pelo partido, que diz respeito a uma mudança na estratégia original - o antagonismo em relação às elites - em favor de performances governamentais direcionadas a segmentos na base da pirâmide econômica que, no entanto, não ameaçavam os interesses da elite.

Mas, o que se via era um esforço dos governos Lula, centrados em amplas políticas públicas não pautadas na lógica populista de polarização. Tais políticas têm uma orientação ideológica moderada de esquerda que incluíram: transferências diretas para os mais pobres - Bolsa-Família -, uma importante expansão do sistema educacional superior - Reuni, Prouni e Fies -, subsídios às empresas nacionais e políticas de ação afirmativa em benefício de minorias sexuais, raciais e demográficas.

Claro que essa transição não foi imediata e elementos de um discurso populista apareceram em determinados momentos dos dois primeiros governos Lula. A ideia de uma “herança maldita” a ser combatida foi muito forte no primeiro governo Lula, por exemplo. Apesar da abrangência desses investimentos, essas políticas não foram bem recebidas pelas classes altas e outros segmentos que não se sentiam contemplados pelas políticas públicas realizadas pelo governo. Em *Raízes sociais e ideológicas do Lulismo*, André Singer (2009) apresenta a interpretação mais consolidada sobre o período. Nessa caracterização, ele descreve uma descontinuidade entre a base social original do Partido dos Trabalhadores, marcada pela heterogeneidade dos grupos sociais que o constituíam - classes médias, comunidades eclesiais, movimentos sociais e trabalhadores organizados -, e o segmento que passou a apoiar o governo a partir de 2006: o chamado subproletariado - trabalhadores informais e/ou que ganham até dois salários mínimos.

A ideologia combinava uma retórica de afrontamento a partir dos temas da esquerda. O populismo por sua vez, se concentrava no sentimento anti-elitista, oposição ao sistema hegemônico e busca unificava uma voz em nome do povo simples e trabalhador. No vocabulário de Singer (2018), o “subproletariado” está entre os sujeitos políticos, que implicam na construção do povo, portanto, o povo do Lulismo. Fazendo uma analogia, com a teoria laclauiana, se reivindicará “os de baixo”. “Para termos o “povo” do populismo, precisamos de algo mais. Precisamos de

uma *plebs* que reivindica ser o único *populus* legítimo, uma parcialidade que quer funcionar como totalidade da comunidade”. (Laclau, 2013, p. 134-135). O populismo é um conceito que possui uma série de interpretações e, muitas vezes, gera dúvidas pela forma genérica com que é usado para se referir a líderes políticos carismáticos e à relação que estes estabelecem com o “povo”.

O uso equivocado e demagógico do próprio sentido de Lulismo foi o que permitiu frustração e confusão devido às interpretações apressadas. Especialistas em política rotularam e ainda desenvolvem essa prática, ao ignorar que o populismo e sua real singularidade, pode se constituir em um sentido democrático, no limite da possibilidade do marketing político e da exposição midiática de lideranças. Por diversas motivações, é cada vez mais perceptível o aumento no número de pesquisadores que passam a se apropriar da teoria política e do discurso como forma de olhar o mundo e, de modo especial, quando este discurso ocupa um lugar de fala sob a perspectiva da política.

Na medida em que os problemas e os temas flutuam, Lula se adapta e discursa a partir da posição dos sujeitos políticos, numa guerra de posições que giram em torno da ideia de “nós contra eles”, momento em que as relações antagônicas alteram contextos e sentidos e que suas lutas políticas são articuladas. Portanto, Lula por ser de origem pobre, se identificar como povo e se personificar como tal, se inscreve uma FD. No sujeito político Lula, reside a diferença de um populista atípico, pois, sua política econômica seguiu um perfil liberal e, ainda assim, ele se sustenta discursivamente, a partir de elementos do populismo.

Genericamente, as experiências populistas visam à articulação de um povo que se coloca contra os seus inimigos. De fato, não se pode chamar qualquer fenômeno de populista, mas deve-se perceber que, em cada experiência, podem haver diferentes gradações do populismo. Se tomarmos o caso brasileiro, por exemplo, a experiência com o Lulismo é reveladora, ainda que muitos teóricos possam discordar ou mesmo não admitir. Lula é um nome que representou e representa o povo, enquanto constituição de uma identidade coletiva e enquanto resultado.

Nesse sentido, compreendemos que o populismo, conforme Laclau (2013) é uma forma de construção da política, sem uma ideologia específica, mas que considera as demandas populares não atendidas, sinônimo de corte ou ruptura com o sistema e que coloca o povo e as instituições formais em posições diferentes. A política pode reativar o momento da instituição e o efeito da ideologia “(...) através da

combinação entre homogeneidade e heterogeneidade na qual consiste a representação.” (LACLAU, 2013, p. 237). Dessa forma, se tomarmos as condições do momento político, sob o ponto de vista laclauniano, consideraremos os fenômenos latino-americanos, como é o caso do Lulismo, um modelo de populismo, que exploramos, discursivamente, ao longo dessa tese.

Com base nessas interpretações acerca do Lulismo como um movimento populista ou de personalismo político foi respondido pelos cientistas políticos de formas distintas, enquanto alguns apontam que sim — políticas compensatórias, associação com a estrutura sindical e relação com as massas —, muitos veem Lula muito mais como uma figura conciliatória e institucional. Portanto, são aspectos que permitem chegar à afirmativa de que o Lulismo não implica, necessariamente, um posicionamento político-ideológico no espectro da esquerda.

## **2.5 Considerações**

Implícita ou explicitamente, o Lulismo se tornou um fenômeno político em defesa do “povo”, dos “pobres” e “trabalhadores”, que tomamos do ponto de vista político social como “plebs” , ainda que se façam críticas ao fenômeno do Lulismo. Foram anos de consonância ideológica com os países vizinhos, latino-americanos, vivenciados pelo Lulismo (SINGER, 2012). Em suma, o Lulismo deu o tom à política, para o desespero do modelo neoliberal que pregava ser o modelo ideal naquela contingência.

O legado do Lulismo que o constrói representa uma nova realidade para a política latinoamericana, enquanto etapa e consolidação da democracia participativa, devido à ascensão de lideranças esquerdistas, como Lula. Seria assim, um reflexo representativo do povo no poder, mas que não passa de uma construção do imaginário que, com mais frequência, tem constituído a sociedade.

Contudo, além do plano ideológico-discursivo, prosseguimos com uma análise de suas atuações governamentais, ou seja, sua relação com as demais elites políticas, com os Poderes Constitucionais e com a Administração Pública. Nesse eixo, o resultado também indica obstáculos na aplicação simétrica do conceito de populismo para ambos os casos, uma vez que as políticas públicas e as alianças políticas desenvolvidas durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva não foram pautadas

por uma retórica de antagonismo nem por uma lógica simplificadora do tecido social, que são características do que defino aqui como forma populista.

Lula reforça o pluralismo e a importância das instituições democráticas, o que reforça a tese de Singer (2012), de que o Lulismo conseguiu fazer os investimentos públicos desejados, com aprovação do governo e prestígio do país no mundo globalizado.

## CAPÍTULO 3

### O POVO DO LULISMO NO DISCURSO DA POLÍTICA ECONÔMICA

#### 3.1 Introdução

*'Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de seus representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição'.  
(CONSTITUIÇÃO FEDERAL, Art. 1º, 1988)*

O primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006) trouxe, como novidade, introduzir a política social na política econômica. Uma boa política com programas sociais reflete positivamente no desenvolvimento econômico de um país. Quando o Presidente Lula constrói seu nome, politicamente, enquanto significante a partir dos movimentos e greves dos metalúrgicos do ABC paulista, ele se torna uma ideia a fim de requerer o status de fenômeno político e de se tornar um ícone identificado como o responsável por este desenvolvimento nacional, e conseqüentemente, para a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Neste capítulo, é apresentada a articulação do discurso oficial do presidente Lula a partir de recortes de seus pronunciamentos, feitos ao longo de dois mandatos consecutivos (2003-2011), no que se refere ao tema da economia. Previamente, nosso empenho consiste na contextualização daquele momento político, e justamente por isso, partimos da análise do discurso em que Lula, ainda candidato, lê a Carta ao Povo Brasileiro (São Paulo, 22 de junho de 2002). Em seguida são analisados os discursos que consolidam a política social e econômica, fundada no combate à pobreza. Importa caracterizar quem é o povo do Lulismo no discurso econômico, pertinente ao discurso oficial do então Presidente da República.

Na primeira seção, analisamos o documento Carta ao Povo Brasileiro, assinado pelo candidato Lula, no início da sua campanha eleitoral em 2002. O documento registra o compromisso do futuro Presidente da República com o país, ao demonstrar coragem para mudar o rumo ideológico, histórico e social, em nome de um povo e em

nome da nação. Lula propõem abrir mão da política petista radical para despertar a possibilidade de ascensão de um político de esquerda para o cargo máximo do país.

Nossa tarefa consiste em caracterizar o sentido dado ao tema economia e a forma como se constrói o povo, enquanto fundamentos pertinentes ao debate público e suas relações com o caráter ideológico e político-partidário, atribuídos ao Partido dos Trabalhadores (PT). Nesse propósito, acompanhamos o desenvolvimento da estratégia retórica nos discursos em que Lula articula seu posicionamento, os pontos do seu antagonismo político, fazendo compreender os sentidos gerados pela articulação do discurso, o que nos favorece a compreensão dessa divisão constituída por dois campos discursivos, com origem na polarização política entre o PT e o PSDB<sup>49</sup>.

Na segunda seção, fazemos uma análise a partir de recortes dos discursos oficiais do presidente Lula e sobre como ele significou o povo, ao explorar pontualmente as articulações discursivas colocadas pelo tripé: i) Bolsa Família (BF) – que integrou os programas: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás, do governo FHC; ii) Crédito consignado e iii) Aumento real do salário mínimo. Note-se que os significados aplicados estão voltados ao tema da economia. O Presidente Lula constrói pontos para as articulações de equivalência, determinantes para o seu discurso e cargo político.

Na terceira seção, tomamos por base os elementos postos nas seções anteriores e os avanços da política social, partindo da compreensão sobre a diversidade dos seus programas sociais como: “Luz Para Todos” (2003); “Programa Brasil Alfabetizado” (PBA) em 2003; “ProUni” e “Primeiro Emprego” (2004). Nós nos concentramos em demonstrar as construções retóricas feitas a fim de significar o povo, suas articulações, evidenciando o modo de construir a política do Lulismo no caminho para a construção de um segundo mandato.

A articulação discursiva e a unidade de grupo na ideia de povo constroem a representação fundacional necessária para compor a força do fenômeno lulista. Por fim, consideramos a articulação dos significados dados à categoria povo pelo discurso

---

<sup>49</sup> O Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), protagonizaram seis campanhas seguidas em 20 anos consecutivos (1994 a 2014). Ocorreram duas vitórias para os tucanos (FHC em 1994 e 1998, no primeiro turno) e quatro vitórias dos petistas (Lula, nos anos de 2002 e 2006 e Dilma Rousseff, em 2010 e 2014).



do presidente Lula, tendo em conta o contexto fundacional do Lulismo e a política econômica daquele momento.

### **3.2 A construção discursiva da Carta, do candidato Lula, ao povo brasileiro**

Nesta seção, nos propomos a analisar os argumentos utilizados pelo então candidato à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que buscava demonstrar sua capacidade, empatia e projetos para governar com o povo brasileiro, sendo como um dos temas mais caros à sua governabilidade, o da economia. A partir da teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015), nos instrumentalizamos para apresentar como a construção discursiva da mudança e da esperança se articularam, a fim de construir um povo, tomado pelo sentido hegemônico no discurso econômico, mediante as articulações antagônicas que se davam.

Para tanto, foi preciso resgatar o dia 22 de junho de 2002, quando Lula anunciava a Carta ao Povo Brasileiro e ante a dificuldade de convencer o mercado financeiro sobre seu comprometimento caso fosse eleito Presidente da República, no sentido de garantir que fossem cumpridos os acordos firmados pelo governo FHC em contratos nacionais e internacionais. O documento explicitava o objetivo de acalmar o mercado financeiro e de representar, discursivamente, o compromisso assumido pelo candidato, enquanto sujeito político da esquerda brasileira, em ascensão no jogo e na luta política<sup>50</sup>.

A Carta ao Povo Brasileiro “tornou-se, na prática, o novo programa partidário, em um momento em que o ex-metalúrgico despontava nas pesquisas”. (MARINGONI, 2017, p. 37). Enunciava, no título, o momento para construir e consolidar o povo e o legitimar no campo discursivo.

Nas eleições para a Presidência da República em 2002, o candidato Lula (PT)<sup>51</sup>, concorria ao cargo máximo da nação pela quarta vez, quando uniu-se a um partido de centro-direita e anunciou o empresário mineiro José Alencar Gomes da

---

<sup>50</sup> Por décadas o Partido dos Trabalhadores (PT), se construiu como um partido de luta de classe e pelas políticas sociais. Portanto, as questões econômicas se apresentam como inerentes ao planejamento e projeto de governo, para o desenvolvimento da política econômica e expansão das articulações sociais.

<sup>51</sup> Configurava mais uma vez a polarização política com o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), desta vez com o candidato José Serra Chirico Gomm, derrotado no 2º turno, ao obter 38,73% dos votos válidos, contra 61,27% a favor da primeira vitória eleitoral de Lula, para o cargo de Presidente do Brasil.

Silva, do Partido Liberal (PL), como candidato a Vice-Presidente da República. José Alencar chegou a ser vaiado pela militância petista.<sup>52</sup> O que foi levado em consideração foi a centralidade da prática retórica, possibilitada principalmente, pela articulação feita sobre a economia e as metas de campanha, a partir do ponto nodal da “política social.”

A campanha de Lula foi articulada no sentido e em torno do discurso da ‘mudança’, com significados que flutuaram desde a alteração do modelo vigente, às palavras de ordem e à fixação das ideias e valores democráticos, com respeito aos marcos institucionais, adesão e mobilização das “Lideranças populares, intelectuais, artistas e religiosas dos mais variados matizes ideológicos declaram espontaneamente seu apoio a um projeto de mudança do Brasil”. (LULA, Carta ao Povo Brasileiro, 2002). Tratava-se de um momento discursivo que passava, então, a provocar sentidos na sociedade brasileira e a tornar público o novo desejo de nação.

O então candidato Lula persistiu com a retórica da esperança e da mudança, de modo que iniciava a Carta dizendo:

O Brasil quer mudar. Mudar para crescer, incluir, pacificar. Mudar para conquistar o desenvolvimento econômico que hoje não temos e a justiça social que tanto almejamos. Há em nosso país uma poderosa vontade popular de encerrar o atual ciclo econômico e político. (LULA, Carta ao Povo Brasileiro, 2002).

Foi no encontro realizado para que fosse discutido o programa de governo do PT que Lula leu a Carta. Naquela contingência, era difícil emplacar um partido de esquerda no poder devido ao discurso antagônico que difamava os militantes de esquerda e os enquadrava como baderneiros e desordeiros, o que provocava certo medo por parte dos eleitores, fruto do sentido de disputa política entre o PT, o PSDB e o clima de polarização que se instalara. Naquela contingência, uma série de problemas mexeu com os rumos da economia no Brasil. O PT apropriava-se de um discurso voltado à estabilidade econômica e ao desenvolvimento social, enquanto o PSDB apostava no sucesso do Plano Real. Conforme Laclau (2015), “esta ambiguidade fundamental pode ser vista claramente no conceito gramsciano de ‘guerra de posição’.” (LACLAU, 2015, p. 135).

---

<sup>52</sup> Lula, lembra com frequência do seu antigo vice-presidente, José Alencar, que faleceu em 2011, vítima de câncer, aos 79 anos.

A Carta ao Povo Brasileiro revela uma construção discursiva em que a desordem se centrava na política econômica do governo federal, liderado por FHC, em um contexto de crise financeira, o que revelava o real antagonismo em relação ao povo.

Se em algum momento, ao longo dos anos 90, o atual modelo conseguiu despertar esperanças de progresso econômico e social, hoje a decepção com os seus resultados é enorme. Oito anos depois, o povo brasileiro faz o balanço e verifica que as promessas fundamentais foram descumpridas e as esperanças frustradas. (LULA, Carta ao Povo Brasileiro, 2002).

Naquele momento, o candidato Lula procurava estabelecer uma forma de aproximação com o povo, seu eleitor. “O povo brasileiro”, não se permitiu votar naquele sujeito político que constituía a política antagônica nos últimos pleitos, mais especificamente, nas disputas ao governo, polarizado pelo PSDB, do sociólogo e político, Fernando Henrique Cardoso (FHC). Segundo Lula, chegava o momento de promover um balanço entre as promessas e as frustrações, no sentido da sociedade articular uma mudança na agenda<sup>53</sup>.

Estamos conscientes da gravidade da crise econômica. Para resolvê-la, o PT está disposto a dialogar com todos os segmentos da sociedade e com o próprio governo, de modo a evitar que a crise se agrave e traga mais aflição ao povo brasileiro. (LULA, Carta ao Povo Brasileiro, 2002).

Note-se que o PT, pelo discurso do líder Lula, estava disposto ao diálogo, primeiro com a sociedade, em resposta à crise, e depois também com o governo do seu oponente, o presidente FHC<sup>54</sup>. Essa mudança que reinventou os paradigmas discursivos em nome do partido, promoveu fissuras ideológicas e dificuldades para a incorporação das históricas bandeiras<sup>55</sup>, bem como a desconstrução da Formação

---

<sup>53</sup> Eram dois discursos bem articulados: o do PSDB, que se dizia social-democrata, claramente liberal, e o do PT, que se dizia socialista, claramente social-democrata.

<sup>54</sup> Lula perdeu as eleições de 1994 e 1998, para o adversário FHC, eleito Presidente da República, no primeiro turno dos dois pleitos eleitorais.

<sup>55</sup> Processo que culminou na expulsão de filiados históricos do PT, como Luciana Genro e Heloísa Helena, que fundaram em 2004, o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), por serem contrários naquele momento sobre a nova postura discursiva adotada pelo PT, considerado por Lula o caminho e acesso para o processo de governabilidade.

Discursiva (FD) que, conforme Singer (2012), aponta “para o enfraquecimento do vínculo com os movimentos sociais” (SINGER, 2012, p. 86)<sup>56</sup>.

Essa possibilidade discursiva de Lula se adequou à política de transição, que visava à abertura e ao fortalecimento de um discurso petista numa inserção estatal privilegiada, com fins para políticas efetivas de governabilidade<sup>57</sup>.

O mais importante, no entanto, é que essa percepção aguda do fracasso do atual modelo não está conduzindo ao desânimo, ao negativismo, nem ao protesto destrutivo. Ao contrário: apesar de todo o sofrimento injusto e desnecessário que é obrigada a suportar, a população está esperançosa, acredita nas possibilidades do país, mostra-se disposta a apoiar e a sustentar um projeto nacional alternativo, que faça o Brasil voltar a crescer, a gerar empregos, a reduzir a criminalidade, a resgatar nossa presença soberana e respeitada no mundo. (LULA, Carta ao Povo Brasileiro, 2002).

Lula, naquele momento, era a voz do PT. Dadas as condições sociais, era necessário arquivar o radicalismo de origem em favor de uma ideia, em nome do povo brasileiro e por uma FD que passasse confiança, credibilidade ao líder, e, que articulasse a necessária promoção do diálogo. A contingência era a de que eleitores, em sua maioria, motivados pela possibilidade da mudança passariam a reproduzir, politicamente, uma ideia que exprimisse uma retórica positiva, propagada por um povo carente de políticas sociais, na expectativa do progresso, do acesso à informação e à formação, com o sentido de valorizar a democracia e a soberania dos brasileiros frente ao mundo, conforme cita a própria Carta:

O povo brasileiro quer mudar para valer. Recusa qualquer forma de continuísmo, seja ele assumido ou mascarado. Quer trilhar o caminho da redução de nossa vulnerabilidade externa pelo esforço conjugado de exportar mais e de criar um amplo mercado interno de consumo de massas. Quer abrir o caminho de combinar o incremento da atividade econômica com políticas sociais consistentes e criativas. (LULA, Carta ao Povo Brasileiro, 2002).

André Singer (2012) não nomeia esse momento histórico como um discurso fundacional do Lulismo, mas admite: “Se existe um momento específico que simboliza a irrupção da segunda alma do PT, acredito ter sido a da divulgação da “Carta ao Povo Brasileiro”, em 22 de junho de 2002.” (SINGER, 2012, p. 95).

---

<sup>56</sup> Sobre esse tema a pesquisadora Céli Regina Jardim Pinto (2021) recorda: “Muito tem se apontado para o fato de o PT no governo ter se afastado dos movimentos sociais e ter perdido apoio popular, o “seu povo”.” (p. 129).

<sup>57</sup> Lula trocou o discurso de combate ao capital, ao enfrentamento do neoliberalismo.

A entrada impetuosa daquele que se construía e se apresentava como candidato pela quarta vez, promove o progresso da política social, que faz significar aquele momento, que articula e “exerce uma função ontológica diferente” (LACLAU, 2015, p. 122).

Lula suspende o discurso radical da esquerda petista e antagônica para acenar ao diálogo com o presidente FHC, por meio da proposta de uma agenda em resposta à crise. Para tanto, Lula iniciava ali, o seu projeto de Brasil, ao afirmar:

É o caminho do crescimento econômico com estabilidade e responsabilidade social. As mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente, dentro dos marcos institucionais. Vamos ordenar as contas públicas e mantê-las sob controle. Mas, acima de tudo, vamos fazer um Compromisso pela Produção, pelo emprego e por justiça social. O que nos move é a certeza de que o Brasil é bem maior que todas as crises. O país não suporta mais conviver com a ideia de uma terceira década perdida. (LULA, Carta ao Povo Brasileiro, 2002).

A mudança deveria ocorrer em nome do todo, sem o antagonismo da esquerda radical, sem ir contra as instituições, mas, com disposição para ir em direção a um novo ciclo e ao acolhimento das diferenças. Compreender a lógica da diferença é compreender o contingente somente em seus diferentes, não mais antagônicos, o que pressupõem a política clássica dos partidos políticos, a favor das coligações necessárias e a serviço de todos, seja do ponto de vista político, econômico ou apenas potencialmente eleitoral. Uma superação que assumidamente não se faria de uma hora para outra:

O PT e seus parceiros têm plena consciência de que a superação do atual modelo, reclamada enfaticamente pela sociedade, não se fará num passe de mágica, de um dia para o outro. Não há milagres na vida de um povo e de um país. (LULA, Carta ao Povo Brasileiro, 2002).

Lula chega na vida das pessoas ressignificando a economia de modo simbólico, uma vez que a sua candidatura e o seu nome são a representação do social, na forma mais expressiva do que seja um homem do povo que está próximo de chegar ao poder. Como sujeito e fenômeno político, transforma em realidade a ideia da *plebs*, de encontrar uma unidade na luta política e por almejar, um dia, ser o *populus*, ou, “eles”, entre os privilegiados que ocupam determinados setores do poder estabelecido.

Conforme Laclau (2013), o líder é o elo da cadeia de equivalência<sup>58</sup>, permeado pela universalidade produzida pelas demandas que são articuladas pela *plebs*. Uma das formas claras de reivindicar isso era materializada na Carta ao Povo Brasileiro: “A questão de fundo é que, para nós, o equilíbrio fiscal não é um fim, mas um meio. Queremos equilíbrio fiscal para crescer e não apenas para prestar contas aos nossos credores.” (LULA, 2002).

Com a promessa de plenitude para alcançar a solução das demandas sociais mais emergentes, Lula se constrói pelo nome que representa esse modo de articulação política. O momento embrionário do Lulismo passa a se constituir quando nasce a possibilidade e ascensão de um novo fenômeno político, documentado pela assinatura da carta-compromisso, com garantias ao capital, configurando-o candidato da paz e do amor.

O Brasil precisa navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social. É com essa convicção que chamo todos os que querem o bem do Brasil a se unirem em torno de um programa de mudanças corajosas e responsáveis. (LULA, Carta ao Povo Brasileiro, 2002).

Do ponto de vista discursivo, Lula aponta para um novo momento da política brasileira e acena ao capital nacional e internacional. Apesar de parecer contraditório, a circunstância sinaliza um discurso comportamental adequado ao seu tempo, possibilitando sinais de mudança para chegar ao comando do governo federal.

A Carta ao Povo Brasileiro é o resultado da marcha empreendida por Lula, com crédito para o PT, a fim de firmar o movimento de esquerda pela mudança, pelo social e pelas reformas. Dessa articulação, cria-se uma ampla possibilidade de metas que visam colocar, em primeiro plano, as reais condições de vida do povo. A construção discursiva do candidato Lula expressava poder para articular um capital político diferenciado, preocupado com programas sociais contra a fome, por mais emprego, segurança e distribuição de renda, sem incidir na desvalorização ou em perdas reais nos salários dos trabalhadores.

### **3.3 O Tripé da política social**

---

<sup>58</sup> (...) modo de construção do social envolve, como sabemos, estabelecer uma fronteira antagônica (...). Denominei (...) lógica da equivalência. (LACLAU, 2013, p. 129).

Nesta seção, fazemos uma análise dos argumentos utilizados pelo Presidente Lula para tratar da política econômica ou social na busca de demonstrar como o tema se ressignificou e quais foram os sentidos construídos, gerados por seu governo. A mudança começa, justamente, no dia da sua posse, quando FHC, após oito anos de mandato, segue o rito democrático e dá posse ao seu sucessor oposicionista, eleito democraticamente pela maioria do povo brasileiro.

Nesse capítulo, analisamos os discursos de Lula que significam o povo na política econômica e social. Com essa novidade, restava interpretar a forma como o seu discurso significava o povo e sua consequente formação discursiva (FD)<sup>59</sup>. Depois de décadas do domínio e monopolização da tradicional classe política, Lula inicia um trabalho que dá sentido de libertação para o povo, como num regime de liberdade social.

O eleito Lula construía, aos poucos, uma ideia de que partidos de esquerda não deveriam se limitar a fazer oposição institucional, abandonando a ação social direta. Notamos essa guinada política graças ao aceno positivo de Lula às forças produtivas, em que o PT vencia pela primeira vez a disputa à Presidência da República, em 2002. Lula passava, então, a simbolizar o povo e suas demandas mais emergentes, em condição hegemônica pela política social. A partir dessa seção, os discursos de Lula, já presidente, são objeto de nossa análise, entre os diferentes mandatos em que foi eleito e reeleito.

Os primeiros recortes discursivos que fizemos se referem ao dia da posse, 1º de janeiro de 2003, em que o presidente Lula faz o seu “Pronunciamento à nação”, após a cerimônia de posse no Parlatório do Palácio do Planalto e o Pronunciamento do Presidente da República, na sessão solene de posse no Congresso Nacional. O ato solene oficializava a posse de um trabalhador, pela primeira vez, tendo sido eleito por 52,4 milhões de votos, a maior votação já recebida por um homem público no nosso país<sup>60</sup>. Essa mudança de postura do eleitorado é lembrada no primeiro discurso feito por ele como Presidente do Brasil:

---

<sup>59</sup> “(...) no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciados, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* (...)” (FOUCAULT, 2014, p. 47).

<sup>60</sup> Em 2022, quando eleito pela terceira vez pelo voto popular, Lula (PT) bate um novo recorde com mais de 60,3 milhões de votos.

Foi para isso que o povo brasileiro me elegeu Presidente da República: para mudar. Este foi o sentido de cada voto dado a mim e ao meu bravo companheiro José Alencar. E eu estou aqui, neste dia sonhado por tantas gerações de lutadores que vieram antes de nós, para reafirmar os meus compromissos mais profundos e essenciais, para reiterar a todo cidadão e cidadã do meu país o significado de cada palavra dita na campanha, para imprimir à mudança um caráter de intensidade prática, para dizer que chegou a hora de transformar o Brasil naquela Nação com a qual a gente sempre sonhou: uma Nação soberana, digna, consciente da própria importância no cenário internacional e, ao mesmo tempo, capaz de abrigar, acolher e tratar com justiça todos os seus filhos. (Pronunciamento do Presidente da República, 2003, p. 1-2).

Lula assume o primeiro mandato como Presidente da República Federativa do Brasil, em 2003. Era uma nova fase em que o país vivia, desde 1980<sup>61</sup>, de movimentos de avanço do mercado e de retração do Estado, que foram sentidos pelo mundo e que não cessavam. Já a partir do final da década de 1980, era possível observar os sinais do projeto neoliberal, com implicações no modo de produzir e viver, responsável pela redução dos direitos sociais e trabalhistas, pelo desemprego, precarização das relações e das condições de trabalho, além do desmantelamento dos serviços sociais.

O Presidente Lula, de origem pobre, nordestino, trabalhador metalúrgico e com pouca escolaridade, é o nome que mais se aproxima e mais representa a completude da classe trabalhadora. O nome Lula, torna-se um significante<sup>62</sup> preenchido por sentidos e demandas das classes populares: um povo, predominantemente pobre, que se renova pela esperança de quem está sendo representado no poder. Lula constrói, discursivamente, um povo empoderado: “(...) a sociedade brasileira escolheu mudar e começou, ela mesma, a promover a mudança necessária”.

A determinação de um líder é a causa e o desejo de sanar a falta constitutiva da *plebs*. Lula representa esse sentido de povo no poder, que por sua vez, iria sanar as reivindicações vindas com o encorajamento, da vida real das pessoas.

O Brasil é um país imenso, um continente de alta complexidade humana, ecológica e social, com quase 175 milhões de habitantes. [...] Se queremos transformá-lo, a fim de vivermos em uma nação em que todos possam andar de cabeça erguida, teremos de exercer cotidianamente duas virtudes: a paciência e a perseverança. (Pronunciamento do Presidente da República, 2003, p. 2).

---

<sup>61</sup> Na década de 80, o cenário político brasileiro era de total instabilidade econômica, falta de perspectiva de uma melhora na qualidade de vida das pessoas. Uma nova constituição romperia com os elos das correntes que prendiam ao passado qualquer possibilidade em sentido coletivo, devido a total repulsa.

<sup>62</sup> Conforme Ernesto Laclau (2005), a produção de significantes vazios tem o objetivo de unificar, em cadeias de equivalências, inúmeras demandas heterogêneas, formando uma identidade popular.



Lula demonstra que conhece o contingente da população brasileira. Apesar de ser eleito por pouco mais de 52 milhões de eleitores, ele irá governar “para todos”, com toda complexidade política e institucional havida. Os investimentos na área social, nesse momento, apresentavam certa fragilidade discursiva, já que Lula colocara em primeiro lugar as virtudes da paciência e da perseverança, sem dizer como, empiricamente, iria transformar a nação, em favor de um futuro mais justo para o povo. A significação surge como um processo gradativo que, segundo o próprio Lula, não se resumia a uma vontade ou arroubo voluntarista.

O Presidente Lula, então, se refere ao povo brasileiro chamando-o de “meu povo”, provocando uma ideia de pertencimento ao povo, em especial, às mulheres, ao dizer:

O povo brasileiro, tanto em sua história mais antiga, quanto na mais recente, tem dado provas incontestáveis de sua grandeza e generosidade, provas de sua capacidade de mobilizar a energia nacional em grandes momentos cívicos; e eu desejo, antes de qualquer outra coisa, convocar o meu povo, justamente para um grande mutirão cívico, para um mutirão nacional contra a fome. (Pronunciamento do Presidente da República, 2003, p. 3).

O espírito transformador de Lula imprime um sentimento de luta por aquilo que faz diferença na vida do povo. Lula sabia bem por qual demanda começar; afinal, ele mesmo já havia passado pela situação de pobreza. Dessa forma, afirmou, ainda no pronunciamento de posse: “Por isso, defini entre as prioridades de meu governo um programa de segurança alimentar que leva o nome de Fome Zero”<sup>63</sup>. Trata-se de uma política social para a complementação da renda familiar com a ampliação da merenda escolar e o consequente apoio aos programas criados por governos estaduais, municipais e pela sociedade civil.

Lula toma o Estado, na condição de precariedade, enquanto uma porta de entrada para um mundo nas condições que estão dadas, convencido de que não há confrontação da ordem no mundo com a economia e suas reais intenções. As contingências daquele momento levam o governo Lula, no período de janeiro de 2003 e janeiro de 2004, a desenvolver o programa “Fome Zero”. Um programa que Lula conclamou, ainda na posse:

---

<sup>63</sup> O Programa “Fome Zero”, substituiu o Programa Comunidade Solidária (1995), do governo FHC.

(...) vamos acabar com a fome em nosso país. Transformemos o fim da fome em uma grande causa nacional, como foram no passado a criação da Petrobrás e a memorável luta pela redemocratização do país. Essa é uma causa que pode e deve ser de todos, sem distinção de classe, partido, ideologia. Em face do clamor dos que padecem o flagelo da fome, deve prevalecer o imperativo ético de somar forças, capacidades e instrumentos para defender o que é mais sagrado: a dignidade humana. (Pronunciamento do Presidente da República, 2003, p. 2).

Estava dada a primeira articulação para a constituição do tripé político e social que veio a beneficiar 2.369 municípios, concentrados, especialmente, no semiárido e nas regiões mais pobres do Nordeste. Da mesma forma, o Pronunciamento à Nação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, confirmava:

(...) amanhã, estaremos começando a primeira campanha contra a fome neste país. É o primeiro dia de combate à fome. E tenho fé em Deus que a gente vai garantir que todo brasileiro e brasileira possa, todo santo dia, tomar café, almoçar e jantar, porque isso não está escrito no meu programa. Isso está escrito na Constituição brasileira, está escrito na Bíblia e está escrito na Declaração Universal dos Direitos Humanos. E isso nós vamos fazer juntos. (Pronunciamento à nação do Presidente da República, 2003, p. 3-4).

O carro-chefe do Programa Fome Zero foi o Programa Bolsa Família, a primeira base da política social do governo Lula e que se transformou no maior programa de transferência de renda para os mais pobres no Brasil. Lula transformou o Bolsa Alimentação, o Cartão Alimentação e o Auxílio Gás do governo FHC em um programa muito mais expressivo em relação ao governo anterior. Essas articulações contingentes foram implantadas, sem que Lula se posicionasse como antissistêmico ou anti-institucional.

Melhorar a vida das pessoas era a ideia que passava naquela precariedade econômica do povo brasileiro. A melhora se daria pelos programas como o Bolsa Família, o aumento real do salário mínimo e o consequente acesso a bens e serviços. “Apesar do inegável êxito do Bolsa Família e de programas similares, a maior parte da queda da pobreza na Era Lula se deu pelos rendimentos no mercado de trabalho.” (BARROS, 2022, p. 242).

Para tanto, Lula defendia em nome do povo, o programa de seu governo como uma grande evolução no Brasil, conforme vimos no discurso de lançamento do Programa Bolsa Família:

Eu acho que agora, nós entramos no eixo certo e não estamos tirando nenhum programa existente. Pelo contrário, quem estava recebendo o plano

velho, vai continuar recebendo o plano velho, quem estava recebendo o vale gás, por exemplo, vai continuar recebendo, até que a gente possa atingir todas as pessoas. Cada um vai continuar recebendo o seu. Uma parte --que são essas 3,6 milhões de famílias-- vai receber já unificado, mas nós esperamos com o tempo unificar todo mundo e quanto mais rápido crescer a economia brasileira, quanto mais dinheiro a gente tiver, mais a gente vai aplicar porque esta é uma prioridade não do meu governo, é uma prioridade da nação brasileira. Afinal de contas, ninguém pode se conformar com a desnutrição de milhões e milhões de crianças por este país afora. (LULA, 20/10/2003).

O discurso com marcas do antagonismo político, articulado entre demandas democráticas, se referia à política social que se instaurava naquela contingência por meio de um discurso empoderado, em cenário e disputa de forças políticas, dados os efeitos preliminares e expressivos que envolvem o Bolsa Família. Em situação de equivalência, os programas passaram a significar para além do sentido original, uma construção retórica que elabora um patamar ainda maior de satisfação social.

Essa força discursiva se traduziu em números, apresentados pelo próprio presidente ao lançar o Bolsa Família:

O governo vai mais do que dobrar o volume de recursos destinados, hoje, a todos os programas de transferência de renda existentes, devido ao aumento do número de famílias beneficiadas e do próprio valor que cada família passará a receber.

Até o ano passado, esse montante foi de R\$ 2,6 bilhões para todos os programas. Este ano, já são R\$ 4,3 bilhões, um aumento de 65%. E, em 2004, serão R\$ 5,3 bilhões. (LULA, 20/10/2003).

Lula, promovia uma política social de mudanças aceita pelas classes dominantes do Brasil, sem confrontá-las. Por várias razões, tratava-se de uma aceitação tensa.

Faltava o crescimento. Lula perdeu a paciência com seu ministro quando saíram os números do PIB de 2003: a estimativa inicial era de queda de 0,2%. Palocci e Meirelles haviam convencido Lula de que o crescimento seria baixo, mas ninguém no PT tinha cogitado uma queda. (BARROS, 2022, p. 235).

A pequena vantagem estava no cenário político já que, naquele momento, as Forças Armadas estavam inteiramente afastadas.

Estamos em um momento particularmente propício para isso. Um momento raro da vida de um povo. Um momento em que o Presidente da República tem consigo, ao seu lado, a vontade nacional. O empresariado, os partidos políticos, as Forças Armadas e os trabalhadores estão unidos. Os homens, as mulheres, os mais velhos, os mais jovens, estão irmanados em um mesmo

propósito de contribuir para que o país cumpra o seu destino histórico de prosperidade e justiça. (LULA, 2003, p. 6)

Ao centralizar-se a prática retórica em torno da articulação de desenvolvimento e, a partir do ponto nodal de “política social”, construiu-se de fato uma ampla possibilidade de metas que tiveram origem nas demandas próprias do povo e, oportunamente, da construção discursiva do Presidente da República. Ao ordenar uma política com a garantia de significados, Lula articulou, previamente, a ideia do desenvolvimento econômico, construindo uma equivalência que, retoricamente, resolveria todas as demandas do povo, apela via política social petista. No discurso, Lula constrói um universo a fim de satisfazer o povo e suas demandas, as quais passavam, então, a depender exclusivamente da relação com os bancos e cooperativados:

À medida em que consigam isso, essas famílias contarão também com o conjunto de programas já adotados pelo Governo para beneficiar os setores populares: Microcrédito, apoio à agricultura familiar, conta bancária simplificada, facilidade para formação de cooperativas entre muitas outras iniciativas.

A ponte que estamos construindo hoje aproxima solidariamente os extremos da nossa sociedade e dá uma nova oportunidade histórica ao nosso país. (LULA, 2003).

No trecho acima, se vê o quanto significa o sentido do ponto nodal “política social”. O presidente faz um recorte do real e estabelece uma relação de equivalência das demandas da sociedade para o governo da mudança, num universo retórico sustentado por números e pela própria articulação, de uma escala crescente de oportunidades sob a justificativa de buscar sempre sanar uma falta constitutiva, em relação ao fortalecimento para os programas de transferência de renda. Vale recordar que, durante o governo FHC, o crédito retrocedeu.

Lula favoreceu a política para o crédito consignado, pela Lei Federal nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003. Enquanto estratégia hegemônica, o projeto político de Lula, possibilitou aos trabalhadores contratados, ligados a determinados sindicatos e também servidores públicos e aposentados, a facilidade no acesso ao crédito bancário, com taxas de juros atrativos, e, portanto, proporcionalmente e hipoteticamente, mais baixos, mas que proporcionaram poder de aquisição pela

classe de trabalhadores. Essa política permitiu um crescimento do PIB<sup>64</sup>, o que representou, na primeira década do século XXI, a elevação para 3,7 pontos percentuais, conforme dados do IPEA.

Em momento de retrospectiva, durante o discurso de posse para o segundo mandato<sup>65</sup> no Senado Federal, em 2007, o Presidente reforçava a ideia da necessária expansão planejada do crédito. Segundo Lula, era necessário “criar alternativas de trabalho e produção para os beneficiários dos nossos programas de transferência de renda”, a fim de integrar as políticas sociais do governo e ocupar um lugar importante, com destaque à:

(...) a educação, a formação de mão-de-obra, a expansão do microcrédito e do crédito consignado, o fortalecimento da agricultura familiar, o avanço da reforma agrária pacífica e produtiva, a economia solidária, o cooperativismo, o desenvolvimento de tecnologias simples e a expansão da arte e da cultura popular. (LULA, Discurso de Posse, 2007)

O plano do governo tratava sobre iniciativas que a política social deveria garantir para o povo, enquanto um direito social que possa assegurar a sobrevivência de famílias em situação de pobreza, uma das principais bandeiras de Lula, o que foi determinante para a sua eleição e o seu segundo mandato.

Se alguns quiseram ver na minha primeira eleição apenas um parêntese histórico, a reeleição mostrou que um governo que cumpre os seus compromissos obtém a confiança do povo. Em outubro, nossa população afirmou de modo inequívoco que não precisa nem admite tutela de nenhuma espécie para fazer a sua escolha. Ela foi livre e soberana, como deve ser a força do povo. (LULA, Discurso de posse, 2007).

O acesso e garantia de renda promoveram a cidadania e uma autonomia maior para as famílias brasileiras, em relação a suas necessidades e prioridades para a vida. Note-se que, de modo especial, aquele povo foi que sobreviveu e sustentou a herança

---

<sup>64</sup> Claramente o 1º mandato, do governo Lula, manteve a política fiscal do governo anterior: crescimento sustentável passa pelo ajuste definitivo das contas públicas, o que significa medidas destinadas à geração de superávits primários suficientes para reduzir a relação dívida/PIB. Esse reducionismo da política fiscal – o que significa preservação da riqueza financeira - limitou a capacidade do Estado em ampliar os investimentos públicos.

<sup>65</sup> Lula foi eleito como presidente mais bem votado da história do Brasil, em números absolutos. Nas eleições de 2006, o petista vence Geraldo Alckmin (PSDB), com 58,3 milhões de votos, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

histórica de desigualdade e desequilíbrio social, enquanto o Estado naturalizava a precariedade humana e sua condição de insegurança alimentar.

Disse que, para termos um crescimento acelerado, duradouro e justo, devemos articular cada vez melhor a política macroeconômica com uma política social capaz de distribuir renda, gerar emprego e inclusão. Dessa forma, nossa política social, que nunca foi compensatória, e sim criadora de direitos, será cada vez mais estrutural. (LULA, Discurso de Posse, 2007).

O crédito consignado significou a importância de uma demanda reprimida, o poder de compra para aqueles com menor poder aquisitivo, e também se constituiu no que classificamos como a segunda base do tripé da política social. Esse programa surge como alternativa para a solução de crédito às camadas de baixa renda, numa articulação organizada no primeiro mandato do presidente Lula, ampliando o consumo e trazendo dignidade a um povo que também deseja fazer suas escolhas pessoais. Sobre essas escolhas, Lula significou e justificou sua reeleição, durante o seu discurso de posse, no Senado Federal, quando reforçava a ideia de que governava com o povo e pelo povo. Era a força do Lulismo, enquanto uma ideia e fenômeno político da esquerda brasileira, que chegara ao poder pelo caminho democrático, se tornando em 2006, o Presidente da República mais votado da história do Brasil, com 58.295.042 votos válidos, que corresponderam a 60,83%.

Para completar o tripé da política social, o governo que propunha mudanças para a vida das pessoas, elevava o salário mínimo (SM)<sup>66</sup>. Conforme podemos ver no gráfico (figura 1) que segue:

---

<sup>66</sup> Pesquisa IBGE, DIEESE e Revista Exame, aponta que, ao longo de 18 anos, o SM teve uma valorização substancial e real, somente nos governos Lula.

Histórico do Salário Mínimo no Brasil - 1995/2012 - por J.R.B										
Ano	Governo	Vigência	Valor	Percentual de Aumento	Inflação (IPCA)	Aumento Real	Cesta Básica (SP)	Aumento Cesta	PIB	Valor (US\$)
1995	FHC	01/05/1995	R\$ 100,00	0,00%	22,41%	0,00%	R\$ 86,81	0,0%	4,2%	\$ 109,89
1996	FHC	01/05/1996	R\$ 112,00	12%	9,56%	2,44%	R\$ 92,57	6,6%	2,2%	\$ 113,13
1997	FHC	01/05/1997	R\$ 120,00	7,14%	5,22%	1,92%	R\$ 92,18	-0,4%	3,4%	\$ 112,78
1998	FHC	01/05/1998	R\$ 130,00	8,33%	1,66%	6,67%	R\$ 100,01	8,5%	0,0%	\$ 114,04
1999	FHC	01/05/1999	R\$ 136,00	4,62%	8,94%	-4,32%	R\$ 104,86	4,8%	0,3%	\$ 81,44
2000	FHC	03/04/2000	R\$ 151,00	11,03%	5,97%	5,06%	R\$ 112,22	7,0%	4,3%	\$ 87,28
2001	FHC	01/04/2001	R\$ 180,00	19,21%	7,67%	11,54%	R\$ 123,36	9,9%	1,3%	\$ 83,72
2002	FHC	01/04/2002	R\$ 200,00	11,11%	12,53%	-1,42%	R\$ 129,21	4,7%	2,7%	\$ 86,21
2003	Lula	01/04/2003	R\$ 240,00	20%	9,30%	10,70%	R\$ 162,79	26,0%	1,1%	\$ 72,07
2004	Lula	01/05/2004	R\$ 260,00	8,33%	7,60%	0,73%	R\$ 171,03	5,1%	5,7%	\$ 88,14
2005	Lula	01/05/2005	R\$ 300,00	15,38%	5,69%	9,69%	R\$ 172,87	1,1%	3,2%	\$ 119,52
2006	Lula	01/04/2006	R\$ 350,00	16,67%	3,14%	13,53%	R\$ 177,45	2,6%	4,0%	\$ 162,79
2007	Lula	01/04/2007	R\$ 380,00	8,57%	4,45%	4,12%	R\$ 184,72	4,1%	6,1%	\$ 186,27
2008	Lula	01/03/2008	R\$ 415,00	9,21%	5,90%	3,31%	R\$ 229,09	24,0%	5,2%	\$ 247,02
2009	Lula	01/02/2009	R\$ 465,00	12,05%	4,31%	7,74%	R\$ 241,53	5,4%	-0,3%	\$ 198,72
2010	Lula	01/01/2010	R\$ 510,00	9,68%	5,90%	3,78%	R\$ 225,02	-6,8%	7,5%	\$ 296,51
2011	Dilma	01/01/2011	R\$ 545,00	6,81%	6,50%	0,31%	R\$ 261,25	16,1%	2,7%	\$ 330,30
2012	Dilma	01/01/2012	R\$ 622,00	14,13%	5,83%	8,30%	R\$ 285,54	9,3%	1,0%	\$ 334,41

**Figura 1:** Evolução do Salário Mínimo no Brasil entre os anos 1995-2012. Fonte: IBGE (Inflação IPCA), DIEESE (Cesta Básica), Revista Exame (PIB).

O quadro permite constatar que o governo Lula, em seus oito anos de governo e dois mandatos consecutivos, promoveu o aumento real do SM, elevando-o em 155% em relação ao valor do início de seu mandato, e 53,6% de aumento, se descontar a inflação. Sobre o custo da cesta básica, no início do governo de Lula (2003), o SM permitia comprar 1,47 cesta básica. Já no último ano de seu governo (2010), o aumento chegou a 53,73% no poder de compra em relação à cesta básica, ou, a 2,27 cestas. Naquele mesmo período, o PIB teve um aumento de 32,5%. O governo Lula conseguiu tirar alguns milhões de brasileiros da linha da miséria e melhorou, visivelmente, a distribuição de renda no Brasil, momento em que muitos tiveram crescimento em seus rendimentos. O governo federal marcou a história do Brasil por atender, de fato, a muitas das demandas do povo.

Economistas defendem que o aumento real do SM era a principal alavanca da distribuição de renda, partindo do pressuposto de que o Brasil é um país com uma taxa importante na desigualdade de renda<sup>67</sup>. Lula tinha essa noção de crescimento, tanto que no discurso de posse para o segundo mandato prometia a continuidade dessa recuperação do valor do SM.

<sup>67</sup> É fato que o crescimento real do salário mínimo ao longo do governo Lula (expansão média de 5,9% a.a.) teve efeitos positivos para demanda agregada e para a distribuição de renda no país.

Portanto, para um segundo governo, Lula ampliava ainda mais a classe média, com investimentos em programas sociais já existentes e com a criação de outras iniciativas. Lula apostava em oportunidade para o futuro e no crescimento do país, por meio do fortalecimento da classe média, por ser ela a faixa de maioria da população, e por sentir a necessidade na melhora da qualidade de vida, cada dia mais, como demanda social.

Uma vez que o significado de povo é construído politicamente, aumenta assim, a responsabilidade sobre as implicações teóricas e analíticas do discurso. Lula traduz e agrega a experiência e o capital político para a superação do atraso econômico e social, sem disseminar medo, que é como pregava, historicamente, o discurso da oposição. Isso é feito em prol do combate à miséria e das desigualdades sociais que assombram, na história recente, boa parte do povo brasileiro.

Note-se que, quando Lula volta a ser candidato e a mencionar seus motivos para a reeleição, o fenômeno do Lulismo se completa, conforme as conquistas que seu governo alcançou e a convicção de que o seu nome estava colocado como que intrínseco para o povo, num sentido construído por um discurso que unia a todos e os qualificava:

Volto a ser candidato porque conseguimos recuperar uma economia que encontramos profundamente fragilizada. [...] Volto a ser candidato porque demos às classes mais pobres um alto índice de crescimento de renda e de poder de consumo. E porque tenho a certeza de que podemos continuar reduzindo a desigualdade social que ainda é grande no nosso país. Volto a ser candidato porque melhoramos a educação, e vamos melhorá-la mais ainda, oferecendo ensino de qualidade em todos os níveis e fazendo com que a universidade seja cada vez mais acessível para os mais pobres. Volto a ser candidato porque me sinto ainda mais maduro e preparado, pois, aprendi bastante nos últimos anos, muitas vezes com sofrimento e injustiças. [...] Volto a ser candidato porque amo o Brasil, amo meu povo e não tenho ódio no peito. Porque tenho feito e continuarei a fazer um governo capaz de unir os brasileiros. (LULA, Convenção Nacional do PT, 2006).

Suas pautas sempre giraram em torno de uma política social e, portanto, da economia. Lula constrói um discurso linear de esperança e de real mudança na vida do povo pobre e fragilizado, que conquista um poder também real de renda e consumo. Lula promoveu a educação, o ensino de qualidade e as universidades como uma demanda econômica, que permitiria o acesso do povo a melhores condições de vida, com justiça e amparo social.



Com a possibilidade de um segundo governo, Lula ampliaria ainda mais a classe média por meio de investimentos em programas sociais já existentes e pela criação de outras iniciativas. O então presidente apostava, conforme dito antes, em oportunidade para o futuro e em crescimento para o país, com o fortalecimento da classe média, por ser esta a faixa de maioria da população e por sentir a necessidade de melhoria de vida a essa população, cada dia mais.

Uma vez que o povo é construído, politicamente, isso aumenta a responsabilidade sobre as implicações teóricas e analíticas do discurso. Lula traduz e agrega a experiência e o capital político para a superação do atraso econômico e social, sem disseminar medo, como pregava historicamente a oposição, em prol do combate à miséria e das desigualdades, que assombravam boa parte do povo brasileiro, na história recente do nosso país.

Na análise do cientista político, André Singer (2009), ex-assessor de Lula:

O tripé formado pela Bolsa Família, aumento do salário mínimo e expansão do crédito, que gerou redução da miséria, vai muito além da simples ajuda aos pobres, pois para ele esse tripé e o regime de política macroeconômica constituem nova plataforma - articulando valores de direita (manutenção da ordem - combate à inflação) e de esquerda (políticas de distribuição de renda), no sentido de delinear uma trajetória política de certa fração de classe, a saber: o subproletário. Assim, Lula, ao fazer isso, estaria criando uma ligação ideológica com os mais pobres, tornando-se o representante das frações, materializada pelos votos, sobretudo a partir da eleição de 2006. "À medida que passou a ser sustentado pela base subproletária, Lula obteve uma autonomia bonapartista [...]. Com ela, criou um ponto de fuga para as lutas de classes, que começou a ser arbitrada ao sabor da correlação de forças". Tornou-se, inclusive, um "árbitro acima das classes" (SINGER, 2009, p. 102).

Os significados aplicados no discurso estão voltados ao tema da economia à medida que o presidente Lula constrói seus pontos para as articulações de equivalência, determinantes tanto para o seu discurso quanto para o exercício do seu cargo político. Essas articulações estão descritas na terceira seção, quando tomamos por base os elementos postos nas seções anteriores e os avanços da política econômica, a partir da diversidade dos programas sociais como: "Luz Para Todos" (2003); "Programa Brasil Alfabetizado (PBA) em 2003; "ProUni (2004) e "Primeiro Emprego" (2004).

No esforço por demonstrar as construções retóricas, a fim de significar o povo, evidenciando o modo de construir a política do lulismo, nos pareceu clara a ideia e a possibilidade de emergência do povo. Portanto, o povo se constrói pela falta

constitutiva, visto que a condição precária em que encontramos esse povo e a condição das demandas de equivalência é que conduzem o seu sentido diante da trágica realidade sobre as condições de fome, pobreza e desigualdade social.

### **3.4 Programas sociais: a razão dos sem parte**

A construção hegemônica possibilitada pelo Lulismo significou maior acesso e maior facilidade para o amplo crédito, via taxas mais baratas e conseqüente elevação do consumo. Lula conquista a confiança do povo pela forma com que soube mostrar compreender os caminhos de fazer política, pela elevação dos índices de emprego e com programas sociais a exemplo do BF, o aumento real do SM, a superação do antagonismo estrutural no qual sempre a elite é que desfrutava do acesso ao capital e ao consumo.

A busca pela constituição de um modelo ideal de fazer política recai na análise sobre os problemas da economia no país, afinal, os maiores problemas do povo giram em torno da precariedade dos benefícios e do déficit em programas sociais desenvolvidos até aquele momento. O Lulismo não se caracterizou enquanto fundamento meramente retórico de governo, mas conseguiu promover a qualidade de vida das pessoas, a partir da diversidade das demandas democráticas.

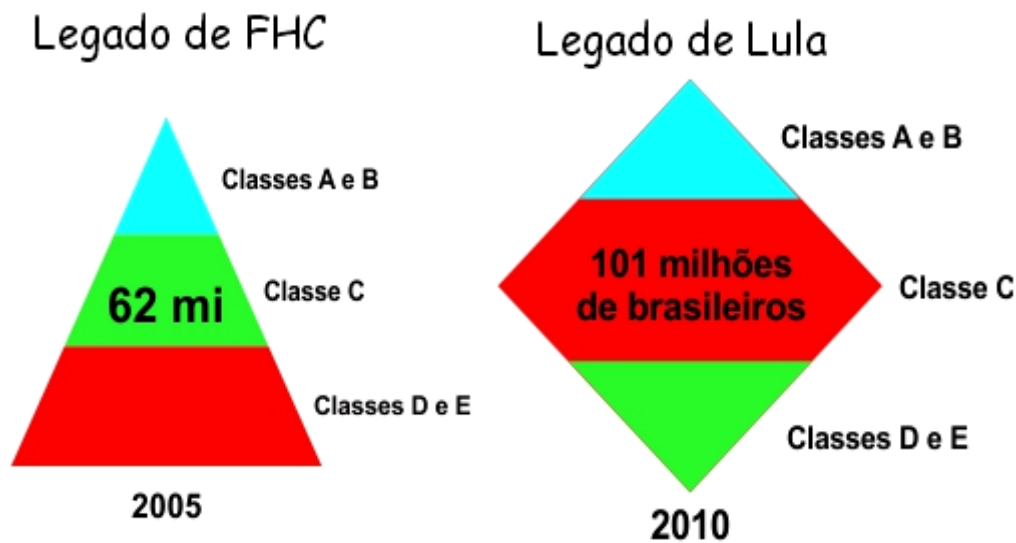
Foi o retirante nordestino, com baixa escolaridade, um operário-migrante e da esquerda brasileira que, a seu modo, percebeu a possibilidade de articular uma economia alternativa para o país. De forma direta, com justiça e investimentos na política social, mesmo com precaução, Lula compreende a fragilidade daquele momento político, mas percebe a forma de representar efetivamente o povo, elevando a sua perspectiva em relação a um futuro mais justo.

Os programas sociais idealizados por Lula projetaram efeitos para a melhora na vida do povo brasileiro, sendo um projeto de vida e pela vida, jamais idealizado na história do Brasil. Para compreender aquela articulação, dois aspectos precisam ser considerados, desde nosso ponto de vista. O primeiro, a vontade do povo e o segundo, as oportunidades nas quais o país passou a oferecer o que fez mudar estruturalmente a nossa pirâmide social.

O economista Marcelo Neri, especialista em estudos sobre pobreza, criou o conceito de “nova classe média” para descrever a “nova classe C”, o grupo de trabalhadores que passou a ter carteira assinada (com os benefícios

correspondentes) e acesso a bens de consumo que iam além da subsistência (eletrodomésticos baratos, celulares) e, em alguns casos, incluíam viagens e automóveis populares. (BARROS, 2022, p. 249).

Houve crescimento da classe média, redução da pobreza e da fome, além de incentivo aos brasileiros para uma grande força empreendedora. A figura abaixo ilustra essa mudança.



Fonte: Ipsos Public Affairs

Figura 2 - Pirâmide social brasileira: legados dos governos FHC e Lula. Fonte: Ipsos Public Affairs.

Conforme a figura 2, houve uma articulação silenciosa no governo Lula. A tradicional pirâmide, de faraó, do presidente FHC, virou o losango da bandeira nacional de Lula.

Programas sociais como o Luz para Todos, PBA, ProUni e Primeiro Emprego, priorizaram as pessoas que passaram a contar com o sistema de apoio ao microempreendedor individual, às micro e pequenas empresas, com oportunidade de crédito mais fácil, com menos burocracia e menos impostos. A classe média foi beneficiada pela maioria das vagas direcionadas ao ProUni e às escolas técnicas, assim como pelo crédito, investimentos e faixas do financiamento do programa Minha Casa Minha Vida.

Discursivamente, Lula ressignificou as demandas democráticas a favor e pelo povo, para um governo com sede de mudança e a favor da economia social. Ideias

inovadoras para a nação, como o programa Luz para Todos<sup>68</sup>, proporcionaram dignidade para as famílias que conviveram, historicamente, com a seca e na zona rural do país, como em comunidades de agricultores e indígenas. O programa mudou a vida de um povo abandonado pelo sistema.

Desde 2004, há uma economia social desenvolvida para articular a demanda por trabalho e sanar a necessidade de levar luz elétrica para famílias que se encontravam à margem dos grandes centros e nas propriedades rurais brasileiras, na sua maioria, em situação precária. Na cerimônia de assinatura dos contratos do programa Luz para Todos, O Presidente Lula, após saudar mais de duas dezenas de nomes das autoridades presentes, exemplificava quem e como era o perfil dos beneficiados:

O Djalma Moraes se comprometeu a trazer, aqui, um senhor, Dom Preto, que tem 105 anos de idade. Esse senhor não veio para cá, porque ficou com medo de subir no avião. Ele que nasceu em 1899 e que atravessou um século da sua vida sem ter luz elétrica, com 105 anos ele vai ser um dos brasileiros beneficiados com esse programa Luz para Todos. (LULA, 2004, p. 2).

O povo beneficiado pelo programa representou em torno de 90% das famílias que se encontravam abaixo da linha de pobreza, consolidando um dos programas de políticas públicas mais bem sucedidos do governo lulista. Em Ouricuri (PE), o povo saiu da miséria extrema pelo benefício do programa Luz para Todos, com oportunidades de trabalho e emprego, aquisição de eletrodomésticos da linha branca, além da instalação de cisternas que impulsionaram a produção agrícola familiar e o combate à fome, sendo aquela uma das demandas prioritárias do governo Lula.

Não é pouco o que foi assinado hoje, falta muito, ainda, é verdade, mas eu penso que vocês tiveram uma pequena demonstração do que pode gerar de empregos, do que pode significar de distribuição de renda e o mais importante, o que pode trazer de benefícios para o povo brasileiro. (LULA, 2004, p. 6-7).

Trazer essas demandas tão sensíveis e caras ao dia a dia das pessoas se revelou numa nova ideia, articulada pelo Lulismo, consolidando-se numa ideologia a favor do desenvolvimento econômico e com propostas e metas sociais, como também, no sentido dos ideais de igualdade e com oportunidade para todos.

---

<sup>68</sup> Programa coordenado pelo ministério de Minas e Energia, com a participação da Eletrobras e de cooperativas, organizações sociais, agentes e das próprias comunidades.

Muita coisa estava na pauta de luta e no jogo antagônico com os supostos inimigos, alimentados pelo sistema. Naquela contingência, limitar o povo era algo naturalizado e camuflado pelo costume, tomado pelo preconceito, pela discriminação e pela falta de possibilidade de ascensão social. Recordamos que no seu discurso de posse, Lula articulou sobre o que parecia em descompasso, indagando:

E por que geração de empregos para a juventude e não geração de empregos, como um todo? Gerar empregos para todo o povo brasileiro é um sonho, uma obsessão e uma determinação do meu Governo. E eu não tenho dúvida de que é também de todos os governos estaduais, dos prefeitos, dos deputados e senadores, dos ministros e de todas as pessoas que têm responsabilidade no nosso país. (LULA, 2003, p. 2).

Conforme o presidente Lula, o modelo econômico dependia da união dos estados e municípios, a fim de proporcionar estabilidade e garantia dos benefícios aos trabalhadores, o que, muitas vezes, não ocorria devido à cultura da morosidade e à falta de visão para a mudança. Lula sabia sobre a necessidade de desconstruir uma tese antiga dos líderes políticos, da “teoria da conspiração”, em especial sobre a articulação da imprensa. A capacidade de sustentação crítica foi subestimada por longo tempo devido às injustiças sociais, que muito se devem à falta de informação e de formação educacional.

Havia um projeto, lançado ainda no primeiro ano de governo, em 2003, nomeado como Programa Brasil Alfabetizado. Na cerimônia de lançamento, Lula apontou que o problema educacional no Brasil dependia da “disposição política” e não só dos recursos financeiros. Em discurso, o presidente procura ser breve e preciso sobre a demanda:

Eu vou terminar não fazendo o meu discurso habitual, porque eu vou ser muito breve, para dizer para vocês que o problema de alfabetizarmos o Brasil é um problema muito menos de dinheiro, muito menos de recursos, muito menos da ausência de sala de aula, muito menos da ausência de educadores, e muito mais da disposição política de alfabetizarmos o nosso país. Há várias formas para alfabetizarmos o Brasil. Uma delas é que se nós tivéssemos todo o dinheiro do mundo, poderíamos contratar todos os educadores necessários e faríamos todas as salas de aula confortáveis, para que os alunos se sentissem bem, e teríamos o problema resolvido. Outra forma é ter uma lei, como já temos a Constituição, que assegure que a educação é um direito de todos e que, portanto, cabe ao Estado garantir. (LULA, 2003, p. 1).

Apesar de a Constituição Federal (CF) de 1988 assegurar a todos o direito à educação, na prática, só mesmo os programas sociais é que contribuem efetivamente

para essa falta constitutiva, em que o povo reivindica essa demanda por oportunidade. Lula delineava projeções nesse sentido desde o início do primeiro mandato:

Possivelmente, se nós tivéssemos, poderíamos fazer muito mais, mas eu estou convencido de que, para o político, o mais importante é ele saber o que é importante para o seu povo. E ele não é obrigado a saber, ele tem apenas que ter mais capacidade de ouvir do que de falar. Se a classe política começar a ouvir um pouco mais e a atender um pouco mais aquilo que é o clamor do seu povo, podem ficar certos que a chance da gente acertar é muito maior do que se a gente continuar governando achando que sabe tudo, se a gente continuar governando achando que aqueles que nos criticam já não valem mais a nossa consideração. (LULA, 2003, p. 6).

As propostas, mais uma vez, mergulham no legado maior, o de combate à pobreza e pela porta da oportunidade para os jovens; por desenvolvimento educacional, na ciência e na tecnologia. A meta maior do Lulismo se qualifica e visa sempre a qualidade de vida das pessoas, intrínseca ao Programa Saúde da Família (PSF) e Minha Casa Minha Vida. Cabe ressaltar que as propostas e metas de governo para o Nordeste foram sempre prioridade devido à precariedade daquela região do país, que sempre foi mais castigada pela seca, pela fome e pela falta de uma política pública que proporcionasse assistência aos mais necessitados, vítimas de uma elite que concentra renda, o acesso à saúde e os avanços na educação.

Com a meta e objetivo em conceder bolsas de estudos integrais e parciais nos cursos de graduação e sequenciais de formação específica, nas instituições privadas de ensino, o presidente Lula sancionou a Lei nº 11.096/2005, para o desenvolvimento do Programa Universidade para Todos (ProUni)<sup>69</sup>. Foram abertas 112 mil vagas para os estudantes de baixa renda nas instituições particulares de ensino superior. Com experiência de vida e habilidade para lidar com preconceito, o presidente discursou próximo a uma plateia formada pelos estudantes do Movimento dos Sem Universidade (MSU) e da entidade, Educafro, que une estudantes afrodescendentes.

Quando alguém criticar vocês por causa do Prouni, lembrem que as pessoas que estão criticando, antes, não falavam nada. Na hora que o pobre conquista algo, um milímetro de espaço, ele incomoda. Mesmo que você não tenha tirado um milímetro de espaço dos ricos. (LULA, 2005).

---

<sup>69</sup> Pelas regras do Programa, apenas alunos vindos da escola pública, ou, bolsistas da rede privada, com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, R\$ 390,00 na época, teria bolsa integral, e três salários mínimos, equivalente a R\$780, teria bolsa parcial. Só poderia se inscrever no ProUni, o estudante que tivesse participado de uma das edições do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), e, obtido nota mínima de 450 pontos.

Lula, além de rebater as críticas, ao dizer que pobre, quando consegue alguma coisa, sempre incomoda, também se colocou no lugar dos estudantes. Sua condição se igualou com a do seu vice, José Alencar, já que “pela primeira vez, o país tem um presidente e um vice-presidente sem diploma universitários” (LULA, 2005). Lula deixou claro que essa demanda só era atendida naquele momento, porque a população adquiriu mais consciência e informação, articulando essa reivindicação. “Quem sabe, quando deixar o mandato, eu e o José Alencar seremos bolsistas.”, brincou Lula, em momento de descontração, naquele mesmo momento histórico.

Para a reeleição, em 2006, Lula propõe, na Convenção Nacional do PT, manter o compromisso com o seu povo, ao afirmar que “podemos continuar reduzindo a desigualdade social”, e se colocando como um sujeito político preparado para o segundo mandato. O Presidente Lula é a nomeação da força, da luta contra desigualdade social no país, um sujeito político na luta contra o inimigo, ao recordar a posição desigual do povo no enfrentamento dos históricos desafios às custas do sofrimento, das injustiças e do ódio.

A memória do povo é ativada, a política é ressignificada pelo desejo maior de futuro, para não correr riscos de voltar a um passado pessimista e sem esperanças. O sujeito político do Lulismo procura ressignificar a mudança que proporcionou ao Brasil, pela oportunidade da reeleição.

Todos se lembram do final do governo deles, quando a economia encolhia, o emprego diminuía e a pobreza aumentava. Era o tempo da instabilidade e da vulnerabilidade econômica. Era a época da insensibilidade social e do sucateamento da infraestrutura. Era o tempo dos grandes apagões. Era o final da sanha privatista que dilapidou o patrimônio público. Era a época da desesperança e da baixa estima. Começamos a trabalhar sem tréguas. Não nos queixamos da realidade, nem nos deixamos paralisar pela herança recebida. Iniciamos o processo de mudança e de reconstrução do Brasil que continua ainda hoje. (LULA, Convenção Nacional do PT, 2006).

O candidato se articula politicamente para firmar a sua identidade e a forte identificação com o seu povo. Lula traça um paralelo entre o antes e o depois de seu primeiro governo, crítico à herança recebida e, mais uma vez, como parte do povo, ao reforçar a ideia de um homem incansável e trabalhador, que se coloca com o povo, como a melhor alternativa para a política econômica.

Por se sentir parte do povo, é que o presidente Lula se coloca como expoente no espaço e no campo político daquele momento. Além disso, se sentia mais confortável para lutar contra a oligarquia, a mesma que delegava ao sujeito Lula, uma crise política instaurada pelo Mensalão. Essa crise traria instabilidade, além de nomear Lula como o responsável pelo cenário de crise econômica que afetara o país, que estaria contra o povo, tão defendido pelo petista, agora candidato.

O trecho abaixo reforça a ideia de que a política econômica não se desarticula do projeto político social, conforme vimos:

De cabeça erguida, posso olhar para vocês e dizer que obtivemos muitos avanços nesta luta, e como me sinto em condições de fazer muito mais, quero continuar à frente do governo de todos os brasileiros. Eu me sentiria frustrado se, nesta altura do meu governo, só pudesse mostrar bons indicadores macroeconômicos, sem que eles se refletissem na melhoria da vida do cidadão comum. Graças a Deus, o Brasil está conseguindo fazer da política econômica e da política social duas faces de uma mesma moeda. Por isso nossos indicadores sociais e os números da nossa economia são os melhores dos últimos dez anos. (LULA, Convenção Nacional do PT, 2006).

Num cenário aberto ao favoritismo, o Presidente do Brasil parte para uma nova disputa eleitoral e, conseqüentemente, para sua articulação à reeleição, com especial vantagem nas regiões Norte e Nordeste do país. Seu projeto político contempla o respeito à vontade soberana do povo através do voto, a união de todos, com vistas às responsabilidades assumidas, ainda para o primeiro mandato. À reeleição, se constrói um ambiente promissor à igualdade e de oportunidades para todos, caminho trilhado desde junho de 2003.

Lula procura significar o sentido de união a partir das demandas do povo. Esse sentido se estabeleceu desde a Carta ao Povo Brasileiro, quando o ainda candidato petista, passou a construir o seu povo, de modo a estabelecer a luta política, a fim de garantir a sua vitória eleitoral, mas também, para o bem maior do país.

Para o segundo turno, esse mesmo sentido discursivo é resgatado. Ainda durante a Convenção Nacional do PT, Lula ilustrava a importância dos programas sociais e o avanço pelo discurso direto, com um beneficiário do povo, entre alguns convidados especiais. O Sr. Arnaldo, parte do grupo que Lula considera de amigos e que são acolhidos pelo então candidato à reeleição, são exemplos de povo e ilustram o seu dia a dia. No discurso, Lula os chama:

Companheiros e companheiras,



Permitam-me, agora, conversar um pouco com meus convidados especiais. Com estes amigos que são a cara deste Brasil belo e sofrido. Deste Brasil que é a razão da minha existência e ao qual jurei dedicar a minha vida. (LULA, 2006).

Como um representante do povo, o Sr. Arnaldo serve de exemplo, sendo beneficiário do programa Luz para Todos. Lula, oportunamente, relaciona a vida do Sr. Arnaldo com a sua, recordando uma infância pobre e sem luz em casa. Lula oportuniza uma sensação entre iguais, apesar de suas diferenças naquele momento presente. Ao se colocar em situação conjunta com a do convidado, relata:

Meu caro Arnaldo Pereira: melhor do que ninguém, eu posso medir a sua alegria e de sua família quando o programa luz para todos levou energia elétrica para a propriedade de vocês, lá no Vale do Ribeira, em São Paulo. Em boa parte da minha infância, Arnaldo, eu não tive luz em casa. Era difícil para minha mãe cozinhar e costurar com a luz de candeeiro. É por isso que uma das minhas maiores alegrias como presidente é já ter levado energia elétrica para 3 milhões e 300 mil pessoas, nos pontos mais remotos do país. E quero ir além: quero ser o presidente que vai apagar a última lamparina da casa mais humilde do Brasil. Sabe por que Arnaldo? Entre outras coisas, para poder ouvir histórias como a de uma companheira nossa, lá do sertão do Ceará, que nos primeiros dias em que a energia chegou à sua casa, ficou acendendo a luz do quarto a noite inteira. O marido perguntou por que ela estava fazendo aquilo. E ela respondeu: “É porque eu nunca tinha visto a cara do meu filho dormindo de noite”. (LULA, Convenção Nacional do PT, 2006).

O sujeito político Lula se coloca como um homem do povo, que compreende e sente as necessidades dos brasileiros e a importância dos programas sociais. Lula explora discursivamente a incapacidade dos outros sujeitos políticos, neoliberais, em compreender essa realidade da vida do povo brasileiro. Sua retórica articula ainda o sofrimento, a sensação de injustiça e a incapacidade de outro nome articular tão bem o que significaria lutar pelo povo, com o povo, sendo ele também “povo”. Segundo Lula:

São emoções como esta, Arnaldo, que fazem valer a pena ser presidente. Elas amenizam algumas injustiças que a gente sofre e nos mostram o tamanho do equívoco daqueles que acham que os programas que favorecem os mais humildes, como a luz para todos, são investimentos desnecessários e mal feitos. A mesma coisa, dona Maria, eles dizem do Bolsa Família, que beneficia a senhora e toda a sua família, aqui em Formosa. Eles são incapazes de ver a importância que tem este programa para as 11 milhões de famílias que hoje são beneficiadas por ele. (LULA, Convenção Nacional do PT, 2006).

Em contraste com o prazer da igualdade, sabendo que há ainda muito para fazer, Lula reforça, em uma cadeia de ações, os principais programas construídos e articulados em seu governo.

O Bolsa Família é o programa de mais visibilidade do Fome Zero. [...]. Além da ajuda financeira a 11 milhões de famílias, o Bolsa Família está hoje integrado, entre outros programas, com o Brasil alfabetizado; com o Pronaf em ações na área da agricultura familiar; com o Peti, que é o programa de erradicação do trabalho infantil, e com o Sentinela, que combate a exploração sexual da criança e do adolescente. Não estamos dando esmola. Estamos transferindo renda, garantindo o direito à alimentação e ampliando a cidadania. Hoje, nossos programas de transferência de renda beneficiam a população de todos os Estados brasileiros. Eles melhoram a vida dos mais pobres e, ao mesmo tempo, ativam a economia de milhares de municípios, gerando renda e emprego para toda a comunidade. Nos nossos três anos e meio de governo, transferimos para as famílias carentes um volume de recursos 36% maior, em proporção ao PIB, que nos oito anos do governo deles. (LULA, Convenção Nacional do PT, 2006).

No sentido de melhorar a vida daqueles que mais necessitam de ajuda financeira, os programas do governo Lula alcançaram 11 milhões de famílias, com a integração dessas, como no caso o BF, ao PBA, também com o Pronaf nas ações na área da agricultura familiar; com o Peti, que é o programa de erradicação do trabalho infantil, e com o “Sentinela”, responsável no combate à exploração sexual da criança e do adolescente.

Contudo, se organizarmos as prioridades de forma a contemplar as reivindicações das demandas e a articulação do fenômeno político, a categoria povo, será central ao debate, ainda que outras possibilidades teóricas conduzam a uma construção justa do ponto de vista sociológico.

No uso da mesma dinâmica discursiva articulada com o Sr. Arnaldo, Lula traz para o debate a estudante Priscila, para destacar as políticas de governo em relação à educação. Nesta linha, a retórica de Lula expõe:

Vejo ali a Priscila de Jesus, do Rio de Janeiro, que está podendo cursar a universidade porque conseguiu uma das 203 mil bolsas do Prouni. Saiba, Priscila, que o Prouni é apenas um aspecto da grande transformação que estamos fazendo na educação. [...] Estamos criando as bases para investir em todos os níveis de ensino, Priscila, porque sabemos que os pobres, os trabalhadores e a classe média, merecem ter uma pré-escola boa, um curso fundamental eficiente, um nível médio de qualidade, uma universidade moderna e uma pós-graduação de excelência. [...] Este esforço na educação tem que continuar, Priscila. Pois educação não é apenas instrumento de promoção social e econômica, mas, também, de cidadania. E somente através do conhecimento poderemos fazer a verdadeira revolução que o Brasil precisa. (LULA, Convenção Nacional do PT, 2006).

Mais uma vez, o presidente Lula se coloca como homem do povo. Procura associar sua identidade de retirante, pobre e com baixa escolaridade para interpretar a realidade da aluna e reforçar o comprometimento de uma política educacional que valoriza o estudo. O destaque para o Programa Universidade para Todos (ProUni), reflete o esforço do projeto de seu governo, que oferece bolsa a alunos carentes, como a bolsa conquistada pela Priscila. No trecho acima, vimos que Lula reforça a ideia, com o exemplo da estudante, de que o ProUni é um passo para a grande transformação que o governo está fazendo na educação. Um projeto com reparação histórica, que visa garantir vagas nas universidades públicas, com a inclusão dos afrodescendentes, além da concessão de bolsas universitárias também para os indígenas.

Esses personagens do povo são articulados por Lula como representantes de uma parte da sociedade que, por muito tempo, nunca foi ouvida. A ideia era articular uma política econômica capaz de atender as demandas desse povo, por meio da política social do país, unir o povo para vencer o inimigo que sempre se colocou como centro do debate, deixando de lado as prioridades na ordem das demandas.

O Presidente Lula, procurava conscientizar sobre o direito e exercício à cidadania, com o movimento para as eleições, de modo que todos se juntassem a ele para garantir sua vitória e, assim, priorizar as demandas democráticas, em um novo tempo para o país, com autonomia econômica e com respeito ao que é direito do povo.

Pela baixa escolaridade, Lula sente e reafirma que, neste dia tão importante, há a concretização de um sonho de ajudar a transformar o país em um Brasil efetivamente democrático, com oportunidade de acesso ao mundo do conhecimento, via universidade. Para isso, Lula ampliou a oferta de instituições universitárias, com campus de extensões e as escolas técnicas em todas as cidades polo do País. Para esse projeto, também a contribuição e a expansão das bolsas do ProUni.

O sujeito político Lula mantém, ao longo do tempo, em linha linear, as prioridades estabelecidas para o povo. Passados, cinco anos do ProUni, na cerimônia de lançamento do Fundo de Garantia do Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) e com a abertura de renegociação dos contratos vigentes, o presidente, em seu segundo mandato, destacava de forma clara, como nasceu e se desenvolveu o ProUni:

(...) além do ProUni, que foi um gesto de sabedoria, e o Fernando Haddad, num momento republicano muito grande, ele fez questão de dizer que a proposta do ProUni era da mulher dele. Porque, normalmente, o machão esconde: “Como que ela sabia mais do que eu?”. E o ProUni é uma revolução neste país. Eu, que encontro... por onde eu vou, Fernando, por onde eu vou, em qualquer ato que eu participo sempre me aparece um menino ou uma menina agradecendo ao nosso governo pelo fato de estar se formando pelo ProUni. (LULA, 2010, p. 4).

A construção retórica que se faz pela educação também é atribuída à articulação feminina como exemplo de ética, conforme o trecho acima. Assim, revelava-se o esforço de lidar com a realidade e com o caminho traçado para o desenvolvimento do povo e da economia. Oportunidade e acesso são demandas que desafiam a história e a linha do tempo do Brasil. Lula, promoveu aos pobres, momentos os quais antes, apenas a elite usufruía. É pelo discurso político que o presidente ilustra a vida de muitos brasileiros, os quais passam a se permitir ressignificar as suas vidas.

Lula aposta nos jovens com oportunidades reais para o crescimento e desenvolvimento das famílias que ficaram, historicamente, à margem da sociedade. Jovens de famílias desprovidas de crédito e poder aquisitivo, é que passariam a conquistar vagas nas universidades para uma formação que pudesse proporcionar qualificação, trabalho e renda digna. O presidente ressalta:

Me parece que as pessoas esqueceram que governar esse país é olhar para a totalidade desse povo como uma mãe, que é o papel do governo, dentro de uma família com 190 milhões de habitantes. Olhar para o pequeno brincando e para o raquítico e ver que tem que cuidar mais dele. No Brasil não era assim, quem era rico, ficava cada vez mais rico e que era pobre, cada vez mais pobre. (LULA, 2009)

O presidente, classificou<sup>70</sup> o ProUni, que concede bolsas de estudo a alunos de baixa renda, como um "milagre". Aquele que levou o nome de “homem do povo”, “o pai dos pobres”, o “patrono dos programas sociais”, dos “sem parte”, leva a considerar que o povo brasileiro, tinha então, oportunidade histórica para ser protagonista daquele projeto de nação.

O ProUni é um extraordinário começo. Eu acho que nós vamos avançar a cada ano e, na medida em que a gente vá provando o acerto da decisão, a gente vai ter muito mais vagas, a gente vai ter outras universidades entrando no convênio e vai poder ter muito mais alunos. (LULA, 2005).

---

<sup>70</sup> Classificação dada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na sexta-feira (12), em Laranjeiras (SE).

Conforme demonstra o enunciado acima, o presidente vincula um discurso de força de combate à crise social e à ideia de um Brasil pronto para novos desafios e sucesso educacional. Numa relação direta destes sentidos com a economia, a articulação do presidente com a política educacional se mostra retoricamente convincente, justamente, pela perspectiva de avanço a cada ano.

Enquanto projeto, o presidente articula a possibilidade de novas ideias, de novos rumos, ainda que com problemas e dificuldades que envolvem o próprio espaço de ação do governo. No discurso, estão articulados, intrinsecamente, a preocupação com infraestrutura, a permanência e a capacidade de desenvolvimento rotativo, ao tempo que se enfrentam os desafios reais, próprios de uma grande nação, com uma expressiva demanda de alunos.

Historicamente, em meio ao pessimismo e às dificuldades de acumular riquezas, entre os caminhos tortos da lógica e do jogo político, compreendemos que o que está em jogo é um discurso de virada para oportunidades, o qual nós analisamos retoricamente. No jogo, se articula o discurso político pelas demandas, como parte integrante do crescimento econômico do país, não como pautas isoladas, mas que significam mais empregos, crescimento e a relação dessas para o progresso das ciências.

Lula busca na educação os meios para elevar a economia do país, com chances reais para o crescimento e, conseqüente, valorização do salário mínimo. Demandas sociais, como a educação, foram propulsoras e elevaram a economia a novos patamares. Conforme o pesquisador de economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Fernando de Holanda Barbosa (2013), “a taxa média de crescimento do PIB brasileiro no mandato do presidente Lula foi de 4% ao ano”. Naquele mesmo período, o salário mínimo, teve aumento real de 74%.

Os programas sociais de educação, se constroem como discursos que defendem a ideia da universidade pública e gratuita. O ProUni, é uma forma de materializar o caminho para o ensino, em especial, para os mais pobres, porque há dificuldades de o Estado bancar ensino público para todos, já que a demanda no Brasil, é bem expressiva.

Assim como na educação, conferimos o discurso para o desenvolvimento de um programa social que amplia as condições e a criação de oportunidades para o primeiro emprego. O Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego de Jovens

(PNPE), lançado em outubro de 2003, no primeiro ano de mandato do presidente Lula, traçou como objetivo geral a promoção e a inserção dos jovens entre 16 a 24 anos para atender uma demanda das famílias de baixa renda, com pouca escolaridade. Essa demanda econômica e social, representa uma contingência de luta política, reprimida, por uma sucessão de dificuldades históricas, que priorizavam o mais favorecido. Sobre essa articulação política, Lula salienta:

E se nós estamos lançando o Primeiro Emprego hoje, uma proposta condensada com números, uma proposta trabalhada com muita gente, é porque temos a certeza de que essa proposta será capaz de sensibilizar a sociedade brasileira para o tema da geração de empregos. (LULA, 2003, p. 4).

Trata-se de uma luta contra o pessimismo, pregada pelas condições que o inimigo neoliberal deixava como herança. Essa articulação dava início a uma fase de oportunidades, maior produtividade, ampliação do mercado e consequente fortalecimento econômico, o que significava mudar as mentalidades e as relações. A criação de emprego tornava-se sinônimo de cidadania e, dessa relação, se esperava articular uma corrente de acontecimentos e significações, proporcionando a formação de sentido que privilegiasse o povo, de olho no desenvolvimento regional, conforme o Presidente expõem:

Se este Programa for executado com carinho, como eu sonho que deva ser executado, e se nós investirmos na educação como estamos pensando em investir, inclusive com convênios com empresários para a política de alfabetização, nós vamos apenas constatar o óbvio daqui a alguns anos: de que era muito mais barato investirmos na educação e no emprego do que investirmos nas prisões que tanto a sociedade reivindica que a gente invista. (LULA, 2003, p. 6).

Lula prega o investimento como condição e pré requisito para garantia de mais emprego e crescimento. Sua forma de articular coloca em xeque o modo de fazer dos seus antecessores, afinal, há reivindicação, o que indica demanda reprimida. Pelo país muitos programas trilharam o caminho para articular demandas como do PNPE, do governo federal.

Em paralelo, foram ocorrendo uma série de outras iniciativas, que contribuíram igualmente com a constituição de um tecido social menos desigual. Destacam-se aqui aquelas relacionadas à facilidade de acesso ao ensino superior por parte das classes de renda mais baixa: Programa Universidade Para Todos (ProUni), a criação de dezoito novas universidades

públicas, e a melhoria do Fundo de Financiamento ao Estudante de Nível Superior (Fies). (MARINGONI e MEDEIROS, 2017, p. 94).

Há uma articulação da política social que faz pairar a dúvida sobre os projetos de seus antecessores. Demonstra construir um discurso político, que revela como tratar as demandas do povo. Havia, no Brasil, muitos jovens trabalhadores, com baixa escolaridade e em situação de pobreza, uma faixa etária que se apresentava sem nenhuma ocupação, conforme dados do Ministério de Trabalho e Emprego (MTE):

**TABELA 3**  
**TRABALHADORES ADMITIDOS E DESLIGADOS, SEGUNDO CIDADES**  
**SELECIONADAS, EM DEZEMBRO/2000 (NÚMEROS ABSOLUTOS, SALDO E RAZÃO)**

Cidade	(a) Total de admitidos	(b) Total de desligados	Saldo (b-a)	Razão (b/a)
Belém	4.163	5.246	-1.083	1,26
São Luís	2.604	3.031	-427	1,16
Fortaleza	9.901	10.829	-928	1,09
Recife	7.724	8.777	-1.053	1,14
Camaragibe	128	164	-36	1,29
Cabo de Sto. Agostinho	334	389	-55	1,16
Salvador	9.452	10.838	-1.386	1,15
Vitória	3.829	4.327	-498	1,13
Rio de Janeiro	43.031	47.311	-4.280	1,1
São Paulo	66.895	83.285	-16.390	1,25
Curitiba	14.439	19.222	-4.783	1,33
Cuiabá	2.864	3.512	-648	1,23

Fonte: MTE – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, 2001.

Figura 3 - Tabela com o número de trabalhadores admitidos e desligados nas principais capitais do país. Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

Temos uma ressalva para a análise das significações discursivas, que devem se dar dentro de uma perspectiva de momento e contingência histórica e política, para o debate. A estratégia retórica construída pelo Presidente Lula fortalece os pontos

positivos do Lulismo, ao ter como prioridade a política econômica e social, que são inspirações fundadoras de um legado.

Neste contexto, perspectivas claras e positivas para os direitos sociais ganhavam ânimo, sendo contrastantes com a herança do período vivido na ditadura e logo após, com o lento processo de amadurecimento democrático. Com o governo Lula, houve uma acentuada redução da desigualdade social e avanços econômicos, graças à criação dos programas sociais.

Por isso, qualquer recurso que nós gastarmos para gerar emprego para um jovem ainda será barato diante do custo de um emprego, hoje, no Brasil. Dependendo da indústria, o emprego sai muito caro ao país. Mesmo assim, nós achamos que é vantajoso e precisamos incentivar que mais indústrias possam gerar mais empregos. (LULA, 2003, p.3).

Dessa maneira, significamos o sujeito político Lula, que transformou a vida daquele povo humilde e pobre. Mesmo com pouca escolaridade, o fenômeno do Lulismo é a maior referência política ao povo oprimido, trabalhador e que sempre esteve à parte dos acontecimentos políticos e sociais nesse país. Lula se transformara em um sujeito-significante, que reconheceu afinidades pelo por vir do povo e, acima de tudo, articulou o seu próprio projeto de governo, como se fosse um projeto de vida, de modo a tratar e solucionar as demandas, sabendo exatamente como o povo sente, pensa e espera dos seus representantes.

(...) se nós levarmos isso a sério, certamente nós estaremos dando, para as futuras gerações, a certeza de que um dia, neste país, a gente fez a opção de investir na educação ou no emprego ao invés de construir prisões. O ministro da Justiça sabe a quantidade de reivindicações que existem hoje no Brasil para construirmos prisões. E, cada vez mais, as prisões exigidas são prisões de segurança máxima portanto, cada vez mais se gasta para punir os criminosos deste país. (LULA, 2003, 5-6).

O presidente destaca uma série de questões e demandas, que preocupam a sociedade, segundo sua visão de governo. Neste sentido, Lula se coloca como aliado da sociedade, com vistas para o futuro das gerações e preocupado com a ideia de perspectiva para uma sociedade hegemônica, do ponto de vista das oportunidades, da capacidade econômica e da serenidade que entende necessária para ressignificar a vida em sua contingência.

Na maioria dos pronunciamentos do Presidente Lula, o desenvolvimento e crescimento econômico estiveram presentes. No argumento, busca-se fundamentar,



pela comparação com outros governos, os resquícios e fragmentos do discurso preconceituoso e de importância histórica, ligados às questões fundamentalmente sociais.

O fenômeno do Lulismo se torna um referente empírico, de formação hegemônica, com a articulação das diferenças que o caracteriza e o fortalece, por discursos que transformam as demandas do povo em investimento, com valorização humana e salarial, capacitação pessoal e criação de empregos, além da busca pela estabilidade macroeconômica do país, no sentido de diminuir as dívidas e de se proporcionar garantias para o povo, a partir de oportunidades.

Considerando alguns elementos anteriores e os avanços da política social, cabe retomarmos a ideia de diversidades em programas sociais, como o “Primeiro Emprego”, uma demanda presente no discurso de posse do primeiro mandato:

Quero reafirmar aqui o meu compromisso com a produção, com os brasileiros e brasileiras, que querem trabalhar e viver dignamente do fruto do seu trabalho. Disse e repito: criar empregos será a minha obsessão. Vamos dar ênfase especial ao Projeto Primeiro Emprego, voltado para criar oportunidades aos jovens, que hoje encontram tremenda dificuldade em se inserir no mercado de trabalho [...]. Para repor o Brasil no caminho do crescimento, que gere os postos de trabalho tão necessários, carecemos de um autêntico pacto social pelas mudanças e de uma aliança que entrelace objetivamente o trabalho e o capital produtivo, geradores da riqueza fundamental da nação, de modo a que o Brasil supere a estagnação atual e para que o país volte a navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social. O pacto social será, igualmente, decisivo para viabilizar as reformas que a sociedade brasileira reclama e que eu me comprometi a fazer: a reforma da Previdência, reforma tributária, reforma política e da legislação trabalhista, além da própria reforma agrária. Esse conjunto de reformas vai impulsionar um novo ciclo do desenvolvimento nacional. (LULA, Pronunciamento de Posse, 2003).

Esse esforço discursivo está em demonstrar as construções retóricas, a fim de significar o povo, evidenciando o modo de construir a política do Lulismo, no seu caminho de construção do segundo mandato. Lembrando ainda do pacto social pela mudança e de uma aliança entre o trabalho e o capital produtivo, a fim de sair da crise e voltar ao crescimento e desenvolvimento econômico e social, o que viabilizará a política das reformas que a sociedade brasileira aguardava.

Se este Programa for executado com carinho, como eu sonho que deva ser executado, e se nós investirmos na educação como estamos pensando em investir, inclusive com convênios com empresários para a política de alfabetização, nós vamos apenas constatar o óbvio daqui a alguns anos: de que era muito mais barato investirmos na educação e no emprego do que

investirmos nas prisões que tanto a sociedade reivindica que a gente invista. (LULA, 2003, p. 6).

O amadurecimento da nossa democracia passa pelo avanço de uma sociedade justa e pela melhoria nas condições de vida das famílias brasileiras. O descrédito para com a política e os políticos faz com que ocorra um aumento das abstenções de voto, a exemplo da eleição de 1994. Naquele momento também é destaque o significativo percentual de votos brancos e nulos. Sobre esse tema, Singer (2000/2001) coloca:

Se a sociedade se desinteressa do processo político, é menos provável que no futuro haja um aumento da qualidade na política. Portanto, a crítica da imprensa aos políticos, se não resultar em mudanças positivas na qualidade da representação, não contribuirá para reforçar as instituições. Na verdade, a desconfiança na representação pode criar uma representação pior, caso haja um afastamento da política (SINGER, 2000/2001, p.63).

Foram as experiências políticas que possibilitaram algumas retomadas discursivas, o que colaborou para a constituição desse, que se tornou o maior fenômeno político no século XXI, por absorver os desafios do povo, articular as demandas solicitadas e/ou reivindicadas e compartilhar por eles. Em suma, se tomarmos o discurso do candidato à reeleição, proferido durante a Convenção Nacional do Partido dos Trabalhadores, em 24 de junho de 2005, observaremos a importância do fenômeno em seu capital político que, ontologicamente, reside na ideia do Lulismo. Na vida real das pessoas, os discursos do Lulismo se materializam à medida que emblemáticas declarações, ocorrem de fato na vida daqueles que estão em situação de vulnerabilidade.

Dizem que temos que cortar, que estamos gastando demais. Que programa social é gastar demais. Que colocar pobre na universidade é gastar demais. Quero que eles saibam que a solução é gerar emprego e colocar o pobre na economia. (LULA, 2007 p. ).

Além de Lula ter sido um dos fundadores do PT, a história do partido se confunde com a sua própria trajetória política como sujeito político. O evento é uma oportunidade que articula a ideia do importante encontro de Lula com os militantes do PT. Sublinhemos que não nos cabe tocar no assunto que assombrou o PT em 2005, quando passou por uma grave crise interna, decorrente dos escândalos do Mensalão, envolvendo membros históricos e alguns de seus mais expressivos integrantes. Mas, fato é que, apesar de uma fase tensa, Lula saiu daquele ambiente de extremo estresse

político praticamente ileso, ainda que o discurso de posse do segundo mandato, proferido dia 1º de janeiro de 2007, carregue marcas desse processo de reeleição. A superação de Lula, sobre a crise resultante dos escândalos envolvendo seu governo e o PT, surpreende pela capacidade de separar o Lulismo do petismo, assim como do antipetismo.

Vale recordar que no auge do escândalo do Mensalão, o então presidente se livrou do processo de *impeachment*, porque a oposição temia enfrentar o povo em prováveis protestos em defesa do seu mandato. Capacidade política de mobilização que Lula soube sustentar, tanto que os escândalos atingiram a cúpula e aliados do PT, mas o discurso da corrupção não esteve vinculado à imagem do sujeito político, considerando que os índices de popularidade se mantinham como os mais altos da história do país.

(...) A oposição havia destruído as carreiras dos petistas que tinham mais condições de se impor ao presidente: em vez de mandá-lo isolado para a derrota, lhe deram a chance de vencer sozinho. Um ministro de Lula ouviu, do presidente de um instituto de pesquisa, que, após a queda de Dirceu e Palocci, a percepção popular da força de Lula cresceu. Na eleição para a liderança do PT de 2005, o governo praticamente assumiu a condução do partido. A elite teve menos ganhos relativos que os pobres, mas não perdeu, e o 1% mais rico preservou sua fatia em uma riqueza nacional que crescia. Na esfera internacional, Lula parecia um contraponto moderado e bem-sucedido ao radicalismo de Hugo Chávez. Após o choque de credibilidade de Palocci, Lula já podia experimentar iniciativas mais ousadas de investimento público. E as condições da economia internacional continuariam melhorando por mais alguns anos. (BARROS, 2022, p. 271).

A forma de fazer política de Lula é o seu maior capital; é o que o caracteriza e o faz nascer enquanto sujeito político, como um diferencial de fenômeno político, que nem mesmo o próprio PT foi capaz de absorver. Se, para Laclau (2013), o populismo implica certo grau de indeterminação ou de fluidez política, é possível admitir essas características sobre o fenômeno do Lulismo.

Portanto, na campanha à reeleição, o Lulismo se consolidava discursivamente, a ponto de os eleitores brasileiros vincularem a desconfiança aos outros membros do partido, sem estabelecer ligação à imagem de Lula, dando um segundo mandato a ele e reconhecendo o seu status de fenômeno político. Há uma mudança no perfil do eleitorado: a classe média com nível de escolaridade mais alta deixa de ser maioria em defesa de Lula, para agregar eleitores com renda de até dois salários mínimos.

### 3.5 Considerações

Apresentamos, nesse capítulo, alguns recortes discursivos e articulações promovidas pelo sujeito político Lula, que se construiu enquanto fenômeno da luta política, durante o exercício do cargo de Presidente do Brasil. Nós nos importamos sobre os pontos estratégicos desenvolvidos para a promoção do povo no discurso presidencial, que promove a ideia que conhecemos como Lulismo, tamanho aprofundamento das políticas sociais e econômicas, nos dois primeiros governos, fundacionais do Lulismo.

Ao tratar da economia, são demonstradas as práticas retóricas utilizadas pelo presidente Lula, sujeito político, a fim de significar os seus discursos. O texto segue pela análise das significações feitas pelo presidente, ao tratar do tema economia e das nuances políticas ligadas para favorecer o mercado interno, o comércio exterior e a ideia do desenvolvimento regional.

Se Lula cumpriu um papel insubstituível na construção do PT, é reservada ao Lulismo a capacidade sobre a preservação das relações hegemônicas, em especial, com as articulações orgânicas do povo, já que Lula absorve, ontologicamente, essa ideia de ser. O fenômeno político se constrói em nome da evolução do país e, em consequência, para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, dos programas sociais que mereceram análise e reflexão nos temas previstos e significados nos discursos.

Nessa perspectiva, a Carta ao Povo Brasileiro<sup>71</sup> foi um movimento rumo ao centro político. No texto, Lula se comprometeu a respeitar contratos nacionais e internacionais, acenou ao diálogo com os mais diversos setores produtivos da sociedade, manifestou preocupação com políticas de justiça social. A Carta foi responsável pela conciliação entre a esquerda petista e o mercado.

A chegada de Lula ao poder e a constituição do fenômeno do Lulismo, sem dúvida, foi um divisor de águas na história do PT. O partido passou a ser classificado como social, de centro-esquerda, sem uma bandeira revolucionária fortemente radical, mas sim, pautado na manutenção dos princípios democráticos e de forma representativa, com base nos sucessos eleitorais.

---

<sup>71</sup> Conhecida como “carta aos banqueiros”, pois, o principal objetivo era acalmar o mercado financeiro.

Lula estabeleceu um vínculo com o povo pelo conhecimento e experiência de vida. Se construiu, assim, sujeito político, pelo histórico de origem simples. Carrega e transfere discursivamente a ideia de um ser com credibilidade, por entender o que propor para o combate à fome e à pobreza. Quando fala de questões sociais, fala a partir de suas vivências e da sua família. E, ademais, com a autoridade de quem fez programas sociais inovadores quando era presidente – ao longo de dois mandatos, e não como expediente eleitoreiro de última hora.

O principal sentido de ser, para o Lulismo no Brasil, está em acreditar e apoiar o povo, os mais fracos, os pequenos e não vistos pelo Estado, um contraste com o regime controlado pela pequena elite, inimiga do povo e que teme as consequências de lideranças políticas vindas do meio dele. O amadurecimento democrático vem permitindo que novos sujeitos políticos e lideranças do povo aprendam a assumir responsabilidade sobre as demandas reais, que se transformam em força política para eleger dirigentes apartados da velha e tradicional política brasileira aristocrática.

Compreendemos que tenha ocorrido uma ligação direta entre Lula e o subproletariado (Lulismo), promovida pelos programas de transferência de renda, pelo aumento real do SM, pelo crescimento da massa salarial e do emprego, Mas, tal ligação não significa uma plataforma política para a fração dominada e sim, uma política que possibilita a legitimação da dominação das frações do bloco no poder, com a incorporação de parte dos mais pobres ao consumo capitalista, com crescimento da chamada classe C, em paralelo à redução das classes D e E.

Os dois governos Lula foram propulsores de um novo tempo para a agenda e da necessidade de se acelerar os programas sociais. Demandas importantes para o combate à fome, à pobreza, no combate ao analfabetismo e à promoção do bem-estar do povo, a fim de impulsionar a implementação de políticas públicas orientadas à inclusão social e à superação das desigualdades econômicas, acima de tudo sociais.

Vimos, nesse capítulo, que o povo é um corpo de eleitores que, se, por um lado, assusta porque não designa diretamente quem reconhece no petista Lula, uma liderança idônea e nos outros sujeitos políticos vestígios da corrupção, por outro lado, se revela uma potência que reelege Lula, o seu representante. Há um encantamento pelo discurso do Lulismo, que permite esse mesmo povo ser persuasivo, por dar materialidade para um discurso imaterial.

A reeleição de Lula fez perceber um senso de responsabilidade maior do povo com suas próprias demandas, sem retrocessos e erros históricos que não somaram,

e os quais destruíram sem nada colocar no lugar. O Brasil mudou com o Lulismo, que avançou sobre a internacionalização dos programas sociais, voltados especialmente a atender às demandas básicas e necessárias do povo, em situação real de vulnerabilidade e de parte da sociedade.

## CAPÍTULO 4

### O POVO DO LULISMO NO DISCURSO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

#### 4.1 Introdução

*“Nossos povos desejam políticas sociais mais eficazes, maior intercâmbio científico e tecnológico, vínculos culturais mais sólidos e fortes correntes de comércio.” (LULA, Discurso da Abertura da Cúpula África-América do Sul, 2006)*

O principal legado do governo Lula se voltou para a vida real das pessoas, no combate à miséria, no aprimoramento dos programas sociais e na ampliação e do acesso à educação. Programas como “Bolsa Família” e “Fome Zero” tiveram reconhecimento internacional, inclusive, por parte da Organização das Nações Unidas (ONU), colocando nosso país fora do mapa da fome. Com essas e outras demandas, Lula construiu uma trajetória de destaque e progresso nas relações internacionais.

Esse capítulo se desenvolve pela abordagem do discurso oficial do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), no tema das relações internacionais. A ênfase se dá sob a forma de seu discurso construir o povo do Lulismo numa construção discursiva perante a política externa. A análise propriamente dita dar-se-á a partir das particularidades tratadas ao longo dos dois seus mandatos presidenciais.

O presente capítulo é dividido em três seções e, ao final, as considerações. Na primeira seção, são analisados os pronunciamentos realizados nos eventos que marcaram os mandatos do Lulismo, organizados como os “Discursos Seleccionados do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva” (2008). Trata-se de uma obra impressa/digital, organizada pelo Ministério das Relações Exteriores e pela Fundação Alexandre de

Gusmão<sup>72</sup>. São pronunciamentos oficiais dos dois governos Lula, que levam à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira, conforme a visão do próprio governo.

A segunda seção deste capítulo apresenta os discursos do Presidente Lula, nas Assembleias Gerais da ONU, ao longo dos oito anos de governo. O Brasil foi membro fundador em 1945 e, por isso, o pronunciamento inicial sempre é feito pelo Presidente brasileiro<sup>73</sup>. Nesses pronunciamentos, buscamos identificar qual é o povo do Lulismo no discurso tradicional da ONU e que ganha significado nas relações internacionais, bem como os sentidos gerados em torno desse campo discursivo.

Na terceira seção, tomaremos por base elementos postos na primeira e na segunda seção para só então analisarmos a hegemonia dos pronunciamentos do presidente Lula, a fim de caracterizarmos a contingência das relações internacionais pelo que nela se constrói o povo aos olhos do mundo. Analisaremos os sentidos gerados pelo Presidente da República e que caracterizam o seu povo discursivamente. A teoria populista de Ernesto Laclau colabora no sentido de apresentar categorias de análise sobre a construção discursiva em torno da articulação do discurso político e da construção hegemônica, as quais firmam ideias a favor do povo contra o inimigo.

Compreendemos que a construção discursiva de ‘povo’ fará sentido para constituir a representação fundacional, necessária, e que compõem o Lulismo. Na sequência, fazemos as considerações sobre os significados dados à categoria povo pelo discurso do presidente Lula, ao considerarmos a política externa daquele momento.

#### **4.2 A construção do povo nos “Discursos Selecionados do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva”**

Quando eleito, em 2002, Lula representava a mudança e a esperança nacional, mas também, uma novidade no cenário internacional. O desempenho da política

---

<sup>72</sup> “A Fundação Alexandre de Gusmão, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.” (2008, p.2).

<sup>73</sup> Em reconhecimento ao papel desempenhado pelo brasileiro Oswaldo Aranha (1894-1960) nos primórdios da Organização das Nações Unidas (ONU).



externa do governo Lula fora criticado algumas vezes, justamente por sua “boa vontade” e compreensão em relação a seus pares na geografia regional, particularmente, devido a algumas fissuras na performance de governos da esquerda latino-americana, como nos casos do Paraguai, da Bolívia e do Equador, mas que compartilham suas demandas. Contudo, isso não significou sacrifícios sobre os interesses nacionais da Política Externa Brasileira (PEB).

Especificamente, para essa pesquisa, resgatamos o pronunciamento de posse<sup>74</sup>, que abre o livro organizado pelo Ministério das Relações Exteriores, na missão de promover e sensibilizar a opinião pública nacional sobre os temas das relações internacionais, conforme editado na própria obra. No “Discurso na Sessão de Posse, no Congresso Nacional”, o primeiro pronunciamento como Presidente da República, para autoridades como Chefes de Estado e de Governo, Lula se coloca no protagonismo brasileiro e também no cenário internacional.

Esta Nação que se criou sob o céu tropical tem que dizer a que veio; internamente, fazendo justiça à luta pela sobrevivência em que seus filhos se acham engajados; externamente, afirmando a sua presença soberana e criativa no mundo. (...) Por meio do comércio exterior, da capacitação de tecnologias avançadas, e da busca de investimentos produtivos, o relacionamento externo do Brasil deverá contribuir para a melhoria das condições de vida da mulher e do homem brasileiros, elevando os níveis de renda e gerando empregos dignos. (LULA, 2003, p. 14).

Na escalada dessa FD, ao tempo que o presidente Lula se referiu à “nação”, revela também o agrupamento povo, enquanto ser de presença constante, desde as demandas reivindicadas nas ruas até a possibilidade de um contingente de homens e mulheres, brasileiros, criativos e soberanos. Desse contingente, se articula o mundo político, tecnológico e social adequado e em ascensão, que favoreça ao emprego, à humanidade e à mudança, na vida daquele que é soberano, ‘o povo’.

No Discurso na Sessão de Posse, no Congresso Nacional (2003), Lula determina a mudança de um governo de centro-direita para um governo de centro-esquerda. Em razão de seus pronunciamentos no contexto da política externa, a primeira providência do presidente Lula foi a de modificar os rumos das negociações da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), pois negociações comerciais são vitais para um país:

---

<sup>74</sup> Discurso na Sessão de Posse, no Congresso Nacional, em 01 de janeiro de 2003.

Em relação à ALCA, nos entendimentos entre o Mercosul e a União Europeia, que na Organização Mundial do Comércio, o Brasil combaterá o protecionismo, lutará pela sua eliminação e tratará de obter regras mais justas e adequadas à nossa condição de País em desenvolvimento. Buscaremos eliminar os escandalosos subsídios agrícolas dos países desenvolvidos que prejudicam os nossos produtores privando-os de suas vantagens comparativas. Com igual empenho, esforçarmo-nos para remover os injustificáveis obstáculos às exportações de produtos industriais. Essencial em todos esses foros é preservar os espaços de flexibilidade para nossas políticas de desenvolvimento nos campos social e regional, de meio ambiente, agrícola, industrial e tecnológico. Não perderemos de vista que o ser humano é o destinatário último do resultado das negociações. De pouco valerá participarmos de esforço tão amplo e em tantas frentes se daí não decorrerem benefícios diretos para o nosso povo. Estaremos atentos também para que essas negociações, que hoje em dia vão muito além de meras reduções tarifárias e englobam um amplo espectro normativo, não criem restrições inaceitáveis ao direito soberano do povo brasileiro de decidir sobre seu modelo de desenvolvimento. (LULA, 2003, p. 14).

Havia um estado de apreensão pela incerteza dos rumos a serem tomados, principalmente, porque o espaço entre a posse do novo governo e o início das propostas negociadoras era apenas de 45 dias<sup>75</sup>, o que significava pouco tempo de preparação para as novas diretrizes. As incertezas tinham origem na crença daqueles que acreditavam que o PT iria aumentar a resistência ao projeto de integração hemisférica entre Brasil e EUA e que os interesses dos dois governos, por apresentarem orientações ideológicas distintas, poderiam não convergir. Por outro lado, havia aqueles com uma postura mais pragmática e que o curso do processo negociador não alteraria de forma significativa (OLIVEIRA, 2003).

Em seus primeiros meses, o governo Lula já teve que se posicionar sobre a Guerra do Iraque, o calendário de implantação da Alca (Área de Livre-Comércio das Américas, proposta pelos Estados Unidos) e a crise política na vizinha Venezuela, que caminhava para a guerra civil. Lula se opôs ao conflito do Iraque, declarando, de maneira célebre, que “minha guerra é contra a fome”. Ganhou tempo para articular os parceiros do Mercosul para uma renegociação dos termos da Alca, que não foi aceita pelos americanos. (BARROS, 2022, p. 272-273).

Para Lula, a ALCA era um projeto de integração, tanto que abandonou o termo “anexação”, já que previa acordos bilaterais com grandes países e potências, como os EUA. “O projeto morreu oficialmente na reunião de Mar del Plata, em 2005. Nos

---

<sup>75</sup> A posse do novo governo, se dava em 1º de janeiro de 2003 e o limite para apresentação das propostas iniciais expirava em 15 de fevereiro, do mesmo ano.

dois casos, Lula deixou claro que não alinharia automaticamente com os Estados Unidos.” (BARROS, 2022, p. 273).

Na prática, o Brasil não tinha desentendimentos com os EUA além da ALCA. Lula não tinha intenção de hostilizar os americanos, mas preferia manter a diplomacia, sem radicalismos, dentro da perspectiva já enunciada.

A democratização das relações internacionais sem hegemonias de qualquer espécie é tão importante para o futuro da humanidade quanto a consolidação e o desenvolvimento da democracia no interior de cada Estado. Vamos valorizar as organizações multilaterais, em especial as Nações Unidas, a quem cabe a primazia na preservação da paz e da segurança internacionais. (LULA, 2003, p. 16).

Assim como Lula, enquanto sujeito político, havia protagonizado uma avaliação positiva desde o início da campanha eleitoral, em 2002, nas relações internacionais esperava-se uma provável adesão de suas ideias. Com a aprovação da imagem de homem do povo, havia um significado empírico que já estava se construindo a partir de um povo que o seguia e o apoiava ao longo da sua carreira sindical e político-partidária.

O tom velado de ameaça ao seu governo se desenvolveu em meio às suas iniciativas para um olhar voltado ao mundo, com expectativas que marcaram as fissuras na relação entre povo e instituições. A posse de Lula, em janeiro de 2003, marcou a Política Externa Brasileira (PEB), pelos sinais de inconformidade com a ordem internacional. Ao mesmo tempo em que ele imprime uma visão inovadora do sistema internacional, não permitiu se descuidar das relações tradicionais com os EUA e a União Europeia (EU). O efeito foi sentido, anos mais tarde, com a posição brasileira ao final da Rodada de Doha<sup>76</sup>. Quando tomou posse, o presidente Lula deu curso à nova orientação da política externa, com os olhos voltados ao combate da pobreza e desigualdade social.

A inclusão social, passava a ser um instrumento de eliminação da pobreza e de subtração da desigualdade social. Desde a posse, havia o espírito de “Mudança; esta é a palavra-chave, esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas

---

<sup>76</sup> “A articulação de países da África, América Latina e Ásia no G-20 foi decisiva para manter a rodada de Doha na trilha da liberalização do comércio com justiça social. O sucesso de Doha representa a possibilidade de livrar da pobreza mais de 500 milhões de pessoas.” (LULA, 2004, p. 38).

eleições de outubro. A esperança finalmente venceu o medo e a sociedade brasileira decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos.” (LULA, 2003, p. 7).

Lula creditou ao povo, desgastado pelas retóricas políticas neoliberais que só exprimiam incertezas, a sua ascensão. Um povo que foi, historicamente, sabotado pelas forças voltadas apenas para as elites e reduzidas a sua própria existência.

Diante do esgotamento de um modelo que, em vez de gerar crescimento, produziu estagnação, desemprego e fome; diante do fracasso de uma cultura do individualismo, do egoísmo, da indiferença perante o próximo, da desintegração das famílias e das comunidades, diante das ameaças à soberania nacional, da precariedade avassaladora da segurança pública, do desrespeito aos mais velhos e do desalento dos mais jovens; diante do impasse econômico, social e moral do país, a sociedade brasileira escolheu mudar e começou, ela mesma, a promover a mudança necessária. Foi para isso que o povo brasileiro me elegeu presidente da República: para mudar. Este foi o sentido de cada voto dado a mim [...] eu estou aqui neste dia sonhado por tantas gerações de lutadores [...] para dizer que chegou a hora de transformar o Brasil naquela nação com a qual a gente sempre sonhou. (LULA, 2003, p. 7-8).

O presidente firma a ideia de que a esperança não fora vencida, pois, aquele representante, o homem do povo, não se rendia. E a mesma certeza de esperança procurou expressar em garantia ao povo:

Quero reafirmar aqui o meu compromisso com a produção, com os brasileiros e brasileiras, que querem trabalhar e viver dignamente do fruto do seu trabalho. Disse e repito: criar empregos será a minha obsessão. Vamos dar ênfase especial ao Projeto Primeiro Emprego, voltado para criar oportunidades aos jovens, que hoje encontram tremenda dificuldade em se inserir o mercado de trabalho. (LULA, 2003, p. 10).

O povo que cria, transforma e nutre o país é o povo que ilustra esse trabalho. O sentido que se estabelece e que constrói ‘o povo’, percebemos na aplicabilidade das categorias teóricas, pela retórica que aspira, entre os desafios, a um novo tempo para o Brasil.

Notadamente, um dos desafios reside na tarefa de levar à sociedade um universo de informações sobre a realidade internacional e a importância para as interações diplomáticas. Nesse sentido, é que o presidente aspira:

Nossa política externa refletirá também os anseios de mudança que se expressaram nas ruas. No meu Governo, a ação diplomática do Brasil estará orientada por uma perspectiva humanista e será, antes de tudo, um instrumento do desenvolvimento nacional. (LULA, 2003, p. 14).

Lula aposta em uma política externa que, por um lado, contemple expectativas e o sentimento de esperança, gerados pelo esforço discursivo de ascensão ao poder, assim como por ser ele um sujeito político que se colocou antagônico às proposições do neoliberalismo. Por outra perspectiva, notam-se os efeitos de sentidos gerados pela formulação e execução da política externa do seu projeto de governo e que se traduz pela mudança e pelo rompimento com algumas tendências do governo FHC. Sobre isso, Lula contextualiza:

O povo brasileiro, tanto em sua história mais antiga quanto na mais recente, tem dado provas incontestáveis de sua grandeza e generosidade, provas de sua capacidade de mobilizar a energia nacional em grandes momentos cívicos; e eu desejo, antes de qualquer outra coisa, convocar o meu povo, justamente, para um grande mutirão cívico, para um mutirão nacional contra a fome. (LULA, 2003, p. 9).

Essa noção de povo, discursivamente constituída por Lula, é um modo de construir uma unidade hegemônica, que emerge através do surgimento de demandas sociais, que tomam a proporção de reivindicação pela importância como a fome, uma demanda de sobrevivência. Portanto, “o reconhecimento da natureza constitutiva dessa lacuna e de sua institucionalização política é o ponto de partida da democracia moderna.” (LACLAU, 2011, p. 80).

Nesse sentido, temos a representação de uma totalidade, por apenas uma parte, o que permite ressignificar a sociedade, dividida em dois campos, o que Laclau (2013) vai chamar de uma divisão antagônica da sociedade. Assim, temos a pluralidade das demandas sociais do lado do povo, que passa a representar a identidade global. Por sua vez, a noção de uma identidade popular é o que move a identidade de grupo além de meros sentimentos, tomados pela solidariedade (LACLAU, 2013).

É com esse empenho que o presidente segue articulando seu projeto político-estratégico. No discurso na Abertura do Colóquio “Brasil: Ator Global”, Lula afirma: “O Mercosul é uma realidade e uma promessa cada vez mais importante para nossos povos.” (2005, p. 47).

Nota-se o esforço do presidente em demonstrar a coragem para mudar o rumo ideológico, histórico e social, em nome do povo brasileiro e dos irmãos latino-americanos. Lula deixa de lado o rastro da política radical do petismo e ascende no caminho para despertar a possibilidade de um sujeito político além-fronteiras. Os

discursos nos proporcionam olhar de frente para o Brasil, que construiu suas lutas de forma forte e com presença na cena mundial, de modo solidário, ativo e ativo, não reacionário.

Por ocasião do Discurso no Diálogo Ampliado da Cúpula do G-8, em 2003, Lula estava no seu primeiro semestre de governo e procurava manter as relações com os países vizinhos, bem como ascender a ideia da política social além fronteiras. Para tanto afirmava: “Meu governo quer fortalecer o Mercosul e promover a integração da América Latina. Como afirmou o Presidente Kirchner da Argentina, são projetos estratégicos e políticos, orientados para a melhoria das nossas condições de vida.” (LULA, 2003, p.21).

Em Discurso na XXIV Reunião de Cúpula do Mercosul (2003), o presidente Lula reforçava a ideia de identidade enquanto articulava a união no Mercosul, a partir de demandas que envolveriam a prática em políticas públicas, aliadas ao progresso da educação, da cultura e por cidadania.

Daremos importância à construção de instituições comuns, de políticas sociais articuladas, de parcerias na área educacional e cultural dentro do bloco, para que possa florescer uma verdadeira identidade dos cidadãos de nossos países com o Mercosul. (LULA, 2003, p. 29).

O presidente estava convicto da possibilidade de unir os países vizinhos a fim de facilitar e estabelecer uma relação comercial mais leve, próspera e empática, de modo a cumprir com o seu compromisso pessoal, ou seja, a retomada das negociações e o firme propósito na revitalização do projeto original do Mercosul. A primeira gestão de Lula nesse grupo começava com a clareza de qual seria o desafio maior:

O maior deles é trabalhar para transmitir a nossos povos a certeza de que o Mercosul lhes traz vantagens concretas e maior bem-estar. Por isso vale a pena sua ampliação e consolidação.  
Não podemos permitir que o burocrático, o meramente técnico ou econômico se sobreponha ao êxito do mais importante projeto político-estratégico em que estamos engajados. (LULA, 2003, p. 31).

A ideia estabelece um debate aberto, democrático e participativo. O desejo pelas mudanças internas do país se reflete também na política externa, mais afirmativa e ciosa do interesse nacional. A prioridade está no fortalecimento do Mercosul com a promoção da integração sul-americana.

Lula rebatia o discurso de angústia, puxado por algumas lideranças providas por um sentimento de atraso e aceitação do retrocesso histórico, que a escola pregava e que a política, de alguma forma propagava nas reuniões feitas por outros blocos mundiais e pelo G-8, colocando os países da América Latina em condição diferente, entre os menos evoluídos.

Estou seguro que um dos objetivos desta reunião do G-8 é o de buscar caminhos para que a economia volte a crescer. Precisamos uma nova equação que permita a retomada do crescimento e inclua os países em desenvolvimento. (LULA, 2003, p. 20).

O discurso do Presidente Lula traduz a percepção de que o cenário internacional, mais benéfico aos interesses brasileiros, seria o do mundo mais proativo aos países em desenvolvimento. Seu forte posicionamento influenciou o mundo, de certa forma, contagiado pela articulação da diplomacia brasileira e os avanços que naquele período ocorriam à África, Oriente Médio e Ásia. Ao mesmo tempo, não passavam despercebidos os EUA e a Europa, o que corrobora no fortalecimento do bloco regional latino-americano em sua preponderância. Sobre esse momento da história política, contextualiza:

A América do Sul vive um momento privilegiado. As graves crises que nossos países enfrentaram não abalaram as convicções democráticas de nossos povos. Elas estão hoje mais fortalecidas do que nunca. Nossa confiança e autoestima são maiores. Temos, portanto, enormes responsabilidades. A principal delas talvez seja a de enfrentarmos unidos os desafios que temos diante de nós. A unidade do Mercosul e da América do Sul nos permitirá retomar o crescimento, combater as desigualdades, promover a inclusão, aprofundar a democracia e garantir nossa presença soberana no mundo. (LULA, 2003, p. 31).

Retomando esses recortes e a ação do sujeito político, vimos que com preocupação, o presidente articulava:

A expectativa do Brasil é de que os países do G-8 se tornem verdadeiros aliados no combate à fome e à exclusão social e na retomada da cooperação internacional para o desenvolvimento indispensável para a segurança e paz. (LULA, 2003, p. 22-23).

Ao final do discurso na França, as demandas comuns entre os países em desenvolvimento eram, mais uma vez, ressignificadas pelo presidente:

Minha vida e trajetória política me fazem crer que as causas justas são vitoriosas quando há vontade, diálogo e negociação. Para que este inédito encontro em Evian atenda aos anseios legítimos de nossos povos – no Sul e no Norte – temos que demonstrar acima de tudo determinação no combate às desigualdades sociais. (LULA, 2003, p. 23).

Nota-se a particularidade da ação internacional do governo Lula, que se volta aos rumos da conduta diplomática e se intensificam em direção horizontal, pela busca de parcerias e acordos estratégicos com países da periferia, a fim de contornar as desigualdades geradas pelas regras do jogo arquitetado pelas estruturas hegemônicas. Por meio dessas estruturas é que Lula também coloca a classe média como parte do povo.

Vale recordar que, na posse (2003), o presidente eleito já projetava o que era necessário promover, como o respeito, a igualdade entre os povos e a melhora da condição de vida do povo, para a democratização efetiva do sistema internacional. “A democratização das relações internacionais sem hegemonias de qualquer espécie é tão importante para o futuro da humanidade quanto a consolidação e o desenvolvimento da democracia no interior de cada Estado.” (LULA, 2003, p. 16).

Nesse momento histórico, a comunicação é uma via de integração regional. Há um movimento, por uma fronteira de oportunidade, num país que agora amplia sua via para a legitimação e amadurecimento do estado soberano, sendo cada vez mais senhor de si e comprometido com o bem-estar do seu povo. Essa intenção ficaria clara no discurso de abertura do Colóquio “Brasil: ator global”: “O Brasil quer que sua voz seja cada vez mais ouvida no plano internacional. Mas queremos também ouvir a voz de outros países, para identificar interesses comuns e intensificar o diálogo e a cooperação.” (LULA, p. 45).

Neste caso, as significações sobre as relações internacionais estão diretamente ligadas à situação do comércio exterior, por gerar novos sentidos sustentando a posição hegemônica sobre o grande desafio em fortalecer o emprego e promover o crescimento interno, a favor da política social. O presidente Lula, ao mesmo tempo que age moderadamente, também faz um apelo para que o seu modelo de governo seja articulado como uma possibilidade de melhora das condições de vida do povo.

Nessa perspectiva, o presidente se coloca em uma posição de “homem do povo” e o Brasil o “ator global”. Conforme Lula:



A relação comércio exterior-PIB passou de menos de 15%, nos anos 90, para mais de 26% em 2004. A estabilidade macroeconômica que conseguimos, somada ao fortalecimento da capacidade exportadora, reduziu nossa vulnerabilidade externa. Em 1999, o pagamento de juros pelo Brasil representou mais de 33% do total de nossas exportações. Hoje, não passam de 16%. (LULA, 2005, p. 46).

Os efeitos da economia pelo viés das políticas públicas para o crescimento e fortalecimento do país tanto pela indústria, como pela agricultura, pelo comércio exterior e o desenvolvimento regional, tornaram-se uma realidade. O povo acaba assumindo uma configuração retórica, nesse contexto em que está construído. Lula promove significados, configurando o seu antagonico e por meio de críticas pelo que ocorreu no país, com a instabilidade na cadeia de exportações. Dessa forma, o povo que Lula constrói é o povo que ele visualiza pela possibilidade de crescimento, solução para os problemas e a atuação do governo interno, com orgulho pela redução dos índices.

Possuímos uma economia complexa e diversificada com um PIB superior a 1 trilhão de dólares. Temos palcos industriais competitivos e uma agricultura capaz de tornar-se o celeiro do planeta. Dispomos de três bens que serão fundamentais para o futuro da humanidade: água, alimentos e energia. (LULA, 2005, p. 55).

No contexto político, o presidente está convicto dos fatos, já o neoliberalismo deixou de herança uma construção de sentido, simplesmente como oposição. Portanto, as posições antagonicas, que giram em torno das relações internacionais, meramente produzem retóricas discursivas entre 'diferentes' e hegemônicos.

A busca por uma parceria com os EUA era uma das ambições pela maturidade, tendo como base, os interesses recíprocos e o respeito mútuo. A meta está em aprofundar as relações com grandes nações em desenvolvimento: a China, a Índia, a Rússia, a África do Sul, entre outros países. Estabelecido o ambiente de novidade, prega-se o sentido amplo de poder entre países considerados subdesenvolvidos, de modo a ressignificar o discurso e o povo.

Nota-se que, ao tratar sobre as relações internacionais, há uma dimensão econômica dada ao debate, já que houve uma vontade anterior a esta formação discursiva, uma constituição de identidade e um processo constituído de momentos, muito adequados à fixação e conquistas providas pelo plano real.

Tratar da política é falar de algo que vai além de uma realidade, que se resume às demandas ilimitadas, pois sempre haverá uma falta em que as vontades tornam-se relações tensas, que geram uma incompletude, e por isso, sempre ideias parciais.

Como a sociedade muda ao longo do tempo, esse processo de identificação será sempre precário e reversível; e, como a identificação deixou de ser automática, diferentes projetos ou vontades competirão para hegemonizar os significantes vazios da comunidade ausente. (LACLAU, 2011, p. 80).

No plano regional, há uma meta. Seu discurso se destina aos países e suas lideranças, a qual o sujeito político acredita que tem o povo e a América Latina enquanto uma demanda a proteger.

Sabemos que a liberdade e a prática da democracia não podem ser trazidas de fora. Não são produtos de exportação, menos ainda, produtos de imposição. Só podem ser o que sempre foram para todas as nações que as alcançaram: uma conquista de seus povos. A comunidade internacional pode e deve ajudar nesse processo, mas deve fazê-lo sem arrogância. Na América do Sul, vivemos um momento que é de consolidação das democracias. (LULA, 2005, p. 52).

Para o presidente, o protagonismo sobre as relações internacionais dependia diretamente de justiça e de investimentos na área social. O que parece precário é o esforço discursivo sobre a fragilidade do cenário entre as nações consolidadas e aquelas que buscam sanar essa falta constitutiva, o que claramente, poderia representar um futuro mais justo para os povos em desenvolvimento.

O Presidente do Brasil articula a promoção do Brasil e da capacidade democrática em todas as oportunidades no cenário internacional, de modo que, diante de nós, temos o testemunho do que significa ser brasileiro e o potencial enquanto país, portanto, exaltando o seu povo. Lula sempre creditou ao Brasil o protagonismo pelo seu território e seu povo:

Este é um país que pode dar, e vai dar, um verdadeiro salto de qualidade. Este é o País do novo milênio, pela sua potência agrícola, pela sua estrutura urbana e industrial, por sua fantástica biodiversidade, por sua riqueza cultural, por seu amor à natureza, pela sua criatividade, por sua competência intelectual e científica, por seu calor humano, pelo seu amor ao novo e à invenção, mas sobretudo pelos dons e poderes do seu povo. (LULA, 2003, p. 18).

O presidente firma um compromisso com o povo e com diversos setores da sociedade. A esperança pela mudança se tornara uma realidade. Os discursos

políticos revelavam um tempo nunca vivido pelo Brasil. O ex-presidente dos EUA, Barack Obama (2020), entre suas memórias presidenciais, que os países do BRICS<sup>77</sup>, formalizaram o bloco, apesar de possuírem pouca coisa em comum. Mas, Obama faz uma referência especial ao presidente Lula:

O presidente brasileiro, por exemplo, Luiz Inácio Lula da Silva, tinha visitado o Salão Oval em março, causando boa impressão. Ex-líder sindical grisalho e cativante, com uma passagem pela prisão por protestar contra o governo militar, e eleito em 2002, tinha iniciado uma série de reformas pragmáticas que fizeram as taxas de crescimento do Brasil dispararem, ampliando sua classe média e assegurando moradia e educação para milhões de cidadãos mais pobres. (OBAMA, 2020, p. 352 – 353).

O governo Lulista procurou ser transparente ao longo do tempo, como por exemplo na crise internacional (2007/2008) e a possibilidade da nova configuração de poder no mundo. Neste cenário, sustentavam que os países do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) sairiam fortalecidos e com papel de destaque internacional. Apesar do esforço, Obama fez uma ressalva, se referindo ao Lula: “Constava também que tinha os escrúpulos de um chefe do Tammany Hall, e circulavam boatos de clientelismo governamental, negócios por baixo do pano e propinas na casa dos bilhões”<sup>78</sup>. (OBAMA, 2020, p. 353).

O discurso de Obama fez apontamentos tempestivos, mas o presidente Lula conseguiu direcionar seu discurso para o povo que se identifica com as políticas públicas, os programas sociais e a classe trabalhadora, protagonista da política social. A realidade brasileira está distante da realidade vivida pelos cidadãos americanos e europeus em sua maioria. Nossa democracia representativa constrói a ideia de uma democracia com justiça social, preocupada em atender a demandas que refletem escolhas e a necessidade do povo. Conforme Lula:

Não se trata da audácia do instinto. Mas da coragem política. Sem voluntarismo irresponsável, mas com ousadia e capacidade de reformar. O que distingue civilização de barbárie é a arquitetura política que promove a mudança pacífica e faz avançar a economia e a vida social pelo consenso democrático. (LULA, 2004, p. 36).

---

<sup>77</sup> Trata-se de um aglomerado de países de mercado emergente em relação ao seu desenvolvimento econômico. Os países BRICS, formaram o bloco dos "Cinco Grandes" sendo: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

<sup>78</sup> Na obra, Obama não faz referência a troca de um aperto de mãos com o presidente Lula, quando olha para o primeiro-ministro da Austrália, Kevin Rudd, e diz, apontando para Lula: "Esse é o cara! Eu adoro esse cara!". O fato ocorreu em Londres, pouco antes do início da reunião do G-20, em abril de 2009.

Reafirmar o compromisso com o povo é um ato de coragem para o avanço dos valores democráticos. O presidente estava articulado a partir das demandas que davam sentido aos esforços do governo e apresentavam modelos de escolas, creches e instituições federais. Mais do que nunca, ajudar o país era uma missão para Lula, a reencontrar o caminho do desenvolvimento. Dessa forma, se configurava o sentido de mudança, articulado ao iniciar o mandato.

Não por acaso, a expressão mudança, se ressignificou enquanto uma FD e se tornou mensagem ao povo brasileiro, carregado da esperança de um dia a dia melhor. Esperança é o que o povo depositou em Lula, num sentimento que inflava os brasileiros, e que por sua vez, decidiram, naquele momento político, trilhar novos caminhos. Como o próprio presidente falou: “Foi para isso que o povo brasileiro me elegeu Presidente da República: para mudar.” (LULA, 2003, p. 27-28).

Mudar carregava um sinônimo de esperança para o povo que agregava a ideia de inclusão, conforme a linha ideológica do petismo e, enquanto bandeira de luta, que giraram em torno do desenvolvimento social, em benefício dos trabalhadores e dos povos latino-americanos. No mesmo sentido, essa ideia encontra conexão com a promoção do desenvolvimento político e econômico do país, conforme podemos acompanhar no Discurso de Abertura do Colóquio “Brasil: Ator Global” (2005):

Esperamos que a reforma do Conselho possa ter um desfecho favorável no futuro próximo, abrindo caminho para a consideração de outras mudanças não menos cruciais. Entre elas, estão o fortalecimento dos demais órgãos principais, e a revisão e eventual criação de novas instâncias para lidar com a construção da paz e o respeito aos direitos humanos. (LULA, 2005, p. 51).

A articulação política desenvolvida pelo presidente soma-se à ideia de melhorar a vida das pessoas, como estratégia de convencimento retórico. Estrategicamente, definir e explorar o sucesso do governo e o processo de desenvolvimento das demandas sociais pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, definitivamente, iria desconstruir a FD, que de forma impiedosa, desqualificava e limitava a capacidade de governabilidade da esquerda no poder e agora como expoente líder internacional.

Para tanto, Lula havia iniciado um trabalho pelas bases, conforme vimos, em discurso na reunião da Cúpula do Mercosul: “Vamos apoiar o desenvolvimento do cooperativismo na região, tendo em conta a importância socioeconômica dessas organizações nos níveis local e regional e o seu papel de agente de inclusão e coesão

social.” (LULA, 2003, p. 29). Complementando, ao final do discurso, o presidente ressignifica: “A unidade do Mercosul e da América do Sul nos permitirá retomar o crescimento, combater as desigualdades, promover a inclusão, aprofundar a democracia e garantir nossa presença soberana no mundo.” (LULA, 2003, p. 31).

Quando tratamos de política, tomamos a noção de que só existe movimento político porque há antagonismos; há um inimigo constituído e que representa não uma contradição lógica nem mesmo uma oposição real, mas, relações antagônicas que sustentam o ser político, inclusive justificam a existência da política. Nesses momentos contingentes, são lembrados os sujeitos marginalizados e que lutam pelas transformações sociais reais, que dependem diretamente da articulação de seus representantes e lideranças políticas.

Os governos do Lulismo auxiliaram o povo com benefícios aos sem parte, aos de baixa renda, com incentivo e oportunidade à dignidade humana, por demandas como aquisição da casa própria, o que proporcionou ao povo o direito de sentir o próprio poder de compra, dignidade que representava a precariedade do sistema, ao atingir o povo pobre. Essa linha do fazer político, vinha propagada nos discursos de Lula, desde a sua posse de primeiro mandato:

É por isso que hoje conclamo: Vamos acabar com a fome em nosso País. Transformemos o fim da fome em uma grande causa nacional, como foram no passado a criação da Petrobras e a memorável luta pela redemocratização do País. Essa é uma causa que pode e deve ser de todos, sem distinção de classe, partido, ideologia. Em face do clamor dos que padecem o flagelo da fome, deve prevalecer o imperativo ético de somar forças, capacidades e instrumentos para defender o que é mais sagrado: a dignidade humana. (LULA, 2003, p. 9).

A preocupação com algo sagrado como a dignidade do povo, era uma constante para o sujeito político, preocupado com a forma em construir a hegemonia necessária para governar. Lula materializava a sua forma de fazer política na própria ruptura com o passado neoliberal, em prol de novas possibilidades, apesar de respeitar o sistema de regras no mundo organizado, afinal, “não existe populismo sem investimento afetivo num objeto parcial.” (LACLAU, 2013, p. 180). Portanto:

Para que o homem do campo recupere sua dignidade sabendo que, ao se levantar com o nascer do sol, cada movimento de sua enxada ou do seu trator irá contribuir para o bem-estar dos brasileiros do campo e da cidade, vamos incrementar também a agricultura familiar, o cooperativismo, as formas de economia solidária. Elas são perfeitamente compatíveis com o nosso vigoroso apoio à pecuária e à agricultura empresarial, à agroindústria e ao

agronegócio. São, na verdade, complementares tanto na dimensão econômica quanto social. Temos de nos orgulhar de todos esses bens que produzimos e comercializamos. (LULA, 2003, p. 10).

A contingência na construção discursiva revela a ação antagônica constante, do qual o Lulismo se constitui e que é a lógica do ser político com a identificação do inimigo. O neoliberalismo não suportou o novo fenômeno político, sendo o PSDB derrotado nos pleitos de 2002 e 2006, para o triunfo do Lulismo enquanto sujeito político relevante e fundamental na luta para se firmar no poder.

A possibilidade de formação do povo dar-se-á sempre antagonicamente ao poder instituído, já que o último a governar se mostrou incapaz de articular soluções às mais diversas demandas no dia a dia dos cidadãos. A representação dessas demandas populares pode ficar a cargo de um líder, um partido ou mesmo um movimento social. É o que Laclau (2015) chamou de hegemonia e, mais recentemente, populismo (2013). Para o autor, a política se dá pelo antagonismo entre identidades que disputam a construção do pensamento hegemônico em uma sociedade. Nesse sentido é que os países da América Latina estão articulados: para buscar certo protagonismo nas relações internacionais.

Nossas regiões compartilham o entendimento de que a integração é instrumento fundamental para a superação dos desafios do desenvolvimento. Uma das bases da parceria inter-regional que estamos construindo é a nossa Comunidade Sul-Americana de Nações. Em seu diálogo com o mundo, a América do Sul vai consolidando uma identidade própria. Tem como projeto um espaço de paz e democracia, com prosperidade econômica e justiça social. (LULA, 2006, p. 64).

Nosso esforço se concentra em analisar os discursos de modo que possamos intervir, teoricamente, no cenário das relações do Brasil com o mundo e de modo especial na América Latina. A sustentação teórica passa pelos projetos políticos populistas latino-americanos, como é o caso do Kirchnerismo, enquanto fenômeno da política.

Ao longo dos seus dois mandatos consecutivos, o presidente Lula, nos diversos discursos pronunciados nas várias cerimônias internacionais e eventos oficiais em que participou pelo mundo, procurou articular que um dos principais objetivos dos seus governos recaía sobre a tentativa de esculpir uma possibilidade política e geográfica para as relações no mundo, em que pese o fortalecimento das relações e a ampliação das cooperações.

Esse posicionamento faz parte das relações internacionais em que os fenômenos do capital e do consumo chamam a atenção, conforme vimos no Discurso na Reunião de Alto Nível da FAO sobre Segurança Alimentar, Mudanças Climáticas e Bioenergia e a relação com os seus povos:

O fato é que multidões de novos consumidores estão se incorporando aos mercados. Grandes países antes considerados pobres estão se desenvolvendo a taxas vigorosas e, com isso, melhorando a vida de seus povos. Esse fenômeno, de enorme importância, veio para ficar. (LULA, 2008, p. 73).

Parafraseando Laclau e Mouffe (2015, p.181-182), todo objeto é um objeto de uma FD e nenhuma significação pode ser constituída para além disso. Portanto, todo objeto pode ser objeto de discurso. O discurso se forma a partir dos fenômenos, das práticas articulatórias e significativas que constituem e organizam as relações sociais, no qual o linguístico não pode ser visto separado do social, rechaçando-se toda e qualquer separação entre práticas discursivas e práticas não discursivas.

Independentemente da geografia mundial, Lula aborda sobre a possibilidade de área livre para o comércio e interesses no mundo:

Não queremos duplicar esforços nem estruturas institucionais. Desejamos a articulação das várias instâncias de diálogo, coordenação e integração que já possuímos. Não abandonamos nosso ideal latino-americano, reforçamos nossa identidade coletiva, agregamos valor ao projeto de uma América Latina e de um Caribe fortes e coesos. Hoje, aprovaremos o Programa de Ação que encomendamos em Cusco, ele orientará o nosso trabalho no futuro. (LULA, 2005, p. 57).

Conforme Laclau e Mouffe (2015), toda formação social é significativa, pois são atribuídos aos eventos sociais diferentes significados. Portanto, o discurso é entendido a partir de um conjunto de elementos em que as relações desempenham um papel e que constitui uma simbolização. Nesse contexto, o campo discursivo é o espaço em que as FDs concorrem umas com as outras, o que faz formar um jogo de equilíbrio instável. O discurso irá se formar enquanto uma tentativa de dominar o campo da discursividade. É desse modo, que se constitui um ponto hegemônico e que os autores chamam também de ponto nodal. (2015, p. 187).

Tratar de mudar e dar perspectivas de esperança ao povo, não é tarefa fácil, precisa persistência e Lula tem consciência disso:

Nesses últimos 30 anos, houve uma verdadeira revolução silenciosa na agricultura de muitos países, sobretudo nos trópicos. Esta revolução pode beneficiar a todos, ricos e pobres, sem distinção. Pode também trazer ferramentas, soluções e alternativas para atender à demanda crescente de centenas de milhões de pessoas. (LULA, 2008, p. 79).

O presidente tem clareza sobre sua missão e a dimensão do compromisso assumido para a construção da melhoria na qualidade de vida do povo. Em 2005, Lula já dizia: “Só os valores do Humanismo, praticados com lucidez e determinação, podem deter a barbárie. A situação exige, dos povos e dos seus líderes, novo senso de responsabilidade individual e coletiva”. (LULA, 2004, p. 35).

O que mais chama a atenção no trato e no acolhimento para com o povo é a afetividade e a transparência com que Lula se expressa aos brasileiros, sobre a promoção e a sensibilização da opinião pública nacional, sobre os temas de relações internacionais e para a PEB. A articulação do sujeito político sobre essa temática consistiu-se no imprescindível apreço pela responsabilidade.

Já o povo logra o atendimento de suas demandas represadas, no que consiste aos temas além fronteiras que interferem na política nacional, bem como nos índices de preço ao consumidor, variação do dólar e a conseqüente variação de preços, como por exemplo, nos combustíveis. As demandas articuladas pelo movimento político do Lulismo nas relações internacionais, ativadas desde a campanha com a Carta ao Povo Brasileiro, não foram desmobilizadas ao longo dos dois governos (2003-2011), mas, articuladas e ressignificadas sob a perspectiva de se transformarem nas organizações descentralizadas e permanentes, sempre a favor do povo.

Sobre os anseios e as expectativas de um governo de esquerda, o Brasil construiu uma pauta para a política externa, como vimos, voltada para o desenvolvimento e para a paz. Lula ampliou as relações entre nações ricas e pobres, promoveu respeito da igualdade entre os povos e a democratização efetiva no cenário internacional. Como sujeito político, o esforço revelou resultados interessantes, fazendo do Brasil um elemento lembrado entre os grandes blocos mundiais, onde as relações para a política externa se tornaram um elemento essencial, no sentido da união de esforços e a fim de melhorar as condições de vida do povo brasileiro.

#### **4.3 A construção do povo, nos discursos do Presidente Lula, na Assembleia Geral da ONU**



Essa segunda seção apresenta os discursos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Assembleia Geral da ONU<sup>79</sup>. Ao longo dos oito anos de governo, Lula só não compareceu à 65ª Assembleia Geral, em 2010<sup>80</sup>, para não se ausentar da campanha eleitoral, quando Dilma Rousseff (PT) foi sua candidata à sucessão presidencial<sup>81</sup>. O Presidente do Brasil sempre tem o compromisso de fazer o primeiro pronunciamento nas assembleias, segundo a tradição, em reconhecimento ao papel desempenhado pelo brasileiro Oswaldo Aranha<sup>82</sup> (1894-1960), quando a ONU desenvolvia seus primeiros projetos.

Nesses pronunciamentos, entre 2003 a 2009, é que buscamos analisar os discursos, na intenção de identificar quem é o povo do Lulismo no tradicional discurso de abertura dos trabalhos na Assembleia Geral da ONU. Reforçamos que importa o significado, nas relações internacionais, os sentidos gerados na articulação da linguagem.

Propomos analisar os discursos que consolidam a política e as relações internacionais do governo Lula, de modo a distinguir quem é o povo do Lulismo no discurso político externo, pertinente aos pronunciamentos oficiais nas assembleias da ONU. A análise parte de alguns recortes dos pronunciamentos, enquanto discursos oficiais do presidente Lula, sobre como ele significou o povo, ao explorar pontualmente as articulações discursivas ao longo dos seus dois mandatos.

Na primeira participação na Assembleia, a percepção do presidente esteve focada, sobretudo, quanto ao que o Brasil compreende da importância da organização, necessária para o povo brasileiro:

Que minhas primeiras palavras diante deste Parlamento Mundial sejam de confiança na capacidade humana de vencer desafios e evoluir para formas superiores de convivência no interior das nações e no plano internacional. Em nome do povo brasileiro, reafirmo nossa crença nas Nações Unidas. Seu papel na promoção da paz e da justiça permanece insubstituível. (LULA, 2003).

---

<sup>79</sup> As assembleias são compostas por 193 Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU), que se reúnem para discutir assuntos como: questões de orçamento, desarmamento, cooperação internacional, saneamento, direitos humanos, entre outros temas.

<sup>80</sup> Quando o chanceler Celso Amorim, representou o Brasil e discursou na abertura da assembleia, em Nova York.

<sup>81</sup> Apesar dos boatos, a assessoria do Presidente Lula, afirmou que a decisão não tinha relação com os recentes escândalos de quebra de sigilo na Receita Federal e de acusações de tráfico de influência na Casa Civil.

<sup>82</sup> Segundo a Agência Senado, Aranha chefiou a primeira delegação brasileira na ONU (1947). Ele inaugurou a tradição, mantida até hoje, de ser um brasileiro o primeiro orador da reunião anual da ONU. Oswaldo Aranha foi presidente da Segunda Assembleia Geral, que votou o plano de partilha da Palestina, que resultou na criação futura do Estado de Israel. EUA, como anfitrião, ocupa o segundo lugar na ordem dos pronunciamentos.

Seu discurso exalta o povo brasileiro, mas primeiramente o ser humano, a capacidade de luta, a evolução das nações e a união para um cenário mundial de paz e justiça. Lula amarra a ideia de evolução humana para tocar em um assunto sensível:

Esta Assembleia se instala sob o impacto do brutal atentado à Missão da ONU em Bagdá que vitimou o Alto Comissário para Direitos Humanos, nosso compatriota Sérgio Vieira de Mello. A reconhecida competência de Sérgio nutria-se das únicas armas em que sempre acreditou: o diálogo, a persuasão, a atenção prioritária aos mais vulneráveis. Exerceu, em nome das Nações Unidas, o humanismo tolerante, pacífico e corajoso que espelha a alma libertária do Brasil. (LULA, 2003).

O Presidente Lula toca em questões caras para os povos, como honra e dignidade, numa alusão à bandeira que ele mesmo defende para o Brasil, por liberdade e paz, através do diálogo justo, coerente e solidário. Essa imagem é que o constrói como “homem do povo”. Nossa percepção é de que o Lulismo constitui raízes a partir desses processos, tendo origem ainda em 2002, momento em que a política foi construída em contraposição à imagem de FHC e do governo neoliberal.

Ciente dos enormes obstáculos que encontraria, Lula expressou a necessidade em ser justo com os desafios políticos, econômicos e sociais, da organização. A precariedade, naquele momento, passava a requerer um esforço acelerado para o fortalecimento da organização, no sentido de articular as decisões e ações, e a intenção de serem, de fato, eficazes e coletivas. Sobre o papel da ONU, Lula menciona:

Sobre esse ponto não deve haver qualquer ambiguidade. A ONU não foi concebida para remover os escombros dos conflitos que ela não pôde evitar por mais valioso que seja o seu trabalho humanitário. Nossa tarefa central é preservar os povos do flagelo da guerra. Buscar soluções negociadas com base nos princípios da Carta de São Francisco. (LULA, 2003).

À medida que o Presidente do Brasil coloca a ONU como protagonista do seu discurso, há uma sobredeterminação do sujeito político que se coloca também em espaço de destaque. Lula advoga por si mesmo ao se apresentar como defensor da organização. Mobilizado pelo discurso da autoridade, articula o seu espaço e tarefa

central na preservação dos povos. Em referência à Carta<sup>83</sup>, expressa o compromisso com a vida, com as futuras gerações e com os direitos de homens e mulheres, a fim de promover o progresso econômico e social de *todos os povos*.

Lula toca no estado de precariedade que assola o mundo e alerta que a humanidade está perdendo a luta pela paz. Em alusão às tragédias que correm o mundo, o presidente reforça que o Brasil sente o termômetro da responsabilidade, conforme o discurso:

A Humanidade está perdendo a luta pela paz.  
Só os valores do Humanismo, praticados com lucidez e determinação, podem deter a barbárie. A situação exige, dos povos e dos seus líderes, novo senso de responsabilidade individual e coletiva. (...)  
O caminho da paz duradoura passa, necessariamente, por uma nova ordem internacional, que garanta oportunidades reais de progresso econômico e social para todos os países. (LULA, 2004).

O povo adere a uma imagem em que o lulismo tem compromisso sobre as demandas internacionais, já que há uma luta e adesão pelos pobres, assim como por aqueles que lhes representam.

Exige, por isso mesmo, a reforma do modelo de desenvolvimento global e a existência de instituições internacionais efetivamente democráticas, baseadas no multilateralismo, no reconhecimento dos direitos e aspirações de todos os povos. (LULA, 2004).

O homem do povo brasileiro, agora, ultrapassava fronteiras para perceber as aspirações de diferentes povos. Lula aprendeu muito ao longo da vida pela dor, por experiências frustrantes e pelo sofrimento como um brasileiro comum, ainda sem ascender ao poder e ao capital econômico e político depois conquistado. A sua imagem articulava um nome que passou a mobilizar o imaginário daqueles que revelavam suas dores pela miséria, fome e o descaso, os sem parte da população. A diferença em relação a governos anteriores é que o então Presidente da República era sensível aos sinais da pobreza extrema, por ter sentido os infortúnios e as dificuldades na própria pele, e que se preparara para mudar o país.

---

<sup>83</sup> A Carta das Nações Unidas foi assinada em São Francisco, a 26 de junho de 1945, após o término da Conferência das Nações Unidas sobre Organização Internacional, entrando em vigor a 24 de outubro daquele mesmo ano.

Na política internacional, a sua entrada se deu a partir dos temas caros ao mundo e para o próprio governo Lula. Na agenda da PEB contemporânea, estava o Conselho de segurança da ONU. Lula, delegou ao ministro Celso Amorim, tratar dessa demanda no primeiro ano de governo em 2003. Amorim expressou com firmeza o desejo do país de obter um assento permanente no Conselho de Segurança. A energia diplomática despendida foi considerável. Os custos da liderança brasileira no Haiti seriam uma tentativa de provar à comunidade internacional que o país tem condições de fazer parte do Conselho.

Nesse esforço, ocorreu a campanha pela reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). O Brasil visava um lugar como membro permanente. Assim, o governo demonstrou a decisão e o desejo em arcar com parte dos custos da pacificação, como parte de uma estratégia mais geral de política internacional. A demonstração e o aceite passavam pela relação custo-benefício, com a intenção de demonstrar a capacidade e a vontade de buscar benefícios coletivos que pudessem advir de um sistema internacional mais estável.

Lula articulava uma forma de intervir no mundo, junto à ONU, com um status permanente no Conselho. A posição política do governo Lula foi, contrariamente ao sistema multilateral, calcada na proposta de reforma do CSNU e de uma política voltada aos países do Sul.

O Brasil permaneceu discreto por muitos anos enquanto buscava um assento permanente na ONU, mas, obstinado, o presidente Lula estabeleceu essa meta como prioridade, o que colocaria o Brasil em destaque no cenário internacional. A configuração da PEB, indicou autonomia, sem exprimir independência em relação aos demais membros.

Durante o seu primeiro mandato, o presidente Lula, em diversos discursos pronunciados em cerimônias e solenidades oficiais de que participou, por todo o mundo, procurou articular que um dos objetivos planejados para o seu governo se concentrava na tentativa de configurar uma “nova geografia econômica e política mundial”. Essa demanda se daria, principalmente, pelo fortalecimento e ampliação da “cooperação Sul-Sul”. O posicionamento seria bem delimitado no discurso que proferiu na sessão de debates da XI Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD):

Como aponta a UNCTAD, a participação do Sul nos fluxos globais, tanto comerciais quanto financeiros, cresceu extraordinariamente nas duas últimas décadas. Esse fluxo não tem uma direção exclusivamente Norte-Sul. Está surgindo uma “nova geografia” econômica, em particular do comércio mundial, resultante, entre outros fatores, do aumento das trocas comerciais entre os países em desenvolvimento [...] Essa “nova geografia” não se propõe substituir o intercâmbio Norte-Sul. O Norte desenvolvido continuará sendo parceiro valorizado e indispensável. Temos plena consciência de sua importância como destino para nossas exportações e como fonte de investimentos e tecnologia de ponta. Queremos, porém, criar novas oportunidades e encorajar parcerias que explorem as complementaridades entre as economias do Sul. A intensificação do comércio Sul-Sul ilustra as possibilidades que se abrem. (LULA, 2004).

O presidente garantia um discurso afinado com sua equipe, o que garantia a governabilidade no seu governo. Nesse sentido, o embaixador, Celso Amorim, quando fez seu discurso de posse ao cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores (2003), enfatizou que a política externa teria como meta o combate às assimetrias internacionais e o auxílio ao desenvolvimento nacional.

[...] Coerentemente com os anseios manifestados nas urnas, o Brasil terá uma política externa voltada para o desenvolvimento e para a paz, que buscará reduzir o hiato entre nações ricas e pobres, promover o respeito da igualdade entre os povos e a democratização efetiva do sistema internacional. Uma política externa que seja um elemento essencial do esforço de todos para melhorar as condições de vida do nosso povo. (AMORIM, 2003).

Se há pouco tempo as fronteiras eram vistas como pontos de separação, a partir dessa articulação política externa, o que tivemos foram sinais de união, comunicação e intercâmbio entre os povos. Para melhorar a vida do povo, era esperada a integração da produção do trabalho, da educação e da saúde. Lula sempre lembrava que cabia a nós mesmos, tomarmos a iniciativa e lidarmos com as contingências reais na vida do povo.

Na defesa dos interesses nacionais no cenário internacional, desde a primeira vitória, em 2002, Lula intensificava o discurso e salientava as promessas de campanha sobre a política social com o combate à miséria, à fome, com a geração de vagas de empregos, a articulação à exportação, entre outras demandas, além do comprometimento com a política externa para integração dos países do Mercosul. "Queremos impulsionar todas as formas de integração da América Latina que fortaleçam a nossa identidade histórica, social e cultural" (2003). Conforme o presidente, havia um compromisso em reafirmar com o povo brasileiro, o fortalecimento de organismos internacionais, principalmente, na ONU. Entre as

pautas, a defesa do multilateralismo entre os países do Mercosul foi um dos pontos mais importantes durante o seu discurso de posse.

Havia um governo comprometido com o bem-estar do povo, com empreendimento no Estado, que refletia também os laços de amizade e cooperação entre os países vizinhos. Conforme Laclau e Mouffe: “A autonomia do Estado como um todo – assumindo, por um momento, que possamos falar dele como uma unidade – depende da construção de um espaço político que só pode ser o resultado de articulações hegemônicas.” (2015, p.220).

O presidente Lula abraçava planos e ideias por mais investimentos produtivos, geração de empregos, mais renda, desenvolvimento econômico e social para a América Latina enquanto os grandes desafios para o século XXI. Em Nova York, por ocasião da reunião de cúpula dos países membros do CSNU, o presidente afirmou que “Não é admissível que o conselho continue a operar com um claro déficit de transparência e representatividade”. Também falou sobre os desafios:

Hoje, estamos confrontados a ameaças cada vez mais complexas. Os dois projetos de resolução sobre a mesa são uma tentativa de dar resposta a esses desafios. (...)

A Missão de Estabilização das Nações Unidas está oferecendo um novo paradigma de resposta aos desafios da solução dos conflitos e da reconstrução nacional. Estamos contribuindo para a estabilização duradoura do país – sem truculências ou imposições. (LULA, 2005).

A preocupação em dar respostas à sociedade, sempre preencheu os discursos do presidente, que toma o povo como o grande capital político, mas também, social. Sua credibilidade se deve a uma história de vida pobre, a um passado de quem morou em casebre, andou descalço e passou fome. Portanto, tirar povos de situações de conflito, violência e imposições, também é sinônimo de resgatar o povo da fome, obstinação pessoal e institucional do Lulismo.

Para o presidente, honrar o capital político conquistado se tornou prioridade, porque o povo que apostou na mudança através do voto, aprendeu que esta pode ser a manifestação da vontade dos sem parte, que venceram o medo e estão mudando, porque queria uma outra história para o país, como forma de acreditar e apostar na esperança.

Estou convencido de que não haverá um mundo com paz e segurança enquanto 1 bilhão de pessoas forem oprimidas pela fome. Quero insistir que este mal é a mais devastadora arma de destruição em massa. A fome e a

pobreza afetam a capacidade de trabalho, as condições de saúde, a dignidade e as esperanças. Desagregam famílias, desarticulam sociedades, enfraquecem a economia. Desatam um círculo vicioso de frustração e indignidade, que é terreno fértil para a violência, as crises e conflitos de toda ordem. (LULA, 2005).

O presidente se referia aos atos do terrorismo, tendo como as maiores vítimas, pessoas inocentes e indefesas. Lula propunha firmeza, mas não apenas pela repressão, pois, com um povo vulnerável sendo alvo fácil para as raízes do terrorismo, era preciso outra articulação. Sua proposta era “rejeitar o preconceito e a discriminação, sob qualquer disfarce ou pretexto.”

Certamente a fala do presidente Lula tem a ver com a sensação do povo brasileiro que se via otimista, como nunca na história do Brasil, acreditando sem se iludir, sem exigências e sem imediatismos. Portanto, segundo Laclau e Mouffe (2015, p. 218-219), nenhuma lógica hegemônica pode dar conta de uma totalidade do social, ou seja, nenhuma determinada identidade pode representar o todo social, pois todo processo hegemônico enfrenta uma relação de antagonismo. Com isso, a hegemonia tem o seu lado negativo – entendido como pontos de tensão. Além do mais, como já dito, a hegemonia se constitui a partir de relações antagônicas, tornando-se um significante vazio.

Lula manifestava a preocupação com o multilateralismo, no âmbito regional das relações com os países do Mercosul, mas também com o mundo, ao depositar na ONU a confiança e a possibilidade de mudança no debate público. No Discurso na Abertura do Colóquio “Brasil: Ator Global”, Lula toca no ponto central:

Com a criação da ONU, há exatos 60 anos, a comunidade internacional encontrou um novo caminho para enfrentar os problemas da paz e da segurança. Um caminho fundado no diálogo, na decisão coletiva e no princípio de que o uso da força só se faria no interesse comum. Esses princípios são, hoje, mais válidos do que nunca. O mundo está diante de situações e ameaças graves. Prolongadas injustiças, não raro em um contexto de pobreza e de privação, continuam a desestabilizar regiões inteiras, como é o caso do Oriente Médio ou de extensas áreas do continente africano. (LULA, 2005).

Nota-se uma visão panorâmica do presidente sobre os problemas e desafios que ameaçam o mundo. Não obstante, Lula deixa nas entrelinhas sua maior preocupação, o combate à miséria, contextualizada pelas ocorrências de pobreza, privação e instabilidade.

Os mandatos do presidente Lula sempre tiveram, como principal objetivo, garantir ao povo brasileiro as condições com que pudesse tomar seu café da manhã,

almoçar e também jantar. A política social de inclusão, promovida por Lula e, conseqüentemente, pelos governos do PT, possibilitaram que milhões de cidadãos saíssem da extrema pobreza, a partir de 2003, conforme o cadastro dos brasileiros nos programas de transferência de renda do governo federal. O Brasil saiu do mapa da fome da ONU e o BF foi um dos principais programas estruturantes, a favor das políticas públicas.

Em mais um encontro da ONU, em Nova York, Lula afirmou que, desde o seu primeiro discurso, nos EUA, em 2003, o Brasil aliou crescimento econômico à inclusão social, em defesa por mais investimentos:

O nível de emprego aumentou e a renda aumentou. (...) recurso para área social não é gasto, é investimento. (...) a fome tem alimentado a violência e o fanatismo no mundo. Ninguém está seguro em um mundo de injustiça. (...) dando impulso contra fome e pobreza. Saúdo os líderes de visão engajados. (...) A luta contra a fome passa por uma ordem mundial que tem o desenvolvimento social em primeiro plano. (...) É necessário nos libertarmos das amarras das barreiras comerciais, dos subsídios agrícolas e de um apoio distorcido dos países desenvolvidos. (LULA, 2006).

Na oportunidade, no tradicional discurso de abertura, o presidente Lula ressaltou conquistas do seu governo, principalmente na área social. Segundo o então presidente, o Brasil havia avançado no combate à fome e à pobreza, além de ter promovido a diminuição do desemprego e o aumento do poder aquisitivo.

O Programa BF, muitas vezes batizado por parte da opinião pública como política assistencialista, em especial pela oposição, possibilitou a distribuição de renda, sendo parte de uma ampla engenharia no combate à pobreza e que elevou a posição do Brasil aos olhos do mundo, sendo reconhecido internacionalmente, transformando a vida de um povo que vivia em situação de miséria.

Conforme Daniel de Mendonça (2003; 2012), a lógica antagônica possibilita compreender as relações políticas a partir de identificações, demonstrando que tais lutas não resultam de identidades prontas, mas sim, as formam. Neste sentido, a realidade social não pode ser simplesmente descrita por relações preestabelecidas, mas sua complexidade aparece no instante em que tais relações se mostram sempre precárias e contingentes – o momento de suas formações a partir de determinadas disputas por sentidos.

Como um bom articulador, devido aos anos de experiência na política brasileira, o presidente Lula, construía discursivamente a ideia de união e amizade, aspectos



essenciais para a boa convivência entre os povos, relação fundamental para os negócios, oportunidades e eficiência, com possibilidade de abertura para o resto do mundo.

O povo brasileiro seria o beneficiado no contexto internacional, graças à projeção dada pelo presidente Lula, preocupado em fazer o dever de casa. Lula, marcado como homem do povo ou, o pai dos pobres, procurava garantir o resgate da dignidade dos mais de 30 milhões de brasileiras e brasileiros que passaram a viver com fome ou em estado de insegurança alimentar<sup>84</sup>.

Por isso digo com a serena convicção de um homem que dedicou a sua vida a lutar pacificamente pelos direitos do povo trabalhador: a busca de uma nova ordem mundial, mais democrática e justa, não interessa apenas aos países pobres ou às nações emergentes. Interessa tanto ou mais aos países ricos, se tiverem olhos para ver e ouvidos para ouvir, se não cometerem o desatino de ignorar o terrível clamor dos excluídos. (LULA, 2006).

O presidente sugere, discursivamente, que a verdade seja colocada para a população sobre a realidade do país. Descortinar os problemas estruturais que sustentam uma elite e que coloca o Brasil em vulnerabilidade com os piores indicadores de saúde e educação do mundo, deixando o povo esquecido.

É preciso dar aos pobres razões para viver, não para matar ou morrer. A grandeza dos povos não está no belicismo, mas no humanismo. E não há verdadeiro humanismo sem o respeito ao outro. Ao que é, sim, diferente de nós, mas nem por isso menos digno, menos precioso, nem por isso com menor direito à felicidade, criaturas que somos do mesmo criador. Só haverá segurança no mundo se todos tiverem direito ao desenvolvimento econômico e social. (LULA, 2006).

Essa articulação e a unidade do grupo, povo, constituiu a representação fundacional necessária para compor a força do fenômeno que, pelo discurso do presidente Lula, considera o contexto político social, assim como a política econômica do momento. O movimento do Lulismo trata de mobilizar o povo trabalhador em torno das bandeiras que movem as políticas públicas e sociais, econômicas e de combate ao crime. Honrar os compromissos assumidos se tornou bandeira do Lulismo:

---

<sup>84</sup> Termo definido em 1996, conforme a agência das Nações Unidas, Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO), para designar situação que se dá quando as pessoas carecem de um acesso seguro a uma quantidade suficiente de alimentos e nutritivos para um crescimento e desenvolvimento normal e uma vida ativa e saudável.

Ao mesmo tempo em que resgatamos uma dívida social secular, investimos fortemente em educação de qualidade, ciência e tecnologia. Honramos o compromisso do Programa Fome Zero ao erradicar esse tormento da vida de mais de 45 milhões de pessoas. Com dez anos de antecedência, superamos a primeira das Metas do Milênio, reduzindo em mais da metade a pobreza extrema no nosso País.

O combate à fome e à pobreza deve ser preocupação de todos os povos. É inviável uma sociedade global marcada pela crescente disparidade de renda. Não haverá paz duradoura sem a progressiva redução das desigualdades. (LULA, 2007).

Desde 2006, o Brasil apresentou certa estabilidade política social e econômica, que ampliou as estratégias para a redistribuição de renda e o acesso à educação universitária, mesmo mantendo políticas de combate à fome, bandeira prioritária nesse século XXI.

Apesar do bom desempenho e da articulação política internacional, o Brasil, considerado um dos países emergentes, também sofreu com os efeitos da crise financeira de 2008<sup>85</sup>. Tivemos uma forte queda no índice BOVESPA<sup>86</sup> e o significativo aumento no preço do dólar, na onda da quebra de confiança dos investidores ao redor do mundo e que estavam resgatando as aplicações devido à quebra de confiança no mercado. Portanto, as perspectivas para o crescimento econômico foram reduzidas, assim como as previsões para o aumento do PIB no país. O Presidente Lula, na época, chegou a minimizar os efeitos.

O governo Lula garantiu uma parceria público-privada, com vistas à redução da pobreza, distribuição de renda, aumento do investimento público e investimento no mercado interno, o que correspondeu positivamente à crise internacional. Naquele ano, na ONU, Lula discursou:

A crise financeira, cujos presságios vinham se avolumando, é hoje uma dura realidade. A euforia dos especuladores transformou-se em angústia dos povos após a sucessão de naufrágios financeiros que ameaçam a economia mundial. (...) Somente a ação determinada dos governantes, em especial naqueles países que estão no centro da crise, será capaz de combater a desordem que se instalou nas finanças internacionais, com efeitos perversos

---

<sup>85</sup> Quando os EUA, mexeram com o mundo, a partir da especulação imobiliária, conhecida como bolha, causada por um aumento abusivo nos valores dos imóveis e principalmente nos juros dos empréstimos bancários, incompatível com a renda da população. Muitos economistas consideraram a pior crise econômica desde a Grande Depressão, reflexo do aumento nos valores imobiliários. A expansão do crédito levou a falência, em 15 de setembro de 2008, do tradicional banco americano, o *Lehman Brothers* (EUA), que não recebeu ajuda do governo. Como um bola de neve, o mundo assistiu a enorme queda das bolsas de valores, o que marcou a mais severa crise econômica mundial.

<sup>86</sup> Empresa responsável por medir o valor das ações negociadas na bolsa de valores do país, supervisionada pela Comissão de Valores Mobiliários, cujo indicador de referência é o Ibovespa.

na vida cotidiana de milhões de pessoas. (LULA, 63ª Assembléia Geral ONU, 2008).

Sem poder fugir do cenário que assombrava o Brasil e o mundo, o presidente Lula defendia que era o momento da política interferir no bloco econômico, pois, era preocupante a ideia de que a crise nos mercados do mundo poderiam contaminar a economia global, impactando diretamente o lado mais vulnerável da sociedade. Dessa forma, verbalizava a maior injustiça:

A ausência de regras favorece os aventureiros e oportunistas, em prejuízo das verdadeiras empresas e dos trabalhadores. É inadmissível, dizia o grande economista brasileiro Celso Furtado, que os lucros dos especuladores sejam sempre privatizados e suas perdas, invariavelmente socializadas. (LULA, 63ª Assembléia Geral ONU, 2008).

O que Lula externava era o desejo de enfrentar a adversidade com o mesmo espírito de luta do povo brasileiro. Ao longo dos anos de governo lulista e através dos discursos do presidente, os projetos de articulação política seguiram uma linha discursiva linear, em que as diretrizes do partido foram respeitadas, defendidas e reiteradas com o passar do tempo.

Com esse mesmo espírito, o presidente Lula, fez seu último discurso na ONU em 2009, quando analisava a precariedade e os efeitos da crise:

Foi a tese da liberdade absoluta para o capital financeiro, sem regras nem transparência, acima dos povos e das instituições. Foi a apologia perversa do Estado mínimo, atrofiado, fragilizado, incapaz de promover o desenvolvimento e de combater a pobreza e as desigualdades; a demonização das políticas sociais, a obsessão de precarizar o trabalho, a mercantilização irresponsável dos serviços públicos. A verdadeira raiz da crise foi o confisco de grande parte da soberania popular e nacional – dos Estados e dos governos democráticos – por circuitos autônomos de riqueza e de poder. (LULA, 64ª Assembléia Geral ONU, 2009).

O Presidente do Brasil, que acumulava o conhecimento de homem público e não da academia, abreviava em algumas palavras para o mundo, sobre o flagelo que a disputa de poder promovia na vida dos sem parte, naquela contingência. Apesar do esforço de governos democráticos, como no Brasil, a soberania do povo estava confiscada por aqueles que mais acumulavam lucros pelo mundo, diante da precariedade marcada pela fome.

#### 4.4 Articulando a hegemonia nos discursos do Presidente Lula e a forma de construir o povo aos olhos do mundo

Se conseguirmos voltar a andar em paz em nossas ruas e praças, daremos um extraordinário impulso ao projeto nacional de construir, neste rincão da América, um bastião mundial da tolerância, do pluralismo democrático e do convívio respeitoso com a diferença. (LULA, 2003, p. 17).

Lula promoveu um novo tempo para a política brasileira e latino-americana. Convenceu o PT a mudar ideologicamente, posição que nem todos do partido aceitaram, o que promoveu rupturas que levaram a consequências que impactaram muitos petistas. “Os petistas expulsos se juntaram a outros dissidentes – como a ‘microtendência’ de Milton Temer, Carlos Nelson Coutinho e Léo Lince – para formar o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).” (BARROS, 2022, p. 238).

Nessa terceira seção, tomamos por base elementos postos na primeira e na segunda seções, para analisar a hegemonia dos pronunciamentos do Presidente Lula, a fim de caracterizar a contingência das relações internacionais, enquanto se constrói o povo aos olhos do mundo. Analisaremos os sentidos gerados pelo Presidente da República, que caracterizam o seu povo discursivamente. A teoria populista de Ernesto Laclau (2013) colabora no sentido de apresentar categorias de análise sobre a construção discursiva em torno da articulação do discurso político e da construção hegemônica, que firma ideais a favor do povo e contra o inimigo.

Assim, no histórico das boas alianças, Lula acumula acordos e pactos que redesenharam uma nova estratégia política, contemporânea, que configurou um novo sujeito político capaz de agregar à política novas possibilidades para enfrentar situações que desqualificam o valor dos trabalhadores e ocultam a imagem do povo.

Quando Lula é reeleito Presidente da República, mantém por dois mandatos consecutivos uma hegemonia, que se renova pela particularidade com que ocupa o seu lugar de fala frente à comunidade internacional. Desse modo, honra, ao longo dos anos, o que Laclau denomina como “sendo que sua própria particularidade encarna uma completude inalcançável”. (2013, p.120). Conforme podemos conferir:

Está na hora de os analistas políticos e econômicos avaliarem corretamente a capacidade de contribuição dos países em desenvolvimento na questão de alimentos, energia e mudanças climáticas. Cerca de 100 países têm vocação natural para produzir biocombustíveis de forma sustentável. Esses países terão de fazer seus estudos e decidir se podem ou não produzir biocombustíveis, e em que extensão. Precisarão definir as plantas mais

adequadas e escolher projetos em função de critérios econômicos, sociais e ambientais. (LULA, 2008, p. 78).

Discursivamente, o presidente coloca uma força em movimento, protagonizada por ele, que visa explorar potenciais benefícios para um maior intercâmbio econômico e uma presença maior do Brasil no mercado internacional. Outra motivação vem do estímulo aos elementos de multipolaridade da vida internacional contemporânea. É sadio valorizar as organizações multilaterais, em especial as Nações Unidas, a quem coube a primazia na preservação da paz e da segurança internacional.

Nesse período, Lula acumulava experiência com o primeiro mandato e a conquista do respeito diplomático, o que lhe dava certa vantagem nas relações. O governo Lula conseguiu realizar os investimentos públicos necessários, conquistou recorde de popularidade e o ápice do prestígio internacional, enquanto Brasil.

O discurso do presidente reforça o sentido de jogo político, uma vez que tal significação eleva a imagem ética do governo em exercício, ao cumprir promessas de campanha e proporcionar espaço social entre as demandas populares articuladas e a institucionalidade. Lula conquistou, no Brasil, uma maioria e, no exterior, um papel de destaque na evolução recente das relações, juntamente com a Turquia, o que incluiu o programa nuclear do Irã e do aquecimento global.

Como membros do Conselho de Segurança da ONU, trabalharam para que o Irã aceitasse uma proposta de outra organização multilateral, a AIEA. Sempre esteve claro que o acordo era uma oferta das grandes potências, que seriam responsáveis por obrigar o país a cumpri-lo. O que o Brasil e Turquia ofereciam era mediação. (BARROS, 2022, p. 285).

A propósito, o aquecimento global se tornou importante demanda para o governo e o presidente Lula, em especial no seu segundo mandato presidencial quando, na ONU, reforçava:

O Brasil tem insistido no enorme potencial dos biocombustíveis. Eles são decisivos no combate ao aquecimento global. E podem jogar um papel importantíssimo no desenvolvimento econômico e social dos países mais pobres. Os biocombustíveis geram renda e empregos, sobretudo no campo, ao mesmo tempo que produzem energia limpa e renovável. É, portanto, com espanto que vejo tentativas de criar uma relação de causa e efeito entre os biocombustíveis e o aumento dos preços dos alimentos. (LULA, 2008, p. 75).

Tratava-se da articulação e da intervenção política na economia e conseqüentemente, sobre os recursos para o povo e na política de combate à fome.

Nessa cadeia de acontecimentos, havia um pedido e uma frustração, no esforço por tratar das demandas globais que também influenciavam na vida dos brasileiros.

O mundo precisa decidir também como lidar com a gravíssima ameaça que representa o aquecimento global. Uma ameaça que requer uma resposta firme e coesa de toda a humanidade. Em Quioto, o mundo reagiu de forma madura e responsável. Infelizmente, alguns países recusaram-se a assumir compromissos e metas de redução de emissão de dióxido de carbono. (LULA, 2008, p. 78).

Com o foco no capital, e não nos países subdesenvolvidos, se configurava o mapa dos sem parte, do povo no cenário mundial. Sem desistir, mas resistindo, Lula mantém o desejo em colocar o Brasil no protagonismo mundial.

Por tudo isso, é necessário um debate sério e equilibrado sobre os biocombustíveis e o aquecimento global. Nesse sentido, estou convidando autoridades, cientistas e representantes da sociedade civil de todos os países para a Conferência Internacional de Biocombustíveis, no próximo mês de novembro, em São Paulo. (LULA, 2008, p. 79).

O Brasil, assim como o mundo, viveram um cenário político e social com muitos recuos, com a política à serviço da economia das grandes corporações nacionais e internacionais. O que fez Lula articular na Reunião de Alto Nível da FAO:

A solução não está em se proteger ou em tentar frear a demanda. A solução está em aumentar a oferta de alimentos, abrir mercados e eliminar subsídios de modo a atender à demanda crescente. E para isso é necessária uma mudança radical nas formas de pensar e atuar. (LULA, 2008, p. 80).

O Lulismo se jogou a essa condição, pois, sempre quis jogar o jogo da política. A hegemonia seria um modo de constituir identidades coletivas, contrárias ao *status quo*, e, desse modo, podemos compreender a teoria populista laclauiana. Laclau (2013) toma o populismo como uma lógica ontológica, que se coloca contra as instituições que, durante anos de governo democrático, mantêm a condição dos sem parte da população. Trata-se da construção de um povo contra as instituições estabelecidas.

Para pesquisar sobre a América Latina e a articulação do populismo neste cenário político e social, é fundamental considerar o elemento contrário ao *status quo* que esteja identificado, presente em um dos lados da linha tênue que separa o povo daqueles que dizem representá-lo estando no poder. Portanto, a construção do povo

contra o seu inimigo. Para Laclau, o populismo é uma categoria construída em nível formal e sem elementos ideológicos, temporais, históricos ou ônticos.

O pensamento laclauniano advém de um projeto socialista de esquerda, elaborado com Mouffe, enquanto resultado das observações dos movimentos sociais, organizados nos anos de 1960, que permitiram avanços e releituras do marxismo, a ponto de desconstruí-lo. No desenvolvimento do trabalho, vamos perceber da teoria da hegemonia, bem como outras noções que serão abordadas ao longo deste trabalho como os próprios conceitos de discurso, articulação, antagonismo, significantes vazios e flutuantes, lógicas da equivalência e da diferença entre outros, colaboram para a compreensão das relações sociais e de poder.

No ano em que dezembro comemora os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que não pode ser objeto de uma homenagem meramente protocolar. Ela traduz compromissos inalienáveis, que nos interpelam a todos. Como governantes, mais do que a defesa retórica da Declaração, somos chamados a lutar para que os valores proclamados há seis décadas se transformem em realidade em cada país e em todo o mundo. (LULA, 2006).

Os discursos procuram universalizar seus conteúdos particulares, pois toda FD tem como objetivo expandir seu sentido na busca de se tornar um discurso hegemônico. Laclau (1993) aborda que no espaço do social pode haver vários pontos de hegemonia, decorrentes dos antagonismos.

Por esse sentimento de luta, que no Diálogo Ampliado da Cúpula do G-8, Lula enfatizava:

O Brasil e muitos países em desenvolvimento fizeram, na última década, o esforço exigido pelas estratégias econômicas predominantes. Mas não houve avanços importantes no combate à exclusão social. Ao contrário, onde o fundamentalismo imperou não se alcançou a prometida estabilidade econômica. Aumentaram o desemprego, a fome e a miséria. Nossos sistemas produtivos não conquistaram espaços no comércio mundial correspondentes aos nossos sacrifícios. A falta de democracia econômica e social ameaçou a democracia como um todo. (LULA, 2003, p. 21).

O discurso do sujeito político Lula, revelava a consciência sobre a globalização, que se mostrava travada desde o final da década de 1990, sendo necessário se posicionar para enfrentar a precariedade das políticas sociais. Pelos conceitos da teoria laclauniana como antagonismo e hegemonia, espera-se ampliar a compreensão sobre as identidades coletivas, tão marcantes para a política.

Os biocombustíveis não são o vilão que ameaça à segurança alimentar das nações mais pobres. Ao contrário, desde que desenvolvidos de forma criteriosa, de acordo com a realidade de cada país, podem ser um instrumento importante para gerar renda e retirar países da insegurança alimentar e energética. O Brasil é um exemplo disso. (LULA, 2008, p. 75).

Conforme o presidente petista documenta, há uma desconstrução dos fatos da história. O discurso do presidente sintetiza os desafios e justifica perante o mundo, que o programa de governo tem trabalhado, como forma de articulação política que promoveu crescimento para o país e perspectivas para o povo em situação de extrema vulnerabilidade social. Também, algumas alternativas são apresentadas no evento.

Criamos quase 10 milhões de empregos formais. Distribuímos renda e riqueza. Melhoramos os serviços públicos. Tiramos 9 milhões de pessoas da miséria e outras 20 milhões ascenderam à classe média. Tudo isso em um ambiente de forte crescimento, estabilidade econômica, redução da vulnerabilidade externa e, o que é mais importante, fortalecimento da democracia, com intensa participação popular.

Articuladas essas questões na retórica pelo presidente, foram estabelecidos alguns sentidos às demandas que envolvem diretamente fatores de ordem econômica e de renda para o trabalhador, bandeiras do PT. A emergência do discurso do Lulismo também é construída retoricamente por duas vias: pela política social, que desenvolvemos no capítulo anterior e pela articulação das relações internacionais. Mediante a repetição desses temas, temos a configuração dos pontos nodais.

É neste movimento do plano “político” ao “intelectual e moral” que a transição decisiva rumo a um conceito de hegemonia além das “alianças de classes” tem lugar. Pois, enquanto a liderança política pode se fundamentar numa coincidência conjuntural de interesses na qual os setores participantes retêm sua identidade separada, a liderança moral e intelectual requer que um conjunto de “ideias” e “valores” seja compartilhado por uma série de setores – ou, para usar nossa terminologia, que certas posições de sujeito atravessem diversos segmentos de classe. (LACLAU e MOUFFE, 2015, p. 131).

Lula articula e sustenta um ponto determinante em discurso na ONU (2009), no sentido de frear e estancar interesses que não compartilham a favor da união e alianças de classes. Como ex-metalúrgico e ex-líder sindical, o presidente compreende bem esse momento. Seu discurso tratou de ressignificar o que foi feito até então, a favor e para que se apresente um novo governo e com ideias novas, o que garantiria mais uma vez uma FD a favor do desenvolvimento das políticas sociais, como também no sentido dos ideais de igualdade de oportunidade para todos.



Mais do que a crise dos grandes bancos, essa é a crise dos grandes dogmas. O que caiu por terra foi toda uma concepção econômica, política e social tida como inquestionável. O que faliu foi um insensato modelo de pensamento e de ação que subjugou o mundo nas últimas décadas. Foi a doutrina absurda de que os mercados podiam autorregular-se, dispensando qualquer intervenção do Estado, considerado por muitos um mero estorvo. (LULA, 2009).

A ONU, foi um meio onde interesses comuns eram colocados na mesa de debate. Havia, entre os líderes, o testemunho de um possível potencial como país e como povo. Mas, compilando os discursos, nos defrontamos com um Brasil perverso, escancarado por Lula. Havia necessidade de curar as feridas neoliberais para avançar, e o presidente resumiu muito bem.

Foi a apologia perversa do Estado mínimo, atrofiado, fragilizado, incapaz de promover o desenvolvimento e de combater a pobreza e as desigualdades; a demonização das políticas sociais, a obsessão de precarizar o trabalho, a mercantilização irresponsável dos serviços públicos. A verdadeira raiz da crise foi o confisco de grande parte da soberania popular e nacional – dos Estados e dos governos democráticos – por circuitos autônomos de riqueza e de poder. (LULA, 2009).

Com o intuito de virar a página, o presidente petista procurou solidificar os fundamentos do seu discurso, baseado nos fundamentos do seu partido numa construção discursiva que capacita ainda mais o seu modo de fazer política. O esforço está em demonstrar as construções retóricas, a fim de significar o povo, evidenciando o modo de construir a política do Lulismo, desde a sua construção e até o caminho do segundo mandato presidencial, apesar de precisar enfrentar a persistente crise econômica no mundo.

Mas muitos países não ficaram de braços cruzados. O Brasil – um dos últimos, felizmente, a sentir os efeitos da crise – é hoje um dos primeiros a sair dela. Não fizemos nenhuma mágica. Simplesmente havíamos preservado nosso sistema financeiro do vírus da especulação. Havíamos reduzido nossa vulnerabilidade externa, passando da condição de devedores à de credores internacionais.

Decidimos, junto com outros países, aportar recursos para que o FMI empreste dinheiro aos países mais pobres sem os condicionamentos inaceitáveis do passado. Mas, sobretudo, desenvolvemos antes da crise, e depois que ela eclodiu, políticas anticíclicas. (LULA, 2009).

O mundo precisava de uma governança mundial estável e democrática, o que construiu sua forte presença na cena mundial, de forma solidária, ativa e ativa. A

busca pela integração sul-americana a partir do fortalecimento do Mercosul, a percepção de que a política externa é um elemento integrante do projeto de desenvolvimento nacional, o combate às assimetrias, a defesa do multilateralismo – principalmente da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas –, assim como o estabelecimento de parcerias estratégicas com países em níveis de desenvolvimento, mesmo aqueles que possuem interesses semelhantes ao brasileiro, e a não ruptura do relacionamento com países desenvolvidos, conforme delimitados no discurso de posse presidencial, seriam as linhas gerais defendidas pelo governo ao longo de seu mandato.

Lula se tornou o maior líder político e de massa da história recente. Foi eleito como trigésimo quinto presidente da República Federativa do Brasil (2003-2011), com recorde histórico de aprovação, conforme pesquisa Ibope<sup>87</sup>. Lula intensificava esforços para que as demandas encaminhadas fizessem o Brasil subir, da 13.ª posição no ranking global de economias medido pelo PIB em dólar, segundo dados do Banco Mundial e FMI, até chegar na 6.ª posição, compreendidos os períodos de seus dois mandatos (2003 – 2011).

Não por acaso, os temas articulados para essa tese se resumem nas maiores conquistas dos seus governos, contemplando na área social, a redução da pobreza e da fome. Como consequência, a desigualdade social caiu de 0,59 em 2002 para 0,54 em 2009. No ano de 2010, Lula recebeu da ONU o título de "Campeão Mundial na Luta Contra a Fome", ao final do segundo mandato, dos quase 30 milhões de brasileiros que passavam fome, em 2009, esse número havia caído pela metade, certamente, uma herança histórica para nosso país.

O Lulismo procurou estreitar a colaboração nos projetos sociais entre os governos da latino-americanos, em cujas sociedades a fome, a pobreza e a deterioração social representam um problema comum. No Brasil, o que havia até o início do século XXI, era uma liberdade para morrer de fome, uma herança colonial que foi naturalizada entre os sem parte, entre o povo.

---

<sup>87</sup> Segundo o instituto, hoje IPEC, em pesquisa contratada pela Confederação Nacional da Indústria, divulgado em 16 de dezembro de 2010, 87% dos entrevistados avaliaram a gestão de Lula como “boa ou ótima”. A amostragem de 2.002 foi de pessoas em 140 municípios. Levantamento que, segundo Datafolha, foi confirmado conforme pesquisa, registrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com o número 36535/2010. Dos 4.037 entrevistados de 243 municípios, 83% avaliaram o governo como “ótimo ou bom”. Em ambas as pesquisas, a maior popularidade de Lula foi registrada no Nordeste, com 88%, seguida por Norte e Centro-Oeste (87%). Além disso, 84% dos brasileiros consideraram que ele deixaria um país melhor do que aquele que assumiu.

Em tese, Lula não significava mais o radicalismo petista; o nome Lula carrega uma linha discursiva mais tênue, o que amenizou a imagem do próprio partido que enfrentou históricas rejeições. Lula se tornara um expoente, um símbolo saído de Pernambuco para o Brasil, que se tornou exemplo por enfrentar a vida humilde e a baixa escolaridade para ser referência do povo oprimido, trabalhador e honesto. Lula é um sujeito-significante que veio do povo e sabe o que esse povo sente, pensa e converge. Lula deu valor internacional ao Brasil.

O Brasil – um dos últimos, felizmente, a sentir os efeitos da crise – é hoje um dos primeiros a sair dela. Não fizemos nenhuma mágica. Simplesmente havíamos preservado nosso sistema financeiro do vírus da especulação. Havíamos reduzido nossa vulnerabilidade externa, passando da condição de devedores à de credores internacionais. (LULA, 2009).

A política externa não é apenas um meio de projeção do Brasil no mundo, mas também, um elemento fundamental de nosso projeto nacional de desenvolvimento. Foram aprofundadas as relações bilaterais com os países do Mercosul, foi criada a Comunidade Sul-americana de Nações e o Brasil passou a ter um excelente relacionamento com os países do Caribe, da América Central e da América do Norte, o que fez impulsionar uma política ativa em relação à África.

O Brasil saiu fortalecido das relações com grandes países emergentes, como a China, a Índia, a Rússia, a Coreia e a África do Sul. Abriu fronteiras e as consequências foram os incrementos do comércio exterior, a atração de investimentos e a internacionalização das empresas. O Brasil passou a pertencer a uma nova geografia, não se propôs a substituir intercâmbios, mas criar parcerias para valorização e união regional.

A busca por novos horizontes não comprometeu o relacionamento com grandes países desenvolvidos como os da União Europeia, Japão e, obviamente, Estados Unidos. O que ocorreu foi uma estratégia econômica que buscava, por um lado, ampliar o comércio de exportações pelo estabelecimento de parcerias com países de economias complementares à brasileira, e por outro, fortalecer a capacidade de barganha dos países do “Sul”, enquanto bloco, como foi na luta contra os subsídios agrícolas. Mas havia um foco:

Fiz do combate à fome e à pobreza uma prioridade da ação internacional do Brasil. Juntei-me a outros líderes de países ricos e pobres com o objetivo de

encontrar fontes de recursos capazes de liberar uma grande parcela da humanidade dos flagelos da fome e da desnutrição. (LULA, 2008, p. 71).

O governo Lula evitou assumir posturas assertivas baseadas no princípio da não intervenção em assuntos domésticos, no entendimento de que o constrangimento poderia reduzir as chances de mudar as práticas dos Estados acusados e que os custos de medidas incisivas poderiam ser altos demais para o Brasil.

Internacionalmente, sempre buscou a diplomacia brasileira, a fim de contribuir para o desenvolvimento de mecanismos mais justos, menos seletivos e com maior autoridade moral para a promoção e proteção dos direitos humanos. O governo Lula ampliou a responsabilidade brasileira em temas de segurança internacional, permitiu o enfrentamento de crises com medidas menos custosas do que as resultantes de constrangimentos públicos.

O Brasil passou a participar dos debates ao redor do mundo, sob a norma da responsabilidade de proteger, nas definições e situações nas quais seria legítimo para a comunidade internacional usar a força militar e agir em crises internacionais: o Brasil propôs a paz. O Brasil, no final do governo Lula, aceitou assumir maiores responsabilidades em várias questões internacionais em um movimento que pode ser explicado pela estratégia de fazer do país um ator global e uma liderança na América Latina.

Os discursos e práticas a respeito das responsabilidades internacionais da política externa serviram ao objetivo de ampliar a inserção internacional do Brasil. Ações possibilitaram reflexos importantes na economia gerando bem-estar social e uma política com menos desgastes. O Brasil procurou potencializar o seu discurso de forma estratégica, agregando a ideia da vontade do povo.

Lula agregou ao discurso a ideia de país representante do bem, da paz e disseminando a ideia de que há pessoas boas olhando pelos pobres e com justiça social. Aprofundar os laços brasileiros com o mundo, as maiores lideranças políticas e atuar como promotor de consensos entre países desenvolvidos e em desenvolvimento revelou-se a capacidade do Lulismo.

Nesse sentido, algumas ações foram paradigmáticas, como a agenda de mudança climática, em que o país promoveu os biocombustíveis como parte da solução para o esforço de redução de emissões de gases do efeito estufa. O discurso do governo foi audacioso ao se propor a envolver recursos dos países centrais e estimular a produção em países pobres da Ásia, da África e do Caribe em prol de uma

democratização do novo mapa político. Sobre essas tarefas o presidente discursou na ONU.

O Brasil está cumprindo a sua parte. Vamos chegar a Copenhague com alternativas e compromissos precisos. Aprovamos um Plano de Mudanças Climáticas que prevê a redução de 80% do desmatamento da Amazônia até 2020. Diminuiremos em 4,8 bilhões de toneladas a emissão de CO<sub>2</sub>, o que representa mais do que a soma dos compromissos de todos os países desenvolvidos juntos. (LULA, 2009).

Com Lula, o Brasil decidiu se engajar nas negociações para a fase posterior ao acordo de Kyoto durante o encontro em Copenhague (2009), sendo o primeiro país em desenvolvimento a assumir o compromisso, por meio da lei de redução de emissões de gases-estufa. Mas, no regime internacional em direitos humanos, o país foi pressionado por organizações da sociedade civil e pela imprensa a adotar um perfil mais “bilateral”, pressionando parceiros a assumir melhores práticas de proteção de direitos de suas populações.

Lula se tornou um fenômeno político que dominou o cenário na entrada do século XXI, daí a importância dos trabalhos empíricos, para a teoria política, nesse caso, a fim de perceber o discurso que significou o povo do Lulismo. Portanto, teoria política está vinculada a esses embates em que coexiste à ideia de representação, com as críticas inerentes a ela mesma e com as crises políticas, fonte inesgotável da política.

#### **4.5 Considerações**

É na esteira da herança teórica de Laclau que esta pesquisa reconhece a relevância de uma análise hermenêutica do contexto político, pelo qual se contextualizam as práticas discursivas em ambiente de constante tensão, dados os reflexos da política social, das relações internacionais e da historicidade dos fatos.

Lula enfrentou os desafios dos extremos geográficos do enorme Estado brasileiro e também os limites das nações e povos tanto na política do Mercosul, como no cenário mundial. Chegou ao final de 2010 fechando duas gestões no Executivo Federal, deixando o legado da maior aprovação popular da história, com 87%, e de herança, a criação de uma identidade cultural e a valorização do nosso país. Avaliação positiva também, no primeiro governo do petista, o que se deve à adesão

esperançosa, iniciada ainda em 2002. Com a aprovação da imagem de homem do povo, o sujeito político do Lulismo cativara os pobres naquele momento, articulando e motivando os seguidores a apoiar o seu governo.

Nesta agenda, o país assumiu uma postura mais responsável, buscou consolidar meios multilaterais para o encaminhamento das crises, como por exemplo, na formação do mecanismo da Revisão Periódica Universal do Conselho em Direitos Humanos. Lula buscou influenciar os demais Estados por seu exemplo de engajamento no regime internacional.

O Lulismo, enquanto fenômeno político, representa a investidura do povo brasileiro, porque o sujeito Lula passou a traduzir, dentro e fora do país, o que efetivamente nos falta, o que cabe no sonho do brasileiro e nas oportunidades. Lula representa esse sonho, pois, se agiganta na sombra do que a psique permite ao fenômeno e constrói meios para a possibilidade do povo sonhador, que se permite a identificação com uma vida melhor para as pessoas.

A possibilidade de dias melhores extravasa fronteiras quando a PEB passou a oferecer contribuições para as Operações de Paz da ONU, envio de tropas ao Haiti, envio de tropas em uma operação expressamente de imposição de paz e esteve engajada nas discussões a respeito da norma da responsabilidade de proteger, controlar e institucionalizar as práticas de intervenção humanitária pelas potências centrais.

Passamos a enxergar o esgotamento das políticas econômicas do neoliberalismo e que permanecem entre nós, por não parecer uma alternativa viável do ponto de vista da lucratividade e da acumulação de capital.

## CAPÍTULO 5

### O POVO DO LULISMO NO DISCURSO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: EDUCAÇÃO, SAÚDE E SEGURANÇA

#### 5.1 Introdução

*Se alguns quiseram ver na minha primeira eleição apenas um parêntese histórico, a reeleição mostrou que um governo que cumpre os seus compromissos obtém a confiança do povo. Em outubro, nossa população afirmou de modo inequívoco que não precisa nem admite tutela de nenhuma espécie para fazer a sua escolha. Ela foi livre e soberana, como deve ser a força do povo. (LULA, Discurso de Posse na Câmara dos Deputados, 2007).*

O ano de 2002 marcou a história política contemporânea no Brasil, ao se eleger o candidato da esquerda, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), como Presidente da República. Lula surpreenderia quatro anos mais tarde, ao ser reconduzido ao cargo pelo voto popular em 2006, quando se tornou o candidato à Presidência do Brasil mais votado da história do país.

A coligação “A Força do Povo” unia o Partido dos Trabalhadores (PT) do Presidente Lula, o Partido Republicano Brasileiro (PRB, hoje Republicanos) do vice Presidente José Alencar e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB)<sup>88</sup>. O nome Lula é que passou a significar o capital político para um segundo mandato e, como sujeito político, promovia o Brasil no cenário global, enquanto estrategista econômico e pelo seu desempenho nas relações internacionais. Neste capítulo, damos prosseguimento à análise, assim como vinha sendo feito nos capítulos anteriores, a fim de caracterizarmos quem é o povo do Lulismo nos discursos entre as demandas

---

<sup>88</sup> Havia também o apoio informal do Partido Liberal (PL), do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e de setores do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

prioritárias em que o Estado deve, segundo a Constituição Federal (CF) de 1988, garantir educação, saúde e segurança pública.

O aspecto social há muito tempo vinha sendo ressaltado pelo petismo e se transformou em uma bandeira forte. Segundo Singer (2012), a reeleição marcou a consolidação de um fenômeno sociopolítico ainda em curso: o Lulismo. Significativamente, o Brasil era uma nação com grandes desigualdades sociais, por isso, as políticas públicas se firmaram como algo imprescindível, sob a necessidade de se apresentar soluções e encaminhamentos reais para a questão das disparidades socioeconômicas.

Na primeira seção, retomamos os Discursos de Posse do Presidente da República, reeleito, sendo: o Pronunciamento à nação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de posse no Palácio do Planalto e o Discurso de posse do Presidente Lula no Congresso Nacional, ambos em 1º de janeiro de 2007. Veremos que o presidente busca cumprir a CF, ao tratar, discursivamente, sobre as demandas básicas para a melhor condição de vida do povo, articulados nos discursos oficiais. Lula reafirma a importância sobre o diálogo, a inclusão e a cidadania, vitais para o povo, enquanto parâmetro essencial à democracia, que passava por um momento de aparente estabilidade política.

Consideramos analisar o que Lula coloca, em seu discurso de posse (2007), como prioridade para o seu segundo mandato: “áreas vitais para a população – e objeto de permanente demanda – são as da saúde e da segurança pública”. Acrescentamos à análise, a demanda por educação e formação de mão-de-obra, que serão tratadas na segunda seção, porque o discurso do Presidente Lula articula a ideia de acesso e instrumento de libertação, a partir da qualidade do ensino com renovação tecnológica para diminuir a desigualdade entre as pessoas e regiões.

Nosso objeto se constitui de recortes dos discursos oficiais do presidente Lula, sobre como ele significou o povo, ao explorar pontualmente cada demanda no segundo mandato presidencial. Nota-se que os significados aplicados estão voltados à ideia de um projeto integrado, em que o presidente Lula constrói pontos para as articulações de equivalência, determinantes para o seu discurso e cargo político.

Finalmente, na terceira seção, tomamos por base os elementos postos nas seções anteriores e os avanços da política social, a partir da diversidade dos discursos voltados à saúde e segurança pública, em especial, no segundo mandato do



presidente Lula. Nosso esforço está em demonstrar as construções retóricas, a fim de significar o povo e a contingência significativa para constituir a política do Lulismo.

Cabe lembrar que por muitos anos o Estado neoliberal adotou uma proposta para os serviços básicos como educação, saúde e segurança pública, como estratégia de se encolher ao nível mínimo. Esses setores ficaram em mãos privadas, filantrópicas ou voluntárias, às quais se faziam constantes apelos por mais participação e colaboração, atividades concernentes ao setor social, definidas como funções públicas essenciais. Se tratam das demandas carentes por soluções, que não tiveram suas solicitações correspondidas pela confiança e aliança feitas com e pelo povo. Lula conquista a estrutura de poder, predominantemente, da herança cristalizada e ocupada pelo neoliberalismo.

Finalmente, nas considerações, esperamos avançar e compreender quem é o povo que passou a articular o desejo por um novo mundo, baseado na mudança e na esperança. A liderança do sujeito político Lula expressa o desejo de mudar a realidade e a vida das pessoas, lutar contra a pobreza, a fome e, sobretudo, numa nova ordem mundial, fundada no diálogo, na solidariedade e no multilateralismo.

## **5.2 O povo do Lulismo no discurso para o segundo mandato**

Nessa primeira seção, retomamos os discursos do Presidente da República, reeleito, com o Pronunciamento à nação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de posse no Palácio do Planalto e o Discurso de posse do Presidente Lula no Congresso Nacional, ambos em 1º de janeiro de 2007.

Definitivamente, era chegado o momento do lulismo. Conforme André Singer (2012), se tratava da chegada do primeiro trabalhador ao Executivo Federal, com sentido de mudanças. Singer é crítico e percebe o comando do país por um “reformismo forte” (base do Partido dos Trabalhadores, antes das eleições de 2002), passando ao “reformismo fraco” (especialmente após o segundo mandato – 2006/2010 - com o surgimento do Lulismo). Mas, o sujeito político Lula, promove a dimensão e a promoção de sua governabilidade diante do povo.

Eu tenho noção do que significa as coisas que nós fizemos, tenho noção que já fizemos muito. Mas, ao mesmo tempo, tenho noção que diante das necessidades do povo e diante da quantidade de décadas e décadas de dívida social com o povo brasileiro, mesmo fazendo muito, nós fizemos muito menos do que aquilo que precisa ser feito para que a gente possa tornar o

Brasil um país mais justo, mais equânime, onde todas as pessoas possam conquistar a cidadania plena, com o direito de trabalhar, de estudar, de ter acesso à cultura, ao lazer, a tomar café de manhã, almoçar, jantar, tirar férias e cuidar da sua família. (Pronunciamento à nação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de posse, 2007, p. 3).

Ser um homem do povo significa entender o dia a dia das pessoas que trabalham, possuem sonhos e família. Veremos que o presidente luta pela busca de cumprimento da CF, ao tratar, discursivamente, sobre as demandas básicas para a melhoria das condições de vida do povo brasileiro, demandas estas articuladas nos seus discursos oficiais. Lula reafirma a importância sobre o diálogo, a inclusão e a cidadania, enquanto vitais para o povo carente, enquanto ingredientes essenciais da democracia. Lula deixou prevalecer um sentimento positivo:

(...) grato ao comportamento do povo brasileiro nesses quatro anos do meu mandato. Em momentos muito difíceis, quando alguns imaginavam que o jogo tinha acabado, o povo entrava em campo e dizia claramente: nós construímos a democracia deste País e nós vamos sustentar a democracia deste País, custe o que custar, doa a quem doer. (Pronunciamento à nação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de posse, 2007, p. 1).

O presidente deixava claro em seu pronunciamento, que o Lulismo nunca representou uma ameaça à democracia. O fenômeno do Lulismo, articulado por Singer, se refere a esse político da esquerda brasileira que nasce a partir do nome, do sujeito político Lula. Segundo Singer (2012), para entender o Lulismo é necessário:

(...) acrescentar a sugestão de que ele é, sobretudo, representação de uma fração de classe que, embora majoritária, não consegue construir desde baixo as próprias formas de organização. Por isso, só podia aparecer na política *depois* da chegada de Lula ao poder. (SINGER, 2012, p. 52).

O primeiro mandato foi marcado pelas “raízes sociais e ideológicas do Lulismo” (SINGER, 2009), com o deslocamento silencioso dos eleitores de baixa renda para o candidato Lula. Segundo Singer (2012), até então, com base em dados analisados sobre os estratos de renda e posição política dos votos entre PT e PSDB (adversários políticos), se evidenciou que a base social de Lula (PT), expressava a esquerda numa sociedade cuja metade mais pobre pendia para a direita. Ao assumir o governo, Lula consegue uma adesão da classe que buscava desde 1989, mas, o preço foi deixar de contar com o apoio da classe média.

Na cerimônia de posse, Lula lembrou de agradecer ao Congresso Nacional, como um todo, sobre o esforço democrático:

(...) pela sua pluralidade, pela sua prática democrática e por ser a consciência do povo brasileiro no dia das eleições, continuará ajudando para que este País continue dando certo e crescendo.

Quero agradecer aos trabalhadores, aos estudantes, às mulheres e aos homens deste País que não só nos ajudaram a consolidar a democracia, mas saíram às ruas para conquistar aquilo que durante muitos e muitos anos nós tentávamos conquistar e não conseguíamos. (Pronunciamento à nação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de posse, 2007, p. 2).

Lula expressava, naquele momento, a confiança nos representantes eleitos, pelo voto democrático do povo, para o Congresso Nacional. Agradeceu o esforço de cada cidadão que exerceu o seu direito de participar da democracia e ele também lembrou o esforço que muitas gerações articularam pela luta e dever democrático, quanto a participar da política e dos direitos civis.

O Lulismo se consolidava com a reeleição e com a certeza de que o povo (os de baixo) desconhecia como a possibilidade de aceleração do crescimento, as vagas de trabalho e a geração de emprego, como respostas da valorização do mercado interno com reflexos nas políticas sociais e no combate à pobreza. O Brasil vivia um novo tempo que mexeu com o imaginário do povo. O presidente destacou que no seu governo o crescimento econômico estaria ligado à inclusão social e à consolidação da democracia, com a ampliação dos espaços de diálogo com a sociedade. Lula reforçara a ideia de um símbolo da conquista democrática:

Eu me lembro de que quando fui dirigente sindical, a gente tinha até dificuldade de entrar no Congresso Nacional. Neste Palácio, nem pensar. Hoje, os trabalhadores conquistaram não apenas o direito de fazer acordos salariais melhores do que faziam antes, os trabalhadores conquistaram um aumento de salário mínimo que é o maior dos últimos 30 anos, os trabalhadores conquistaram o direito de entrar nesta Casa como se esta Casa fosse a casa deles, porque não pode ser diferente, o palácio de um governo tem que ser o palácio do povo brasileiro. (Pronunciamento à nação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de posse, 2007, p. 2).

A base de formação política do PT, o partido do Presidente Lula, representava a influência e a atuação junto aos sindicatos e aos movimentos sociais, articulação que mais tarde viria a consolidar como base para a constituição do fenômeno. Essa relação não era esquecida:

Quero agradecer a todos vocês. Eu digo sempre que se tem uma coisa que eu aprendi a respeitar, ao longo desses 30 anos de vida política, foi a relação com o povo. Eu, na política, já fui enganado muitas vezes. Muitas vezes, a gente vê as pessoas próximas da gente desaparecerem. Agora, nessa minha relação com o povo brasileiro, desde quando eu comecei, no movimento sindical, em 1969, em nenhum momento difícil da minha história esse povo faltou com a solidariedade, com o companheirismo, assumindo, às vezes, a tarefa de fazer aquilo que nós não tínhamos condições de fazer. (Pronunciamento à nação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de posse, 2007, p. 3-4).

Lula construiu, assim, um estilo muito próprio de fazer política. Procurava dar transparência, dar exemplos concretos e reais às condições de vida do povo, enquanto um ser que se colocava como *igual a todos*, mas que carregava um cargo com o dever da política social. Lula se construía igual ao seu povo, mas era diferente dele e ao mesmo tempo. Essa possibilidade só se consolidou a partir da ruptura significativa com a ideologia fundadora do PT, contingência esta em que a sociedade civil era promotora das mudanças sociais e políticas.

Quero dizer para vocês que sou Presidente de todos, sem distinção de credo religioso, sem distinção de compromissos ideológicos. Sou Presidente de todos sem me preocupar com a origem social de cada um. Mas não se enganem, mesmo sendo Presidente de todos eu continuarei fazendo o que faz uma mãe, eu cuidarei primeiro daqueles mais necessitados, daqueles mais fragilizados, daqueles que mais precisam do Estado brasileiro. (Pronunciamento à nação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de posse, 2007, p. 4).

Ao priorizar aqueles que estão em situação precária, seja em vulnerabilidade social ou em situação de insegurança alimentar, o sujeito político Lula oferece a possibilidade de uma identidade ao seu povo. Afinal, quando pensamos em povo, não temos somente um aglomerado de indivíduos, mas um grupo que pode ser definido por um sentido de identidade compartilhada, a partir de seu nome, já que Lula representava o povo dado aquele contexto histórico. Portanto, à medida que se articula, discursivamente, o sujeito Lula se assume numa posicionalidade dada ao povo.

Aqueles que acreditarem que este País nasceu para ser um país de crescimento inibido, para ser um país de eterno pequeno crescimento, podem começar a se preparar porque este País vai ter um crescimento vigoroso. Mas não um crescimento como tivemos em outra época, em que o País crescia e o povo continuava pobre, o País crescia e não se distribuía o resultado desse

crescimento. (Pronunciamento à nação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de posse, 2007, p. 5).

O Presidente Lula revela o que aconteceu com o Brasil nos últimos quatro anos, assim como se constrói, discursivamente, como o sujeito político que fez a mudança, sem frustrar a esperança de boa parte dos brasileiros que depositaram nele o voto de confiança de que essas mudanças aconteceriam. Seu discurso alcança um povo que, junto com Lula, na Praça dos Três Poderes, significa o sentimento histórico de emoção com a marca que planeja dar ao segundo mandato presidencial, como sendo aquela de um governo que contempla o crescimento social e econômico com distribuição de renda.

Ao reencontrar o povo naquela praça, como há quatro anos, Lula fez perceber que estar naquela posição de poder significava estar onde o povo está, uma posição diferente daquelas dos discursos em palanques. O olho no olho, com o povo e seus eleitores, era representativo para o homem mais votado da história do país.

Por fim, meus companheiros e companheiras, se me permitem tratá-los assim, eu quero dizer para vocês que os quatro anos que temos pela frente são quatro anos mais compensadores, mas, ao mesmo tempo, mais difíceis do que os primeiros quatro. (Pronunciamento à nação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de posse, 2007, p. 3).

Conforme Pinto (1998), “O discurso político vive da sua capacidade de interpelar, pois seu êxito depende da sua capacidade de constituir sujeitos com a mesma visão de mundo (PINTO,1998, p.52). Nesse sentido, havia um legado já construído com aquele primeiro mandato, em que o Brasil apresentava um crescimento e um país que havia alcançado uma situação interessante para uma economia estável, com inflação sob controle.

Nós temos que ter consciência de que o País precisa crescer, mas o que precisa crescer, também, concomitante com o crescimento da economia, com o crescimento da indústria, com o crescimento da agricultura, é o crescimento da melhoria da qualidade de vida das nossas crianças, das nossas mulheres, dos nossos jovens. (Pronunciamento à nação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de posse, 2007, p. 5).

Naquele discurso, o Presidente Lula expressava sua atenção às demandas do povo de forma mais generalizada. Já no Congresso Nacional, com o primeiro pronunciamento, vinha um tom formal e determinante.

Outras áreas vitais para a população - e objeto de permanente demanda - são as da saúde e da segurança pública. Como fizemos no nosso primeiro mandato, vamos continuar modernizando os dois setores para que a população brasileira, em especial a mais pobre, tenha uma melhor qualidade de vida. (Discurso de posse do Presidente Lula no Congresso Nacional, 2007).

As demandas do povo represadas revelam o fortalecimento da característica definidora do fenômeno, de ter nos brasileiros mais pobres sua principal base social. A liderança de Lula tem um significado de luta política, sensível à pobreza, ao caos da fome e também por uma nova ordem mundial apaziguadora, que traz na sua raiz o diálogo, a solidariedade e o multilateralismo.

Nossa política externa – motivo de orgulho pelos excelentes resultados que trouxe para a nação – foi marcada por uma clara opção pelo multilateralismo, necessário para lograr um mundo de paz e de solidariedade. Essa opção nos permitiu manter excelentes relações políticas, econômicas e comerciais com as grandes potências mundiais e, ao mesmo tempo, priorizar os laços com o Sul do mundo. (Discurso de posse do Presidente Lula no Congresso Nacional, 2007).

Singer (2012), como defensor da tese de que o Lulismo opera mudanças através do que chama de reformismo fraco, dadas as condições democráticas e de estabilidade política do momento, sublinha o ineditismo da experiência petista, numa demonstração de que há margens de atuação para o progresso do Brasil. Lula fala sobre temas sensíveis para o povo:

O Brasil ainda é igual, infelizmente, na permanência de injustiças contra as camadas mais pobres. Porém é diferente, para melhor, na erradicação da fome, na diminuição da desigualdade e do desemprego. É melhor na distribuição de renda, no acesso à educação, à saúde e à moradia. Muito já fizemos nessas áreas, mas precisamos fazer muito mais. (...)  
O trabalhador brasileiro ainda não ganha o que realmente merece, mas temos hoje um dos mais altos salários mínimos das últimas décadas, e os trabalhadores obtiveram ganhos reais em 90% das negociações salariais nestes últimos quatro anos. (Discurso de posse do Presidente Lula no Congresso Nacional, 2007).

O presidente volta seu discurso à pauta do desenvolvimento. Como vimos acima, Lula insiste na melhoria das condições de vida da população, o que virá através da distribuição de renda. A pauta é recorrente, por acreditar que o Brasil voltará a crescer com a geração de emprego e com mais educação.

Durante a campanha afirmei que meu segundo governo será o governo do desenvolvimento, com distribuição de renda e educação de qualidade. Disse que, para termos um crescimento acelerado, duradouro e justo, devemos articular cada vez melhor a política macroeconômica com uma política social capaz de distribuir renda, gerar emprego e inclusão. Dessa forma, nossa política social, que nunca foi compensatória, e sim criadora de direitos, será cada vez mais estrutural. Será peça-chave do próprio desenvolvimento estratégico do país. (Discurso de posse do Presidente Lula no Congresso Nacional, 2007).

A educação é um tema que merecerá destaque, se tratando do discurso do presidente, assim como seu empenho com a política social e a presença dos trabalhadores no Planalto, conforme Lula mesmo se comprometera com o povo:

Eu sinto orgulho, porque normalmente os palácios presidenciais são feitos para um determinado tipo de gente e, na minha concepção, o palácio do Presidente da República precisa receber rainhas, precisa receber reis, precisa receber príncipes, precisa receber empresários, pequenos, grandes e médios, precisa receber deputados, senadores, governadores, mas este Palácio precisa se habituar, a partir do meu governo, a receber aqueles que vivem nas ruas catando o papel que nós jogamos, para reciclar e fazer desse trabalho penoso a sua sobrevivência com dignidade. (Pronunciamento à nação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de posse, 2007, p. 2 – 3)

O povo lembrado por Lula é o mesmo esquecido e invisível por boa parte da sociedade, que sobrevive à margem, ocupa o espaço dos sem parte. Lula e Alencar chegam juntos para um segundo mandato e reassumem o compromisso com a CF, de observar as leis e promover o bem geral do povo brasileiro.

Na dialética do Lulismo, não há espaço para o fracasso, há um projeto forte de caráter social, com garantia para o crescimento econômico. Como prioridade está a meta em diminuir a pobreza e reduzir a desigualdade social. Lula cria essa estratégia discursiva para fortalecer o mercado interno, oferece condições para o crédito e, dessa forma, legitima o sucesso do Lulismo, fazendo a classe média crescer. O Lulismo constrói a ideia de que a oposição é constituída pelo partido dos ricos, quando na verdade, a oposição pode fazer parte de qualquer identidade.

Apesar dos avanços científicos e tecnológicos de nosso mundo, ainda não foi inventada nenhuma ferramenta mais importante do que a política para a solução dos problemas dos povos. Nunca o mundo viveu – como vive hoje – um período de tão grande descrédito na política. Mas, paradoxalmente, nunca a política foi tão imprescindível. Temos no Brasil um desafio pela frente. Desafio para as forças que se identificam com este Governo e para aquelas que se situam na oposição.

Temos de refletir sobre nossas instituições e nossas práticas políticas. Temos de construir consensos que não eliminem nossas diferenças, nem apaguem os conflitos próprios das sociedades democráticas. (Discurso de posse do Presidente Lula no Congresso Nacional, 2007).

O Presidente Lula desenvolveu uma capacidade de trânsito e negociação política, o que lhe rendeu as condições para manter a governabilidade em seu mandato. Ser político, para Lula, se traduziu em mostrar a capacidade para um bom governo para o povo, com resultados pragmáticos. Ele sabe que a oposição cumpre o seu papel até mesmo porque já fora oposição por muito tempo. Mas, compreender que a política é imprescindível, é saber também da possibilidade que todos carregam de olhar mais para o que une o povo do que para aquilo que os separa. Portanto, a proposta de construir consensos faz parte do jogo da política e precisa estar à altura do que necessita e deseja o povo.

Então, Lula se constrói:

Sou igual naquilo que mais prezo: no profundo compromisso com o povo e com meu país. Sou diferente na consciência madura do que posso e do que não posso, no pleno conhecimento dos limites. Sou igual no ímpeto e na coragem de fazer. Sou diferente na experiência acumulada na difícil arte de governar. (Discurso de posse do Presidente Lula no Congresso Nacional, 2007).

### **5.3 O povo articulado na emergência das demandas por educação e formação**

Iniciamos essa seção pensando nas articulações das demandas ligadas à educação e à formação dos professores. Para educar e qualificar gerações de uma nação, são necessários mais investimentos e um projeto de longo prazo. Os governos neoliberais sempre colocaram essas demandas prioritárias como despesa no orçamento; por isso, se tornou uma pauta tão sensível ao longo da história, sempre sujeita e alvo de cortes e readequações orçamentárias que frustravam o povo. Em discurso, quando da assinatura dos atos normativos do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o presidente garantia mudanças:

Nada é mais importante hoje do que a capacitação dos brasileiros para que possamos construir uma riqueza nacional mais sólida e firmar uma presença cada vez mais soberana no mundo. Isso só pode se dar pela melhoria na abrangência e na qualidade da educação do nosso País.

(...)

Nenhum tema é tão positivo, tão mobilizador e capaz de unir tanto o país quanto a educação. Mas só transformaremos esta emoção cívica em



realidade quando houver uma profunda mudança de atitude dos governos, da sociedade civil e, muito especialmente, da família em relação ao ensino público. (LULA, 2007, p. 2).

O Presidente Lula, transfere a educação para a pasta dos investimentos. Os governos neoliberais não pensavam em colocar os pobres no orçamento, mas cumprir metas constitucionais estipuladas por eles mesmos, aquém da realidade e necessidade do país, deixando o povo em último plano e à margem dos grandes projetos prioritários, no sentido contrário do que prega a CF. Sobre isso, o PDE:

(...), prevê intervenções profundas na educação básica, na alfabetização de jovens e adultos, na educação profissional e no ensino superior. Ele reorganiza, em vários aspectos, a cooperação dos três níveis da Federação, sem enfraquecer a responsabilidade dos estados e dos municípios na gestão das escolas. Eleva o total de investimentos em educação a um patamar inédito, estabelece sistemas de monitoramento e aferição de resultados e convoca, como nunca, a sociedade a participar desse esforço de transformação nacional. (LULA, 2007, p. 2-3).

Entre as políticas estruturais que afetam diretamente o desempenho educacional de várias maneiras, o governo Lula aumentou o acesso à educação, formação e qualificação dos trabalhadores pobres, como engrenagens de intervenção estatal. A ideia era avançar e incrementar o ensino, elevar e manter índices que desenvolvessem o ser humano e suas habilidades.

O PDE nasce da reflexão política de que o fortalecimento da educação é, antes de tudo, o fortalecimento da nossa capacidade de resolver todos os demais problemas do nosso País. Mas o fortalecimento da educação só pode se dar se houver uma mudança profunda na qualidade e na filosofia do ensino e, para isso, é indispensável debater o ensino, a relação do estado com o ensino e a relação da família com a educação. O PDE é fruto do esforço técnico e político deste governo, mas é resultado de uma ampla consulta a todos os setores envolvidos com a educação no País. Foram ouvidos centenas de educadores, cientistas, técnicos, intelectuais, políticos e empreendedores e nele também estão sintetizadas a experiência e as conquistas do nosso primeiro governo. (LULA, 2007, p. 3).

O presidente vinha de um trabalho linear, do primeiro para o segundo governo, seguindo uma lógica para as ações que se desenvolveram sem perder o foco na política social. Era momento de priorizar mais atenção ao povo, porque sendo de origem humilde, Lula carregava como referência a falta de oportunidades, o semblante do oprimido, trabalhador e sujeito político. Isso coloca a emergência de muitas outras

identidades, que podem ser hegemônicas num processo de articulação, no processo de formação do discurso e disputa pelo significado da realidade (LACLAU, 2015).

Lula é sujeito-significante, por vir do povo e buscar compreender como esse povo sente, pensa e converge. Lula se construiu como sujeito político pela forma de expressar uma política que desacomoda, que faz com que o fenômeno populismo tenha, mais uma vez, a possibilidade de ser repensado, como algo que não pode ser dissociado da prática, assim como da teoria, por ser o significante da materialidade do político. Lula, desestabiliza o funcionamento da democracia representativa, pois, ao contrário dos neoliberais, admite que há caminhos tortos e fissuras, que precisam ser revistos para alcançar os objetivos, como vimos no pronunciamento abaixo.

No nosso primeiro governo lutamos contra imensas dificuldades, mas isso não impediu que fizéssemos muita coisa pela educação. Passamos a investir em todos os níveis de ensino, da creche à universidade, e acabamos com aquela lei absurda que proibia a criação de novas escolas técnicas. Por isso, nunca se criou, em espaço tão curto de tempo, tantas universidades, escolas técnicas e agro técnicas. Conseguimos ampliar de forma expressiva o acesso do estudante pobre à universidade. Isso se deu tanto por meio do ProUni, que será ampliado agora pelo PDE, quanto pela criação de novas universidades, especialmente no interior do nosso País. (LULA, 2007, p. 3).

O governo Lula, acabou com mecanismos que desvinculavam as receitas da União para a educação. Havia um corpo de senadores que era contra essa demanda e tinha a intenção de criar também a desvinculação de estados e municípios, cortando de 20% a 30% os 25% das receitas destinadas à educação.

Um dos resultados mais emblemáticos do nosso esforço foi a criação do Fundo de Educação Básica, o Fundeb, que é um dos esteios do plano que lançamos hoje e vai aumentar em 10 vezes o investimento federal nas áreas mais carentes do ensino. (LULA, 2007, p. 3-4).

Na prática, as interações entre sociedade civil e Estado se tornaram mais significativas e resultaram em ações, no encaminhamento das demandas e na percepção da precariedade instalada sobre o sistema. Os recursos do Fundeb<sup>89</sup> foram necessários para amenizar a reivindicação por uma das principais demandas do ensino;

---

<sup>89</sup> Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), atende toda a educação básica, da creche ao ensino médio no país.

(..) tornar realidade um antigo sonho dos profissionais da educação escolar pública: o piso nacional da categoria. Este é o passo decisivo para transformar o magistério da educação básica em carreira pública, organizada nacionalmente, embora remunerada pelos diversos entes federativos. Gradativamente vamos introduzir, também, incentivos nacionais para que o profissional da educação possa galgar estágios sucessivos de qualificação. Professores bem-remunerados, com uma sólida formação profissional, são fundamentais para avançarmos na qualidade da educação. (LULA, 2007, p. 5).

Uma das preocupações do Presidente Lula estava em cumprir a mais importante promessa de campanha, que dá direito ao povo a ter acesso à educação, conforme ele mesmo enumerou:

Primeiro, abrir a universidade para o povo e transformar gradativamente o Brasil no país mais democrático do mundo no acesso à universidade. O PDE vai ajudar nisso, ampliando em 100 mil o número anual de bolsas do ProUni e implantando o Programa de Reestruturação das Universidades Federais. Dois, ampliar e modernizar o ensino profissionalizante, colocando uma escola técnica em todas as cidades-pólos do País. E aqui apenas um apelo: por favor, meus queridos companheiros, não arrumem mais cidades-pólos do que já temos, senão... Três, recuperar o atraso na alfabetização, com foco nos mil municípios que detêm uma taxa de analfabetismo superior a 35%, sendo que, desse total de mil municípios, 950 deles estão no Nordeste. (LULA, 2007, p. 5-6).

Outra demanda atendida está na formação dos professores através da plataforma *Moodle*, com a oferta de cursos superiores e de pós-graduação, pela Universidade Aberta do Brasil (UAB). O sistema EaD busca qualificar e atualizar professores de todo o Brasil, sendo ferramenta fundamental por permitir que os professores façam a capacitação, sem se ausentar do trabalho docente e de suas próprias cidades.

Lula chegava a mais um mandato, rotulado pela política assistencialista e na onda da estabilidade econômica do país. Havia um sentimento de união e o que era bom para o povo tinha sinônimo de modelo de nação, conforme o presidente mesmo almejava:

Não me canso de repetir que a pobreza e a riqueza das nações não se medem, hoje, meu querido companheiro Guido Mantega, apenas por suas riquezas materiais. Ao referencial do Produto Interno Bruto, devem somar-se, necessariamente, os índices de qualidade de vida, de conhecimento e de saber de um povo, para a gente definir que tipo de nação nós seremos. (LULA, 2007, p. 7).

Essa nação, idealizada pelo presidente, também contava com uma Lei<sup>90</sup> que buscava alterar o currículo da educação básica nacional e promover a incorporação da abordagem sobre a diversidade étnico-racial nos diversos níveis e modalidades de ensino. Nessa perspectiva, a sociedade poderia contar com a construção de novas práticas educativas e concepções sobre os povos formadores da nação brasileira.

Essa virada acontece na medida em que o povo começa a acreditar em si mesmo, na medida em que o povo começa a perceber que não tem que ter complexo de inferioridade. Nós não somos inferiores a ninguém, nós somos iguais. Acontece que a elite brasileira sempre foi subordinada à elite americana e à elite europeia, ou seja, nós sempre achávamos que eles podiam as coisas e nós não. (LULA, 2009, p. 4).

Essas demandas passam, então, a tomar proporções diferentes e são compreendidas por teóricos como Ernesto Laclau (2013), enquanto momentos distintos. Primeiro, enquanto demandas em estágio de solicitações e, se não atendidas, passam a ser de reivindicação por um povo que nessa contingência são sujeitos políticos, mas que não, necessariamente, coincidentes como parte de um regime político. Conforme Laclau, o povo encontra-se em situação de conflito contra um inimigo. Dessa forma, o antagônico é inerente à democracia.

Em termos normativos, considerando-se os dois mandatos do Presidente Lula (2003 até 2010) – a existência e aplicação desses dispositivos legais permitiriam uma educação mais cidadã, sem a qual seria impossível questionar e desmitificar formas de preconceitos étnicos e raciais contra povos indígenas e negros. Numa outra perspectiva, as leis teriam um papel decisivo sobre as atitudes e os valores dos estudantes brasileiros de modo geral, os quais poderiam crescer e ter acesso à educação com valores não hierárquicos, sem reprodução de estereótipos alimentados pelo desconhecimento da diversidade cultural.

Na solenidade de sanção do projeto de lei que cria Escolas Técnicas e Agro Técnicas Federais (2007), Lula retomou o discurso sobre o antagonismo neoliberal, o atraso estrutural da educação e sobre a má gestão de outros governos:

Porque sempre que a gente pensava em fazer qualquer investimento se levava em conta que era gasto, o Orçamento da União não comportava, você não fazia, ao passo que não tem investimento mais digno para o País do que

---

<sup>90</sup> Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro - Brasileira e Africana – Lei 10639/2003.

o investimento em educação. Não tem nada que valorize mais uma nação do que a própria formação do seu povo, o grau de conhecimento que o seu povo tem. (LULA, 2007, p. 2).

Lula procurava reproduzir uma concepção de povo e, simultaneamente, construía um campo antagônico em relação ao seu oponente. Nesse sentido, é que o presente trabalho se atém ao processo de construção discursiva do povo, ao investir em um Brasil de futuro e possibilidades, pela educação e por mais jovens nas universidades e escolas técnicas. Para tanto, foi trilhado um caminho, até então, desconhecido:

A gente nem imaginava criar ProUni, a minha briga era tentar encontrar um jeito de utilizar o dinheiro do Fundo de Garantia para financiar bolsa de estudo para a meninada estudar. A discussão naquele tempo era a seguinte: vamos criar um fundo que possa permitir que um jovem estude, e ele só vai começar a pagar quando ele se formar. Quando ele arrumar um emprego, ele vai começar a devolver esse dinheiro para o Estado. E, aí, eles trouxeram essa ideia extraordinária do ProUni, em que a gente faz uma troca com as universidades particulares e a contrapartida é a bolsa de estudo, que resultou no fato de vocês, hoje, estarem se preparando para estudar na Espanha. (LULA, 2010, p. 3).

Com a criação de novas Instituições de Ensino Superior (IES), há um estímulo, muitos avanços são dados à educação formal. Até pouco tempo, somente uma elite frequentava uma IES; a grande maioria das pessoas não tinha condições de mudar o *status quo*, ou sua realidade. Lula se tornou o Presidente que mais investiu em universidades.

Lula fazia isso: ele poderia realizar transformações que melhorariam a condição de vida dos pobres. Discursou afirmando: “quem mora em alguma cidade que tenha universidade neste país, e no interior, sabe o ganho extraordinário da quantidade de jovens que estão entrando na universidade”. (LULA, 2007, p. 1).

É desse modo, a partir das demandas do povo por educação, emprego, saúde pública, entre outras, como assistência social, que o presidente trata com objetividade as solicitações não atendidas, deixadas no esquecimento dos governos anteriores, o que se tornou um campo fértil para o discurso do “nós” e “eles”.

(...) Certamente, cada vez que o pessoal do Ministério pede uma reunião comigo, eles têm uma novidade para apresentar, e essa novidade, se for para aprimorar o processo educacional do País, vamos fazer, porque nós achamos que o Brasil não tem outro caminho. Certamente, nós poderemos nos deparar com gente dizendo: “Ah, mas está contratando gente”. E vai precisar contratar. Eu quero dizer para vocês que vamos mandar medida provisória

para vocês pedindo para contratar gente, porque com essa quantidade de escolas que a gente quer fazer, nós vamos precisar de professores, vamos precisar de doutores, vamos precisar de mestres, vamos precisar de técnicos, vamos precisar de merendeiras e vamos contratar. Porque esse discurso de que o Estado não pode contratar é o discurso daqueles que querem que o Estado seja inoperante. Inoperante na fiscalização ambiental, inoperante na Polícia Federal, inoperante nas instituições que foram criadas para funcionar. Então, nós vamos fazer. (LULA, 2007, p. 2-3).

Lula, nesse pronunciamento, canalizou o sentimento da população, uma lacuna preenchida pela insatisfação do não cumprimento das demandas do povo, que pede o que lhe é de direito: por mais educação, saúde e saneamento, por exemplo. O que o presidente propõe são alterações sobre esses serviços, sendo essas, entre tantas outras, as atribuições do Estado. Portanto, era necessário ao Lula consolidar reformas no Estado que dependiam do Congresso.

(...) Porque vocês já aprovaram o Fundeb, que era uma coisa extremamente necessária para que nós começássemos a resolver o problema na educação, colocaram mais 4 bilhões de reais. Depois, vocês ajudaram a construir, e o Fernando disse bem, já aprovaram quase tudo, falta parece-me que uma única coisa a ser votada, do nosso PDE, que é o que vai consolidar o processo de reforma na educação. Vocês aprovaram o ProUni, e quem mora em alguma cidade que tenha universidade neste País, e no interior, sabe o ganho extraordinário da quantidade de jovens que estão entrando na universidade. (LULA, 2007, p. 1).

O sujeito político Lula, tinha clareza sobre a necessidade das reformas e se firmava no apoio do Ministro da Educação, Fernando Haddad. Mas, também sabia sobre a importância para a gestão quanto a suprimir atividades que não fossem de atribuição do governo, como bancos estatais, empresas públicas e autarquias. Estas instituições levavam a conotação, e eram identificados, como cabides de emprego, o que significava um peso para a máquina pública. Portanto, somente os bons servidores permaneceriam nos serviços essenciais para o povo: “No que diz respeito à educação, vocês podem ficar certos de que nós não mediremos nenhum sacrifício para fazer este país recuperar os 30 ou 40 anos que ele perdeu no passado.” (LULA, 2007, p. 3).

A noção sobre o número de moradores em favelas, dos pobres, das vítimas de injustiça social em âmbito nacional, das condições precárias de vida, eram pautas constantes nos discursos do presidente.

O ProUni foi um jeito que nós encontramos de garantir aos pobres da periferia deste país o direito de fazer um curso. Vocês sabem que nós fizemos a

isenção de alguns impostos e fizemos a troca do valor do imposto por uma vaga para um jovem, desde que fosse um jovem que tivesse feito o ensino fundamental e o segundo grau em escola pública. Aí acertamos. (LULA, 2009, p. 7).

Não bastava articular a série de demandas existentes por saúde, educação e oportunidades. Havia frustrações que o governo carregava, mas no outro lado a esperança por dias melhores, o que certamente, possibilitava um outro significado à expressão mudança.

O ser humano, na medida em que tem oportunidade e ele não perdeu a esperança, ele vai embora. Quando a gente vê na televisão, todos os dias, aquele jovem sendo preso, aquele jovem sequestrando, aquele jovem fazendo barbaridade, você pode ver que é tudo jovem de 20 anos, 22, 23, 24, não tem ninguém de 40 anos, de 50 anos. (LULA, 2009, p. 7).

O discurso de Lula dá conta de que o neoliberalismo foi um enganador, que induziu as pessoas a acreditarem que suas faltas constitutivas seriam atendidas pelo sistema, inclusive, que o povo estaria sendo levado à situação de nenhuma ou pouca educação formal. O Lulismo representava a possibilidade de realizar transformações que melhorariam as condições de vida dos pobres, já que vivemos em uma democracia.

E aqui é importante lembrar que alguns dos nossos opositores acham que democracia é um pacto de silêncio. E para nós, a democracia é um ato de múltiplas manifestações da sociedade brasileira. Democracia inclui, necessariamente, a participação efetiva dos cidadãos e cidadãs nas decisões que transformam o cotidiano das sociedades. (LULA, 2010, p. 3).

Para o Presidente Lula, o discurso neoliberal dedicado para o povo tinha uma conotação na teoria, mas, na prática produzia conchavos com o poder. Antagonizando, o neoliberalismo construiu, historicamente, um discurso ameno sobre a solução para os problemas da educação brasileira, sem assumir que o problema do fracasso estava sempre na estratégia governamental.

No discurso pela mudança, a ideia era resgatar a confiança do povo e construir uma maior possibilidade de futuro aos brasileiros. Além das universidades, os Institutos Federais complementavam o programa de governo e a retomada de um projeto nacional.

A sanção do Projeto de Lei nº 177, de 2008, que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, reordena o sistema nacional de escolas técnicas quase 100 anos após a sua criação. Além da expansão do número de unidades, as escolas passarão por uma reorganização administrativa e pedagógica. (LULA, 2008, p. 2).

Articulações de fato fizeram a diferença, sensibilizando, inclusive, o Congresso Nacional às pautas dedicadas ao povo. A prioridade do Lulismo que constitui a contingência e que é capaz de absorver construções discursivas a partir das demandas, demonstra fazer a diferença sobre aspectos que representam a proposta de mudança.

O projeto desenvolve o combate à pobreza, dando oportunidade aos mais pobres, pela construção de unidades educacionais em lugares estratégicos, onde era preciso acesso e desenvolvimento. Aquelas se tratavam de oportunidades aos jovens que precisavam alimentar a esperança para mudarem as suas vidas e dependiam do desenvolvimento da educação, com investimentos em ciência e tecnologia. Em muitas comunidades, os jovens são a única possibilidade para uma melhor qualidade de vida daquelas populações, já que muitas famílias não tiveram antes oportunidade de conquistá-la.

Os novos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia serão constituídos a partir da integração e reorganização de centros federais de educação tecnológica, escolas técnicas federais, escolas agro técnicas federais e escolas técnicas vinculadas às universidades federais que atuam em uma mesma base territorial.

Vamos ver aqui para que serve tudo isso que nós estamos fazendo aqui e para que serviu a Lei. Primeiro, ofertar educação profissional e tecnológica em todos os seus níveis e modalidades, sobretudo de nível médio; orientar a oferta de cursos, em sintonia com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos; estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo e o cooperativismo, apoiando os processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão; constituir centros de excelência na oferta do ensino de ciências nas escolas públicas; oferecer programas especiais de formação pedagógica, inicial e continuada, para a formação de professores da educação básica, sobretudo nas áreas de física, química, biologia e matemática, assim como oferecer programas de extensão, dando prioridade à divulgação científica; atuar em todos os níveis e modalidades da educação profissional, mantendo estreito compromisso com o desenvolvimento integral do trabalhador. (LULA, 2008, p. 2-3).

Em tempo, a articulação de demandas constitutivas de um meio social resulta em uma Formação Discursiva (FD), quando trabalhados conjuntamente os sentidos que as atravessam. Essa construção se faz, por exemplo, pela educação, conforme demonstra o trecho acima, representando o caminho para o desenvolvimento de



gerações, um desafio que coloca o governo à prova por estabelecer, de fato, o sentido real dado ao povo.

O presidente, em seu discurso, vincula a educação às causas sociais, enquanto alicerce para o desenvolvimento, numa construção discursiva que vai ao mesmo sentido histórico de outras fases da política brasileira. Se considerados os avanços da humanidade e as adaptações culturais, estes trazem significados diferentes para cada momento e a cada nova realidade contingente.

Conforme podemos ver, no discurso durante a cerimônia de lançamento do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) e abertura de renegociação dos contratos vigentes (2010), o presidente Lula reforça a ideia para o desenvolvimento e inclusão social, enquanto solução aos problemas principais que envolvem a educação.

Eu acho que agora vocês vão conquistar uma coisa extremamente importante, que é uma maior abrangência. Na verdade, nós estamos universalizando a participação da UNE no movimento estudantil brasileiro. Esse... Além de poder universalizar as possibilidades para que todo e qualquer jovem, independentemente da origem social, do mais humilde, poder estudar. Não tem nada mais forte do que isso. (LULA, 2010, p. 3).

Com base nesse recorte, o qual envolve uma das grandes metas de universalizar o ensino, a partir dos projetos de governos em torno da educação, podemos afirmar que a significação retórica articulada visa a qualificar as promessas de campanha, construindo a imagem do Lulismo enquanto fenômeno e promovendo o governo naquele momento. Enfim, Lula procura garantir esse direito ao povo, comprometendo futuros governos, ao declarar ao Ministro Fernando Haddad:

E eu acho, Fernando, que uma coisa que pode te deixar tranquilo é que não tem mais retorno, não tem mais retorno. Não há... não é possível imaginar que alguém ouse parar com essa caminhada da Educação no nosso país. Não é possível, porque as pessoas perceberam que é possível elas terem acesso à Educação. O Brasil percebeu que nós estamos na era do conhecimento e, portanto, investir na Educação é mais do que necessário. Então, quando a gente pega um orçamento de pouco mais de R\$ 19 bilhões e vai entregar um orçamento com R\$ 70 bilhões, a gente pode dizer: Nós não fizemos tudo que tínhamos que fazer, mas fizemos tudo que vocês reivindicaram. Se tivessem reivindicado mais, a gente teria feito mais. (LULA, 2010, p. 5).

O trecho acima adverte e significa o perigo de que outros governos possam retroceder e ressignificar o projeto petista pela ineficácia, no que se refere à educação,

e por consequência para o desenvolvimento da política social. O segredo desse governo, mais uma vez, é tratar dos recursos educacionais como forma de investimento para o povo, não na pasta de despesas ou gastos.

Um país em que você tem estados em que 92% dos estudantes universitários estão em escolas particulares merecia o Fies. E o Fies vai fazer com que a UNE seja mais representativa nas universidades privadas, onde é sempre mais difícil fazer política porque vocês ficam reivindicando “a escola pública e gratuita”, e o coitado tem que pagar 1.200, 1.600, 1.800, 2 mil por mês. (LULA, 2010, (p. 6-7)

Finalmente, a construção retórica discursiva do presidente, a partir da educação, paralelamente ao crescimento e manutenção dos programas sociais, chegava para suprir as históricas deficiências do povo. Investir em educação é uma questão de justiça social para se desenhar um futuro mais justo para o povo.

#### **5.4 O povo no discurso das demandas por saúde e segurança pública**

Nessa terceira seção, toma-se por base os avanços das políticas públicas e segue-se na análise sobre os discursos voltados à saúde e à segurança pública. Nosso esforço está em demonstrar as construções retóricas a fim de identificar o povo na contingência em que se constituiu a política social no Lulismo.

Com as políticas de distribuição de renda, as pessoas começaram a criar novas aspirações para melhorar a qualidade de vida e acesso a bens e serviços com menos desigualdade. Uma das maiores contradições se revelava na saúde, pois, conforme dados do IPEA (2006), apesar de todo o esforço, segundo o discurso do governo, a desatenção aos cidadãos continuava e só fazia aumentar as filas dos hospitais e a demora no atendimento aos enfermos.

O primeiro mandato não trouxe uma política que, de fato, representasse a mudança. A produção do Ministério da Saúde, não refletiu em ampliação dos horizontes em atuação setorial e intersetorial da saúde, pois foram tratadas a partir de agendas já elaboradas, como no caso da saúde coletiva, da política de saúde bucal e da questão das urgências/emergências.

O principal incremento na política da saúde, até a reeleição, foi feito com o Programa Farmácia Popular do Brasil (PFPPB), enquanto uma Política Nacional de Assistência Farmacêutica do Governo Federal Brasileiro, que foi criada pela Lei nº

10.858, em 13 de abril de 2004. O programa ficou conhecido como “Farmácia Popular do Brasil” ou “Farmácia Popular”, que prevê a oferta e venda de 84 medicamentos, com descontos e até gratuidade, para doenças como hipertensão, diabetes, asma, glaucoma, entre outras. Na solenidade de lançamento do programa “Farmácia Popular”, o presidente Lula disse:

Para nós, do governo federal, o que importa são as necessidades do povo e não o partido que governa este ou aquele Estado da Federação. Muito melhor é fazermos as coisas quando o governador demonstra interesse em fazê-las, quando o prefeito demonstra interesse em fazer e quando nós temos o apoio, como nós tivemos aqui. (LULA, 2004).

Segundo o presidente, não havia critérios políticos, tampouco eleitores, na escolha das cidades que seriam beneficiadas pelos programas do governo federal. Isso é reforçado na teoria política: “um grupo social não é simplesmente uma coleção de indivíduos, determinada de forma arbitrária; ele se define por um sentido de identidade compartilhada” (MIGUEL, 2005, p. 29).

Eram necessários, por exemplo, prefeitos que se comprometessem com a participação no processo da Farmácia Popular, programa que interessava ao governo federal enquanto compromisso para unir as pessoas em torno das mesmas propostas e para executar o projeto articulando às demandas do povo.

Essas ações tinham saído das prioridades da agenda governamental e só para o segundo mandato assumiram um papel relevante no discurso do governo, particularmente, a partir da posse do novo Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, em 2007.

Lula entendia que um país com uma população subnutrida, assim como nos níveis de países que vivem em extrema miséria, não possuiria condições de competir num mundo globalizado. No Brasil, apesar de todos os esforços, o desafio da segurança alimentar permanecia vivo. “Os números de 2009 apontavam que mais de 30% da população ainda sofre de algum grau de insegurança alimentar, embora essa porcentagem tenha caído bastante no período entre 2004 e 2009.” (SILVA, 2014, p. 67).

O anseio do presidente sempre era reforçado em seus discursos, o que motivou a articulação por demandas e a necessidade de políticas públicas para resgatar a parcela significativa de brasileiros em situação de vulnerabilidade. O significado pelo social, que tanto sensibilizava o Presidente Lula, também mobilizava os que estavam

ao seu redor, como vimos no discurso de posse do Ministro Temporão, para o segundo mandato do petista.

É engraçado, não são muitas as pessoas que conseguem se transformar em unanimidade. Eu acho que o companheiro Temporão, eu não diria que é unanimidade, mas é quase unanimidade na área da Saúde. Todos os ministros que passaram pela Saúde sempre falavam: “o Temporão é um quadro excepcional, o Temporão é um quadro extraordinário, o Temporão é isso.” E não é só o pessoal da rede pública, não, é o pessoal dos hospitais particulares mais nobres deste País que diz: “olha, se você escolher o Temporão, você está escolhendo um grande cara.” Pois bem, agora chegou a hora, meu caro. Se na teoria você parecia tudo isso, agora vamos dar o “pepino” da Saúde para você administrar. (LULA, 2007, p. 5).

Com o aprofundamento e a expansão da democracia, o tamanho das demandas e as responsabilidades tomam uma proporção ainda maior. A transparência faz com que o representante do povo crie uma rede diversificada de aliados com a função principal de promover o bem-estar do seu povo. Lula se dizia grato ao Ministro da Saúde, Agenor Álvares da Silva, que deixava a pasta: “E quero dizer Agenor, que um técnico como você, esteja onde estiver, certamente estará contribuindo com a saúde, contribuindo com o Brasil, porque é essa a função que o destino entregou a você. Gracias, meu querido, e boa sorte”, completou Lula, na cerimônia de troca dos ministros.

Além de um discurso, o que estava em jogo naquele momento era o bem-estar da sociedade, relacionado às ações desenvolvidas e à sua execução como na área da educação, conforme vimos no capítulo anterior, e, na área da saúde e segurança que passamos a articular nessa análise. Assim, deve-se contemplar a qualidade de vida como um todo e as políticas públicas precisam ter meios para cumprir esse papel, contemplando os cidadãos, independentemente da sua escolaridade, gênero, raça, religião ou nível social. Na sua posição e no exercício do poder, Lula reforçava:

Hoje que eu sou o presidente da República, eu vejo a iniciativa privada tirando gente que ganha 7 mil reais por mês, para pagar 70, 80 mil reais por mês. Quer dizer, lá eles podem ganhar bem, aqui não podem ganhar bem, e a máquina pública é dotada de verdadeiros heróis, porque tem gente da mais alta qualificação. (LULA, 2007, p. 3).

O que Lula afirmava, discursivamente, é que conhecimento, habilidade e experiência demandam investimentos. A forma de comunicar do Presidente Lula precisava ser eficiente para justificar as trocas (mudanças), como também a

necessidade de se articular novas demandas dentro das áreas da educação, saúde e segurança.

O presidente entrelaçava as políticas públicas e desencadeava ações que tratavam de uma política pública, dentro da outra. As demandas entre si não promoviam rupturas, mas, elas eram parte das estratégias voltadas à saúde das crianças, por exemplo, assunto também de interesse das escolas. A ideia era tratar do povo a partir das bases, com instrumentos adequados para tratar da saúde, de modo estratégico.

Ainda não compramos porque não tinha a autorização do Ministério da Saúde para que o Ministério da Educação pudesse fazer a licitação. Licitação, para quê? Licitação para comprar os aparelhos que vão ser utilizados dentro da escola para fazer uma aferição na saúde da meninada deste país. (LULA, 2008, p. 1-2).

Essa estratégia do governo Lula revelou que o nível de preocupação com a educação e a saúde das crianças partira de ações nas escolas, que também passariam pelo penoso processo burocrático. O que se buscou foi alcançar, na prática, o direito democrático. A CF de 1988 garante e o Estado precisa, o cumprimento da lei, e de tratar da saúde das pessoas pela prevenção e com direito à assistência. Ao governo, cabe cumprir o que é um direito de todos, além das promessas de campanha para uma vida melhor do seu povo. Lula fala ao povo com uma linguagem própria, chamando a atenção para o papel de cada brasileiro e brasileira, como também se colocando como um deles:

(...) quando uma mulher e um homem vão ao médico... Eles podem dar o remédio para a pressão, não tem nenhum problema, tem que dar, mas na consulta tem que estar escrito o seguinte: Você tem que andar no mínimo 30 ou 40 minutos por dia. Levante o bumbum do sofá e faça alguma ginástica, faça alguma coisa para que a pressão melhore. Sou a prova viva de que você pode se levantar com a pressão 14 por 9, e depois que você andar durante uma hora e medir sua pressão, ela vai estar 12 por 7, porque isso acontece lá em casa, quase toda semana. (LULA, 2008, p. 3).

Portanto, há um compromisso de todos a ser cumprido. Algumas demandas também dependem dos meios culturais, dos hábitos e costumes regionais. O Estado, precisa abraçar esse contingente e cumprir com o seu dever na solução das demandas, garantidas aos cidadãos. Dessa forma, passa a significar mudanças estruturais no campo e nas relações sociais, de maneira que todos tenham iguais

direitos na construção da sociedade, desde o acesso à saúde no campo, a escolas e a tecnologias, objetivos que ainda precisam ser alcançados.

Devido à carência e questões culturais, há certa dependência do povo que se encontra na base das políticas públicas, mas, há também uma necessidade de uma contrapartida que cabe a cada cidadão e a cada cidadã. O presidente se esforça para conquistar a atenção, em seu discurso:

Essa é uma forma, sem dúvida, de abordar as relações entre conhecimentos, práticas e direitos referentes à qualidade de vida. Em lugar de tradicionais contraposições “saúde pública versus assistência médica”, “medicina curativa versus medicina preventiva”, “indivíduo versus sociedade”, os principais termos que vêm definindo interesses gerais, hoje, são o quê? Universalidade, equidade, democracia, cidadania, entre outros, ou seja, nós demos um passo extraordinário na discussão sobre saúde no nosso país. (LULA, 2009, p. 3).

A carência é uma demonstração clara do quanto o atendimento à saúde precisa ser amplo, acessível e multidisciplinar. Tratar do povo demanda uma estrutura para a qual o Brasil não se mostra preparado, devido à proporção da população que busca assistência, ao alto custo e à fragilidade do processo burocrático que destina verbas à saúde pública. Lula reforça: “Muitas vezes nós discutimos problemas menores, nós não damos importância necessária a um direito elementar que é o de todos os brasileiros terem direito a uma saúde de qualidade.” (LULA, 2009, p. 4).

Os dois governos Lula, revelaram que não bastava, para resolver os problemas da saúde, somente ações paliativas, mas programas sociais como o Programa de Saúde da Família (PSF), os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASFs) como estratégia para ampliar a abrangência e a diversidade das ações das Equipes Saúde da Família (ESFs), com estrutura física adequada para atendimento e profissionais de diferentes áreas como médicos ginecologistas, pediatras e psiquiatras. A soma de estratégias têm dado certo, para que famílias das localidades mais periféricas e com precariedade logística, fossem minimamente atendidas.

Nós queremos, assim que a criança entrar na escola, que ela seja supervisionada, para a gente evitar que siga com problema. Se ela tiver um problema nos olhos, a gente vai dar óculos de graça para ela usar e aprender como as outras crianças. (LULA, 2008, p. 5).

Aos poucos, Lula procura estabelecer um diálogo para tratar sobre as questões sociais que interessam de verdade à vida dos brasileiros e das suas famílias. O fenômeno do Lulismo procura ampliar o seu legado, se ressignificando, ao tratar de

temas como universalidade, equidade, democracia e cidadania, pensando já na formação política e profissional das pessoas. Nesse sentido, durante o IX Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, Lula declarou:

Estamos investindo como nunca em ciência. Só no PAC da Ciência e Tecnologia são R\$ 41 bilhões até o ano que vem. Somente na área da saúde, ou melhor, somente na área de ciência e tecnologia, com o objetivo de garantir a inovação para melhorar, também, a qualidade da saúde das pessoas neste país. (LULA, 2009, p. 7-8).

Esses investimentos na saúde deverão gerar emprego, qualificação e renda para o povo. Nesta perspectiva, muitas outras cadeias de possibilidades se estabelecem como assistência social, política em defesa das mulheres e saúde pública. A vinculação direta que ocorre a partir dessas articulações repercute em capital social, proporcionando acesso e melhoria significativa nas condições de moradia, para que muitos brasileiros possam viver dignamente, saindo de áreas de risco e insalubres, por ocasião da imensa desigualdade e da má distribuição de renda no país.

Eu quero lembrar também que o Brasil será sede da I Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento de Sistemas Universais de Seguridade Social, que será realizada em 2010, em Brasília. Para o nosso país, será uma grande oportunidade de participar de debates de alto nível sobre uma seguridade social universalizada e abrangente, com seguridade econômica de acordo com os princípios da Constituição de 88. (LULA, 2009, p. 7).

O discurso reforça um modelo de atendimento para todo o país, transparência e investimentos que beneficiam a população. Muitos cidadãos receberam atendimento médico domiciliar, o que resultou positivamente nos dados estatísticos, ao englobar demais programas para o desenvolvimento e inclusão social enquanto solução dos principais problemas, como nas demandas à saúde.

Lula apaziguou, ao longo dos seus governos, os ânimos de políticos tradicionais, como de Michel Temer que propagou na Câmara dos Deputados, a maior conquista do líder da esquerda brasileira, ao afirmar: “A geração de 15 milhões de empregos formais é, sem dúvida, o principal legado que o governo do Presidente Lula deixa para o Brasil”. Havia a necessidade da propagação desse reconhecimento, enquanto resultado que se tornou maior entre o povo, ao elevar a autoestima e o orgulho de ser brasileiro. Esse termo remete à reputação, de longo prazo, remete a algo que transcende a memória de curto prazo, é o que inspira pessoas e gerações.

Lula expressou nos seus discursos o desejo por deixar esse legado, enquanto forma de deixar uma marca no mundo, de dizer que esse mundo se transformou em um lugar melhor e que o povo teve sua oportunidade para elevar sua autoestima, mesmo nas situações mais adversas:

E quando alguém ficar doente e que vier aqui, 24 horas por dia, se for detectado que a pessoa tem uma doença grave e tem que levar para um hospital, a ambulância não vai ficar rodando uma noite inteira para achar um leito, a ambulância vai sair daqui já com o leito definido, aonde é que a pessoa vai, ou seja, nós queremos que, independente da origem social, independente da religião, independente do time que a pessoa torce ou independente da cor, o que nós queremos é que todos os brasileiros sejam tratados com respeito e com dignidade, e a Cidade de Deus merece muito mais do que isso. (LULA, 2010, p. 4).

O que está implícito no discurso do presidente é a preocupação com o acesso consciente para um novo tempo, pela pluralidade. O significado que se constrói para o povo e como esse percebe a política, com emprego em alta, Bolsa Família aos mais vulneráveis, salário mínimo com aumento real, possibilitou uma outra visão de nação com o consentimento da camada econômica dominante que favoreceu bolsas e permitiu apoio financeiro a quem precisasse. Por tantas razões, a construção retórica discursiva do presidente não poderia deixar de fora o que significa um discurso favorável ao desenvolvimento econômico, tendo como consequência medidas benéficas e urgentes aos cidadãos, como é o caso da saúde.

Assim como as políticas de investimento chegaram até a saúde, na segurança pública ocorreram incrementos contingentes, como vimos no discurso da cerimônia de entrega de veículos utilizados na segurança dos Jogos Pan-Americanos 2007. Mais do que segurança pública, Lula tratara da política pública e da situação precária de uma das cidades que é o cartão postal do país:

Nós resolvemos, então, utilizar o PAN para tentar criar, aqui no Rio de Janeiro, um sistema de segurança pública que possa funcionar melhor do que em qualquer outro momento funcionou no Brasil, e tirar do Rio de Janeiro a experiência para que a gente possa fazer esse plano ir para outros estados. O Rio de Janeiro, na verdade, está funcionando como se fosse uma escola de formação de uma nova qualidade na segurança pública, para que daqui a gente possa levar esse modelo para outros estados da Federação, sobretudo, para os estados maiores, onde tem mais violência, onde o povo vive em situações precárias. (LULA, 2007, p. 4).

O discurso desenvolvido não estima abarcar somente a estrutura para as competições, mas, articular demandas urgentes para a sociedade. Era um momento



de intensos descontentamentos com a inflação impulsionada, com problemas setoriais da indústria, da educação, da saúde e da segurança pública. Essas demandas disseminadas na sociedade brasileira aguardavam por soluções que não foram devidamente alcançadas, dependentes dos fatores econômicos, da diplomacia e, inclusive, da própria segurança pública.

A política de segurança pública adotada pelo presidente Lula se caracterizou como rigorosa e eficiente, desde o início de seu mandato. Lula classificou os crimes hediondos, massacres e linchamentos que se observavam em diversas cidades brasileiras como "uma guerra de todos contra todos". Por isso, associou a uma política de educação a política de segurança pública, que ficaria a serviço do restabelecimento da tranquilidade do povo brasileiro. O principal objetivo estava em desconstruir uma FD, já disseminada pelo senso comum e revelar o lado bom do Brasil:

A gente precisa mostrar que é verdade que tem desgraça, mas tem muita coisa boa aqui no Rio de Janeiro que muitas vezes não é mostrada como deveria, sobretudo, o povo do Rio de Janeiro. Se o cidadão liga a televisão, a impressão que ele tem é que só tem bandido no Rio de Janeiro, quando, na verdade, o Rio de Janeiro tem 99% de homens e mulheres honestos, trabalhadores, que vivem ganhando o dinheiro à custa do seu suor, e muitas vezes isso não aparece. (LULA, 2007, p. 2).

Era momento de ressignificar as estruturas institucionais, tratar a precariedade com as mudanças sociais e suas relações, de modo que todos tivessem a possibilidade de usufruir de direitos iguais. Constituir um povo, de modo que a luta garanta a construção de uma sociedade de paz, especificamente, no acesso à segurança pública, formação escolar e acesso às tecnologias, sem discriminar, limitar e rotular.

É preciso parar com essa história de ficar jogando a responsabilidade um no outro: "a culpa é do governador, a culpa é do prefeito, a culpa é do presidente, a culpa é do povo". Não, a culpa, na verdade, é um pouco de cada um de nós. Não porque nós criamos o bandido, mas porque nós, no tempo certo, não investimos em educação, no tempo certo não cuidamos do nosso povo, e quando a gente não cuida para que os nossos adolescentes tenham uma boa qualidade de educação, tenham oportunidade de trabalhar, o crime organizado oferece a oportunidade, com base no desespero que toca a cabeça do ser humano. (LULA, 2007, p. 3-4).

Os atos violentos precisam ser eliminados por ações que envolvam a todos. O povo precisa se sentir seguro e não só eleger culpados contra a banalização de diversas mortes de pessoas inocentes, muitas delas crianças, dada a precariedade

do acesso aos bens de serviço público. O presidente Lula se coloca como responsável do povo pelo espaço no campo político. Além disso, o neoliberalismo é colocado como um dos responsáveis pelo cenário de crise econômica que afetava o país e, portanto, contra o povo estabelecido. Muitas famílias vivem aprisionadas e aguardam que o Estado produza resultados distributivos de renda, habitação e por direito à comida na mesa, para um povo abandonado.

Então, o que nós estamos fazendo, aqui, é dizendo ao governador Sérgio Cabral e dizendo ao povo do Rio de Janeiro, que não tem responsabilidade desse ou daquele que seremos parceiros nas coisas que acontecerem de ruim e nas coisas que acontecerem de bom aqui no Rio de Janeiro, porque todos, antes de tudo, são brasileiros e precisamos cuidar desse povo com mais respeito e com mais carinho, que é o que falta, muitas vezes, neste País.

Além da situação precária, a instabilidade social corria aos olhos vistos do Estado, desqualificando o conjunto de regras, as leis, dentro de uma prática discursiva, cujas fissuras desfizeram os elos dos valores e das práticas culturais bem sucedidas. Naquele período, o governador do Rio de Janeiro (RJ) era Sérgio Cabral, posteriormente condenado e preso por corrupção passiva e favorecimento econômico aos empresários de empreiteiras. Retomando os discursos do presidente, mesmo parecendo ultrapassado, do ponto de vista da urgência da demanda por segurança pública, Lula chama essa demanda para a responsabilidade do Estado, se direcionando ao governador Cabral:

Ele é governador do Rio de Janeiro, tem responsabilidades com o Rio, eu sou presidente da República, tenho responsabilidade com o Rio, então, nós dois precisamos cuidar do povo do Rio de Janeiro, com carinho e com amor, como se estivéssemos cuidando dos nossos filhos, como se estivéssemos cuidando dentro da nossa casa. (LULA, 2007, p. 5).

O presidente agrega demandas sobre a segurança pública, defende as emergências do povo, fomenta o amor e o lar, espaços discursivos que permitem o acesso aos temas caros, do ponto de vista social, como a precariedade da cidade. A partir do discurso durante a cerimônia de lançamento do Projeto Bolsa Formação para Policiais, se cria uma rede a fim de tratar as demandas do povo, que sempre deveriam estar na base de ação das articulações e do movimento social. Mas, o problema tem raízes:

Se nós analisarmos o que aconteceu no Brasil nos últimos 30 anos, nós vamos chegar ao diagnóstico correto do por que nós temos tanta violência no Brasil. Eu digo sempre, Sérgio, que muito mais grave do que a situação econômica e possivelmente decorrente da situação econômica, é o processo de degradação da estrutura social, a partir do seio da família brasileira. (LULA, 2008, p. 2).

O Estado, enquanto pilar fundamental de sustentação da sociedade e do capital, assume a condução do processo precário, muito em parte pela subordinação das políticas sociais à lógica de estabilização política e social. Lula cria um social, ontologicamente político, à medida que se estabelecem fronteiras entre as identidades, do bem e do mau, visto que há uma constante disputa e imposição de sentidos.

Eu espero que a partir de 2010, quando vier outro presidente, ele pegue a casa muito mais arrumada do que eu peguei e ele possa fazer muito mais do que eu fiz, porque nós temos pelo menos 30 anos de dívida social com o povo brasileiro. Trinta anos, que envolve todo mundo: professor é mal remunerado neste País, policial é mal remunerado neste País, está cheio de gente mal remunerada neste País. (LULA, 2008, p. 7).

No discurso, o presidente reforça o sentido de disputa política, ao desafiar o sucessor ou sucessora, sobre a real dívida do Brasil, que é com o seu povo. Uma vez significado, Lula revela a precariedade dos governos anteriores, que deixaram como herança a marca da desordem governamental, contingência que se arrastou por mais de 30 anos. Essa articulação desconstrói o significado neoliberal<sup>91</sup>, que provocou a defasagem salarial de professores e policiais. Portanto, não há como desvincular a relação entre segurança e economia, conforme vemos no trecho do discurso a seguir:

Nós estamos olhando para o Brasil porque a casa está arrumada, nós não devemos nada ao FMI, hoje temos mais dinheiro do que devemos, portanto, somos credores e não devedores. Depois de 500 anos, nós viramos credores internacionais. Se pagarmos tudo que a gente deve, ainda vão sobrar uns 8 bilhões de dólares para nós. A economia está crescendo, e é tudo que nós precisamos. (LULA, 2008, p. 7).

No segundo governo, Lula se manteve em movimento defensivo. Sua luta havia incorporado o desejo pelas conquistas democráticas, no sentido de formar uma nova

---

<sup>91</sup> Por meio do crescimento em massa de desempregados, com a precarização dos vínculos trabalhistas e também com o aprofundamento das desigualdades sociais, raciais e de gênero, o neoliberalismo colocou em prática uma cultura de apartação, o que significa uma nova orientação de sentido para as políticas de segurança.

cultura do constitucionalismo democrático, capaz de superar o regime do Estado neoliberal. A partir da democratização radical do poder, através da articulação das demandas reivindicadas, se conquistavam espaços contingentes que ganhavam vez mais voz pelas estratégias políticas.

Nesse sentido, o cientista político André Singer (2016) reforça que o Lulismo é uma ideia, uma invenção política, que ocorre desde o primeiro mandato do Presidente Lula. Segundo Singer, o fenômeno junta elementos da esquerda e da direita, de uma maneira que ninguém imaginava ser possível, como ocorreu na cerimônia de comemoração dos 65 anos da Polícia Federal:

É com grande satisfação que me dirijo a todos vocês nas comemorações dos 65 anos de aniversário da Polícia Federal, esta instituição que tanto orgulha todos nós, brasileiros. Nestas seis décadas e meia de história, a Polícia Federal cresceu em abrangência geográfica, em número de delegacias, em atribuições legais, e aquele órgão que um dia restringia sua atuação à capital federal, então no Rio de Janeiro, hoje ocupa um papel essencial em nossos sistemas de segurança pública. O combate sem tréguas ao narcotráfico e ao contrabando, a apuração de crimes de repercussão interestadual e internacional, a investigação de infrações contra os interesses da União, o exercício das funções de polícia judiciária, o policiamento marítimo, aeroportuário e de fronteiras, todas essas são, como os senhores sabem, algumas das atribuições constitucionais que nossa Polícia Federal cumpre cotidianamente. A verdade é que hoje a corporação é dotada de grande capilaridade e abrangência, contando com superintendências em todas as capitais, além de 97 delegacias e 20 postos avançados, muitos deles nas nossas fronteiras. (LULA, 2009, p. 1-2).

O Presidente Lula amarrou o discurso sobre as conquistas da instituição federal nesses 65 anos de existência sem tocar no delicado tema da ditadura militar. A conhecida PF de hoje nasceu em 1944 como Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP) durante a ditadura (1937 – 1945) do Presidente Getúlio Dornelles Vargas. Naquela contingência, o departamento participava de forma direta nos setores de segurança pública e polícia judiciária em todo o país. No processo de transição para a democracia, a PF tratou de articular estratégias para se proteger de possíveis retaliações do novo governo democrático.

Na vida real, são as estratégias políticas que articulam as demandas no nosso país. Singer faz uma análise sobre o momento no Brasil:

O punitivismo se liga à exigência popular de combate duro à criminalidade. O aumento da insegurança, por razões pouco claras, acompanhou a ascensão do Lulismo. A taxa de homicídios cresceu 11% entre 2005 e 2015. Com a diminuição da pobreza, esperava-se queda da violência, mas ocorreu o contrário, sendo que a elevação do homicídio se verificou exatamente nas

regiões mais beneficiadas - a saber, o Norte e o Nordeste. (SINGER, 2018, p. 93).

Questões que exigem bom desempenho da economia interna e externa, diplomacia, segurança pública e boas relações institucionais entre poderes, tornam-se assuntos cada vez mais disputados.

Por isso, segurança pública deve ser tratada como um direito fundamental. Sua promoção depende da implementação de políticas públicas, pauta que deve ser articulada pela valorização da vida e da integridade física, pela articulação das demandas de prevenção e capacitação da ação policial, com transparência e participação social.

A política de segurança pública prevê ações de atenção às vítimas e prioriza a prevenção, a investigação e o processamento de crimes como em casos de violência contra mulheres, injúria racial, entre outras. Por isso, a prioridade política coordenada e integrada com a federação, que corroboram para a redução de casos, o que demanda investimento, tecnologia e o enfrentamento ao crime organizado e pelas milícias.

O povo fragilizado historicamente sente sua confiança banalizada pelos representantes eleitos, já não era mais a mesma da história recente, na democracia parlamentar. Os reflexos se tornam visíveis, mas era momento para ser otimista:

Na vida da gente, a única coisa importante, que vale a pena é a gente ser olhado pelos outros como os justos, como aqueles que agiram corretamente, como aqueles que não tentaram tirar proveito da autoridade de um policial ou de alguém do Ministério Público, ou da nossa CGU. (LULA, 2009, p. 5).

Nos últimos anos, o processo orçamentário do Brasil vem passando por mudanças que, em linhas gerais, tem mudado o equilíbrio de poder, o papel do Poder Legislativo e diminuído o papel do Poder Executivo. Essas alterações no governo Lula podem se refletir em alterações estruturais, com reflexos relevantes para o processo político, fiscal e para a alocação de recursos públicos, um dos elementos centrais de toda democracia. “Mas, nesses 35 anos, eu passei parte da minha vida reivindicando, brigando e tentando conquistar milímetro por milímetro de conquista para melhorar a vida do povo brasileiro.” (LULA, 2010, p. 2).

Segurança para o povo se torna um dos pilares para o funcionamento da democracia nesse século XXI, já que era um problema candente do período

fundacional do Lulismo, um sentimento generalizado de insegurança, conforme o sociólogo Antônio Flávio Pierucci<sup>92</sup>. Nesse sentido, para Singer (2009), o povo do Lulismo surge pela interpretação, nascida de um objeto da ciência política: o fenômeno político que é incorporado à Linguística, pela articulação discursiva. Conforme podemos ver no trecho a seguir:

Foram 72 conferências ajudando a gente a elaborar as políticas públicas que nós tínhamos que colocar em prática neste país. Assim, nós estamos terminando o mandato, e eu falo com muito orgulho, falo com muito orgulho: eu não sei na história, eu não sei na história do Brasil, quantas vezes um presidente pode sair de uma reunião com trabalhadores, se reunir com os empresários, sair de uma reunião dos Sem-Terra, se reunir com os estudantes, sair dos estudantes, se reunir com os catadores de papéis, sair dos catadores de papéis, se reunir com os reitores, com os intelectuais, falando sempre a mesma linguagem, porque um político não pode ter duas caras. (LULA, 2010, p. 4).

A bandeira do Lulismo buscava tratar as demandas de modo institucionalizado, eram os primeiros anos de convencimento, de que os programas sociais, eram realmente para o povo. O sujeito político Lula se encarregava de falar em defesa do salário e do emprego, da educação e da segurança, sabendo da importância de políticas públicas sociais, priorizando os direitos do povo. O esforço revelava a capacidade de administração, a fim de acentuar a confiança do povo, em especial, daqueles que o conduziram ao poder, que teriam, supostamente, um presidente que saberia tomar decisões de extrema importância para a vida do povo.

A estratégia do Lulismo se concentrou na imputação de que as demandas se referem à vida real do povo. Lula se firmava como um fenômeno para o povo, ao admitir o desejo de ser melhor do que teria sido no primeiro mandato. É o candidato daqueles que estão em situação desigual em relação às elites, o político que representou a esperança e a mudança.

Para governar bem, Lula sabia que era necessário credibilidade, previsibilidade e estabilidade. Acreditar no povo tinha um significado contemporâneo, voltado para o avanço social, o que começava a ser realidade. Melhorar a condição de vida das pessoas, fazer mais por elas e permitir uma conexão sadia, pela experiência, se tornou uma receita importante para a governabilidade.

---

<sup>92</sup> Uma interpretação *stricto sensu*, que nasce de um objeto da ciência política, o fenômeno político, e incorporada à Linguística, pela articulação do discurso político.

Bem sabemos que na política é comum cenários de divergências, adversários e a polarização do nós e eles, que precisa de uma visão transparente e saudável para o modo como se dá o processo democrático, sem estimular o ódio. Manter o contato com os contrários pode ser uma estratégia que também serve para compreender que, de vez em quando, é necessário conviver com os diferentes para vencer os antagônicos.

## **5.5 Considerações**

Compreendido como o fenômeno que tem a adesão dos mais vulneráveis, o Lulismo, na figura do presidente Lula, chega ao poder em 2002, vencendo o PSDB. Conforme vimos acima, o que moveu o petismo e o Lulismo foi o agir em prol das demandas da política social ao priorizar e aprender a lidar com o medo do povo, por depositar a confiança em um projeto político de esquerda. Apostar na mudança significava colocar em risco a segurança econômica do país, ainda que isso representasse um processo abstrato para a maioria.

Lula trabalhou com a esperança do povo e chamou o debate para si, articulando demandas pelas políticas públicas e apresentando alternativas, ao colocar uma equipe a serviço da movimentação político social e do mercado financeiro. A busca pela confiança dos investidores no país era uma aposta alta que produzia os efeitos políticos necessários para promover a certeza de que a esquerda poderia fazer e cumprir as promessas de campanha. Naquele momento, importava ao povo a promoção de oportunidades e de uma vida melhor para as pessoas.

A luta através da mudança e da esperança marcava a possibilidade e retorno da verdadeira democracia no país. Se tratava de uma democracia que transcendia o direito de protestar contra a fome, a precariedade da saúde, da educação e da segurança pública. O status da democracia estava sendo atualizado para que, na prática, o povo passasse a viver bem e com dignidade.

Graças ao povo, enquanto uma construção política, a democracia alcança um novo patamar, evidenciando um Brasil mais maduro, principalmente, no seu modo de fazer política. O discurso do Lulismo olha para os sem parte, por ele, sujeito, ter vindo de contingências semelhantes, se apresenta como um homem do povo, pois, o que o afeta é o que o identifica.

A política e a luta pelos pobres e trabalhadores passaram a ser uma novidade no governo Lula, principalmente, para aqueles que não acreditavam nessa ascensão do Lulismo. A mudança não ocorreu apenas no perfil político democrático do país, mas, na própria postura do sujeito político Lula, que trocou a ideia de uma política radical pelo caminho mais apaziguador, como modo de alcançar os olhares e agradar a maioria do seu povo.

Lula, pela persistência e por acreditar no que articulava, representou um povo, como dado essencial em ascensão pela conquista como Presidente da República e principalmente, pela origem e características parecidas aos mais vulneráveis, não só econômica, mas politicamente. O desempenho foi reconhecido nas urnas, tendo ele sido eleito e reeleito como Presidente da República, construído com a força do povo, conforme o seu próprio slogan significou. Lula se tratava de um sujeito político da esquerda brasileira que chegara ao cargo máximo da nação, que ficou com a responsabilidade de atender às reivindicações do povo, elaborado politicamente pelo poder.

Neste capítulo, vimos que o povo é aquele que sabe o que representa o acesso à saúde e à educação, por muitas vezes lhe faltar um teto para viver e criar os seus filhos, com segurança pública, ordem e perspectiva de futuro. Finalmente, o povo do Lulismo é o soberano que visa a paz e a união, que se traduzem no diálogo da luta diária por mais oportunidades, sem temor, sem ódio e sem desprezo.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando decidimos sobre esse tema de pesquisa para essa tese de doutorado, ao final de 2017, o Lulismo vivia uma fase de incógnita, devido às fissuras provocadas, em 2016 pelo *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff. Lula era alvo de todos os ataques da oposição, com acusações sérias de corrupção, danos às instituições nacionais como a Petrobras e desvio de dinheiro público. Naquele momento, o cenário era favorável às forças políticas brasileiras de centro-direita e o PSDB acreditava que a conjuntura política lhe seria benéfica, com diversos nomes protagonizando a disputa para os pleitos de 2018, em especial ao cargo de Presidente da República. Hoje, percebemos que os postulantes ao cargo, dos principais partidos políticos, estavam equivocados em relação à possibilidade da chamada terceira via, que tomou o favoritismo e o protagonismo para a disputa em segundo turno. Mais do que isso, a política da direita conservadora encontrou passagem livre ao poder, quando o PT e o PSDB se digladiavam em uma disputa antagônica esgotada, aos olhos do povo. Enquanto a maioria não acreditava na vitória do conservadorismo, o Deputado Federal, candidato à Presidência da República, Jair Messias Bolsonaro (PSL), construía um discurso que, a grosso modo, era a materialidade do combate à corrupção, da ordem institucional e da segurança pública, construído sob as bases do populismo autoritário.

Antes disso, o Lula foi vedado. Luiz Inácio Lula da Silva não concorreu às eleições de 2018 porque foi condenado, precisou se entregar à Justiça, perdeu seus direitos políticos e, mesmo se declarando inocente, ficou preso por 580 dias, na sede da Superintendência da Polícia Federal de Curitiba. As cartas do ex-presidente, que escrevia e que recebia, ganhavam notoriedade e materializavam uma certeza: o Lulismo estava vivo. O tempo proporcionou à Lula uma virada histórica e a mudança da carceragem da Polícia Federal (PF) para o Palácio do Planalto. Lula sai, então, da prisão, após aqueles 18 meses e deixa de ser réu, com o Supremo Tribunal Federal (STF) anulando a decisão de comarcas que o condenaram. Ele se casa com a socióloga petista, Rosângela da Silva, a Janja (com quem diariamente trocara cartas durante todo o período em que esteve preso), se candidata à Presidência do Brasil e,

mais uma vez, é eleito pelo povo, confirmando-se como um fenômeno político e agora o mais votado da história do Brasil e o único eleito democraticamente, três vezes pelo voto direto e para Presidente.

Lula, aos 77 anos, somava forças com a maioria do povo brasileiro na derrota do Bolsonarismo nas urnas, articulado por meio de uma Frente Única e que o levou à eleição com apoios para muito além da esquerda petista.

Este nosso estudo e pela pesquisa que realizamos a partir dos discursos do Presidente Lula, nos seus dois primeiros mandatos, mais precisamente entre 2002 até 2010, nos permite observar que esse sujeito político, que dá nome ao fenômeno do Lulismo, traduz a política na contemporaneidade e se encontra em pleno desenvolvimento na arena pública. Mais do que isso, é o povo que o significa, ao tempo em que ele constrói esse mesmo povo. É uma relação biunívoca, portanto. Cobia ao nosso estudo, observar os acontecimentos e a política conforme ela é, considerando o viés cultural, suas articulações todas e, principalmente, o fato de estarmos cientes sobre as demandas e as necessidades do povo naquela contingência histórica.

Entendemos que chegamos à resposta do problema de pesquisa sobre como os discursos oficiais do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, significaram a construção do povo do Lulismo nos dois primeiros mandatos (2002–2010), em especial, sobre os temas dos discursos econômicos, das relações internacionais e das políticas públicas.

Primeiro, abordamos sobre a teoria e o fenômeno populista, suas características e traços que têm a ver com a realidade política brasileira e latino-americana, assim como sobre a inserção no campo político. Posteriormente, construímos os três últimos capítulos, ao pensar o processo de análise, com evidência nos temas previamente elencados, identificando o povo do Lulismo.

Nesse sentido, no terceiro capítulo, quando tratamos do tema da economia, vimos as práticas retóricas utilizadas pelo Presidente Lula, bem como as significações, as quais se traduziram por nuances políticas que favoreceram o mercado interno, o comércio exterior e a ideia do desenvolvimento regional. O país avançou quando o povo avançou na realização daquilo que o ressentia pelo estado de falta constitutiva, represadas nas mãos dos representantes. A partir do governo Lula, projetos foram articulados e a internacionalização dos programas sociais, estiveram voltados especialmente a atender às demandas básicas e necessárias do povo, em situação

real de vulnerabilidade, sendo parte da sociedade. O povo foi promovido a lugares nunca antes alcançados, tendo a sensação de pertencer a essa nação economicamente ativa, saindo da posição de invisibilidade. Portanto, o povo é um corpo de eleitores que se percebe no poder, enquanto sujeito político e que reelege Lula, o seu líder. O próprio povo se permitiu ser persuasivo, por dar materialidade para um discurso imaterial.

A articulação do sujeito Lula, enquanto “homem do povo”, “pai dos pobres” ou “o cara”, o tornaram um ser político presente e personificado no imaginário social. A trajetória de um homem pobre, sob os caminhos tortuosos na vida e na política, somada à história de superação de um trabalhador conseguir chegar ao cargo de Presidente do Brasil, já o coloca como um ideal aos olhos daqueles que buscam uma vida mais digna e de oportunidades. Lula inspira.

No quarto capítulo, o povo do Lulismo, percebe-se o esgotamento das políticas econômicas do neoliberalismo e que permanecem entre nós, por não parecer uma alternativa viável do ponto de vista da lucratividade e da acumulação de capital. Sob o tema das relações internacionais, o povo do Lulismo está na avaliação positiva do petista, o que se deve à adesão esperançosa, iniciada ainda em 2002. Com a aprovação da imagem de homem do povo, o sujeito político do Lulismo despertou os mais pobres naquele momento, articulando e motivando os seguidores a apoiar o seu governo.

Nesta agenda, o país assumiu uma postura mais responsável, buscou consolidar meios multilaterais menos politizados para o encaminhamento das crises, como por exemplo, na formação do mecanismo da Revisão Periódica Universal do Conselho em Direitos Humanos. Lula buscou influenciar os demais Estados por seu exemplo de engajamento no regime internacional. Lula se tornou um ícone, representante do sonho, que se agiganta na sombra do que a psiquê permite ao fenômeno e constrói meios para a possibilidade do povo sonhador, que se permite a identificação com uma vida melhor para as pessoas.

O fenômeno do Lulismo que emergiu no Brasil cresceu pelo discurso do sujeito político Lula, que sempre articulou, politicamente, uma empatia por colocar o povo no centro do poder ao agregar e unir os diferentes. Lula se tornou a personificação do homem, conforme Aristóteles, do *animal político*. Lula construiu a autoestima que pede ao povo brasileiro e defendeu o Brasil como o pai de todos no cenário internacional.

Sob o tema das políticas públicas, o povo se traduziu naquele que sabe o que representa pelo acesso à saúde e à educação, e, também, sobre por muitas vezes lhe faltar um teto para viver e criar os seus filhos, com segurança pública, ordem e perspectiva de futuro. Finalmente, vimos que o povo do Lulismo é o soberano que visa a paz e a união, que se traduzem no diálogo da luta diária por mais oportunidades, sem temor, sem ódio e sem desprezo.

Se Singer (2006) deu luz à categoria do Lulismo, o ser político Lula é que evocou o fenômeno, que se tornou referência da esquerda nos países Latino-americanos. O povo do populismo, numa visão pós-estruturalista laclauiana vem se reestruturando e se articulando, a exemplo do partido político Podemos, na Espanha, ou do Syriza, na Grécia, que defendem o caminho contrário das políticas liberais, o que significa observar o poder que emana de baixo para cima, portanto, representando o aprofundamento da democracia, bem como a percepção básica de que nunca podemos saber com exatidão para onde os regimes, como a democracia poderão nos conduzir devido ao momento, à precariedade e à contingência.

O populismo não pode ser, a priori, classificado como positivo ou como negativo, mas, antes, e, fundamentalmente, deve ser entendido como lógica de constituição do político e transformador das relações concernentes ao Estado. A teoria laclauiana interpreta e “entende o fenômeno populista como uma lógica política que constitui o povo antagonicamente contra o seu inimigo” (MENDONÇA, 2014, p. 56).

No Lulismo, a politização do debate público em torno de questões tema, como contextualizadas nessa tese sobre os discursos econômicos, das relações internacionais e das políticas públicas, divide a sociedade aos olhos da oposição, colocando a sua frente um inimigo, e contra o povo. Dessa forma, são assentadas as motivações para uma disputa argumentativa no campo do social, com discursos despontando em diversas direções, cujas reproduções e regularidades nos levavam a identificar duas formações discursivas.

Pelo campo multidisciplinar e pela articulação do discurso político, confirmamos nossa hipótese, de que o Presidente Lula fez referência ao seu povo para uma diferenciação ideológica marcante, sobretudo, humanizadora em defesa do desenvolvimento econômico e social, o que se tornou a marca do Lulismo.

Na contemporaneidade, o objeto do discurso político tem sido abordado por diversas perspectivas teóricas e sido representado por questões que decorrem da dinâmica política marcada, principalmente, pelas crises sociais e econômicas, as

quais movimentam os mais variados cenários, o que marca o momento, a precariedade e o alastramento do processo democrático. Dessa forma, o líder constrói o povo a partir do perfil operário, que é significado pelo Presidente da República, o homem do povo, a construção do sujeito político.

É no diferencial, na forma de articulação e conforme predominante em Laclau (2013), está no foco, a partir de várias abordagens teóricas, para o populismo. No caso da representação política, é fundamental que o povo se faça presente, [mas sem estar]; trata-se da presença de uma ausência. Esta representação, efetivamente compre a sua missão à medida que não altera a reprodução da voz dos representados. A ideia de hegemonia e de significante vazio já traz o conceito ao processo de representação. “A consequência é inevitável: a construção de um povo é a condição *sine qua non* do funcionamento da democracia. Sem a produção de vazio não existe “povo”, não existe populismo, mas também não existe democracia.” (LACLAU, 2013, p. 246).

A riqueza da construção do povo no Lulismo está na ideia de sujeito político discursivo, que articula em atender as demandas e com essa sendo atendida, encontra o consentimento. Portanto, há um momento anterior à representação em que existe uma vontade, um desejo de constituição das identidades com a construção do povo, o que gera um processo, o qual se constrói em um mesmo momento. Portanto, num processo de mão dupla, a representação é um movimento que pode tomar a retórica populista, para defender o povo do neoliberalismo, seu inimigo, o que não significa a defesa de uma classe, mas uma alternativa que também pode recorrer ao carisma de um líder, em prol da democracia.

Isso é muito próprio do humano, da empatia: um discurso eficaz e sedutor que chega à estrutura discursiva dos menos assistidos em suas demandas. Nesse sentido, a lógica da construção populista serve para mostrar que o lugar do poder e vontade do povo não estão, exatamente, no parlamento, logo, não há o direito de contrariar o povo.

Lula faz com que o povo se sinta povo, por invocá-lo. Por isso, a partir de Laclau, o populismo é uma forma de construção da política, sem uma ideologia específica, mas, que considera as demandas populares não atendidas, sinônimo de corte ou ruptura com o sistema e que coloca o povo e as instituições formais em posições diferentes.

Portanto, é a identidade do Lulismo que induz à construção de um povo, que se articula em torno das demandas não atendidas, que tem a vulnerabilidade como uma conexão, pois, sofre com o abandono dos governos liberais e usa dessa força para gerir o próprio modelo democrático. É o que vive a sombra dos ditadores, e por isso mesmo, há uma oposição ao povo, onde elites e forças conservadoras se abrigam.

Entendemos que essa tese reconhece o discurso político como forma para a formação do povo, cuja participação no campo social e político se torna caminho para a transformação da sociedade, da qualidade de vida das pessoas nos aspectos econômicos, em seu reconhecimento internacional e por suas políticas públicas.

Vimos que a participação do povo no processo representativo assume um caráter cada vez mais formal porque a democracia requer participação, com o povo no centro pela pauta propositiva do poder e pelo debate transparente, a partir das instituições democráticas e dos sujeitos políticos que reivindicam maiores oportunidades na solução das demandas sociais e nas decisões políticas.

Não importa o sentido que se tome em relação à democracia, há igualdades em suas diferenças que lhes conferem sentidos de virtude e identidade políticas. Rancière (apud Mendonça, 2016, p. 348) estabelece que “a primeira virtude democrática é (...) a virtude da confiança na capacidade de qualquer um”. Nesse sentido, democracia nada tem a ver com uma forma de Estado. Ela passa a ser compreendida, desde Ernesto Laclau (2015), como condicionada antes pelas demandas (solicitações/reivindicações) de um povo (sujeitos políticos) e não é necessariamente coincidente com um regime político. Para Laclau, o povo encontra-se marcado pelo conflito contra o seu inimigo. O antagonismo é, portanto, inerente à democracia.

O Presidente Lula evocava nos seus discursos o povo brasileiro a cultivar a crença no seu país. Segundo Lula, é preciso o povo acreditar, divulgar e defender o seu país como uma nação expoente e única. O Lulismo se fez da possibilidade de se construir a política a favor de um lugar melhor para se viver. A força do Lulismo nasce dessa conexão no nome Lula com o povo e que se intensificou ao longo dos seus dois governos, o que demonstra por ser tão povo quanto o seu próprio povo, por sentir os anseios daqueles mais vulneráveis e para eles procurar construir uma nação melhor.

A forma como o Lulismo constrói o povo se revela para além fronteiras, sem se importar com o limite em que o próprio inimigo se constitui. A forma destoante do povo

do Lulismo, talvez, esteja no papel daquele que vota no Lulismo para não fortalecer o inimigo repercutido e reconhecido nos discursos de ódio, xenófobo, preconceituoso em todas as formas plurais e mais que isso, sobretudo, desconexo com a ideia de nação. O Lulismo é a forma materializada da política que agrega, soma, afaga e constrói um povo para uma única nação, com um povo politizado e realmente soberano.

Apresentamos nessa tese as principais considerações sobre essa análise, mas não se trata de uma investigação fechada, afinal, precisamos fazer escolhas. Esse estudo se soma a um esforço maior de construção do conhecimento sobre a política, o ser político, a sociedade brasileira, e, conforme Aristóteles, da natureza humana enquanto animais políticos que somos. Como o Lulismo se tornou um grande significativo vazio, há a possibilidade paradoxal tanto sobre o objeto investigado quanto a teoria que optamos para buscar explicá-lo. Estamos cientes de que o momento em que os fatos analisados ocorreram, fez com que houvesse uma repercussão e desencadeamento histórico, o que também nos coloca em certo risco, na tarefa de pesquisar o fenômeno em plena efervescência e atuação na história presente desse país. Analisamos, por assim dizer, um objeto de pesquisa em movimento.

Muitas versões sobre o tema, especialmente no momento em que fechamos o quadro de análise da pesquisa, dominam o debate e o populismo, novamente, toma espaço no cenário e na política latino-americana. O que não apenas confirma a atualidade do tema, mas, também a necessidade de que ele continue sendo explorado, pensado, descrito e explicado, sobretudo, pela Ciência Política.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Fernando de Holanda. Crescimento do PIB: Dilma x Lula. **Conjuntura Macroeconômica**, Agosto de 2013, p. 40-41. Disponível em: [file:///C:/Users/parzi/Downloads/admin,+Crescimento+do+PIB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/parzi/Downloads/admin,+Crescimento+do+PIB%20(1).pdf). Acesso em: 11 set. 2021.

BARROS, Celso Rocha de. **PT, uma história**. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. Biblioteca da Presidência da República. Luiz Inácio Lula da Silva. **Discursos Presidenciais**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva>. Acesso em: 16 mar. 2018.

BRASIL. Biblioteca da Presidência da República. Luiz Inácio Lula da Silva. **Biografia**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva>. Acesso em: 18 mai. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Presidência Michel Temer 2009-2010. Emprego: A Herança Bendita de Lula. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/presidencia/galeria-presidentes/michel-temer-2009-2010/artigos/emprego-a-heranca-bendita-de-lula>. Acesso em: 18 mai. 2021.

BULIK, Linda. Mídia, populismo e eleições presidenciais no Brasil e França. **Revista Comunicação Midiática**: Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista. Bauru, SP: UNESP. N.6, ano 3, dezembro, 2006.

DA SILVA, Luiz Inácio Lula. **Carta ao Povo Brasileiro**, 22 de junho de 2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml> Acesso em: 16 ago. 2022.

EDGAR, Andrew e SEDGWICK, Peter (Eds). **Teoria Cultural de A a Z: conceitos-chave para entender o mundo contemporâneo**. Tradução: Marcelo Rollemberg. São Paulo: Contexto, 2003.



IANNI, Octavio. **La formación del Estado populista en América Latina**. México: Serie Popular, 1975.

LACAN, Jacques. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In: \_\_\_\_\_ . **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

\_\_\_\_\_. O estádio do espelho como formador de função do Eu. In: \_\_\_\_\_ . **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

LACLAU, Ernesto. **Política e Ideologia na teoria marxista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

\_\_\_\_\_. **Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1993.

\_\_\_\_\_. **A Razão Populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma política democrática radical**. São Paulo: Intermeios, 2015.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as Democracias Morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MARINGONI, Gilberto. "As democracias passam por um momento muito difícil", André Singer. **IPEA**, desafios do desenvolvimento. 2015 . Ano 12 . Edição 86 - 28/03/2016. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3231&catid=30](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=3231&catid=30). Acesso em: 03 ago. 2018.

\_\_\_\_\_ e MEDEIROS, Juliano. **Cinco Mil Dias: o Brasil na Era do Lulismo**. São Paulo: Boitempo, Fundação Lauro Campos, 2017.

MENDONÇA, Daniel de. Democratas têm medo do povo? O populismo como resistência política. **Cad. CRH**, vol.32 no.85 Salvador Jan./Apr. 2019 Epub June 03, 2019. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-49792019000100185&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792019000100185&lng=en&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 05 dez. 2019.

\_\_\_\_\_. O limite da normatividade na teoria do Discurso de Ernesto Laclau. **Revista Lua Nova**. São Paulo, n. 91, pp. 135-167, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ln/n91/n91a06.pdf>. Acesso em: 1 mai. 2020.

\_\_\_\_\_. Populismo como vontade de democracia. **Revista Uniandes**. Colombia Internacional, n. 82, pp. 51-70, septiembre-diciembre 2014. Disponível em: <https://revistas.uniandes.edu.co/doi/abs/10.7440/colombiaint82.2014.03>. Acesso em: 3 mai. 2020.

\_\_\_\_\_. A noção de antagonismo na ciência política contemporânea. **Revista de Sociologia e Política**, n. 20, pp. 135-145, jun. 2003. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/3637/2894>. Acesso em: 4 mai. 2020.

MORA, Mônica. 2022 Texto para Discussão: A Evolução do Crédito no Brasil entre 2003 e 2010. **IPEA**, Rio de Janeiro, janeiro de 2015. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3537/1/td2022.pdf>.

MORAIS, Fernando. **Lula: Biografia**. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

MOUFFE, Chantal. **Por um populismo de esquerda**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

\_\_\_\_\_. **Sobre o político**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

MOUNK, Y. **O povo contra a democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MÜLLER, Jan-Werner. **What Is Populism?** Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2016.

OLIVEIRA, Francisco. "Hegemonia às avessas". In: Oliveira, Francisco; Braga, Ruy; Rizek, Cibele (orgs). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

PANIZZA, Francisco. Introducción. El populismo como espejo de la democracia. In: **El populismo como espejo de la democracia**. 1.ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **Ciladas da diferença**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

PINTO, Céli Regina Jardim. Laclau e a crise da democracia: quando as equivalências não se sustentam. In: MENDONÇA, Daniel de; LINHARES, Bianca de Freitas (org.). **Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe: implicações teóricas e analíticas**. São Paulo: Intermeios, 2021.

\_\_\_\_\_. **A Responsabilidade do educador**. A Terra é Redonda. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/a-responsabilidade-do-educador>. Acesso em: 02 fev. 2023.

\_\_\_\_\_. Ernesto Laclau: da democracia radical ao populismo. **E-legis**, Brasília, n. 24, p. 22-38, set/dez 2017. Disponível em: <http://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/article/view/366>. Acesso em: 02 dez. 2019.

PINTO, Nuno Tiago. Jan-Werner Müller: “A vitória de Trump não foi um triunfo do populismo”. **Cofina Media**, Cad. Vida, 30 de março de 2018. Disponível em: <https://www.sabado.pt/vida/detalhe/jan-werner-mller-a-vitoria-de-trump-nao-foi-um-triunfo-do-populismo>. Acesso em: 12 dez. 2019.

PIRES, Andrea. CNT/Sensus: aprovação de Lula é recorde mundial. **Estadão: Política**, 29 de dez. 2010. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/cntsensus-aprovacao-de-lula-e-recorde-mundial/>. Acesso em: 22 nov. 2018.

RENNÓ, L; CABELO, A. As bases do Lulismo: A volta do personalismo, realinhamento ideológico ou não alinhamento? In: **RBCS**, Vol. 25 n° 74 outubro/2010.

\_\_\_\_\_; Avritzer, L; Carvalho. Entrenching right-wing populism under covid-19: denialism, social mobility, and government evaluation in Brazil. **Revista Brasileira de Ciência Política**. n. 36, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/wBZ7ZbgxdGRq8R8spYmP3SQ/>. Acesso em: 16 dez. 2021.

RANCIÈRE, Jacques. **O Desentendimento: política e filosofia**. 2.ed. São Paulo: Editora 34, 2018.

RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. **A grande mentira: Lula e o patrimonialismo petista**. Campinas, SP: Vide Editorial, 2015.

SAMUELS, David. As bases do petismo. In: **OPINIÃO PÚBLICA**, Campinas, Vol. X, n.2, Outubro, 2004, p. 221-241.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. Tradução de Antonio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blinkstein. São Paulo: Cultrix, 2006.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. **Discursos Presidenciais (2003-2010)**. Biblioteca da Presidência da República, Ex-Presidentes. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva>. Acesso em: 03 set. 2021.

SILVA, Sandro Pereira. **A trajetória da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional: projetos, descontinuidades e consolidação**. Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

SINGER, André. Mídia e democracia no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 48, p. 58-67, dez-fev. 2000/2001. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/32891>. Acesso em: 12 dez. 2021.

\_\_\_\_\_. **Raízes sociais e ideológicas do Lulismo**. Novos Estudos Cebrap, n. 85, nov. 2009.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do Lulismo: Reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

\_\_\_\_\_. **O Lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2019)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

\_\_\_\_\_. Lulismo, por André Singer. **TV Democracia**. You Tube, 11 de abril de 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=naoQJpYBPOw>

\_\_\_\_\_ e LOUREIRO, Isabel (Orgs.). **As contradições do Lulismo: A que ponto chegamos?** São Paulo: Boitempo, 2016.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. **A Política Externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação**. Rio de Janeiro, vol. 29, nº 2, jul./dez. 2007, p. 273-335. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v29n2/v29n2a02>>. Acesso em: 17 jun. 2019.

TAGGART, Paul. (2017), "Populism in Western Europe", in KALTWASSER, Rovira Cristóbal et al. (orgs.), **The Oxford handbook of populism**, Oxford University Press.

URBINATI, Nádía. **Democracy disfigured**. Harvard University Press, 2014.

VASCONCELLOS, Lia. Saúde - Tempo real. **IPEA**: desafios do desenvolvimento. Ano 3. Edição 21, 2006. Disponível em:  
[https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=991:reportagens-materias&Itemid=39](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=991:reportagens-materias&Itemid=39). Acesso em: 02 dez. 2022.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.